

ABRALIN

40
ANOS EM CENA

*Dermeval da Hora
Eliane Ferraz Alves
Lucienne C. Espindola
(Orgs.)*



Abralin

40 anos em cena

Associação Brasileira de Lingüística

Presidência:

Presidente: Prof. Dermeval da Hora (UFPB)

Vice-Presidente: Prof. Ana Cristina de S. Aldrigue (UFPB)

Secretaria:

Secretário: Profa. Eliane Ferraz Alves (UFPB)

2ª Secretária: Profa. Regina Celi Mendes Pereira (UFPB)

Tesouraria:

Tesoureiro: Profa. Maria Elizabeth A. Christiano (UFPB)

2ª Tesoureira: Lucienne C. Espíndola (UFPB)

Conselho:

Profa. Thaís Cristófaró Silva (UFMG)

Profa. Cláudia Roncarati (UFF)

Profa. Célia Marques Telles (UFBA)

Profa. Stela Maris Bortoni-Ricardo (UnB)

Profa. Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC)

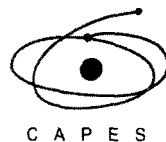
Prof. Paulino Vandressen (UFSC-UCPEL)

Revisão:

Inaldo Firmino Soares

Almir José da Silva

Apoio:



Abralin

40 anos em cena

Dermeval da Hora
Eliane Ferraz Alves
Lucienne C. Espíndola
(Orgs.)

João Pessoa
Editora Universitária
2009

Os direitos e responsabilidades dos artigos e suas
revisões são de responsabilidade dos autores.

Editoração/Capa

Magno Nicolau (Idéia Editora - ideiaeditora@uol.com.br)

A161 Abralín: 40 anos em cena / Dermeval da Hora,
Eliane Ferraz Alves e Lucienne C. Espíndola
(orgs.). João Pessoa: Editora Universitária,
2009.
283p.: il.
ISBN 978-85-7745-309-2

1. Linguística

CDU 801

Universidade Federal da Paraíba - CCHLA
Campus I - Cidade Universitária
João Pessoa - Paraíba - Brasil
CEP 58051-900 - Cx. Postal 5124
Fone: + 55 (83) 3216-7280
E-mail: secretaria-abralin@abralin.org

Sumário

ABRALIN: 40 ANOS EM CENA Dermeval da Hora (2007-2009), Eliane Ferraz Alves, Lucienne C. Espíndola	7
40 ANOS DE LINGUÍSTICA, CURSOS UNIVERSITÁRIOS E LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL: VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS PESSOAIS Aryon Dall'Igna Rodrigues (1969-1971)	15
AS TIME GOES BY: AS RELAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA E ANTROPOLOGIA Yonne Leite (1979-1981)	35
LINGUÍSTICA HUMANA, HUMANIZADORA, DA PAZ Francisco Gomes de Matos (1981-1983)	59
A CATEGORIA COGNITIVA DE MOVIMENTO NA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS Refletindo sobre os achados dos Projetos NURC, PGPF e PHPB Ataliba T. de Castilho (1983-1985)	71
40 ANOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA Carlos Alberto Faraco (1985-1987)	97

O PAPEL DOS ESTUDOS DO DISCURSO Diana Luz Pessoa de Barros (1991-1993)	111
CAMINHOS DA DIALETOLOGIA BRASILEIRA Suzana Alice Marcelino Cardoso (1993-1995)	135
CONTRIBUIÇÃO DA ABRALIN À ÁREA DE LINGUÍSTICA Denilda Moura (1995-1997)	173
SOBREVIVENTE DA SEGUNDA GERAÇÃO DE LINGUISTAS NO BRASIL Leonor Scliar-Cabral (1997-1999)	193
A IMPORTÂNCIA DA ABRALIN PARA A SOCIOLINGUÍSTICA Maria Cecília Mollica (2001-2003)	205
SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL Stella Maris Bortoni-Ricardo, Vera Aparecida de Lucas Freitas (2003-2005)	215
FONÉTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Thaís Cristóforo Silva (2005-2007)	241
POR OCASIÃO DOS 40 ANOS DA ABRALIN Cristina Altman e Olga Coelho	261

Dermeval da Hora
(2007-2009)

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1976), mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1983) e doutorado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Livre de Amsterdam. Atualmente é professor da Universidade Federal da Paraíba e coordena o Programa de Pós-Graduação em Linguística. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia, sociolinguística variacionista e aquisição da linguagem. Atualmente, como bolsista de Produtividade do CNPq, desenvolve o Projeto "Monotonização de ditongos orais decrescentes e crescentes: história e realidade linguística". Assumiu a Presidência da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) em 31 de agosto de 2007 e também, desde julho de 2007, é delegado da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL) no Brasil. Nessa Associação, coordena o Projeto 19 - Fonologia: teoria e análise.



Introdução

ABRALIN: 40 ANOS EM CENA

Dermeval da Hora
Eliane Ferraz Alves
Lucienne C. Espíndola

A ABRALIN tem circulado pelo Brasil ao longo de seus 40 anos. Em alguns momentos, ela voltou ao mesmo lugar, buscando, em geral, sempre o novo.

Veio ao Nordeste quatro vezes e, em sua quarta vez, comemora aqui, em João Pessoa, estado da Paraíba, quatro décadas. Não contentes com o que até então fora acertadamente realizado, e muito se realizou, inovamos, promovendo os Encontros Regionais, aos quais demos o nome ABRALIN EM CENA. Esta é e será a nossa marca.

Em cada um dos eventos realizados, no Piauí, no Mato Grosso do Sul e em Roraima, atestamos a bem sucedida idéia, envolvendo cada um dos Programas de Pós-Graduação visitados. Com eles compartilhamos discussões acerca do que se fazia e projetamos novas formas de fazer, a partir da cumplicidade que a todos envolveu.

A ideia de produzirmos uma obra que contasse um pouco da história da Associação em seus quarenta anos, reunindo ex-presidentes, para emitirem seus depoimentos, teve, de imediato, boa receptividade. Esta obra representa a possibilidade de resgatarmos um período na história dos estudos linguísticos brasileiros que coincide com a própria fundação da Associação.

Nem todos os colegas estão presentes.

Alguns, por não estarem mais entre nós, é o caso dos colegas Carlos Franchi e Lúcia Lobato; outros, pelos inúmeros afazeres que envolvem suas vidas. Fica, para todos, nossa homenagem.

Este livro chegará a muitos associados da ABRALIN. Dentre esses, existem aqueles que devem conhecer a história que será aqui contada, mas há os novos que, iniciantes, apenas ouviram falar; daí a validade da obra.

Neste capítulo inicial, que tem uma função introdutória, apresentaremos, de forma sintética, o teor de cada um dos capítulos subsequentes.

O texto de **Aryon Dall’Igna Rodrigues** (Universidade de Brasília) intitulado “*40 anos de linguística, cursos universitários e línguas indígenas no Brasil: vivências e memórias pessoais*” recupera a trajetória das atividades lingüístico-científicas desse estudioso bem como os fatos institucionais que caracterizaram a institucionalização da Linguística como ciência e como disciplina universitária no Brasil. Destaca, evidentemente, a criação, há quarenta anos, da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, enfatizando que não quis apresentar apenas a historiografia dos estudos lingüísticos no Brasil, mas apenas “tocar em pontos que possam merecer a atenção dos historiógrafos, os quais com método e iluminação teórica saberão destacar o historicamente relevante do idiosincrático e anedótico.” Conclui seu texto, manifestando sua preocupação com duas questões: uma diz respeito à ciência lin-

güística, enquanto estudo científico das línguas, e outra diz respeito à “extrema dificuldade de desenvolvê-la nas universidades brasileiras, apegadas a uma esdrúxula epistemologia que separa estanquamente a Linguística das demais ciências, tanto humanas como naturais, colocando-a numa mal arranjada área de “letras e artes”.

Com texto intitulado “*As time goes by - as relações entre Linguística e Antropologia*”, **Yonne Leite** celebra os 40 anos da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) examinando as relações de colaboração e de trocas existentes na segunda metade do século XX, entre a Linguística e a Antropologia. Com satisfação, ressalta que os projetos de educação bilíngue se multiplicaram, são muitas as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em universidades do exterior e no Brasil.

Francisco Gomes de Matos, com um texto intitulado “*Linguística humana, humanizadora, da Paz*” dirige-se aos que fazem a “Linguística, de maneira dinâmica, envolvente, cativante”. Com base nesse tríplice fundamento, apresenta um breve histórico dos caminhos que percorreu, das influências que recebeu dos seus mestres, e da forma como esses ensinamentos e experiências contribuíram para a humanização dos estudos lingüísticos, tanto teóricos quanto aplicativos. Ao lembrar que esses devem ser os principais propósitos do linguista, faz o seguinte apelo: “Sejamos, cada um(a) de nós, à medida do possível e do desejável, linguistas da PAZ, pois como sábia

e profeticamente nos lembra Marcuschi (2003): “A paz mundial vai ter que se socorrer dos linguistas um dia”.

Seguindo outra proposta de trabalho, **Ataliba T. de Castilho** apresenta seu texto dividido em três partes: (1) breve resumo dos projetos mencionados, (2) agenda da Linguística Cognitiva, (3) o PB e a categoria de MOVIMENTO. Dessa forma, após apresentar uma reflexão acerca do Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (desde 1970) – NURC, do Projeto de Gramática do Português Falado (desde 1988, finalizando agora) – PGPF e do Projeto para a História do Português Brasileiro (desde 1998) – PHPB, considerados pelo lingüista, como verdadeiros “achados” coletivos, aponta direcionamentos para a descrição da categoria “movimento” na Gramática do Português, rastreando suas andanças pelos movimentos físicos na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe do PB. Ressalta que citou apenas os projetos nos quais se envolveu, deixando claro que as generalizações feitas “não comprometem as dezenas de pesquisadores que aí atuaram e continuam atuando”.

Carlos Alberto Faraco, em seu texto “40 Anos de Linguística Histórica”, apresenta um balanço dos estudos lingüísticos históricos, durante os 40 anos da ABRALIN, os quais, no período de nascimento dessa instituição, segundo esse autor “estavam em refluxo entre nós. Não haviam desaparecido de todo, mas haviam perdido o posto central que lhes pertencera até recentemente”.

O autor revela que “esse quadro de

esmorecimento dos estudos históricos só vai se alterar em meados da década de 1980, quando uma nova geração de linguistas retorna de seus doutoramentos no exterior, nos quais haviam se dedicado à pesquisa de Linguística Histórica”.

Ainda, segundo o autor, “os quarenta anos de nossa Associação viram duas viradas no âmbito dos estudos lingüísticos históricos: primeiro, o esmorecimento da tradição histórico-filológica e, depois, a retomada daqueles estudos com a difusão das “novas tendências” da Linguística Histórica – a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo em meados da década de 1980 e o Gerativismo diacrônico no fim daquela década e início da seguinte”.

Diana Luz Pessoa de Barros, com um texto intitulado “*O papel dos estudos do discurso*”, aponta as principais direções teóricas e os núcleos já constituídos e mais produtivos dos estudos do discurso no país, a partir das linhas e projetos de pesquisa dos cursos de pós-graduação no Brasil e das informações do *Quem é Quem na pesquisa em Letras e Linguística no Brasil*, organizado por Marcuschi (1992) e publicado pela ANPOLL. Teve a preocupação de verificar, com base também nos programas de pós-graduação, em que aspectos o quadro se manteve e quais as alterações sofridas em dez anos. Retomando os papéis e funções muito gerais atribuídas aos estudos do texto e do discurso, busca desenvolver um pouco as funções e contribuições dos estudos discursivos para o conhecimento da linguagem e da sociedade no Brasil.

Suzana Alice Marcelino Cardoso, em

seu texto *“Caminhos da Dialetologia Brasileira”*, inicialmente discorre sobre a criação da ABRALIN e da atuação dessa instituição em seu mandato (1993-1995). Em seguida, apresenta um panorama histórico da Dialetologia no Brasil, desde as bases históricas (José Leite de Vasconcelos) até a atualidade. De acordo com autora, não há unanimidade para a periodização dos estudos dialetais no Brasil, havendo, pelo menos, três propostas de autorias diferentes.

A autora, na continuidade do seu texto, presta um tributo, dentre uma vasta lista de nomes na Dialetologia do Brasil, a quatro nomes que, segundo a lingüista, se impõem naturalmente: Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi. E fecha seu texto dizendo que “a Dialetologia que nasceu eminentemente diatópica, ao perceber as mudanças sociais e culturais que se vinham operando no curso do tempo, buscou caminhos que levassem a uma relação entre o espaço e a sociedade que nele se instala, entre as características diatópicas, de um lado, e, de outro, as características diagenéricas, diageracionais, diastráticas. Fez evoluir o seu método, passando de uma Dialetologia Monodimensional para uma Dialetologia Pluridimensional”.

O texto de **Denilda Moura** *“Contribuições da ABRALIN à Área de Linguística”* apresenta, inicialmente, um breve panorama sobre a contribuição da ABRALIN à área da Linguística, com destaque para algumas das ações concretas dessa instituição, a exemplo

da vinda do professor Noam Chomsky em 1996. Em seguida, a professora apresenta panorama sobre o programa de investigação da gramática gerativa no Brasil e alguns resultados concretos relativos à formação de novos pesquisadores em gramática gerativa, no Programa de Estudos Linguísticos – PRELIN, vinculado à Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Leonor Scliar-Cabral, na condição de *“Sobrevivente da Segunda Geração de Linguistas no Brasil”*, título do seu texto, ressalta que a ideia de cada ex-presidente da ABRALIN abordar o fazer lingüístico, nesses quarenta anos da ABRALIN, permite a costura de um painel histórico tecido na primeira pessoa. Por essa razão, relata “as motivações, as surpresas, as decepções, os encontros e desencontros no cenário da realidade brasileira”, onde desenvolveu suas atividades científicas. Após o relato de sua vivência nesses produtivos caminhos científicos, a autora enfatiza, em seu texto, a importância, para os jovens, da leitura dos estudos clássicos da Linguística, considerada como essencial à reflexão do pesquisador.

O texto de **María Cecília Mollica** *“A Importância da ABRALIN para a Sociolinguística”* aborda a história do varacionismo no Brasil nos últimos quarenta anos e o apoio dado pela ABRALIN à área da Sociolinguística por meio de oferecimentos de cursos em seus congressos e institutos. De acordo com a autora, “os 40 anos da ABRALIN [...] coincidem com os 40 anos do texto basilar da Teoria da

Varição, de Weinrich, Herzog, Labov (1968), que abalou os princípios da Teoria Formal. Os pilares do texto em referência lançam quatro problemas, ao questionar o paradigma da Gramática Gerativa vigente na época”.

Stella Maris Bortoni-Ricardo e Vera Aparecida de Lucas Freitas concentram suas reflexões na *“Sociolinguística Educacional”*, enfatizando a necessidade de não se continuar considerando essa área dos estudos lingüísticos apenas como voltada para a microrrealidade de sala de aula. Para as autoras, o que a Sociolinguística faz é “buscar respostas para questões educacionais dentro do universo da escola” e, dessa forma, envolve-se “em temas consideravelmente mais amplos que se inserem no contexto social maior, conciliando os aspectos micro e macro do processo. A realidade e a prática em sala de aula têm mostrado que a Sociolinguística voltada para a educação pode contribuir de forma significativa para melhorar a qualidade do ensino da língua materna,” porque trabalha com os fenômenos da língua em uso, com base na relação língua e sociedade e voltada para a realidade dos alunos”, ressaltando que licenciandos “em cursos de Pedagogia que recebem formação sociolinguística estão mais bem preparados para lidar com o ensino da língua materna, pois se tornam mais eficientes como mediadores e co-construtores do conhecimento lingüístico necessário aos alunos para sua participação nas práticas sociais que acontecem na escola e na sociedade.”

Thaís Cristóforo Silva inicia seu texto *“Fonética: desafios e perspectivas”* com um depoimento pessoal em que relata o seu percurso acadêmico-profissional nos ‘estudos da sonoridade’. Em seguida, discorre sobre os avanços metodológicos conquistados na área da sonoridade, e enumera “avanços teóricos com relação aos domínios da Fonética e Fono-logia quanto ao que pode ser sistematizado na proposta de “fonética linguística” de Peter Ladefoged ou na proposta de “fonologia experimental” de John Ohala”. A autora fecha o seu texto afirmando que os “desafios estão lançados e devemos empreender tarefas com seriedade na perspectiva de ampliarmos os nossos conhecimentos sobre a sonoridade e a sua utilização pela espécie humana para propósitos comunicativos”.

Cristina Altman e Olga Coelho fecham esta obra com o texto *“Por Ocasão dos 40 Anos da ABRALIN”*, apresentando um panorama da gênese (1969) da ABRALIN aos dias atuais, no cenário brasileiro, e buscando estabelecer correspondência entre “a maturidade cronológica assinalada por essa data e a consolidação efetiva de uma especialidade definível como Linguística brasileira”.

Segundo as autoras, “no caso brasileiro, a Linguística se desenhou de forma pulverizada, tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista dos seus conteúdos programáticos. Com efeito, ao mesmo tempo em que os vários agrupamentos emergentes de linguistas definiam seus contornos externos em

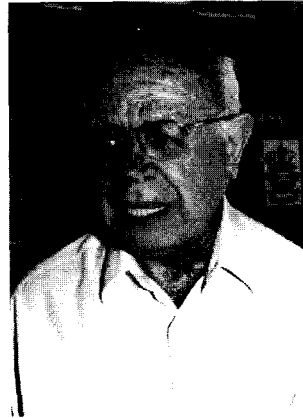
oposição aos espaços ocupados pelos filólogos nos anos 60, do ponto de vista interno, ficavam latentes as futuras divergências entre eles”.

Como se pode observar, “Abralín: 40 anos em cena” não só resgata fatos até então

não registrados na Associação Brasileira de Linguística, mas retoma, nesse painel das lembranças, alguns dos principais avanços da Linguística no nosso país.

Aryon Dall'Igna Rodrigues
(1969-1971)

Possui graduação em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Paraná (1950) e doutorado em Linguística - Universität Hamburg (1959). Atualmente é pesquisador associado sem ônus para a Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Línguas Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: línguas indígenas, fonologia, morfologia, sintaxe, linguística histórica, tronco linguístico Tupí e tronco linguístico Macro-Jê. Foi professor na UFPR, UFRJ e UNICAMP e professor visitante nas universidades Cornell, Califórnia/Berkeley, México, Münster, Montevideu, URGs, USP, UFMG, UFBA, UFSC e UFPA. É membro fundador da Associação Brasileira de Linguística, membro honorário da Linguistic Society of America (LSA) e da Society for the Study of the of the Indian Languages of the Americas (SSILA) e professor emérito da UnB.



40 ANOS DE LINGUÍSTICA, CURSOS UNIVERSITÁRIOS E LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL: VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS PESSOAIS

Aryon Dall'Igna Rodrigues

No Brasil o desenvolvimento da pesquisa sobre as línguas indígenas correlaciona-se, naturalmente, com o desenvolvimento dos programas de ensino da linguística nos nossos cursos superiores, especialmente nos de pós-graduação, que começaram a organizar-se só na década de 60 do século passado. A principal universidade do País, a USP, já oferecia o grau de doutor a ser obtido em função de tese defendida perante banca de especialistas, mas sem exigir nem oferecer estudos regulares além da graduação. A primeira universidade brasileira a criar ensino regular de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, levando à obtenção dos graus de mestre e de doutor, foi a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1962 e tendo iniciado, desde esse ano, paralelamente aos seus primeiros cursos de graduação, cursos para estudantes graduados em outras universidades. No que interessa à linguística, cumpre lembrar que a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (fundada em 1933) oferecia cursos pós-graduados nas áreas de ciências sociais já desde 1941, tendo em certo período oferecido a disciplina de linguística ministrada por um linguista francês, Jean Perrot.¹ Por outro lado, a Universidade do Distrito Federal (UDF), logo antes de ser

¹ Entre muitos outros, foram alunos da Escola Livre de Sociologia e Política os etnólogos e sociólogos Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro e o linguista Jörn Jakob Philipson.

extinta pelo ministro Gustavo Capanema da ditadura Vargas, introduzira a linguística no ensino de graduação em Letras, tendo contratado o linguista autodidata brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. (por recomendação do romanista francês George Millardet), cujas lições ali dadas em 1948, constituíram a primeira versão de seus *Princípios de Linguística Geral*.² Antes, porém, de Câmara Jr. e independentemente deste, passara a ensinar linguística na Universidade do Paraná (hoje Universidade Federal do Paraná), já em 1939 e utilizando o espaço de sua cátedra de Língua Portuguesa, Rosário Farâni Mansur Guérios, extraordinário autodidata mais fortemente influenciado pela leitura dos linguistas italianos, franceses e alemães e seriamente interessado nas línguas indígenas do Brasil³.

Em 1958, em função da estratégia política do Departamento de Estado norte-americano para a América Latina, dirigida pelo

Sub-secretário de Estado Nelson Rockefeller, o professor Kenneth L. Pike da Universidade de Michigan, colaborador linguista de William Cameron Townsend, que desde os anos 30 havia contribuído fortemente para a introdução no México e na América Central de múltiplas células de “linguistas missionários” junto à maioria dos povos indígenas, coordenadas por uma instituição de dupla face – uma técnica e acadêmica (*Summer Institute of Linguistics*, SIL) e a outra religiosa proselitista (*Wycliffe Bible Translators*, WBT) – escreveu a algumas instituições brasileiras que promoviam a pesquisa antropológica, anunciando sua intenção de visitá-las para estabelecer acordo de cooperação que permitisse a atuação do SIL junto aos índios brasileiros. A essa altura, na América do Sul o SIL/WBT já atuava na Colômbia, no Peru e na Bolívia. O único antropólogo brasileiro a encantar-se com a oferta foi Luís de Castro Faria, que então estava

² As lições de Mattoso Câmara Jr. foram primeiro publicadas em números sucessivos da **Revista de Cultura**, Rio de Janeiro, e depois em livro pela Editora Briguiet, Rio de Janeiro, 1952. A segunda, terceira e quarta edições, todas atualizadas pelo autor, foram publicadas pela Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro. Continua sendo, até hoje, o principal manual de introdução à Linguística em língua portuguesa, apesar de cobrir o desenvolvimento desta só até o final da primeira metade do século XX.

³ Mansur Guérios já havia publicado em 1935 “Novos rumos da Tupinologia” (**Rev. do Círculo de Estudos Bandeirantes** 1.2:172-185, Curitiba, 1935), em que ensaiava a aplicação do método histórico-comparativo dos indoeuropeístas às línguas da família Tupi-Guaraní. Em 1938 publicou “O nexa linguístico Bororo-Merrime-Caiapó” (**Rev. do Círculo de Estudos Bandeirantes** 2.1:61-74, Curitiba, 1938), um primeiro estudo comparativo de línguas de duas famílias do que hoje chamamos tronco linguístico Macro-Jê, e, em 1941, “Estudos sobre a língua Caingangue. Notas histórico-comparativas (dialeto de Palmas – dialeto de Tibagi)” (**Arquivos do Museu Paranaense** 2:97-177, Curitiba, 1942), este com dados colhidos em trabalho de campo no sudoeste do Paraná.

assumindo a direção do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Este firmou acordo em que comprometeu sua instituição a assegurar, junto ao Itamarati, a entrada e permanência no Brasil, na qualidade de pesquisadores científicos, das pessoas que fossem encaminhadas pelo Summer Institute of Linguistics.⁴ Assim, já em 1958 passaram a atuar no Brasil as primeiras equipes do SIL, junto a uma dezena de povos (Apinajé, Boróro, Kaingáng, Kaiwá, Mbyá (“Guarani”), Teréna, Tikúna, Tímbira (Gavião, Krahô), Xavánte) e logo foram

expandindo-se progressivamente por toda a Amazônia. Embora Darcy Ribeiro, que então chefiava o Setor de Pesquisas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), não tenha aceito, a exemplo de Herbert Baldus do Museu Paulista e Eduardo Galvão do Museu Paraense Emílio Goeldi, a proposta de Pike⁵, o órgão a que competia a proteção dos povos indígenas foi atropelado pelo acordo do Museu Nacional, que abriu as portas de todos os grupos indígenas brasileiros à ação missionária protestante estrangeira.⁶

⁴ “10. Em vista do presente Acôrdo, em que o Summer Institute of Linguistics fica definido como uma oraganização científica filiada ao Museu Nacional, êste se interessará a encaminhar oficialmente os linguistas do Summer Institute of Linguistics a Departamentos oficiais, quando o Summer Institute of Linguistics tiver necessidade, para a execução de suas tarefas de pesquisa linguística, de modo que essa organização possa pleitear junto àqueles Departamentos autorização para trabalhar e permanecer entre os Índios, ou para importar material necessário, proveniente de sua matriz em Glendale, Califórnia. 11. Ainda em decorrência do mesmo Acôrdo, o Museu Nacional fornecerá aos linguistas do Summer Institute of Linguistics um documento em que os identificará como pesquisadores trabalhando em colaboração com o Museu Nacional.” L. de Castro Faria (org.), **O Setor Lingüístico do Museu Nacional (organização e objetivos)**, (Publicações avulsas do Museu Nacional, nº 49). Rio de Janeiro, 1965, p. 20.

⁵ Eu estava na Alemanha desde 1957 como bolsista de doutorado da Fundação Alexander von Humboldt, quando recebi em 1958 carta do Diretor do Museu Paulista, o antropólogo Dr. Herbert Baldus, informando-me haver recebido correspondência do Dr. Pike e perguntando-me o que eu sabia sobre a atuação do SIL. Escrevi então, por minha vez, ao Dr. Morris (Maurício) Swadesh, então na Universidad Nacional Autónoma de México, repassando-lhe a pergunta. Em sua resposta, Swadesh deu a entender que não convinha apoiar o SIL, pois seus membros, que estavam já havia mais de vinte anos no México, eram antes de tudo missionários, a maioria deles com conhecimentos técnicos limitados e, portanto, baixa produção científica. Passei a Baldus a resposta de Swadesh.

⁶ Antes do acordo do SIL/WBT com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, já atuavam na Amazônia brasileira algumas outras organizações missionárias, como a Missão Evangélica Caiuá desde 1928, a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) desde 1948, a New Tribes Mission ou Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) desde 1953. O SIL/WBT, tendo iniciado suas atividades em 1958 junto a uma dezena de povos, vinte anos depois atuava junto a mais de 40 comunidades indígenas, o que importava na presença de muito mais de uma centena de pessoas, já que o sistema adotado e consentido foi o de dois “pesquisadores” para cada língua – preferentemente marido e esposa, senão dois homens ou duas mulheres – e mais os filhos menores e o pessoal administrativo e técnico nas bases (houve de início uma base no Rio de Janeiro, depois mudada para Brasília, e outras em Belém, em Porto Velho e em Cuiabá).

A entrada e rápida expansão do SIL/WBT no Brasil teve, naturalmente, fortes consequências para a linguística das línguas indígenas no Brasil. Embora o compromisso, assumido pela organização norte-americana no acordo com o Museu Nacional, de descrever as línguas indígenas dentro de três anos (seis etapas de aproximadamente seis meses), fosse obviamente inexecutável, logo começaram a ser publicados artigos sobre aspectos fonológicos ou gramaticais de algumas línguas, não só em revistas internacionais, mas também em publicações produzidas pela própria organização no Brasil, devidamente equipada para isso. Assim, ainda que fragmentariamente, começaram a tornar-se acessíveis novos dados sobre línguas já conhecidas, sobre outras insuficientemente conhecidas ou, ainda, sobre algumas até então desconhecidas.⁷

Se as análises descritivas produzidas, por

parciais que fossem, representaram efetiva contribuição na documentação e para o conhecimento das línguas, essa contribuição foi fortemente superada pelos efeitos negativos que trouxe o SIL/WBT para o desenvolvimento da linguística e do estudo das línguas indígenas no Brasil. Ou porque a grande maioria dos “linguistas-missionários” não tinha formação universitária, ou porque além disso traziam a idéia de que o nosso país seria uma *tabula rasa* em estudos de línguas indígenas, mas também e sobretudo porque seu objetivo maior era dominar as línguas para a ação missionária, não tomaram em consideração os estudos feitos e em andamento por pesquisadores brasileiros. A única língua indígena sobrevivente no Nordeste, a língua Yatê dos índios Fulniô (mun. de Águas Belas, PE) contava com um primeiro estudo gramatical e um dicionário elaborados por Max Boudin⁸ e de extensivo

⁷ O treinamento técnico dos “linguistas”, embora com um denominador mínimo comum, que devia assegurar-lhes o aprendizado da língua indígena para iniciar o trabalho de tradução do Novo Testamento, necessitava de supervisão e ajuda analítica por parte dos poucos lingüistas mais experientes da organização, os quais tinham o doutorado. Veio como supervisora para o Brasil Sarah C. Gudschinsky, que tinha feito o doutorado em linguística na Universidade da Pennsylvania, com um estudo histórico-comparativo de uma família linguística do México.

⁸ Max Henri Boudin, que havia estudado na École Nationale des Langues Orientales Vivantes, em Paris, passou a trabalhar para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) após o fim da última guerra mundial. Seus trabalhos sobre o Yatê continuam inéditos, mas ele publicou sobre o Tenetehára logo depois de tornar-se professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, SP: **O simbolismo verbal primitivo: análise estruturalista de um dialeto tupi-guarani**. Presidente Prudente, 1963. **Dicionário de Tupi moderno (dialeto Tembê-Tênêthêhar do alto Gurupi)**. São Paulo, 1966.

trabalho de campo por Geraldo Lapenda, que elaborou uma gramática mais abrangente⁹, mas o SIL/WBT logo pôs entre os Fulniô o casal Douglas Meland e esposa¹⁰. Depois de pesquisar a língua Yatê, Boudin passou a estudar a língua dos índios Tenetehára, no leste do Pará e no Maranhão, tendo produzido também um estudo gramatical e um dicionário, mas lá também foi introduzido outro casal de missionários-linguistas, David e Margaret Bendor-Samuel¹¹. No Paraná, como

vimos, Mansur Guérios tinha dado início ao estudo da língua Kaingáng, mas logo foi estabelecida ali outra equipe do SIL/WBT, constituída por Ursula Wiesemann e Gloria Kindell¹². Também foram ignorados os estudos lingüísticos positivos de alguns missionários católicos melhor dotados, como os dos padres Antonio Colbacchini e César Albisetti¹³ sobre a língua dos índios Boróro orientais, entre os quais foram implantadas duas equipes sucessivas do SIL/WBT.¹⁴

⁹ Geraldo C. Lapenda que, entre outras atividades universitárias, foi professor de Grego na Universidade Federal de Pernambuco, já na década de 1950 havia iniciado trabalho de campo lingüístico entre os índios Fulniô e publicado um ensaio de gramática e vocabulário como apêndice ao livro do antropólogo Estêvão Pinto *Etnologia brasileira: Fulniô, os últimos Tapuias* (Col. Brasiliana, 285), São Paulo: Ed. Nacional, 1956; posteriormente publicou sua detalhada *Estrutura da língua latê*. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1968, com 2ª. edição em 2005.

¹⁰ O casal Douglas e Doris Meland foi estabelecido entre os Fulniô em 1960. Douglas produziu uma descrição gramatical e um dicionário, os quais permanecem inéditos, e após concluí-los deixou os Fulniô e o Brasil. Nenhum outro membro do SIL/WBT foi designado para substituir o casal Meland.

¹¹ David Bendor-Samuel fez o doutorado na Universidade de Londres, em 1966, com a tese *Hierarchical structures in Guajajára*. Em 2007 foi completada a tradução integral da Bíblia para a língua Guajajára por um lingüista-missionário do SIL/WBT, Carl H. Harrison.

¹² Wiesemann (alemã) e Kindell (canadense) se estabeleceram inicialmente entre os Kaingáng de Rio das Cobras, no interior do Paraná. A primeira fez o doutorado na Universidade de Colônia, com uma tese sobre a estrutura fonológica e gramatical da língua Kaingáng (*Die phonologische und grammatische Struktur der Kaingáng-Sprache*, Haia: Mouton, 1972).

¹³ Os missionários salesianos estabelecidos junto aos índios Boróro ou Coroados já no início do século XX, publicaram um primeiro ensaio de gramática e vocabulário em 1908; em 1925 o padre Antonio Colbacchini publicou em Turim, Itália, gramática, textos e um vocabulário bem mais amplo no livro *I Boróros orientali del Matto Grosso, Brasile*, em 1942, em colaboração com César Albisetti, uma versão em Português, *Os Boróros orientais do Planalto Central de Mato Grosso*, São Paulo: Comp. Editora Nacional; e C. Albisetti com Ângelo J. Venturelli publicaram a *Enciclopédia Boróro*, cujo volume 1 foi um grande dicionário enciclopédico (1962), o volume 2 uma extensa coleção de textos (1969) e o volume 3 uma coleção de cantos rituais (1976).

¹⁴ O SIL/WBT entrou nos Boróro já em 1958 com o casal George e Esther Huestis. Este foi depois substituído por Thomas Crowell e sua esposa. Em 1979 T. Crowell apresentou uma gramática do Boróro como tese de doutorado na Universidade Cornell, em Ithaca, EUA.

Assim, não só se encobriu a pesquisa que brotava no Brasil, mas desestimulou-se o desenvolvimento de novas pesquisas: praticamente havia equipes do SIL/WBT para todas as comunidades indígenas que se tornassem acessíveis por terra ou por ar. Só foram evitadas as áreas onde paralelamente atuavam outras missões evangélicas com objetivos análogos, particularmente a MEVA em Roraima e a MNTB no Rio Negro (AM) e no sudoeste do Amazonas e no Acre. Também foi evitada a duplicação de esforços para línguas que já eram objeto de equipes do SIL/WBT em países vizinhos. Assim, a língua indígena com maior número de falantes no Brasil, que é a Tikúna (ou Tukúna) no Alto Amazonas, ficou sendo trabalhada só no Peru, onde seu estudo se iniciara antes da entrada do SIL/WBT no Brasil.¹⁵ A língua Kaxinawá, que já no início do século XX havia sido objeto de extraordinária documentação pelo principal pioneiro da linguística indigenista no Brasil, J. Capistrano de Abreu,¹⁶

também foi deixada para a equipe que trabalhava com ela no Peru.

Como a preocupação maior do SIL/WBT era a alocação de equipes no interior do país, só ficou livre de sua interferência o estudo da documentação sobre as línguas já mortas no período colonial, em cujo estudo já atuavam nos anos 30, 40 e 50 Plínio Ayrosa, Rosário F. Mansur Guérios, Maria de Lourdes de Paula Martins, Jörn Jakob Philipson, Carlos Drummond, Frederico Edelweiss, Antônio Lemos Barbosa, A. D. Rodrigues.

Quando foi fundada a Universidade de Brasília (UnB), em abril de 1962, um de seus criadores, o antropólogo Darcy Ribeiro, convidou-me para organizar nela o ensino da linguística e desenvolver a área de pesquisa sobre as línguas indígenas. Eu tinha feito meu doutorado na Universidade de Hamburgo (1955-1959), com estudo de fonética e fonologia, linguística geral e línguas africanas e com uma tese sobre a fonologia do

¹⁵ Em 1958 foi posto com os Tikúna do Brasil pelo SIL/WBT o Dr. Ivan Lowe (Ph. D. em Física pela Universidade de Cambridge), o qual nesse ano e no ano seguinte documentou e analisou vários aspectos daquela língua, tendo produzido relatórios linguísticos que ficaram inéditos e tendo em seguida, ainda em 1961, sido posto a trabalhar com os Nambikwára do Sul. Já em 1944 foram publicados os trabalhos do missionário católico Frei Fidélis de Alviano sobre a língua Tikúna – gramática, vocabulários e coleção de frases, **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** 183:7-194. Só anos mais tarde uma linguista colombiana, María Emilia Montes, e uma brasileira, Marília Lopes Facó Soares, passaram a desenvolver pesquisas científicas independentes sobre a língua Tikúna (Ticuna).

¹⁶ Capistrano de Abreu, melhor conhecido como um dos grandes historiadores brasileiros, publicou em 1914 o livro **Rã-txa hu-ni-ku-): a língua dos Kaxinawás do rio Ibaucú, afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá)**, Rio de Janeiro: Leuzinger (2ª. ed., Rio de Janeiro: Soc. Capistrano de Abreu e Livr. Brigueiet, 1941), com ampla documentação textual, um esboço gramatical e vocabulário.

Tupinambá (*Phonologie der Tupinambá-Sprache*) e de 1960 a 1962 ensinei Linguística Geral para os cursos de Letras e Etnografia Brasileira e Língua Tupi para o curso de Geografia e História na Universidade Federal do Paraná¹⁷. Como ainda devia cumprir o ano letivo de 1962 no Paraná, deixei para iniciar meu contrato com a UnB em 1963, depois de ter participado, ainda em 1962, das primeiras discussões em Brasília sobre como seria o então já projetado Instituto Central de Letras. Darcy Ribeiro, que em sua anterior função de coordenador de estudos e pesquisas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) fora atropelado pelo convênio do Museu Nacional com o SIL/WBT, decidiu cobrar da instituição norte-americana uma cooperação efetiva, sem ônus financeiro para o Brasil, na formação de lingüistas brasileiros e concluiu um acordo, pelo qual o SIL/WBT se comprometeu a destacar todo semestre pelo menos um de seus membros para dar aulas na UnB. Em cumprimento desse acordo, já em 1962 as

aulas de introdução à linguística no Curso-Tronco de Letras Brasileiras foram ministradas pelo casal britânico John e Audrey Taylor, que atuava junto aos índios Kaiwá no sul de Mato Grosso e já falava bastante bem o Português.

Em fevereiro de 1963 assumi meu posto na UnB e passei a supervisionar a disciplina de Linguística do curso de graduação e a organizar o curso de mestrado. Justamente nesse mês estava programada para realizar-se em Brasília uma reunião promovida pelo Conselho Federal de Educação para esclarecer sobre os currículos mínimos para os cursos superiores, os quais acabavam de ser estabelecidos por aquele conselho. Uma das novidades maiores nos currículos mínimos para a área de Letras foi a introdução da disciplina de Linguística. Essa decisão fora tomada no final de 1962, quando era Ministro da Educação Darcy Ribeiro, o qual me manifestara sua satisfação por achar que afinal a Linguística passaria a ter lugar no ensino universitário, mas eu lhe observara que a

¹⁷ Um importante pesquisador de línguas indígenas nas décadas de 40 e 50 foi o padre Antônio Lemos Barbosa, mineiro estabelecido no Rio de Janeiro, autodidata em Linguística, que se tornou um dos melhores conhecedores das línguas do período colonial. Impressionado com as publicações de Lemos Barbosa, um deputado federal seu amigo projetou uma lei que estabelecesse o ensino da língua Tupi nas universidades brasileiras. Tal lei foi efetivamente aprovada e sancionada pelo presidente da República em 3/9/1954, “instituinto em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do País a cadeira de ‘Etnografia Brasileira e Língua Tupi’.” Naturalmente, devido à simples falta de especialistas, a imensa maioria das faculdades não tinha condições de cumprir essa estranha lei. Entretanto, a PUCRJ teve Lemos Barbosa e a UFRJ teve Darcy Ribeiro como professores da nova cadeira e foi a mesma lei que possibilitou à UFPR atribuir-me, em 1960, a regência daquela cadeira no Departamento de Antropologia de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

resolução do CFE pressupunha a existência de pelo menos um professor de Linguística para cada uma das faculdades de Letras, então em número de 90, mas que no País não havia naquela época nem 10 professores que pudessem ensinar essa ciência. Dando-se conta do problema, o ministro me convidou para participar da reunião em Brasília e levantar a questão junto aos representantes do CFE. O SIL/WBT substituiu o casal Taylor pela norte-americana Loraine I. Bridgeman, também da equipe da língua Kaiwá e que acabara de concluir seu mestrado em Linguística na Universidade de Indiana, com uma dissertação sobre a fonologia daquela língua.¹⁸ Bridgeman passou a atuar como assistente e ficou ministrando a disciplina do curso de graduação. Mostrei a D. Ribeiro que para os cursos de pós-graduação não bastava um doutor, que era eu, mas que necessitávamos de mais um pelo menos. Prontamente ele obteve do SIL/WBT o compromisso de, sem ônus para a UnB, manter nela também um doutor por semestre. Nesse primeiro semestre tivemos a Dra. Sarah C. Gudschinsky, que continuava sendo a supervisora técnica das equipes que atuavam no Brasil. Entretanto, já no segundo semestre de 1963 a Dra. Gudschinsky tinha direito a férias programadas de sua instituição e devia passar longo tempo nos Estados Unidos. Para

substituí-la destacaram o Dr. Ivan Lowe, que trabalhava com a língua Nambikwára do Sul e que era doutor em física pela Universidade de Cambridge na Inglaterra. Para o primeiro semestre de 1964 a Dra. Gudschinsky ainda não podia voltar e o Dr. Lowe devia reassumir suas atividades entre os Nambikwára. Como o SIL/WBT não dispusesse de outro doutor no Brasil, trouxe o Dr. Irvine Davis, do seu ramo norte-americano, que tinha feito o doutorado na Universidade do Novo México em 1960, com a tese *Grammatical structure of Santa Ana Keresan* e que, desde então, desenvolvia estudos comparativos sobre a família linguística Keres. Davis revelou-se excelente pesquisador e professor.

Os primeiros estudantes de mestrado em Linguística da UnB foram admitidos em 1963; entretanto já em 1962 haviam sido aceitos estudantes de mestrado em Filologia Portuguesa, entendida como linguística da língua portuguesa. Coube a mim não só coordenar o programa de pós-graduação em Linguística *stricto sensu*, mas também o conjunto de atividades de ensino pós-graduado da nova universidade. No Instituto Central de Letras foi vencida logo no início a idéia de um programa único de pós-graduação em Letras e foram estabelecidos programas paralelos de Filologia Portuguesa (coordenado por Néelson Rossi), de

¹⁸ A principal publicação posterior de Bridgeman sobre o Kaiwá foi o livro **O parágrafo na fala dos Kaiwá-Guarani**, Brasília: SIL, 1981, tradução de sua tese de doutorado na Universidade de Indiana, Bloomington, 1966.

Teoria Literária (coordenado por Hércio Martins), de Literatura Brasileira (coordenado por Heron de Alencar), de Literatura Portuguesa (coordenado por George Agostinho da Silva), de Literatura Brasileira (coordenado por Ciro dos Anjos, que também exercia a direção do Instituto), de Estudos Clássicos (coordenado por Eudoro de Sousa). Alguns desses programas foram logo articulados com a criação de centros de pesquisa: o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (coord. por Agostinho da Silva), o Centro de Estudos das Culturas e Línguas Indígenas (coord. por mim) e o Centro Brasileiro de Estudos Clássicos (coord. por Eudoro de Sousa). O corpo docente do programa de linguística teve como professores, além de mim, a Dra. Sarah C. Gudschinsky, o Dr. Ivan Lowe, o Dr. Irvine Davis e a Mestre Loraine I. Bridgeman. Tivemos também distintos professores visitantes, como o Dr. Bernard Pottier da Universidade de Paris, o Dr. Harri Meier da Universidade de Bonn, o Dr. J. Mattoso Câmara Jr. da Universidade do Rio de Janeiro. As primeiras dissertações de mestrado foram concluídas em 1964 e 1965, três delas no programa de linguística: a de Eunice Pontes

sobre a fonologia do Português coloquial do Rio de Janeiro, a de Gilda M. Corrêa de Azevedo sobre a língua indígena Kirirí¹⁹ e a de Marta M. de Oliveira Coelho sobre a fonologia da língua africana Ronga. Paralelamente eram concluídas dissertações não só nas outras áreas de línguas e literaturas, mas também nas outras ciências humanas, nas biológicas e nas exatas.

Esse início promissor do ensino pós-graduado no Brasil, devido à visão educacional de Anísio Teixeira e ao espírito criativo de Darcy Ribeiro²⁰, a que se somou, em 1964, a sustentação corajosa de Zeferino Vaz²¹, primeiro interventor designado pelo presidente da ditadura militar, terminou abruptamente no segundo semestre de 1965, por ação a que se prestou o segundo interventor, Laerte Ramos de Carvalho, da Faculdade de Educação da USP. Dessa ação resultou o afastamento de praticamente todos os professores e estudantes de pós-graduação, com o que se encerrou aquele ensaio de uma nova organização universitária para o país, a qual vinha tendo o apoio de muitos dos principais cientistas brasileiros da época²².

¹⁹ Gilda Maria Corrêa de Azevedo, **Língua Kirirí**: descrição do dialeto Kipeá, 1964.

²⁰ A. Teixeira era mestre em educação pela Columbia University, Nova York, e D. Ribeiro era mestre em ciências sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo.

²¹ Z. Vaz, embora professor de parasitologia na USP, havia criado, no oeste paulista, como alternativa ao ensino médico da USP, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que logo se tornou a melhor do País. Fez parte do grande painel de especialistas em ensino e pesquisa consultados por Teixeira e Ribeiro no planejamento da Universidade de Brasília.

²² Cf. Salmeron, Roberto A., **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. 2ª edição revista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

Logo após ter deixado aquela primeira Universidade de Brasília, fui convidado, em 1966, a organizar um novo programa de pós-graduação em linguística no Museu Nacional do Rio de Janeiro e a colaborar com Roberto Cardoso de Oliveira na organização de um novo programa de pós-graduação em antropologia (o da UnB, coordenado por Eduardo Galvão, também deixara de existir). Com apoio financeiro da Fundação Ford foi possível construir um programa tríplice de linguística: mestrado no Museu Nacional, doutorado no exterior e cursos intensivos para professores de linguística em diversas universidades brasileiras. As aulas de linguística no museu começaram em março de 1968, tendo como professores, além de mim, os doutores Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Brian F. Head. A estes se agregou, quando concluiu seu doutorado na Universidade de Nova York em Buffalo, Antônio Carlos Quicoli, e também Lúcia M. Pinheiro Lobato, que tinha feito o

doutorado na Universidade de Paris. Colaboraram também, em alguns semestres, as mestres Gilda C. de Azevedo e Marta M. O. Coelho, assim como alguns dos doutores pertencentes ao SIL (Ursula Wiesemann, David Fortune, Carl H. Harrison). Logo no primeiro ano foi possível dar a Paulino Vandresen, da UFSC, a oportunidade de concluir o mestrado que havia iniciado comigo na UnB²³ e, em seguida, fazer um ano de estudos na Universidade da Califórnia. Dos novos alunos a maioria passou a trabalhar com questões da língua portuguesa ou questões de linguística geral, mas alguns optaram por línguas indígenas. Entre estes Ruth Maria Fonini Monserrat que iniciou trabalho de campo com a língua Aweti²⁴, Charlotte Emmerich com a língua Txikão (Ikpéng)²⁵ e Yonne de Freitas Leite com a língua Tapirapé. Também foi possível financiar a ida desta última para o doutorado na Universidade do Texas, onde optou por analisar o Português em vez do Tapirapé²⁶, e

²³ Com uma dissertação sobre a fonologia do vestfaliano falado em Rio Fortuna, SC.

²⁴ Ruth Monserrat passou a lecionar linguística na Faculdade de Letras da UFRJ, tendo sido por esta reconhecido o grau de mestre que já havia obtido na Universidade Patrice Lumumba de Moscou, com dissertação sobre a língua Guarani do Paraguai. Mais recentemente obteve o grau de doutor na UFRJ com a excelente tese *A língua do povo Mynky*, 2000.

²⁵ Charlotte Emmerich concluiu na UFRJ a dissertação de mestrado *A fonologia segmental da língua Txikão: um exercício de análise*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1980.

²⁶ As Irmãzinhas de Jesus, missionárias católicas que haviam salvo o povo Tapirapé da extinção e que, com a recomendação do antropólogo Charles Wagley, tinham apoiado o trabalho de campo de Leite, apelaram a outro linguista, o português Antônio de Almeida, que, com a colaboração delas, publicou uma descrição fonológica e gramatical e um vocabulário da língua Tapirapé: Antônio Almeida, Irmãzinhas de Jesus e Luiz Gouvêa de Paula, **A língua Tapirapé** (Biblioteca Reprográfica Xerox), Rio de Janeiro: Xerox, 1983.

de Miriam Lemle para um ano de estudos no MIT.²⁷

No Museu, o programa de Linguística recebeu como conferencistas Roman Jakobson, Paul Garvin, Bernard Pottier, Tsvetan Todorov e outros lingüistas.

Os cursos intensivos financiados pela Ford foram batizados de “Institutos Brasileiros de Lingüística” (IBL), em analogia com a série de “Institutos Interamericanos de Lingüística” (IIL) promovida pelo PILEI – Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas – a partir de 1965. O primeiro da nossa série foi realizado em janeiro-fevereiro de 1968, em Porto Alegre, com as aulas dadas no campus da Pontifícia Universidade Católica e as confe-

rências na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um segundo IBL foi logo programado para realizar-se em São Paulo em janeiro e fevereiro de 1969 na USP e na PUCSP, conjuntamente como o III IIL (o primeiro destes havia sido realizado em Montevidéu em 1965-1966 e o segundo na cidade do México em 1968).²⁸

Apesar do muito bom desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional em suas três modalidades – os cursos regulares de mestrado no próprio museu, os cursos intensivos itinerantes dos IBLs e a promoção do doutorado no exterior, ou talvez justamente por causa desse bom desenvolvimento, em 1970, o novo pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFRJ (da qual

²⁷ Dentro do programa que organizei com o apoio da Fundação Ford e com a colaboração do Dr. Brian F. Head, então assessor daquela fundação para a área de Linguística no Brasil, o primeiro estudante enviado para o doutorado em Linguística foi Antônio Carlos Quicoli, ex-aluno de Jörn Jakob Philipson na USP, o qual foi para a State University of New York em Buffalo, onde teve como tutor o Dr. Paul L. Garvin, que lhe possibilitou um “sanduíche” no MIT. Concluído o doutorado, Quicoli veio reforçar o corpo docente do programa de pós-graduação em Linguística no Museu Nacional e depois na UNICAMP.

²⁸ Os IILs promovidos pelo PILEI tiveram grande importância para o desenvolvimento da Linguística em vários países da América Latina, como o México, a Colômbia, a Venezuela, o Peru, o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Brasil. Fizeram cursos nos IILs (também nos IBLs) lingüistas brasileiros como Leonor Scliar Cabral, Paulino Vandresen, Leila Barbara, Mary Kato e muitos outros. Sob o patrocínio do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional (PPGL) foram realizados seis IBLs: I em Porto-Alegre, janeiro e fevereiro de 1968; II em São Paulo, janeiro e fevereiro de 1969; III em Belo Horizonte, junho de 1969; IV em Salvador, janeiro e fevereiro de 1970, V em Niterói, janeiro e fevereiro de 1972., e VI em Florianópolis, janeiro e fevereiro de 1973. Após a mudança do PPGL para a UNICAMP, essa série de IBL foi interrompida, pois não tive autorização da direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta universidade para tratar com a Fundação Ford uma renovação do respectivo financiamento. Mas, em 1982, quando a direção da ABRALIN estava em Recife, esta decidiu, por iniciativa de Adair Pimentel Palácio, assumir a continuidade dos IBLs, organizando então o VII Instituto Brasileiro de Lingüística, num reconhecimento da importância dos IBLs e da necessidade continuada de oferta de cursos pouco presentes ou simplesmente ausentes em nossas universidades. Felizmente sucessivas direções da ABRALIN têm mantido a oferta periódica de IBLs, embora em algum momento omitindo o qualificativo *brasileiro*.

o Museu Nacional pouco antes passara a ser uma unidade), Prof. Luís de Castro Faria (o mesmo que entregara o estudo das línguas indígenas ao SIL/WBT, acertou com a direção da Faculdade de Letras que o programa de pós-graduação em linguística, apesar da oposição de seus docentes e do Diretor do Museu, passaria deste para aquela Faculdade, mesmo não havendo ali sequer o espaço necessário para o trabalho dos professores e estudantes de linguística, já disponível no Museu. Outro fator negativo dessa associação imposta foi a atitude do então coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, ao qual fomos subordinados, que passou a reter os processos de concessão do grau de mestre na área de linguística, porque ainda não havia sido concluída nenhuma dissertação nas áreas de letras. Diante disso, os professores de linguística decidiram encontrar outra universidade no País, que permitisse o desenvolvimento do ensino pós-graduado em linguística. Das universidades consultadas

(UFMG, UFSC e UNICAMP), só a UNICAMP aceitou receber o programa integralmente, com todos seus alunos que quisessem transferir-se, no estágio de estudo em que se encontravam. Assim, o programa de pós-graduação em linguística se transferiu (com exceção da Dra. Lúcia Lobato, que por razões familiares decidiu não mudar para Campinas e mudou-se pouco depois para Brasília) da UFRJ para a UNICAMP e nesta passou a integrar, a partir de março de 1973, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Os 25 alunos que puderam deslocar-se do Rio de Janeiro para Campinas continuaram seus estudos do ponto em que se encontravam, de modo que, já no primeiro semestre em Campinas, Maria Bernadete Abaurre pôde defender sua dissertação e habilitar-se a uma bolsa de estudos para o doutorado em linguística no exterior.

Em 1974 foi concluída a primeira dissertação de mestrado e em 1984 as primeiras teses de doutorado sobre línguas indígenas na UNICAMP²⁹. Antes da aposentadoria do Prof.

²⁹ **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas orientadas por Rodrigues:** Daniele M. Grannier, *Fonologia do Guarani Antigo*, 1974; Daniel L. Everett, *Aspectos da fonologia do Pirahã*, 1979; Sílvia Lúcia B. Braggio, *Aspectos fonológicos e morfológicos do Kadiwéu*, 1981; Tine H. van der Meer, *Fonologia da língua Suruí*, 1982; Marymárcia Guedes, *Subsídios para uma análise fonológica do Mbyá*, 1983; Cheryl J. S. Jensen, *O desenvolvimento histórico da língua Wayampí*, 1984; Cristina H. R. Gonçalves, *Concordância em Mundurukú* (co-orientação com Frank Brandon), 1985; Péricles Cunha, *Análise fonêmica preliminar da língua Guajá*, 1987; Nilson Gabas Júnior, *Fonologia da língua Káro*, 1988; Isaac Costa de Souza, *Contribuição para a fonologia da língua Arára (Karíb)*, 1988.

Teses de doutorado sobre línguas indígenas orientadas por Rodrigues: Adair Pimentel Palácio, *Guató: a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*, 1984; Allen Arthur Jensen, *Sistemas indígenas de classificação de aves: aspectos comparativos, ecológicos e evolutivos* (co-orientação), 1986; Marita Porto Cavalcante, *Fonologia e morfologia da língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*, 1987.

Rodrigues, em 1988, já orientavam estudos sobre línguas indígenas também os professores Frank R. Brandon³⁰, Charlotte C. Galves³¹, Lucy Seki³² e Maria Bernadete Abaurre Gnerre³³. Após aposentado da UNICAMP, Rodrigues passou a atuar na Universidade de Brasília, a cujo corpo

docente foi reintegrado em virtude de ato de anistia da Assembléia Nacional Constituinte em 1985. Continuou estimulando e orientando estudos sobre línguas indígenas no Programa de Pós-Graduação em Linguística desta universidade, o qual só recentemente passou

³⁰ Orientador da dissertação de mestrado de Helen Weir, *A negação e outros tópicos de gramática Nadéb*, 1984, e Cristina H. R. Cômodo, *Concordância em Mundurukú* (co-orientação com Rodrigues), 1985.

³¹ **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas:** Maria Sueli de Aguiar, *Elementos de descrição sintática para uma gramática do Katukina*, 1988; Nádia Nascimento Pires, *Aspectos da gramática da língua Jeoromiti. (Jaboti)*, 1992; Maria Amélia Reis Silva, *Pronomes, ergatividade e ordem em Mebengokre*, 2001.

Teses de doutorado sobre línguas indígenas: Daniel L. Everett, *A língua Pirahã e a teoria da sintaxe*, 1983; Maria Sueli de Aguiar, *Análise descritiva e teórica de alguns aspectos da língua Katukina Pano*, 1994.

³² **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas:** Cristina Martins Fargetti, *Fonologia da Língua Juruna (Tupi)*, 1992; Raquel Guirardelo, *Aspectos da morfossintaxe da língua Trumai (isolada) e de seu sistema de marcação de caso*, 1992; Mitzila Izabel Ortega Mujica, *Aspectos fonológicos e gramaticais da língua Yawalapiti*, 1992; Benedita Aparecida Chavedar Araújo, *Análise do Wörterbuch der Botokudensprache*, 1992; Marci Filetti Martins, *Incorporação em Guarani (Mbya)*, 1996; Cilene Campetela, *Sistema de Marcação de Caso Nas Orações Independentes do Ikpeng/Txikão (Karib)*, 1997; Frantome Bezerra Pacheco, *Aspectos da gramática Ikpeng/Txikão (Karib)*, 1997; Cristina de Cassia Borella, *Aspectos morfossintáticos da língua Aweti (Tupi)*, 2000; Patrícia de Oliveira Borges, *Estudo de aspectos da língua Kayabi (Tupi)*, 2004; Raynice Geraldini Pereira da Silva, *Estudo fonológico do Sateré-Mawé*, 2005.

Teses de doutorado sobre línguas indígenas: Angel Corbera Mori, *Fonologia e gramática da Língua Aguaruna (Jívaro)*, 1994; Ludoviko Carnasciali dos Santos, *Descrição de aspectos morfossintáticos da língua Suyá/Kinsedje (Jê)*, 1997 (Universidade Federal de Santa Catarina); Cecília Beatriz Gualdieri, *Mocovi (Guaikuru). fonologia e morfossintaxe*, 1998; Frantomé Bezerra Pacheco, *Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karib)*, 2001; Luciana Gonçalves Dourado, *Aspectos morfossintáticos da língua Panará*, 2001; Cilene Campetela, *Aspectos prosódicos de língua Ikpeng*, 2002; Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira, *Estudo morfossintático da língua Parkatêjé*, 2003; Marci Filetti Martins, *Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá*, 2003; Aldir Santos de Paula, *A língua dos índios Yawanawá*, 2004; Flávia de Castro Alves, *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua jê*, 2004; Valéria Faria Cardoso, *Descrição e análise da marcação ativa Kaiowá*, 2005.

³³ **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas:** Márcio Ferreira da Silva, *A fonologia segmental Kamayurá*, 1981; Cláudia Netto do Valle, *Popükare - ou 'nós mesmos' - uma investigação sobre o ritmo numa sociedade de tradição oral*, 1986; Luizete Guimarães de Barros, *Nasalização vocálica e fonologia introdutória do Katukina*, 1987; Maria Filomena S. Sândalo, *Aspectos da língua Pirahã e a noção de polifonia*, 1989; Alzerinda de Oliveira Braga, *A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap (Tupi)*, 1992; Edson Massamiti Suzuki, *Fonética e fonologia do Suruwaha*, 1997; Andrés Pablo Salanova, *A nasalidade em Mebengokre e Apinayé: o limite do vozeamento*, 2001.

Tese de doutorado: Marília Lopes da Costa Facó Soares. *O suprasegmental em Tikuna e a teoria fonológica*. 1992.

a oferecer doutorado e junto ao qual é hoje pesquisador voluntário.³⁴ Em Campinas esta área específica passou a ser conduzida por L. Seki.

Adair P. Palácio, ao concluir o doutorado

na UNICAMP voltou para Recife e passou a orientar pesquisas sobre línguas indígenas, principalmente da família Pano, no programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.³⁵ Tendo-se aposentado

³⁴ **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas:** Luciana Gonçalves Dourado, *Estudo preliminar da fonêmica Panará*, 1990; Tereza Cristina de Souza Silva, *Estudo preliminar da fonologia da língua Mehináku*, 1990. Dalva del Vigna, *Segmentos complexos da língua Yuhúp*, 1991. Eurípedes A. Barbosa, *Aspectos fonológicos da língua Yatê*, 1991. Poliana Maria Alves, *Análise fonológica preliminar da língua Tuparí*, 1991. Iraguacema Maciel, *Alguns aspectos fonológicos e morfológicos da língua Máku*, 1991; Antônio Augusto de Souza Melo, *Estudo comparativo do léxico da família linguística Tupi-Guaraní*, 1992 (Universidade Federal de Santa Catarina); Laércio Nora Bacela, *Fonologia preliminar da língua Kano*, 1992; João Domingos Wolff da Silva, *Os topônimos brasileiros oriundos do Tupinambá e sua adaptação ao Português*, 1993; Shirley Cardoso de Souza, *Alguns aspectos morfológicos da língua Arára*, 1993; José Natal Barbosa, *Contribuição à análise fonológica do Suruí do Tocantins*, 1993; Terezinha Bublitz, *Análise fonológica preliminar da língua Xoklêng*, 1994; Adriana Maria Soares Viana, *A expressão de atributo na língua Karajá*, 1995 (co-orientação); Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira Borges, *Aspectos da morfossintaxe do sintagma nominal na língua Kayapó*, 1995; Eduardo Rivail Ribeiro, *Morfologia do verbo Karajá*, 1996 (co-orientação, Universidade Federal de Goiás); Beatriz Carretta Corrêa da Silva, *Urubú-Ka'apor, da gramática à história: a trajetória de um povo*, 1997; Fábio Bonfim Duarte, *Análise gramatical das orações da língua Tembê*, 1997; Mary Lourdes de Oliveira Angotti, *A caustivização em Mundurukú: aspectos morfo-sintáticos*, 1998; Walkíria Neiva Praça, *Nomes como predicados em Tapirapé*, 1999; Dionei Moreira Gomes, *Predicados verbais da língua Mundurukú e modelos lexicográficos*, 2000; Marina Maria Silva Magalhães, *Aspectos fonológicos e morfossintáticos da língua Guajá*, 2002; Léia de Jesus Silva, *Aspectos da fonologia e morfologia da língua Rikbáktsa*, 2005; Eduardo Alves Vasconcelos, *Aspectos fonológicos da língua Xetá*, 2008; Ana Paula Lion Mamede Nascimento, *Estudo fonológico da língua Guajá*, 2008; Juliana Ferreira Alves, *Fonética e fonologia da língua Araweté: uma nova contribuição*, 2008.

Teses de doutorado sobre línguas indígenas: Adair Pimentel Palácio, *Guató: a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*, 1984; Allen Arthur Jensen, *Sistemas indígenas de classificação de aves: aspectos comparativos, ecológicos e evolutivos*, 1986 (co-orientação); Nilson Gabas Júnior, *A grammar of Karo, Tupi (Brazil)*, 1999 (co-orientação); Antônio Augusto de Souza Melo, *Estudo histórico da família Tupi-Guaraní: aspectos fonológicos e lexicais*, 2000 (Universidade Federal de Santa Catarina); Dionei Moreira Gomes, *Estudo morfológico e sintático do Mundurukú (Tupi)*, 2006; Marina Maria Silva Magalhães, *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*, 2007.

³⁵ **Dissertações de mestrado sobre línguas indígenas:** Aldir de Paula, *Poyanáwa, a língua dos índios da aldeia Barão: aspectos fonológicos e morfológicos*, 1992. Carla Maria Cunha, *A morfossintaxe da língua arara (Pano) do Acre*, 1993. Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira Lima, *A língua Umutina: um sopro de vida*, 1995. Maria Odileiz Sousa Cruz, *A fonologia Taurepang: uma língua da família Karib falada em Roraima*, 1995. E diversas outras.

Tese de doutorado sobre língua indígena: Januacele Francisca da Costa, *Ya:thê, a última língua nativa no Nordeste do Brasil: aspectos morfo-fonológicos e morfo-sintáticos*, 1999.

na UFPE, foi convidada a ensinar no curso de pós-graduação em Letras da UFAL, onde continuou orientando pesquisas sobre línguas indígenas.³⁶ Marita P. Cavalcante passou a trabalhar na Universidade Federal de Goiás, onde orientou duas dissertações de mestrado sobre línguas indígenas.³⁷ Após doutorado na Universidade do Novo México (1986), passou a atuar na UFG também Sílvia Lúcia Bigonjal Braggio a partir de 1987. Além de dedicar-se a questões sociolinguísticas e educacionais, tem orientado dissertações e teses sobre línguas indígenas.³⁸

Em 1995 Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, mestre em Letras (1976) e em Estética (1979) pela Universidade de Paris, que já havia colaborado com o primeiro programa especial de educação para indígenas no Acre³⁹ e já havia sido pesquisadora voluntária de linguística da Universidade de Brasília em 1989-1990, concluiu seu doutorado na Universidade de Pittsburgh com uma pesquisa de linguística histórica sobre a natureza da língua Kokáma⁴⁰. Embora tenha recebido recomendação do diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a

³⁶ **Teses de doutorado:** Daniele Marcelle Grannier, *Aspectos da morfossintaxe do Guarani Antigo*, 2002; Ione Pereira Vasconcelos, *Aspectos da fonologia e da morfologia da língua Aikãã*, 2002; Stella Telles. Gramática e Fonologia Latundê/Lakondê. 2002 (co-orientação). Mais recentemente, em 2006, a primeira lingüista indígena brasileira, a índia Pankararú Maria das Dores de Oliveira, concluiu seu doutorado com uma análise da língua Ofayé: *Ofayé, a língua do Povo do Mel. Fonologia e Gramática*, Doutorado em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Orientadora: Januacele Francisca da Costa.

³⁷ Eduardo Rivail Ribeiro, *Morfologia do verbo Karajá*. 1996 (co-orientação) e Mônica Veloso Borges. *As falas feminina e masculina da língua Karajá*, 1997.

³⁸ **Dissertações de mestrado:** Maria do Socorro Silva do Vale, *A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura: uma abordagem funcionalista*, 1995; Rosani Moreira Leitão, *Educação e tradição: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal*, 1998; Francisco Edviges Albuquerque, *Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito com o Português: aspectos da situação sociolinguística*, 1999; Sinval Martins de Souza Filho, *A aquisição do Português oral pela criança Xerente*, 2000; Luiz Gouvêa de Paula, *Mudanças de código em eventos de fala na língua Tapirapé durante interações entre crianças*, 2001; Eunice Dias de Paula, *Os Tapirapé e a escrita: indícios de uma relação singular*, 2001; Luisa do Amparo Carvalho Patatas de Arruda, *Entre dois mundos: a relação entre migração e língua Bakairi*, 2004; Raquel Peixoto Ferreira Vieira, *O papel da L1 na aquisição de segunda língua escrita na escola indígena Xerente Wikarnãse*, 2005

Teses de doutorado: Sinval Martins de Sousa Filho. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Akwe Xerente*, 2007; Mariana de Souza Garcia, **Uma análise tipológica sociolinguística na comunidade indígena Terena de Ipegue: extinção e resistência**, 2007.

³⁹ Ana Suelly A. C. Cabral, Nieta L. Monte e Ruth M. F. Monserrat (orgs.), **Por uma educação indígena diferenciada**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

⁴⁰ Ana Suelly A. C. Cabral, **Contact induced language change in the western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language**. Tese de doutorado, University of Pittsburgh, 1995.

que estava vinculada, para trabalhar no Museu Goeldi, teve seu acesso vetado pelo bolsista que então dirigia o setor de línguas indígenas do museu. Em 1996 passou a integrar, por concurso, o corpo docente da Universidade Federal do Pará, na qual continuou suas pesquisas e, até 2002, orientou no Programa de Pós-Graduação em Letras nove dissertações sobre línguas indígenas amazônicas.⁴¹ Enquanto na UFPA, foi coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas (GTLI) da ANPOLL e organizou um primeiro encontro internacional sobre as línguas indígenas do Brasil, do qual participaram, além de grande número de pesquisadores europeus, norte-americanos e latino-americanos, a maioria dos que no Brasil se dedicam à linguística das

línguas indígenas.⁴² Com Rodrigues, que foi professor visitante por um semestre na UFPA, organizou a publicação de uma coletânea de artigos apresentados na reunião de 2000 (UFF, Niterói) do GTLI da ANPOLL.⁴³ Em 2002 foi convidada a transferir-se para a Universidade de Brasília, na qual passou a ensinar nos cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e a desenvolver pesquisa no Laboratório de Línguas Indígenas. Em colaboração com Rodrigues organizou uma segunda coletânea de estudos, com os trabalhos apresentados na reunião do GTLI em 2002 (Gramado, RS)⁴⁴ e vários encontros para discussão científica sobre as línguas e as culturas dos povos indígenas: 3º Encontro Macro-Jê, Universidade de Brasília,

⁴¹ **Dissertações de mestrado na UFPA:** Auristêa Caetana Souza e Silva, *Aspectos da referência alternada em Parakanã*, 1999; Marcia Goretti Carvalho, *Sinais de morte ou de vitalidade na Língua Tembê? Contribuição ao estudo do contato lingüístico na Amazônia Oriental*, 2001; Jessiléia Guimarães Eiró, *Contribuição à análise fonológica da língua Tembê*, 2001; Raimunda Cristina Benedita Caldas, *Aspecto, modo de ação e modalidade em Ka'apó*, 2001; Tabita Fernandes da Silva, *Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Kaapór*, 2001; Maria Ivanete de Santana Felix, *A Língua Geral Amazônica Contribuição para o Estudo de suas Variedades Dialetais Faladas ao Longo do Rio Amazonas e seus Tributários, nos Séculos XIX e XX*, 2002; Lucivaldo Silva da Costa, *Flexão relacional, marcas pessoais e tipos de predicados em Xikrin: contribuição para os estudos de ergatividade em línguas Jê*, 2003; Eliete de Jesus Bararuá Solano, *A Posição do Araweté na Família Linguística Tupí-Guaraní: Considerações Lingüísticas e Históricas*, 2004; Glaucy Ramos Figueiredo, *O ramo IV e seu desmembramento em línguas independentes: contribuição aos estudos histórico-comparativos da família Tupí-Guaraní*, 2004.

⁴² Ana Suely A. C. Cabral e Aryon D. Rodrigues (orgs.), **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história** (Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL), tomo I (433 p.), Belém: EDUFPA, 2002; tomo II (442 p.), Belém: EDUFPA, 2002.

⁴³ Ana Suely A. C. Cabral e Aryon D. Rodrigues (orgs.), **Estudos sobre línguas indígenas**, Belém: UFPA, 2001 (239 p.).

⁴⁴ Aryon D. Rodrigues e Ana Suely A. C. Cabral (orgs.), **Novos estudos sobre línguas indígenas**, Brasília: Editora da UnB, 2005 (243 p.).

3-5/12/2003⁴⁵; I Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí, Universidade de Brasília, 4-8/10/2004⁴⁶; Workshop sobre Linguística Histórica e Línguas em Contato: línguas indígenas do Brasil e áreas adjacentes, Universidade de Brasília, 12-14/10/2005; II Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí, Universidade de Brasília, 1-3/10/2007; e Workshop sobre Línguas Indígenas Ameaçadas: Estratégias de Preservação e Revitalização, Universidade de Brasília, 4-5/10/2007.

Concluindo:

A memória ao longo dos anos retém melhor alguns acontecimentos, deixa partidos outros, perde inúmeros. A valorização dos fatos é também muito variável: o que, quando aconteceu, parecia natural e pouco significativo, com o passar do tempo passa a ser percebido como algo importante e que teve conseqüências duradouras; algo que exigiu muita atenção e muito trabalho, esvaiu-se quase sem deixar traços. A lembrança das pessoas com quem interagimos é também extremamente desigual: de uns continuam vivas não só as ações, mas também as fisio-

nomias e as maneiras de ser e agir; de outros, apenas o nome, ou nem esse. A experiência que acabo de ter, procurando recuperar a trajetória não minha, mas dos atos e fatos institucionais que caracterizaram a institucionalização da Linguística como ciência e como disciplina universitária no Brasil, institucionalização que se reflete naturalmente na criação, há quarenta anos, da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, mostrou-me que, passado tanto tempo, um verdadeiro histórico já não pode ser produzido por uma só memória. É claro que eu não quis fazer historiografia da nossa disciplina, mas apenas tocar em pontos que possam merecer a atenção dos historiógrafos, os quais com método e iluminação teórica saberão destacar o historicamente relevante do idiossincrático e anedótico.

Mas, para concluir e não apenas parar (o meu editor diz que já não há mais tempo para nenhum acréscimo), seja-me permitido chamar a atenção dos meus colegas lingüistas para duas questões que me preocuparam e continuam preocupando-me ao longo deste quase meio século. Uma diz respeito à nossa ciência – a linguística enquanto estudo científico das línguas – e é a extrema

⁴⁵ Aryon D. Rodrigues e Ana Suely A. C. Cabral (orgs.), **Línguas e Culturas Macro-Jê**, Brasília: Ed. da UnB e FINATEC (179 p.).

⁴⁶ Ana Suely A. C. Cabral e Aryon D. Rodrigues (orgs.), **Línguas e culturas Tupí**, Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, e Brasília: LALI (468 p.).

dificuldade de desenvolvê-la nas universidades brasileiras, apegadas a uma esdrúxula epistemologia que separa estanquamente a Linguística das demais ciências, tanto humanas como naturais, colocando-a numa mal arranjada área de “letras e artes”. Isso é especialmente incongruente num país com mais de duzentas línguas, no qual o estudo e o ensino universitário das Letras propriamente ditas estão voltados para as manifestações literárias em apenas uma dessas línguas. Nos últimos anos houve grande progresso em algumas universidades com respeito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mas não tem mudado a situação das outras mais de duzentas manifestações lingüísticas existentes no País.

A outra questão é a interferência abusiva de especialistas de outras áreas na regulamentação das pesquisas sobre as línguas indígenas. Mencionei acima a entrega pelo antropólogo Luís de Castro Faria, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, da pesquisa dessas línguas a uma instituição missionária que atuava dentro de projeto que tinha o Departamento de Estado dos Estados Unidos para a América Latina. Agora, recentíssimamente, antropólogos do Museu Nacional sucessores de Castro Faria induziram o Museu do Índio da FUNAI, que não tem nenhum lingüista em seus quadros (e não o Museu Nacional em que eles trabalham e que tem vários lingüistas) a

fazer um convênio com o Max Plank-Institut para Psicolingüística, sediado em Nimega na Holanda, com o fim de introduzir o modelo DOBES de documentação linguística para línguas ameaçadas (todas as indígenas do Brasil), que se caracteriza por recorrer à mais refinada tecnologia de documentação de som e imagem (ainda inacessível para a maioria dos nossos pesquisadores) e por relegar para o futuro a análise dos dados documentados. Por um lado, justamente por deixar para um futuro indefinido a análise das línguas (as justificativas do Dr. Himmelmann, um dos mentores do modelo, são as decifrações das inscrições sumeras e hititas alguns milênios depois de feitas), a adoção do DOBES desestimula a formação de lingüistas com os métodos analíticos já bem estabelecidos e subordina o acesso a novos dados a um projeto que tem privilegiado unicamente pesquisadores vinculados a instituições européias. Além disso, adotado por um setor da FUNAI – ainda que seja só para armazenamento de cópias –, por ser a FUNAI o órgão do nosso Ministério da Justiça que tem a capacidade legal de autorizar ou vetar a realização de pesquisas junto a comunidades indígenas, há o risco de ter-se a aderência ao projeto DOBES como critério para as autorizações, o que implicaria grave ofensa à liberdade de pesquisa científica no nosso País.

Yonne de Freitas Leite
(1979-1981)

É graduada em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1957), tendo doutorado em Linguística pela University of Texas at Austin (1974). É Professora Adjunta IV aposentada da UFRJ e Bolsista 1A em produtividade em pesquisa do CNPq. Recebeu a medalha Oskar Nobling: Honra ao Mérito Lingüístico e Filológico (1976) e a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico (2002). Foi presidente da Associação Brasileira de Lingüística (1979-1981) e da Associação Brasileira da Antropologia (1998-2000). Tem como área principal de atuação as línguas indígenas brasileiras. Participa do projeto Gramática do Português Falado de âmbito nacional, coordenado por Ataliba de Castilho. Faz parte dos grupos de Pesquisa do CNPq certificado pela UFRJ: Descrições Acústicas do Português, coordenado por João Antonio de Moraes e do Projeto NURC: da década de 70 à década de 90, coordenado por Dinah Callou e Célia Regina dos Santos Lopes. Atualmente é professora titular da Universidade Gama Filho e coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UGF.



AS TIME GOES BY: AS RELAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA E ANTROPOLOGIA

Yonne Leite

Ao celebrarmos os 40 anos da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) é oportuno lembrar o passado e examinar as relações de colaboração e de trocas existentes na segunda metade do século XX entre a Linguística e a Antropologia. Celebrar é, assim, rememorar, recordar e procurar as origens de um campo de pesquisa para entender o presente e projetar um futuro.

Foi na I Reunião de Antropologia, liderada por Heloiza Alberto Torres, realizada no Museu Nacional (RJ), em 1953, que a fundação da Associação de Antropologia foi deliberada. A eleição da primeira diretoria teve lugar em 1955, em Salvador-BA, tendo sido eleito presidente Luiz de Castro Faria.

Quatorze anos separam a fundação da Associação Brasileira de Antropologia da eleição da primeira diretoria da ABRALIN¹.

A primeira reunião para o estudo da fundação da ABRALIN, convocada por Joaquim Mattoso Câmara Jr., teve lugar no Recife, em 24 de julho de 1968, durante o IV Seminário Brasileiro de Orientação Linguística para Professores. Participaram dessa reunião Joaquim Mattoso Câmara Jr., Aryon Dall'Igna Rodrigues, Francisco Gomes de Mattos, Nelson Rossi, Ataliba de Castilho, Enzo Del Carratore,

¹ Valho-me aqui dos textos de Mariza Correa **As Reuniões de Antropologia: 50 anos e de Ataliba de Castilho Sobre a Associação Brasileira de Linguística.**

Geraldo Calábria Lapenda, Carlos Eduardo Falcão Uchoa, Rosalvo do Valle, Luiz Martins Monteiro de Barros, Humberto Lobo Novelino, José de Meira Lins, Geraldo Cintra.

A I Reunião da Associação Brasileira de Linguística, convocada por Joaquim Mattoso Câmara Jr., realizou-se em 9 de janeiro de 1969 no auditório do Serviço Social de Comércio em São Paulo, no ensejo do II Instituto de Linguística. A finalidade foi discutir e aprovar os Estatutos da Associação Brasileira de Linguística e a eleição de uma diretoria *pro tempore*. Foram eleitos nessa Reunião a Diretoria e o Conselho, composta dos cargos e ocupantes abaixo arrolados.

Presidente: Aryon Dall'igna Rodrigues; Secretário: Francisco Gomes de Mattos, Tesoureiro: Marta Coelho e os Conselheiros: J. Mattoso Câmara Jr., Nelson Rossi, Ataliba T. de Castilho, J. Philipson, Geraldo Lapenda e Isaac Nicolau.

Cumpra observar que Aryon Rodrigues e J. Mattoso Câmara Jr. tiveram cargos de importância também na Associação Brasileira de Antropologia. Mattoso Câmara foi secretário na gestão 1961-1963 e membro do Conselho Científico na gestão 1959-1961. Aryon Rodrigues foi membro do Conselho Científico de 1961-1963 e secretário na gestão 1966-1974.

Nesse ínterim, era comum os linguístas apresentarem comunicações nas Reuniões da

Associação Brasileira de Antropologia, prática que foi aos poucos sendo substituída com a fundação da ABRALIN e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). O advento e consolidação da pós-graduação ampliaram ainda mais os espaços para a apresentação de trabalhos de pesquisa, que hoje em dia vão de reuniões limitadas a temas específicos, como os encontros sobre *Línguas Jê* a encontros amplos como o que iria se realizar, no Recife, em novembro daquele ano, com o tema *A Estrutura das Línguas Amazônicas: fonologia e gramática II*.

Nos anos 50, a Linguística assume um papel de realce entre as Ciências Humanas e estreitam-se as relações entre os dois campos de conhecimento.

1 A Linguística como Fornecedora de uma Metodologia para as Ciências Sociais

Na área das Ciências Humanas foi, sem dúvida, entre a Linguística e a Antropologia que mais ecoou a possibilidade de colaboração entre dois campos de. Relembrando o passado, não seria exagero dizer que a Linguística ganhou entre nós fama e prestígio e despertou maior interesse nos meios intelectuais não pelo conhecimento das estruturas linguísticas em

si, mas sim pela possibilidade de oferecer um método de trabalho rigoroso, passível de ser utilizado por outras áreas acadêmicas.

Refiro-me especificamente à grande aceitação dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, e à voga do Estruturalismo. É célebre entre os cientistas sociais e leitura obrigatória dos intelectuais da época a colocação feita no artigo “A análise estrutural em Linguística e Antropologia” de que

No conjunto das ciências sociais, ao qual indubitavelmente pertence, a linguística ocupa um lugar excepcional; ela não só é uma ciência social como as outras, mas a que, de há muito, realizou os maiores progressos; a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência e que chegou, ao mesmo tempo, a formular um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 45-70).

Também se tornou lugar comum a comparação feita entre o papel desempenhado pela Física Nuclear entre as Ciências Exatas e a Linguística, especificamente a Fonologia, entre as Ciências Humanas. Como diz Lévi-Strauss no já citado artigo: “A fonologia não pode deixar de desempenhar perante as ciências sociais, o mesmo papel renovador que a física nuclear, por exemplo, desempenhou no conjunto das Ciências Exatas” (LÉVI STRAUSS, 1967, p. 47).

Daí o entusiasmo pela metodologia linguística, comparada à Física, ciência das ciências, que dividira o átomo em seus elementos constitutivos – nêutrons, prótons, elétrons – e a Linguística, que decompusera o fonema, sua unidade mínima, em traços constitutivos articulatórios e acústicos mínimos. Pode-se dizer que a Linguística se popularizou no Brasil através da Antropologia e de Lévi-Strauss, autor *cult* dos anos 60, e de seu livro *Antropologia Estrutural*, leitura indispensável dos intelectuais da época.

Que metodologia é essa que alçou a Fonologia a esse patamar?.

2 As Concepções de Fonema

Duas concepções de fonema que vigoraram no modelo estruturalista: a do modelo estruturalista taxonômico norte-americano, que define o fonema como uma classe de sons em distribuição complementar, que contrasta com outra classe de sons. A substituição de uma classe por outra acarreta mudança de sentido, como em *mata: nata: lata: patã: bata: data: gata: chata*. Nesta corrente, o fonema é a unidade mínima, que se poderia comparar ao átomo da Física.

Porém, é uma outra concepção de fonema que aproxima a Linguística da Física. Trata-se da corrente que teve origem no Círculo

Linguístico de Praga, do qual fazia parte Roman Jakobson, professor de Mattoso Câmara e de Lévi-Strauss em cursos na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, em 1942, que permite essa comparação.

Nesta concepção, o fonema é o átomo, o qual é decomposto em seus traços constitutivos de natureza acústico-articulatórios, os elementos mínimos que constituem os fonemas, comparáveis aos elementos mínimos que constituem o átomo.

2.1 Traços Distintivos e sua Aplicação na Antropologia

Foi o conceito de oposição de traços distintivos que Lévi-Strauss levou para a Antropologia e aplicou com sucesso preliminarmente na análise de variantes de mitos e no estudo de sistemas de parentesco. Em seu artigo “A estrutura dos mitos” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 237-265), seguindo uma técnica semelhante à usada para a apreensão de fonemas, estabelece uma unidade mínima de análise, o *mitema*, palavra calcada à base de *fonema*. E, no sistema de parentesco, ainda com base na noção de oposição, postula unidades nucleares de um sistema das atitudes de relacionamento entre dos pares pai/filho; irmão/irmã; marido/mulher; tio materno/filho da irmã. Limitamo-nos aqui às primeiras incursões de Lévi-Strauss no uso da

metodologia linguística. Sua obra é conhecida pelo público brasileiro, apesar de não ter tido a mesma repercussão na Antropologia norte-americana. Livros como *O cru e o cozido* (LÉVI-STRAUSS, 1964), cujo título já contém a noção de oposição, *O totemismo hoje* (1962) e *O pensamento selvagem* ultrapassaram o mundo antropológico e fazem parte do mundo da Literatura e da Filosofia.

Vale a pena salientar que entre os antropólogos brasileiros as ideias de Lévi-Strauss não se restringiram à discussão acadêmica ou a exposições em sala de aula ou conferências. Elas foram utilizadas para a interpretação de dados antropológicos, oriundos de pesquisa de campo entre etnias indígenas brasileiras. Parte desses trabalhos foi reunida em *Mito e linguagem social*.

Assim é que Roberto Cardoso de Oliveira, no artigo “Totemismo Tukuna?” (1970), invoca, entre o Tukuna, do alto Solimões, uma ordem totêmica consubstanciada nos epônimos clânicos transformados em signos que codificariam a ordem social e que viriam a constituir um plano de referência eficaz para o comportamento social. Data da mesma época o artigo de Roberto Augusto Damatta (1970) em que, depreendendo os mitemas do mito do fogo e do mito da origem do homem branco entre os Timbiras, o autor mostra como eles estão relacionados do ponto de vista estrutural, mantendo entre si relações inversas e

simétricas. Nessa mesma perspectiva, Roque de Barros Laraia (1970), em “O sol e a lua na mitologia xinguana”, analisa três versões de mitos da origem, uma Bakairi, outra Kalapalo e outra Kamaiurá, demonstrando que as diferenças são apenas aparentes. Os elementos básicos são, em essência, os mesmos nas três versões, isto é, não estão em oposição, são apenas variantes em distribuição complementar, que servem como um modelo em termos ideais para a ação social. Seguindo o mesmo procedimento, Julio César Melatti (1970), em “O mito e o xamã”, estabelece os mitemas de biografias de xamãs e do mito Kraho que explica as origens dos poderes de curar.

Convém ressaltar que a potencialidade da Linguística como fornecedora de um método para as Ciências Sociais não se limitou a Lévi-Strauss. Como o próprio Lévi-Strauss assinala, Marcel Mauss já dissera que “A sociologia estaria muito mais avançada se tivesse procedido, em todas as situações à maneira dos linguistas”. (Lévi-Strauss, 1967, p. 45).

3 Linguística e História

A prática de importar a metodologia linguística para as Ciências Sociais é criteriosamente examinada por Régine Robin em

História e Linguística (1977). O primeiro capítulo, intitulado “O equívoco”, questiona a possibilidade de a Linguística ser fornecedora de uma metodologia científica para as Ciências Humanas:

A Linguística reinou durante muito tempo como mestra, como ciência piloto de todas as ciências humanas. Impôs seus modelos, seus conceitos, suas teorias do signo. [...]. De Lévi-Strauss a Lacan, passando por Barthes e Dumezil, nada, nem ninguém, escapou ao caráter heurístico e aos limites deste paradigma fundador e inaugural de todas as ciências. Neste eufórico concerto, a História ficava o parente pobre. (ROBIN, 1977, p. 17).

Robin demonstra ainda mais seu ceticismo citando a inquietação de G. Mounin.

Hoje em dia a Linguística beneficia-se, por sua vez, deste papel de ciência vedete. Mas é possível que o balanço que se deva fazer assemelhe-se um pouco ao que se fez do uso precipitado dos conceitos biológicos no século XIX, depois do uso não menos precipitado que se fez também pelos fins do século XIX dos conceitos da Psicologia para resolver problemas linguísticos. É nisso que eu vejo uma parte de moda, uma parte de voga, que não nos é benéfica, pois preferíamos que se utilizasse profunda e mas solidamente a Linguística e que se reduzissem

e se precisassem bem as zonas em que em que ela se aplica (MOUNIN, 1967 apud ROBIN, 1977, p. 18).

A colaboração metodológica entre História e Linguística é passível de críticas bem fundamentadas sobre a importação de conceitos de um campo de conhecimento para outro, devido às diferenças de objeto. Mounin (apud ROBIN, 1977, p. 17) considerava esses empréstimos como “emprego metafórico de conceitos linguísticos”.

3.1 À Procura de Nossas Origens

Vale ressaltar que as relações entre linguistas e antropólogos não se limitavam à adaptação da metodologia e usos de conceitos pertencentes à Linguística. Os resultados da Linguística Histórica Comparativa, paradigma que precedeu a Linguística saussuriana, são importantes para todos os que intentam responder à pergunta formulada por Platão: *quem somos, de onde viemos?* Descobrir nossas origens é um tema que sempre nos encantou: saber como se deu o povoamento das Américas e, principalmente, de nosso país, é uma procura que ainda não encontrou uma resposta. Lembremos do enorme interesse popular da notícia, divulgada nos jornais por vários dias, da (re)descoberta do crânio de *Luzia*, em 1998.

A classificação histórica das línguas indígenas faladas no Brasil e nas Américas nunca saiu de foco, por mais que mudassem as teorias linguísticas. E quase todos os linguistas que trabalham com línguas ameríndias não fugiram a esse encanto e sempre se encontra, em sua bibliografia, um estudo ou uma incursão na área de classificação histórica.

Os resultados alcançados pelos linguistas são de alto valor para arqueólogos, etnólogos e antropólogos físicos. A classificação de base histórica comparativa é usada nas designações de famílias linguísticas *Tupi, Jê, Karibe, Aruak, Pano*, rótulos que indicam uma origem histórica comum das línguas e povos incluídos em cada família. As línguas não classificadas, chamadas isoladas, incomodam. O propósito é ir mais longe na profundidade temporal, como, por exemplo, a relação entre duas famílias Tupi-Karib (RODRIGUES, 2003) e Tupi-Kaingang (RODRIGUES, 1976).

O método histórico-comparativo clássico parte do pressuposto de que certas semelhanças entre línguas diferentes não são mero acaso. Algumas recorrências sistemáticas só podem ser explicadas por conexão histórica. Para que a correspondência entre som e sentido tenha um valor como prova de conexão histórica, é preciso que seja recorrente e sistemática. A unidade de comparação em que há uma correspondência recorrente entre forma e sentido. As palavras em que essa

correspondência é sistemática e recorrente são denominadas *cognatos*. Semelhanças esporádicas são consideradas um mero acaso. O exemplo clássico de correspondência entre forma e sentido, mas que não pode ser considerada cognato, é dado por Bloomfield (1933, p. 297) para a palavra *olho*, em grego *matí* e malaio *mata*, único par em que se encontra o mesmo sentido e uma única forma em que há as correspondências *m:m*, *a:a* e *t:t*. Seria também equivocado considerar o Tapirapé (língua da família Tupi-Guarani) e o Português, línguas geneticamente relacionadas por terem em dois vocábulos a correspondências em *m:m* *ma:mão* e *p:p*, na raiz *-py: pé*. Trata-se de um mero acaso de semelhança entre forma e sentido.

Joseph Greenberg (1987) apresenta uma proposta ousada de um método classificatório denominado de *comparação multilateral*, que reduz a três grupos as línguas que se encontram no território das Américas: o Ameríndio, que englobaria a grande maioria das línguas das Américas, o Na-Dene e o Esquimó-Aleuta, que corresponderiam a três levas de migrações, a primeira dos Ameríndios, a segunda, a dos Na-Dene e a terceira, a do Esquimó-Aleuta.

A proposta levantou uma grande esperança entre geneticistas, arqueólogos e antropólogos, mas foi quase que unanime-

mente rechaçada pelos linguistas, uma vez que teria de se abrir mão do rigor do método histórico-comparativo².

A possibilidade aberta pela Glotocronologia, que forneceria um método para datar os estágios anteriores das línguas, pelo percentual de retenção de termos do vocabulário básico que permaneciam nas línguas em inspeção, um símile da datação pelo Carbono 14, reafirmou a esperança de avanço na questão do povoamento das Américas. A expectativa era que a Glotocronologia abrisse perspectivas promissoras, pois poderia vir a confirmar ou infirmar os resultados arqueológicos feitos pela datação pelo método do carbono 14 e precisar, de forma mais segura, a época das migrações e dos povoamentos. O sonho durou pouco tempo e a datação pela Glotocronologia para estabelecimento de relações genéticas e datar essas relações mostrou-se inoperante e caiu em desuso.

Resultado mais confiável é atingido pelo método comparativo clássico, que necessitaria de material descritivo extenso das línguas em comparação.

3.2 A Classificação Genética: Uma Alavanca para os Estudos Descritivos

A possibilidade aberta pelo método

² Para uma avaliação da proposta de Greenberg, veja-se Storto e Franchetto, 2006.

comparativo de estabelecer relações históricas que permitissem um conhecimento de nosso passado contribuiu para incrementar os estudos descritivos de línguas ameríndias em nosso país. O material de que se dispunha até bem recentemente era precário e não possibilitava uma comparação mais extensa. A falta de material descritivo das línguas indígenas impedia uma comparação intensa e extensa que tornasse possível estabelecer distâncias temporais de longo alcance.

O material descritivo disponível era produto de registros feitos por não-especialistas e nas listas vocabulares a escolha dos itens era aleatória. Faltavam, na maioria das vezes, os termos nucleares, mais resistentes a empréstimos do que o vocabulário cultural, que, no entanto, é importante como indicativo dos contactos entre os grupos alógenos e até mesmo distantes.

É no século XIX que entram em cena os viajantes que aqui vinham em expedições para o estudo da fauna, flora, rios e montanhas deste imenso país, ainda tão desconhecido. E em sua longa caminhada por regiões longínquas, encontravam grupos indígenas, e registraram vocabulários, algumas frases, e, embora sem formação específica, ensaiaram excertos gramaticais.

Como Leite e Franchetto ressaltam,

[...] o encontro com a diversidade e com o pluralismo foi fruto do trabalho, esmero e

acuidade de não-especialistas em linguística: Nimuendaju era auto-didata, Martius, botânico e farmacêutico, von den Steinen tinha sua formação básica em medicina com especialização em psiquiatria, Koch-Grunberg, era formado em filologia clássica e Capistrano de Abreu era historiador, Wied-Neuwied e Emilie Snethlage, zoólogos. A documentação que fizeram, sem dúvida, muitas vezes deixa a desejar quanto ao registo fonético e à interpretação de formas. Porém seu valor factual histórico é inestimável pois muitas vezes esta é a única fonte que se tem para o estudo de algumas línguas.

Era comum encontrar, nos projetos de pesquisa dos anos 80 do século passado, como resultados a serem alcançados, a recolha de material que permita estabelecer a classificação histórica fidedigna da língua em estudo.

Não se trata agora apenas de estabelecer as relações, mas também considerar os possíveis empréstimos de uma língua para outra, por serem indicativos dos contatos no decorrer da história migratória dos primeiros habitantes da Terra Brasileira, sempre a fugirem dos conquistadores à procura de riquezas e de escravos. (LEITE e FRANCHETTO, 2006, p. 30).

O Mapa Etno-Histórico de Curt Unkel Nimuendaju (IBGE, 1981) mostra, por meio de datas da bibliografia por ele compulsada, a época, os caminhos e interiorização dos

diversas etnias que ocupavam o território conquistado. A história do léxico e de seus empréstimos pode ajudar a traçar os contactos resultantes das migrações entre as diversas etnias em tempo passado.

A classificação de Chestmír Loukotka (1935) retrata, em certa medida, essa situação de contacto extenso, que o Mapa Etno-Histórico pode sugerir. Não haveria línguas “puras” todas elas teriam vestígios, intrusões. Assim é que a Tronco Jê está subdividido em Jê puro, Jê com intrusão Tupi, Jê com mescla de Tupi. Nada há de absurdo nessas subdivisões de levarmos em conta o léxico d qualquer língua. Como observa Mattoso Câmara do ponto de vista do léxico

[...] qualquer língua tem intrusão, tem mescla. Tem vestígios de outra e chegaríamos ao absurdo de classificar o português como língua românica com mescla de árabe, ou com intrusão do grego, ou com vestígios do inglês, o que seria absurdo (MATTOSO CAMARA Jr., 1965, p. 82).

3.3 A Análise Componential: O Léxico e a Visão do Mundo

O modelo de decomposição dos elementos fônicos constitutivos de uma língua, proveniente da proposta de Jakobson dos traços distintivos e que elevou a Linguística

ao patamar de ciência das ciências foi também aplicado às unidades constitutivas do léxico. Seriam as oposições entre traços semânticos que recortariam o conhecimento e classificação do mundo.

O papel da linguagem no processo de cognição é um dos problemas mais antigos da epistemologia. Algumas correntes consideram a linguagem apenas um meio de o homem estabelecer contacto com a realidade, um meio de expressão fiel do mundo objetivo. Uns, contrariamente, pensam que a linguagem não é uma cópia da realidade, mas é ela que cria o mundo externo ou a realidade. Outros sustentam a hipótese de que todos os homens passaram pela mesma evolução biológica, sendo a imagem do mundo formada no processo de evolução a mesma para todos.

Nessa controvérsia, Humboldt adota uma posição moderada. Para ele seria minimizar o estudo da linguagem considerá-la apenas um meio de estabelecer contato com o mundo objetivo. A verdadeira essência das pesquisas em Linguística seria estudar a *participação* da linguagem na confecção das ideias. Nessa perspectiva a questão de a linguagem refletir, ou não, a realidade se torna mais complexa, uma vez que envolve a dialética de fatores objetivos e subjetivos na cognição. Para Jost Trier, Leo Weisberger e outros, o problema se simplifica: a língua não reflete a realidade, não há fatores objetivos e

subjetivos. A linguagem simplesmente cria subjetivamente a realidade ou a visão do mundo³.

Para os antropólogos, tais perguntas são de grande relevância. O mister do antropólogo é depreender a visão do mundo da sociedade que investiga, as crenças e valores que lhes são subjacentes. Enfim, o ofício do antropólogo é captar e traduzir como pensa e a sociedade que estuda. Se a língua reflete a visão do mundo, essa seria a chave que o antropólogo teria para traduzir esse mundo. Para tal, ele tem de saber a língua falada pela sociedade investigada, pois é a linguagem que lhe fornece as evidências para consubstanciar o entendimento das categorias que codificam a cognição e classificação do mundo.

A concepção de que a linguagem oferece a divisão do mundo ou o recorte da realidade, especialmente o léxico estruturado em campos semânticos, deu origem, em Antropologia, a uma linha de pesquisa conhecida como Etnociência.

O artigo de Conklin (1955) sobre a classificação de cores em Hanunoo, o de Frake (1961) sobre a concepção de doenças em Subanun of Mindanao e os vários trabalhos de Floyd Lounsbury e Ward Goodenough procuram mostrar como a taxionomia linguística, aliada à detecção dos componentes semânticos

dos itens vocabulares, traduz uma visão e apreensão do mundo própria a cada cultura. E o único meio de se conhecer a essência de uma cultura seria estabelecer seus sistemas semânticos classificatórios con-substanciados no léxico e na gramática.

Vale a pena lembrar que, nos idos dos anos 60, nos cursos de Semântica da Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional, esses trabalhos eram lidos e debatidos e aplicados em trabalhos nos quais se estabeleciam os traços que diferenciavam itens lexicais (LEITE, 2006).

4 Chomsky e um Novo Paradigma

A mudança paradigmática ocorrida em final dos anos 50 com a publicação do livro de Noam Chomsky *Syntactic Structures* (1957) retira a Linguística da égide das Ciências Humanas, passando a dialogar com as Ciências Biológicas e as Ciências da Mente, interrompendo as relações que vinham sendo mantidas com a Antropologia e as Ciências Sociais. A primeira diferença marcante é a mudança de foco da Fonologia e da Morfologia para a Sintaxe, pouco explorada nos modelos anteriores

A definição de língua exposta no capítulo II de Chomsky, intitulado "A indepen-

³ Para um aprofundamento da questão, veja-se Adam Schaff, 1973, cap. 1 – *Linguistics: from Herder to the Theory of Linguistic Fields*.

dência da gramática”, mostra o fosso teórico-metodológico que separa o momento anterior da nova corrente que se iniciava. “De agora em diante chamaremos de ‘língua’ um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e composta de um conjunto finito de elementos” (CHOMSKY, 1957, p. 13).

4.1 A Natureza dos Dados

O problema central que a Linguística Gerativa formulou, na busca para a apreensão da gramática internalizada pelos falantes de uma língua, é a natureza dos dados. Uma gramática de uma língua deve gerar só e somente só as formas consideradas gramaticais pelo falante nativo. O modelo linguístico só deve conter regras que são encontradas nas línguas conhecidas até hoje e prever a inexistência de outras formas. Por exemplo, podemos fazer o plural de uma palavra acrescentando-lhe um morfema de plural ou o feminino, quer seja um sufixo, um prefixo ou um infixos. Porém, até hoje não se encontrou uma língua cuja regra seja a inversão de toda a sequência de segmentos mínimos do vocábulo, isto é, o plural de uma palavra não pode ser **abcdef+pl.à fedcba*.

Os objetivos da Linguística Gerativa, que perduram até hoje, são descritos por Chomsky em seu primeiro livro sobre o novo desiderato: “O objetivo principal da análise linguística de

uma língua L é separar as sequências gramaticais que são sentenças de L das sequências não gramaticais que não são sentenças de L e estudar a estrutura das sentenças gramaticais” (CHOMSKY, 1957, p. 13).

Trocando em miúdos a citação anterior, o modelo formal proposto deve poder gerar sentenças do tipo (a) *O menino caiu* ou (b) *O menino que correu atrás do cachorro que pegou o gato que matou o rato caiu*. Mas não deverá gerar sentenças do tipo (c) *O menino, o cachorro, o gato, o rato correu atrás, pegou, matou, caiu*. Tratava-se, então, de postular um modelo formal de gramática que permitisse gerar apenas as sentenças gramaticais (a) e (b) e não gerasse sentenças agramaticais como (c). Deste modo, a Gramática Gerativa usa as formas não-gramaticais para formular um modelo de análise, único para todas as línguas, que não permita a ocorrência dessas formas. A Gramática Gerativa usa a agramaticalidade das formas para referendar o modelo de gramática internalizada pelo falante. Nas palavras de Chomsky: “uma dada teoria linguística determina *a priori* para todas as gramáticas o modo pelo qual cada uma se relaciona com o *corpus* das sentenças da língua que está sendo descrita (CHOMSKY, 1957, p. 14).

E, ainda mais, muda-se o foco da atenção dos lingüistas, que deixa de ser apenas as línguas específicas, para abarcar a natureza geral da Linguagem.

Chomsky, no prefácio a *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*, diz que o primeiro problema referente ao conhecimento a ser explicado é *como sabemos tanto dado que as evidências que temos são limitadas*. A isso dá o nome de Problema de Platão. Essa questão, como Chomsky assinala, já fora expressa por Bertrand Russell em seu último trabalho ao indagar a seguinte questão: Como é que os seres humanos têm a capacidade de saber tanto quanto sabem, uma vez que seus contactos com o mundo são breves, pessoais e limitados?

Em termos lingüísticos, as evidências advêm da interpretação de construções como *Pedro deu um livro para ele, ele não pode ter como seu referente Pedro*. E como é em *Pedro perdeu o relógio que ele havia comprado há poucos dias, ele pode ter como referente Pedro*. A definição clássica que temos em nossas gramáticas de que o pronome é a palavra que substitui o nome não dá conta desse fato.

Qual a origem desse conhecimento? O foco do estudo em Linguística muda do uso da linguagem para a caracterização dos princípios inatos e biologicamente determinados, que constituem um componente da mente humana, especificamente, a faculdade de linguagem ou Gramática Universal. (CHOMSKY 1986, p. 15-50).

A agenda da teoria gerativa para responder às questões que emergem da mudança de

foco do comportamento ou dos produtos do comportamento para estados da mente/cérebro, que fazem parte do comportamento, implica as seguintes questões: i) o que constitui conhecimento da linguagem; ii) como o conhecimento da linguagem é adquirido; iii) como o conhecimento da linguagem é posto em uso.

Embora o gestor desse modo de conceber o estudo da linguagem tenha expresso claramente que “A gramática gerativa é um tópico que se escolhe estudar ou não” (CHOMSKY, 1957, p. 4), o advento da Gramática Gerativa motivou nos meios lingüísticos uma cisão entre os gerativistas e os não-gerativistas. Aqueles que optaram por seguir a nova corrente partiam como os cruzados medievais em luta contra os incréus e pela conversão de novos adeptos. O tema, a meu ver, é digno de uma análise antropológica.

A figura de Noam Chomsky tornou-se mítica, pelos pressupostos da nova concepção de linguagem/língua, à que se somavam atitudes políticas de vanguarda, liderando passeatas contra o governo norte-americano por sua interferência em outros países, sendo arrastado por policiais para os camburões de presos. Em sua vinda ao Brasil, Chomsky fez questão de visitar uma comunidade do morro, dando entrevista à rádio local e também de conhecer e conversar com os lingüistas do Museu Paraense Emílio Goeldi sobre as pesquisas com as línguas indígenas minoritárias,

prestigiando, assim, os linguistas que não se limitam à descrição das línguas indígenas, enquanto documentação de uma língua desconhecida, e que desempenham também o papel de guardiães da integridade física, linguística e cultural dessas etnias ainda sobreviventes em nosso país.

4.2 Ultrapassando os Casos Individuais

Já em Antropologia é difícil explicitar um modelo único que delimite a natureza dos dados que levem a captar de uma maneira única o conhecimento internalizado pelos componentes da sociedade em estudo: gravar mitos?/ filmar os cerimoniais?/ observar e anotar os comportamentos considerados corretos?/ fazer perguntas diretas sobre os modos de agir?/ qual a metodologia da Antropologia além da observação participante e das anotações em um diário?/ qual a linguagem escolhida que expresse as relações do sistema de parentesco, por exemplo?/ uma árvore genealógica é suficiente?/ ou uma planilha dos traços componenciais de cada termo, em cada cultura?/ qual representação seria a mais adequada?/ que formas de relações não encontradas no sistema em estudo são excluídas pela análise apresentadas?

Os antropólogos, tal como os linguistas, durante anos seguiam o pressuposto deque

cada cultura, cada língua era um universo em si e por si. Focalizavam-se as diferenças e as especificidades de cada cultura e de cada língua e a impossibilidade de se traduzir uma na outra, já que a teia de traços que distinguia cada unidade, quer fosse o fonema, quer fosse um termo de parentesco, só tinha um sentido pela natureza opositiva de cada conjunto com todos os demais. Só se podia entender uma cultura ou uma língua em seus próprios termos.

A Etnociência praticada a partir da segunda metade do século XX tinha como objetivo tornar a Antropologia mais “científica” e mais apropriada para retratar o conhecimento do mundo nos próprios termos dos investigados. Porém, as críticas logo surgiram, e a mais comum foi que a Etnociência só se aplicava a domínios semânticos simples e triviais.

Gardner (1985) relata o declínio da Etnociência e cita a experiência de Paul Kay e Brant Berlin ao participarem do projeto sobre o hábito de beber na localidade de Chiapas (México), em que os pesquisadores deveriam aplicar os mesmos procedimentos para analisar os padrões de beber, a fim de assegurar os mesmos tipos de dados para as cinco povoações. *Beber* permeia todos os momentos da vida dos Chiapas: religião política, vida familiar, até mesmo a agricultura estão intricadamente relacionados à prática de beber. Assim, fazer a etnografia dessa prática

implicaria fazer toda a etnografia de Chiapas.

Segundo depoimento de Paul Kay, um dos membros da equipe, a tentativa foi desanimadora. Após a recolha de uma enorme quantidade de dados e de passar dois ou três anos à procura de um conjunto de procedimentos objetivos que permitisse caracterizar o ato de *beber*, a fim de reduzir os dados recolhidos a algum tipo de formulação lógica, Paul Kay abandonou o trabalho (GARDNER, 1985, p. 252). E Brent Berlin, colega de Paul Kay nessa empreitada reconhece que: “Não ficamos convencidos de que o que se poderia dizer que os dados coletados revelariam algo mais do que se poderia revelar com base na tradicional observação participante (GARDNER, 1985, p. 253).

Não foi só o advento da Gramática Gerativa que pôs um fim à feliz união entre Linguística e Antropologia. A tentativa maior de se usar a metodologia linguística fracassou no campo mais auspicioso dessa relação: a Etnociência.

A tornar a relação entre as duas disciplinas, quanto à metodologia, mais difícil, temos que reconhecer que o Gerativismo ainda não chegou a uma formalização definitiva do modelo, o qual vem sendo construído desde a publicação do revolucionário *Syntactic Structures* (1957), que lançou os princípios básicos e o delineamento da procura de um modelo formal que até hoje perduram. De lá

para cá, uma plêiade de novas propostas e de ajustamentos foi publicada, das quais escolhemos os que nos parecem mais significativos, a saber: 1965, *Aspects of the Theory of Syntax* (MIT Press, Cambridge); 1977, *Filters and Control* (em co-autoria com H. Lasnik), in *Linguistic Inquiry*, 8, pp 425-504; 1980, *Rules and Representations* (Basil Blackwell, London); 1981, *Lectures on Government and Binding* (Foris, Dordrech); 1982, *Some Concepts and Consequences of Government and Binding* (The MIT Press, Cambridge, Mass.); 1986, *Knowledge of Language* (Praeger, New York); 1988, *Barriers*. (The MIT Press, Cambridge, Mass.); 1995, Bare Phrase Structures, in H. Campos & P. Kempchinsky, eds, *Evolution and Revolution in Linguistic Theory* (Georgetown University Press, Washington); 1995, *The Minimalist Program*. (The MIT Press, Cambridge).

Observe-se que houve uma mudança no título da última publicação. Não se trata mais de expor a teoria e sua consequente metodologia, mas de se estabelecer um programa de ação e de procuras.

4 E o Vento Levou

Um dos interesses dos etnólogos pela linguística não se limita a testar a potencialidade da adaptação da metodologia

linguística na análise etnológica de sistemas como parentesco, variações de mitos etc. Tornou-se uma prática, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, o aprendizado de Fonética, Fonologia, Morfologia e Sintaxe para aprender a língua da etnia que iriam pesquisar.

A relação entre linguistas e antropólogos no Museu Nacional (RJ) era intensa na década de 60. Os linguistas que trabalhavam no Departamento de Antropologia do Museu Nacional apresentavam comunicações nas reuniões bianuais da Associação Brasileira de Antropologia, davam cursos de prática linguística para os etnólogos, a fim de que pudessem ouvir, discriminar e registrar os sons, detectar os que eram contrastivos, depreender os morfemas e os padrões sintáticos para aprender a língua do grupo que iriam estudar. Caso houvesse material sobre a língua do grupo, necessitavam ter uma base terminológica para ler o material bibliográfico disponível antes de iniciar o trabalho de campo para ter, *a priori*, algum conhecimento da língua.

Essa possibilidade de o etnólogo aprender a língua do pesquisado foi um traço que singularizava a Etnologia do Museu Nacional. Tânia Stolze de Lima, Carlos Fausto, Marco Antonio Gonçalves, Vanessa Lea e Aparecida Villaça foram alguns dos que se submeteram ao ritual sofrido, com horas e horas de exercícios de fonética, morfologia e tipos de frases, que muito lhes valeram em seu

relacionamento com o grupo, por poder falar sua língua, e para entendimento das categorias e pensamento nativos, uma vez que os mitos eram registrados na língua do grupo. Os linguistas assistiam às palestras dos antropólogos que nos visitavam, e vice-versa. O antigo auditório do Museu ficou lotado na conferência de Roman Jakobson.

A Pós-Graduação em Linguística teve, no Rio de Janeiro, como primeira sede, o Museu Nacional. E tínhamos sessões com falantes nativos de línguas indígenas para aprendermos as técnicas de recolha e registro e análise. Porém, em 1970, a Pós-Graduação mudou-se para a Faculdade de Letras da UFRJ e a relação entre linguistas e antropólogos começou a fenececer. Outras universidades, como a Unicamp, a UFGO, a UnB, a UFPE, a UFPA e a USP, passaram a formar linguistas, com pouco ou nenhum convívio com seus colegas antropólogos.

5 A Construção de uma Identidade Diferenciada

Nos anos 30, José de Oiticica (1933) criticava essa situação e o modo por que se estava conduzindo os estudos das línguas indígenas e propunha um programa integrado de pesquisa e documentação, não só das línguas brasileiras, mas também para as da América do Sul.

O segundo apelo, que teve grande aceitação e levou vários alunos a abraçarem o novo caminho, está no artigo de Aryon Rodrigues (1966), “Tarefas da Linguística no Brasil”, em que o autor afirma ser o estudo científico das línguas indígenas a maior tarefa da Linguística no Brasil:

Se é lícito falar em responsabilidade de uma comunidade com respeito à investigação científica na região em que vive essa comunidade, então os linguistas brasileiros têm aí uma responsabilidade enorme, que é não deixar que se peçam para sempre cento e tantos documentos sobre a linguagem humana (RODRIGUES, 1966, p. 5).

Na Comunicação em co-autoria de Bruna Franchetto, na XIII Reunião Brasileira de Antropologia (1986), na mesa-redonda *A responsabilidade social dos linguistas*, apresentou-se uma análise de 13 entrevistas feitas com pesquisadores que, à época, trabalhavam com línguas indígenas. Essas entrevistas foram altamente reveladoras de como os linguistas atuantes então se concebiam como *persona* e como constituintes de um grupo diferenciado dos demais colegas.

As histórias de vida contadas sempre ressaltavam o trabalho de campo, como uma etapa marcante em suas vidas pela experiência adquirida, que o singularizava, e obrigatória,

não só para a realização do trabalho, mas também para a concepção de Linguística que se deveria fazer. Ouçamos alguns dos entrevistados.

O linguista que trabalha com línguas indígenas é completamente diferente. O outro linguista é um alienado. Se afasta do centro da linguagem que é o próprio homem falante. O linguista de campo é essencialmente um humanista.

O campo é visto também como uma cerimônia de iniciação, um batismo, tanto para o linguista quanto para o antropólogo. Eis o que nos diz um dos entrevistados:

Minha ida ao campo foi um ritual de passagem onde antes eu era um estudante e depois eu sou um linguista.

A ida ao campo é indispensável para se conhecer a realidade do outro, do distante, do diferente. É preciso, tanto para o linguista de campo quanto para o antropólogo, descobrir como o outro pensa, como ele vê a realidade, como se estruturam suas relações sociais e, acima de tudo, como todos nós concordamos em relação às línguas, não se avaliar aquela sociedade como boa ou ruim. Isto é, não se devem emitir juízos de valores, por mais que nos choquem certos hábitos e costumes. O

exercício do trabalho de campo é ambíguo, pois enquanto você procura descobrir o outro, naquela situação, naquele grupo, naquele território, é o pesquisador que é o outro, o de fora, o estranho que acaba descobrindo a si mesmo.

E deixemos mais uma vez falar os linguistas que passaram por esta experiência:

É uma experiência diferente. É uma experiência com o outro que é um enigma social. Aí é difícil separar a pesquisa de questões amplas. Seu próprio ser é envolvido. É você que é o estrangeiro no grupo, é o outro.

É nesse contexto também que vivenciamos o Brasil da desigualdade social e econômica gritante, da falta de oportunidade, do esbulho, da dependência dos favores e das vontades políticas da entidade protetora, encurralados pela população local, discriminados e impotentes. Sendo assim, os pesquisadores sentem de imediato a necessidade de encontrar um meio de ajudar as populações que os hospedam, sem que seja um mero assistencialismo que só cria maiores dependências e maiores humilhações. Surge, então, o profissional politicamente engajado, disposto a mudar o *status quo*.

Num mundo de trocas, uma saída é ensinar os truques e enganos do mundo dos brancos ou participar do processo de alfabetização bilíngue, já em curso em vários grupos.

A descoberta, por acaso, das línguas indígenas brasileiras, resposta dada unanimemente por todos os entrevistados, indica a baixa institucionalização do campo das línguas indígenas brasileiras quase ao final do século XX. Muitos descobriram a área de conhecimento e sua importância quando estudavam no exterior. Portanto, não fora a escola, nem a faculdade que os impulsionara a “trabalhar com índios”. Convém observar que, desde 1962, a Linguística se tornara disciplina obrigatória no currículo dos cursos de Letras, mas essa iniciativa oficial ainda não surtira efeitos palpáveis.

Deçamos de novo as vozes dos entrevistados:

Quem faz trabalho de campo se envolve com o concreto. Quer ver a sua aplicabilidade imediata, **o retorno. Tem que dar retorno** ao trabalho.

O fato de eu trabalhar com língua indígena não era um deleite intelectual. Era uma postura política que eu tinha assumido com relação aos índios e com relação à comunidade com que estou trabalhando.

O princípio que rege a relação com a sociedade que estuda é o de troca.

Sempre respeitei o princípio da troca. Eu respondo todas as perguntas que eles me fazem sobre o mundo dos brancos. No Xingu, você é pesquisador institucionalizado. Eles não estavam interessados na pesquisa, mas estão

começando a associar linguística e escola. Ai eu não precisaria levar presente: a troca seria alfabetizar.

As palavras de um outro pesquisador dão a medida da complexidade das razões que levam ao compromisso do retorno:

Eu vejo um retorno como professor: me ensinaram linguística. Com minha aluna estou fazendo a mesma coisa que fizeram comigo: documentação e descrição de uma língua. Como linguista posso dar pouco: textos, gravações, uma escrita, posso até ensinar Linguística. Comecei a descobrir que minha transcrição fonética tinha uma dimensão política quando o chefe guardou, junto com o mapa de suas terras, o papel das palavras com a transcrição fonética, datado e assinado por um linguista. Me reconheceram como linguista.

Não posso separar minha identidade de linguista da de cidadão. Eu ganhei muito como cidadão: eles, os índios, me deram mais em coisas valiosas que não são linguísticas: uma tese, um emprego, uma grana por mês até o fim de minha vida. Minha dívida não é moral, nem acadêmica. É econômica mesmo.

Outro entrevistado reflete a preocupação com a terra indígena.

Procurei com eles um pedaço de terra para eles morarem. Quero através de meu trabalho

conseguir um *status* de modo a ser ouvida pela FUNAI.

Outro meio de retorno compartilhado pelos entrevistados é o da Educação, vista como projetos de alfabetização que os dotassem de meios de se defenderem do esbulho a eles imposto em suas negociações cotidianas com as populações circunvizinhas e, mais longe ainda, com as altas esferas do poder em sua luta pela terra, e proteção de seu território.

6 Linguistas e Antropólogos: O Reencontro

Apesar de o projeto de uma colaboração baseada na adaptação de uma metodologia compartilhada que permitisse apreender o conhecimento do mundo internalizado pelos membros de uma sociedade, através de suas categorização linguística ter fracassado, o laço que mantém até hoje a união entre linguistas e antropólogos é de ordem ideológica e política: a defesa dos direitos desses povos de manterem sua língua, sua cultura e seu território, direitos esses assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A questão da terra é a mais constante e áreas já demarcadas por decreto presidencial têm sido contestadas. Os antropólogos estão sempre em alerta e, em muitos casos, conseguem a adesão da sociedade civil. O tema

índigena ganhou relevo em nossa sociedade e na mídia. As denúncias sobre invasões de terra, de morte de crianças por falta de alimentação, de cuidados médicos, ao lado de reportagens sobre sociedades indígenas são também constantes, assim como são os atritos com os proprietários de terras locais.

Nesse contexto, o alerta de José de Oiticica e de Aryon Dall'Igna Rodrigues denunciando a possibilidade de rápida extinção das línguas e povos indígenas foi ouvido.

Hoje os projetos de educação bilíngue se multiplicaram e várias universidades oferecem um sistema especial de 3º grau para alunos indígenas. E várias turmas já colaram grau. No grande número de casos, o professor das escolas indígenas é um membro dessa comunidade. A consciência desses povos de que é necessário salvaguardar sua cultura, preservá-la, assim como sua língua, está bem arraigada.

Hoje é prática nos Congressos e Reuniões de Linguística reservar um espaço para a apresentação de trabalhos sobre línguas indígenas. E é difícil acompanhar as dissertações e teses de mestrado e doutorado sobre línguas indígenas, defendidas em universidades do exterior e no Brasil.

O mais importante é que os próprios falantes estão se transformando em pesquisadores, muitos já formados em universidades que abriram suas portas e têm projetos

especiais de formação de professores indígenas com 3º grau. Cito aqui dois casos de que tenho conhecimento e que são, para mim, indicativos de que uma nova era se descortina.

Em 2003, Josimar Xawapare'yμί Tapirapé, formado em magistério indígena e professor da Escola Estadual Tapi'itáwa, situada na aldeia de mesmo nome, em Confresa, a 1165 km da Capital de Mato Grosso, foi premiado pela Fundação Victor Civitas (SP), na categoria "Educação e Línguas Indígenas", por seu trabalho de recuperação do léxico tapirapé. Compareceu à cerimônia de entrega dos prêmios em São Paulo, formalmente vestido ao modo dos brancos, mas na face estava desenhada, com tinta de jenipapo, sua marca tribal. Seguia, assim, a etiqueta de seus hospedeiros, mas matinha sua identidade étnica. Em entrevista em vídeo feita na aldeia, disse: "Faço todo esse trabalho na Escola bilíngue porque não quero mais ver um tapirapé assinando com o dedão". E acrescentou: "O português é nossa segunda língua". "Não podemos deixar de falar a nossa língua".

No Congresso Internacional intitulado *Semantics of under-represented languages in the Americas* (SULA 4), realizado na Universidade de São Paulo em maio de 2007, o professor Mutuá Mehináku Kuikuro foi convidado a fazer uma conferência à qual deu o título "Primeiros contatos: meu avô e a Linguística", e apresentou em co-autoria com

Bruna Franchetto a comunicação "Formas e conceitos da pluralidade em Kuikuro". Mutuá foi candidato a uma bolsa da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas, no âmbito do Programa de Ação Afirmativa, ao Mestrado em Linguística com projeto sobre neologismos em Kuikuro. Assim, aos poucos, apesar da discriminação e do preconceito que ainda persistem nas cidades circunvizinhas, o medo de brancos e a vergonha de ser índio diminuem.

Como testemunha do programa de documentação, descrição e análise das línguas indígenas desde 1960, como integrante do recém-formado Setor de Linguística do Museu Nacional, tenho a esperança de ainda ver o dia em que nossos colegas indígenas se tornem os atores e condutores dessa missão de salvamento de suas línguas e culturas e que nós, linguistas, passemos a coadjuvantes, ou, melhor ainda, a meros espectadores.

Referências

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Totemismo Tukuna? Mito e linguagem social**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1970.
- CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton & Co. 1957.
- _____. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. New York: PRAEGER, 1986.
- KLIN, H. C. **Hanunoo color categories**. Southwestern Journal of Anthropology 11(4): 339-142. 1955.
- DAMATTA, Roberto Augusto. **Mito e anti-mito entre os Timbira Mito e linguagem social**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1970.
- FRAKE, Charles. **The diagnosis of disease among the Subanun of Mindanao**. In: Dell Hymes(ed.) **Language in Culture and Society**. New York: Harper & Row. 1964.
- FRANCHETTO, Bruna e LEITE, Yonne. **A concepção dos linguistas**. Cadernos de Estudos Linguísticos: 4: 15-30, Campinas: Unicamp. 1983.
- GARDNER, Howard. **The mind's new science: a history of the cognitive revolution**. New York: Basic Books Inc., Publishers. 1985.
- GREENBERG, Joseph H. **Languages in the Americas**. Stanford University Press, 1987.
- LARAIA, Roque de Barros. **O sol e a lua na mitologia xinguana Mito e linguagem social**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1970.
- LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de Línguas Indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzanna Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Org.) **500 anos de História da Linguística no Brasil**. Salvador-BA: Fundo de Cultura da Bahia, 2006. pp. 15-61.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le Totémisme aujourd'hui**. Paris: Plon, 1962.

_____. **La pensée Sauvage**. Paris: Plon, 1962.

_____. **Le cru et le cuit**. Paris: Librairie Plon. 1964.

_____. **Antropologia Estrutural**. Tradução de Chaím Samuel Katz e Eginardo Pires do original francês **Anthropologie structurale**. Paris: Librairie Plon (1958). Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1967.

LÉVY-BRUHL. **Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures**. Paris: Librairie Felix Alcan. 1912.

LOUKOTKA, Chestmir. **Clasificación de las lenguas sudamericanas**. Praha. 1935.

MATTOSO CAMARA JR. J. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Com suplemento sobre A Técnica da Pesquisa por Sarah Gudschinsky do Summer Institute of Linguistics. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

MELATTI, Júlio Cezar. **O mito e o xamã**. Mito e Linguagem Social. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, pp. 65-76.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1981.

OITICICA, José. **Do método no estudo das línguas sulamericanas**. Boletim do Museu Nacional, v. 9, n. 1, p. 41-81, Rio de Janeiro, 1933.

ROBIN, Régine. **História e Linguística**. Tradução de Adélia Bolle, com a colaboração de Marilda Pereira, do original francês Armand Collin, 1973. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Tarefas da linguística no Brasil**. Estudos Linguísticos, [s.l.], v. 1, n. 1: 4-15. 1966.

_____. Evidências de Relações Tupi-Karib. In: ALBANO, Eleonora; COUDRY, Maria Irma Hadler; POSSENTI, Sírio; ALKMIM, Tania (Org.) **Saudades da Língua**. Editora Mercado de Letras. Departamento de Linguística / IEL UNICAMP, 2003. pp. 393-410.

_____. As relações Kaingang-Tupinambá. **Evidências de relações genéticas**. In: Anais da XI Reunião Brasileira de Antropologia, 1978.

SCHAFF, Adam. **Language and Cognition**. Introduction by Noam Chomsky. Edited by Robert S. Cohen. Based on a translation by Olgierd Wojtasiewicz. New York: McGraw Hill Book Company, 1973.

STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna. Hipóteses linguísticas sobre o povoamento das Américas: é o Ameríndio a língua original do continente sul-americano? In SILVA, Hilton P; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. **Nossa Origem. O Povoamento das Américas**: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent Casa Editorial, 2006. pp. 105-122.

Francisco Cardoso Gomes de Matos
(1981-1983)

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1956) , graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1958), mestrado em Letras pela University of Michigan - Ann Arbor (1960) e doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1973). Atualmente é Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada. Atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística Aplicada, Ensino de Inglês, Princípios da Linguística, Material didático.



LINGÜÍSTICA HUMANA, HUMANIZADORA, DA PAZ

Francisco Gomes de Matos

Relembrando Mattoso Camara Jr.

Fosse escrever sobre a influência do saudoso Mattoso (assim o tratavam seus familiares e amigos) em minha vida profissional como linguista, imediatamente destacaria dois fatos marcantes: (1) o conselho que me deu, em 1966, de permanecer no Brasil, em vez de aceitar convite para ensinar Português na Universidade do Texas (Austin) e lá fazer meu Doutorado e (2) a concepção mattosiana de linguagem, com a qual trabalhei como professor de Introdução à Linguística em três universidades: UFPE, UFPB e PUC-SP. A esta influência me referirei a seguir.

Com efeito, no início da década de 60, após regressar de um Mestrado em Linguística na Universidade de Michigan, vali-me da escassa bibliografia em português para preparar aulas destinadas a iniciantes no estudo da ciência da linguagem. Incluídos nessas fontes: *Princípios de Linguística Geral*, *Dicionário de Filologia e Gramática* e *Manual de Expressão Oral e Escrita*, de autoria de Mattoso. Com base nesses livros, interpretava a concepção mattosiana de linguagem assim: Linguagem é a faculdade universal humana de comunicação. Em seu Dicionário, lemos:

“Linguagem é a faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema chamado língua.” (1977, p. 159) No mesmo verbete (Linguagem), Mattoso usa “faculdade” outra vez, ao explicar, com base no pensamento sapiriano: “A linguagem é uma faculdade imensamente antiga da espécie humana e deve ter precedido os elementos mais rudimentares da cultura material” (SAPIR, 1954, p. 23). Acrescenta o saudoso Paí da Linguística no Brasil: “Pela atividade da linguagem faz-se a comunicação entre os homens”. Minha concepção de linguagem reflete as três dimensões integrantes da definição mattosiana: a psicológica (“faculdade”), a humana (“espécie humana”) e a Comunicativa (comunicação entre pessoas). A essas características, acrescentamos a da universalidade da linguagem, porque partilhamos da convicção de que onde houver seres humanos existirá linguagem.

Linguística Humana

Na primeira fase de minha missão como linguista-professor de Introdução aos Estudos Linguísticos, busquei aprofundar uma compreensão da linguagem como “fenômeno humano”, pois, como bem sustentam Fromkin e Rodman (1993, p. 3), “Para compreendermos a nossa humanidade teremos de compreender

a linguagem que nos torna humanos”. Foi com essa orientação que, em 1976, decidi incluir um verbete sobre Linguística humana no posfácio a mim encomendado pela Editora Vozes, para inclusão na edição de 1977, do então renomeado *Dicionário de Linguística e Gramática*, de Mattoso Camara Jr. Transcrevo parte do referido verbete, por conter o embrião do que, 8 anos mais tarde, seria meu primeiro apelo em favor de uma Linguística Humanizadora (GOMES DE MATOS, 1984, p. 1773):

Linguística Humana – Um movimento verdadeiramente renovador que preconiza o estudo da Linguística centrado na pessoa humana em toda sua amplitude existencial, isto é, em todos os fenômenos comunicativos por nós experienciados. Dentre os apologistas e praticantes desse movimento, no exterior, destacamos Robin Lakoff, Dell Hymes, George Lakoff, Robert Di Pietro, Roman Jakobson, Victor Yngve e Adam Makkai. Em um breve levantamento da Linguística Aplicada no Brasil (GOMES DE MATOS, 1976), aludimos ao surgimento de uma Linguística Humana entre nós. Essa vigorosa iniciativa procura responder às seguintes indagações: Com que intenções as pessoas se comunicam? Com que eficácia? De que modo podem os falantes humanizar-se ainda mais, linguisticamente (cf. o papel da empatia comunicativa a esse respeito)? Além disso, no mesmo verbete, indaguei: Como

professores, alunos e métodos de ensino podem ser mais humanizados? (GOMES DE MATOS, 1997, p. 258)

Essa percepção humana de Linguagem e de Linguística norteou meu trabalho até meados da década de 80. Assim, ao concluir meu discurso de abertura do Congresso da Association Internationale de Linguistique Appliquée (AILA), em Bruxelas, conclamei os participantes a que continuássemos a desempenhar nosso papel de linguistas aplicados humanizadores: “Let’s continue to play a human-improving role in the world community of applied linguists” (GOMES DE MATOS, 1984, p. 1773)

Evidência de meu foco na linguagem e no ensino e aprendizagem de línguas como processos humanos: nos materiais didáticos cuja produção coordenei e dos quais contribuí como co-autor na década de 70, pude aplicar conceitos humanos da Linguística daquela época: polidez e empatia, por meio de exercícios que desafiavam os alunos (de Português como Língua Estrangeira) a explorarem os respectivos contínuos comunicativos em que se manifestam aqueles sentimentos ou atributos humanos.

Veja-se Gomes de Matos (1978). No “Manual do Professor” que acompanha o primeiro volume, inclui-se minha formulação de Princípios e Conceitos da Linguística e sua aplicação

ao Ensino de Português como Língua Estrangeira. Veja-se a definição adotada para linguagem: “Faculdade universal humana da comunicação”. Na lista de implicações pedagógicas dos princípios da Linguística, lê-se “Dar um cunho eminentemente humanístico e cultural à aprendizagem da língua” (p. 20).

Concluo esta seção reiterando que, em parte, graças à influência do pensamento mattosiano, em várias ocasiões em que interagimos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Recife (no memorável Seminário Brasileiro de Linguística, realizado na Faculdade de Filosofia do Recife/FAFIRE/, atualmente Faculdade Frassinetti do Recife, em julho de 1968, durante o qual se planejou a criação da ABRALIN) e, em Montevideu, pratiquei uma Linguística **humana**. A seguir, desenho um quadro sucinto da fase seguinte.

Linguística Humanizadora

Uma visita à UNESCO, em 1982, propiciou-me um despertar para uma dimensão mais profunda em meus estudos linguísticos: a dos Direitos Humanos. Assim, após interação com membros da Divisão de Direitos Humanos e da Paz naquele órgão das Nações Unidas em Paris, percebi que precisava caminhar numa área para mim até então inexplorada. Aumentaram minhas leituras

(passei a receber o *UNESCO Yearbook on Peace and Conflict Studies*) e minha motivação para relacionar linguagem e direitos humanos. Um resultado concreto quase imediato foi a publicação, pela *Revista de Cultura Vozes*, em novembro de 1983, do breve artigo “Amor ao próximo linguístico”, no qual faço uma interpretação humanístico-linguística do segundo maior mandamento cristão. Imediatamente, na mesma revista, publiquei o artigo “Por uma declaração dos direitos linguísticos individuais” (GOMES DE MATOS, 1984), em que formulo duas tipologias de direitos linguísticos: uma, centrada nas pessoas e outra, em categorias desses direitos. Exemplos de direitos ali caracterizados e explicitados: direitos linguísticos da mulher – direito de ser tratada com igualdade linguística; direitos linguísticos do professor – direito de corrigir humanisticamente os erros de seus alunos; direitos linguísticos do aprendiz na Escola – direito de errar sem ser punido, humilhado por opções linguísticas inadequadas, direito de ser sensibilizado contra preconceitos e discriminações de natureza sociolinguística.

A imediata partilha do artigo com a UNESCO levou essa organização a encomendar ao autor um breve apelo em favor de uma Declaração Universal de Direitos Linguísticos, o que se concretizou por meio do texto “A plea for a language rights declaration”, no boletim co-patrocinado pela *Fédération Internationale*

des Professeurs de Langues Vivantes (FIPLV) e pelo Programa ALSED da UNESCO (GOMES DE MATOS, 1984b). Mas, poderiam perguntar os leitores, e a Linguística Humanizadora, como foi fortalecida nessa caminhada? Dois fatos contribuíram para isso, ambos em 1987: primeiro, a menção feita pelo linguista David Crystal ao meu apelo de 1984, no prefácio de sua *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Assim se referiu o notável linguista-dicionarista-enciclopedista:

Francisco Gomes de Matos plea points to the widespread occurrence of linguistic prejudice and discrimination around the world, and to the problems people face when they wish to receive special help in language learning and use. All people have the right to use their mother tongue, to learn a second language, to receive special treatment when suffering from a language handicap... but in many parts of the world, these rights are absent or inadequately provisioned” (CRYSTAL, 1987, p. 7).

Meu entusiasmo por uma Linguística então percebida mas ainda não rotulada de humanizadora tornou-se maior com a responsabilidade a mim atribuída pela UNESCO de organizar um Seminário Internacional de Direitos Humanos e Direitos Culturais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em 1987. Essa iniciativa, co-

patrocinada pela Associação Internacional de Pesquisas sobre Métodos AudioVisuais (AIMAV), depois renomeada para Associação Internacional de Pesquisas sobre Comunicação Intercultural, aproximou-me de dois homenageados nesse evento, Dom Helder Camara e Paulo Freire, e dos poucos linguistas-humanizadores atuantes em Direitos Linguísticos ali presentes, dentre os quais destaco a finlandesa Tove Skutnabb-Kangas (hoje figura mundialmente reconhecida por seu pioneirismo em estudos sobre Direitos Linguísticos, Linguicídio, Genocídio linguístico) e Joseph G-Turi (fundador e atual secretário geral da Académie Internationale de Droit Linguistique (Montréal), da qual sou membro. Desse encontro memorável na capital pernambucana, resultou o texto “Declaration of Recife/Declaration de Recife/Declaração do Recife”, inspirado, em parte, nas contribuições dos participantes e em meu apelo de 1984.

A desafiadora experiência de buscar um espaço para Direitos Linguísticos por meio da acolhedora porta dos Direitos Culturais contribuiu para que eu me decidisse a dedicar mais tempo de pesquisa para uma Linguística humanizadora. Em 1993, senti a necessidade de propor, à comunidade internacional de socio-linguistas, um conceito-novo: Paz comunicativa (ing.: *Communicative Peace*). A ideia foi expressa em breve apelo publicado no boletim de Sociolinguística da Associação

Internacional de Sociologia (GOMES DE MATOS, 1993). Logo após a publicação do texto, enviei cópia a Dell Hymes, que assim manifestou seu apoio à minha proposta:

So far as I know, you are the first person to connect the communicative dimension directly with the notion of peace. Of course the peaceful solution of human problems is of central concern to Habermas and his use of the notion of communicative competence, and many people would regard communicative problems as barriers to peace. But the sharp conjunction of the phrase *communicative peace* seems to go farther, and even suggest, not only mediation, but meditation, the achievement of a peace within persons that is more than absence of conflict, but a state of being. (HYMES, comunicação pessoal, 30/08/1993)

No ano seguinte, 1994, ao formular as características da linguagem em um capítulo no volume-homenagem a Maria Antonieta Alba Celani (BARBARA e SCOTT, 1994), incluí a natureza humanizadora da linguagem. Em minhas palavras, no original em inglês:

“If I were to update the enumeration of principles of linguistics, thus characterising the state of the art in the 80s and early 90s, two more principles would be added: the cognitive nature of language and the *humanizing* nature of language” (GOMES DE MATOS, 1994, p.106).

Nesse capítulo, acrescento que “Language learning is humanizing to the extent that, first and foremost, language learners rights be identified, recognized, respected, implemented” (p. 107). Na ocasião, troquei correspondência com David Crystal sobre o que, para mim, era uma injustificável lacuna na interpretação das características da linguagem, principalmente seus usos: a dimensão humanizadora. O linguista britânico concordou comigo. O incentivo hymesiano à minha cunhagem do termo *Communicative Peace* levou-me a intensificar a publicação, na revista *Ave Maria* (São Paulo) de uma série de artigos sobre Comunicação Humanizadora. Esses textos, publicados entre dezembro de 1992 e dezembro de 1995, foram reunidos, em sua quase totalidade, no livro *Pedagogia da Positividade. Comunicação construtiva em Português*, publicado pela Editora da UFPE/Recife (GOMES DE MATOS, 1996). Na Introdução desse volume, sustento que “Comunicar bem em português é comunicar-se para o bem”. Palestras, seminários e oficinas pedagógicas sobre Linguística e Comunicação Humanizadora conduziram-me a outra decisão: divulgar minhas ideias e frutos de interação com professores, alunos e leigos em geral, por meio de um livro centrado na integração da linguagem com a paz. Assim, publicou-se meu *Comunicar para o Bem. Rumo à Paz Comunicativa* (GOMES DE MATOS, 2002; 2006). A

seguir, esboço os princípios e três práticas resultantes dessa maneira mais profundamente humanizadora de fazer linguística.

Linguística da Paz

Foi David Crystal, em seu *Penguin Dictionary of Language and Languages* (1999), quem primeiro dedicou um verbete à Linguística da Paz em uma obra de referência. Eis a definição, em inglês:

Peace Linguistics – A climate of opinion which emerged during the 1990s among many linguists and language teachers, in which linguistic principles, methods, findings, and applications were seen as a means of promoting peace and human rights at a global level. The approach emphasizes the value of linguistic diversity and multilingualism, both internationally and intranationally, and asserts the need to foster language attitudes which respect the dignity of individual speakers and speech communities (CRYSTAL, 1999, pp. 254-255).

De lá para cá, vem crescendo a bibliografia sobre Linguística da Paz. Mencionarei algumas fontes, mas sugiro que se digite, no *Google*: *Peace Linguistics*, *Linguística da Paz*, *Communicative Peace*, *Paz Comunicativa* e

Applied Peace Linguistics. Em 2000, por solicitação de Milton Schwebel, então Diretor da revista *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, publiquei um artigo sobre humanização do discurso político como uma contribuição de linguistas da paz (GOMES DE MATOS, 2000). Cinco anos mais tarde, a enciclopédia on-line da UNESCO, sobre Sistemas de Suporte à Vida /EOLSS, publicou meu ensaio sobre Princípios e Aplicações da Linguística da Paz (GOMES DE MATOS, 2005). No ano seguinte, saiu um capítulo de minha autoria em um volume dedicado à Resolução de Conflitos, organizado pelo notável psicólogo Morton Deutsch, de Columbia University. Ali, relaciono Linguagem, Paz e Resolução de Conflitos (GOMES DE MATOS, 2006). Em 2007, publica-se um livro da linguista humanizadora brasileira (radicada nos EEUU) Patricia Friedrich em que são abordadas as relações entre linguagem, negociação e paz, com um foco nos usos da língua inglesa para resolução de conflitos (FRIEDRICH, 2007).

A busca na internet poderá ser reveladora de como, em poucos anos, a Linguística da Paz vem conquistando seu lugar ao sol no que chamaria de Estudos Humanizadores da Linguagem. Esclareço que uso o adjetivo **humanizador** com um sentido diferente do encontrado em dicionários. Para mim, o linguista é humanizador quando está imbuído dos valores/ideais de direitos humanos, justiça, paz, dignidade e os aplica em seu trabalho, em sua vida.

A esta altura, cabe exemplificar um pouco do potencial aplicativo de uma Linguística Humanizadora e da Paz. Escolho duas técnicas, partilhadas com participantes em minhas oficinas pedagógicas: a técnica TRELI (tríplice repetição da letra inicial em uma mensagem Memorável), a técnica COMPAZ (Comunicação pacífica, em que uma ação linguística potencialmente agressiva é substituída por outra, construtiva, humanizadora) e a técnica do PoemApele.

Aqui, por limitações de espaço, apresento a técnica sem considerar os contextos em que poderiam ocorrer as sugestões. Primeiro, exemplifico meu uso da aliteração como instrumento conscientizador de nossas responsabilidades como comunicadores pacíficos. A TRELI constitui um duplo desafio: cognitivo (a pessoa cria uma mensagem memorável) e manifesta seu comprometimento em adotar uma comunicação promotora do Bem de seu próximo.

Exemplo de TRELI (A primeira palavra é um verbo):

A A A – Aconselhemos com afirmações amistosas

C C C – Consideremos conflitos construtivamente

D D D – Dignifiquemos nossos diálogos diários

F F F – Falemos com firmeza fraterna

P P P – Priorizemos palavras positivas (Positivadores, como as denomino)

Q Q Q – Questionemos sem querer querelar
Exemplo de COMPAZ

Em vez de Antagonizar, apaziguar;
Confundir, instruir; Hostilizar, sensibi-
lizar; Insultar, enfatizar; Ofender,
entender.

Na segunda técnica, trata-se de ir mais além do contraste comunicativo. Não basta substituir o DESrespeitar pelo RESPEITAR: precisamos aprender a monitorar nossa comunicação, para transformarmos uma situação potencialmente injusta em comunicativamente humanizadora, a isso acrescentando um elemento surpresa. Quando estivermos a ponto de produzir uma mensagem destrutiva, transformemos essa intenção negativa em ação surpreendentemente positiva. Em vez de **interferir** no que alguém afirma, **fazer progredir** a interação. Em lugar de **desanimar** alguém, **cooperar** com seu próximo linguístico etc.

Na terceira técnica, cria-se um poema com função de apelo. Exemplifico, com Quadrinhas centradas no conceito de POSITIVADORES, cunhado por analogia com enfatizadores, atenuadores, maximizadores etc.

Pelo uso de POSITIVADORES: um apelo

Aprendamos a usar palavras que o BEM possam fazer

Um efeito positivo do que dizemos saibamos planejar
Mais bondade à nossa comunicação queira-mos trazer
O uso de um vocabulário edificante saibamos valorizar

Aprendamos a compassivamente saber perdoar
Com o Próximo Linguístico alegremo-nos em interagir
Exemplos de Paz Comunicativa queiramos dar
Um mundo comunicativo justo precisamos construir

Com POSITIVADORES, saibamos humanizar
A dignidade linguística desafiemo-nos a garantir
Nossos textos e hipertextos sirvam para inspirar
Em divergências e discussões almejemos construir

Substantivos, verbos, adjetivos, advérbios e pronomes
devemos positivar
No ouvir, falar, ler, escrever ou quando a língua de
sinais usar
Para o Dever de saber COMUNICAR PACIFICAMENTE
saibamos educar
Nossa contribuição à HUMANIDADE queiramos cada
vez mais aumentar

Em meu percurso, como linguísta da paz, tenho recorrido a poemas-apelo, vários dos quais referentes às profissões. Aos interessados em conhecer minha *pRoesía para a Paz*, sugiro a visita ao site www.humiliationstudies.org, onde sou responsável por *Peace Linguistics*.

Muito mais poderia dizer aos leitores deste texto um tanto autobiográfico, mas,

coerente com minha vida escritural, acho que já escrevi o suficiente, por isso concluo com mais um apelo: que ao fazerem Linguística, de maneira dinâmica, envolvente, cativante, pensem no **bem comunicativo** que seus ensinamentos, suas pesquisas poderão fazer aos usuários de línguas, por meio de uma **Linguística com tríplice fundamento: humana, humanizadora e da paz**. Que a **paz comunicativa** fique com vocês e todos a quem vocês servem como profissionais dessa ciência linguística que aprendi a amar com meu primeiro professor (o curso se chamava **Introduction to Linguistic Science**), Charles C. Fries, na University of Michigan Ann Arbor, no feliz outono de 1955. Que nossa querida **ABRALIN** contribua para a humanização dos estudos linguísticos, tanto teóricos quanto aplicativos. Sejam, cada um(a) de nós, à medida do possível e do desejável, **linguistas da PAZ**, pois como sábia e profeticamente nos lembra Marcuschi (2003): “A paz mundial vai ter que se socorrer dos linguistas um dia”.

Referências

- BARBARA, L.; SCOTT, Mike (Eds.). Reflections on Language Learning. In: **Honour of Antonieta Celani**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 1994.
- BIAZIOLLI, S.; GOMES DE MATOS, F. Português do Brasil para Estrangeiros. **Conversação, Cultura e Criatividade**. Para uso na rede Yázigi. São Paulo: Difusão Nacional do Livro, 1978.
- CAMARA JR., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CRYSTAL, D. **Penguin Dictionary of Language and Languages**. London: Penguin, 1999.
- FROMKIN, V.; RODMAN, R. **Introdução à Linguagem**. Coimbra: Almedina, 1993.
- FRIEDRICH, P. **Language, Negotiation and Peace**. London: Continuum Books, 2007.
- GOMES DE MATOS, F. 10 anos de Linguística Aplicada no Brasil. Petrópolis, RJ: **Revista Cultura Vozes**, janeiro-fevereiro, 1976.
- _____. **Verbete Linguística Humana em meu Posfácio ao Dicionário de Linguística e Gramática de J. Mattoso Camara Jr.** Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. 20 years of Applied Linguistics: AILA Congresses 1964-1984. In: Jos Nivette et al(eds) AILA Brussels 84. Proceedings. Volume V, Plenary papers. Brussels: ITO/VUB, 1984.
- _____. Por uma Declaração Individual de Direitos Linguísticos. Petrópolis: **Revista Cultura Vozes**, março, 1984b.
- _____. A plea for a language rights declaration. FIPLV-World News. Newsletter of the Fédération Internationale des Professeurs de Langues Vivantes With the support of the ALSSED Programmed, UNESCO. April, 1984c.

_____. Probing the communicative paradigm. A concept of Sociolinguistics. Sociolinguistics Newsletter, International Sociological Association, Dublin, July, 1993.

_____. A thesis 20 years on: The Theory and Praxis of Language Learners Rights, in BARBARA AND SCOTT (Eds). Reflections on Language Learning. In Honour of Antonietta Celani. Clevedon, UK:Multilingual Matters, 1994.

_____. **Pedagogia da Positividade.** Comunicação construtiva em Português. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

_____. Humanizing and harmonizing political discourse: the contribution of peace linguistics. Peace and Conflict. Journal of Peace Psychology, Vol. 6, No.4, 2000.

_____; GOMES DE MATOS, F. **Comunicar para o Bem. Rumo à Paz Comunicativa.** São Paulo: Editora Ave Maria, 2002.

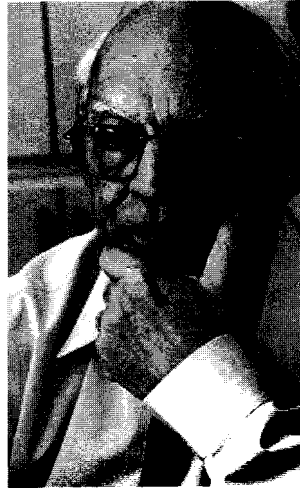
_____. Using peaceful languages: from principles to practices. EOLSS, **Encyclopedia of Life Support Systems.** On-line. Paris, UNESCO, 2005.

_____. Language, Peace and Conflict Resolution, capítulo em Morton Deutsch, Handbook of Conflict Resolution. 2nd ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2006. MARCUSCHI, L. A. Respostas à pergunta Quais os desafios à Linguística no século XXI. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversas com Linguistas.** Virtudes e controvérsias da Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SAPIR, E. (1954). **Introdução ao Estudo da Fala.** Tradução de J. Mattoso Camara Jr. Rio: Instituto Nacional do Livro. Biblioteca Científica Brasileira, 4, Série B, 1954.

Ataliba Teixeira de Castilho
(1983-1985)

Graduação em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (1959), doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1966), livre-docência em Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1992). Coordenador do Projeto de Gramática do Português Falado, desde 1988, ora em processo de finalização. Coordenador do Projeto de História do Português de São Paulo, desde 1995. Atualmente é professor titular aposentado da Universidade de São Paulo e professor colaborador voluntário da Universidade Estadual de Campinas. Integra o corpo editorial de Alfa (Revista de Linguística da UNESP), - Linguística (revista da Associação de Linguística e Filologia da América Latina), - Estudos Linguísticos (revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo) e Cadernos de Estudos Linguísticos (Unicamp). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística do Português, atuando principalmente nos seguintes temas: língua falada, descrição linguística, gramática do português, funcionalismo e sintaxe, linguística histórica.



A CATEGORIA COGNITIVA
DE MOVIMENTO NA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS
Refletindo sobre os achados dos
Projetos NURC, PGPF e PHPB

Ataliba T. de Castilho

Apresentação

Agradeço inicialmente a nosso presidente, Prof. Dermeval da Hora, pela boa ideia de publicar este volume, no ano em que a ABRALIN completa 40 anos.

Presidi a ABRALIN de 1983 a 1985, tendo sido eleito em Belém do Pará. Fui antecedido por Francisco Gomes de Matos e sucedido por Carlos Alberto Faraco.

A ideia da fundação de uma associação de linguistas vagava por nossas mentes no final dos anos 60, mas a coisa tomou forma mesmo em Marília-SP, cuja Faculdade de Filosofia Ciências e Letras sediou, em 1967, o Primeiro Seminário de Linguística de Marília. Posteriormente, essa Faculdade foi integrada à Universidade Estadual Paulista, Unesp. Em 1975, seu curso de Letras foi fechado. Lendo a notícia, o conselheiro Acácio concluiu que o sucesso nem sempre garante a vida das instituições.

Todos os linguistas brasileiros tinham sido convidados a participar daquele evento. Quase todos compareceram. Naqueles tempos, seu número mal excedia os dedos das duas mãos. Consultando a revista *Alfa 11* (1967), revista de Linguística da Unesp, encontra-se a lista dos presentes e os textos que lhes tinham sido

encomendados, bem como o temário que nos ocupava naqueles tempos.

No encerramento do Seminário de Marília, a animação era muita, todo mundo fazendo cara de quero mais. Tinha chegado a hora de fundar associações regionais de Linguística, e uma associação nacional. Pedimos então ao prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. que liderasse as negociações para a associação nacional. Ela foi criada em janeiro de 1969, num dos Simpósios do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas, *PILEI*, que se reunia sob os auspícios da Universidade de São Paulo. O prof. Geraldo Cintra secretariou essa reunião histórica.

Mattoso era o candidato natural a primeiro presidente, mas declinou, pois ocupava o cargo de presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, *ALFAL*, fundada em 1964. Ele foi o primeiro presidente da *ALFAL*. Um brasileiro. Parênteses: nossa figura maior tinha entendido muito bem o papel dos brasileiros no conspecto latino-americano. Fecho os parênteses, deixando você com essas ideias.

Foi então eleito seu braço direito no Museu Nacional, o prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Infelizmente, a crise que então afetava essa instituição caiu com toda a força sobre a *ABRALIN*, que já ia morrendo no nascedouro, não tivesse sido ressuscitada pelos esforços do prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da

Bahia, então conselheiro, o único com mandato efetivo, além de mim mesmo.

Altman (2003) historiou tudo isso, e comparece neste volume com um ensaio específico sobre a *ABRALIN*, cujo arquivo é regularmente recolhido ao Centro de Documentação Linguística e Literária Alexandre Eulálio, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

No mesmo mês, local e ano de 1969, foi fundado o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, *GEL*, de que fui o primeiro presidente. Novas associações regionais foram sendo criadas, todas elas referenciadas na página www.abralin.org, consolidando a Linguística no país, em seu nível organizacional.

Tal como se esperava, a agenda da Linguística brasileira desdobrou-se extraordinariamente depois de fundada a *ABRALIN*, cujas diretorias jamais deixaram cair a peteca. Graças a isso, convivemos hoje com projetos individuais e coletivos de pesquisa, seminários e congressos, publicações e outras dessas iniciativas que mantêm as ciências andando. Ultrapassamos nossos vizinhos latino-americanos, invertendo o quadro predominante até os anos 60, desenhado em Castilho (1971).

Pouco disso existia naquele final da década de 60. Nem sua criação teria ocorrido, não fossem os pioneiros pré-*ABRALIN*, que vinham atuando em suas universidades:

Joaquim Mattoso Câmara Jr., na então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro; Theodoro Henrique Maurer Jr., na Universidade de São Paulo; e Raul Farâni Mansur Guérios, na Universidade do Paraná, hoje Universidade Federal do Paraná.

Depois desta rápida hora da saudade, vou concentrar-me na busca de algumas generalizações, interpretando os achados de três projetos coletivos: o Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (desde 1970), o Projeto de Gramática do Português Falado (desde 1988, finalizando agora) e o Projeto para a História do Português Brasileiro (desde 1998). Limito-me aos projetos em que me envolvi, deixando claro que as generalizações aqui feitas não comprometem as dezenas de pesquisadores que aí atuaram e continuam atuando.

É claro que essas generalizações apenas complementam a presente reflexão teórica brasileira, que aparece regularmente nos eventos promovidos pela ABRALIN, pela ANPOLL, e em suas publicações. Sendo assim, convido os colegas familiarizados com os muitos projetos em andamento a que se dediquem a exercício semelhante.

Precisamos desenvolver uma reflexão teórica fulcrada em nossas pesquisas, como acontece nos centros mundiais. Sem isolacionismos, procuraremos assim nossa autonomia, deixando de apenas repercutir o que

ocorre lá fora. Não se trata de lançar algum movimento do tipo “a teoria é nossa”. A boa ciência é transterritorializada. É que já temos idade e empiria suficientes para dar esse novo passo, não precisaremos mais nos limitar a oferecer ao mundo o PB e nossas muitas línguas indígenas como uma espécie de mercadoria, perpetuando o ciclo colonial. Primeiro, o pau Brasil. Depois, as línguas brasileiras. Contintinhos, quando alguma criatura do Hemisfério Norte cita alguma idiossincrasia do PB ou do Kamaiurá! Ah, os trópicos! Assim não dá! Então, como dizia o Carlos Franchi, “jogarei a perna”, muito mais para animar os colegas do que para outra coisa qualquer.

Começo por outra afirmação acaciana: teoria e empiria mantêm intermináveis relações bidirecionais. Os projetos mencionados partiam, é claro, de perspectivas teóricas. Mas a quantidade de conhecimento linguístico que eles acumularam permite agora reformular as teorias em que se baseavam, ampliando umas, desenvolvendo outras. Para orientar minha participação nesse jogo, partirei de uma categoria cognitiva, a de MOVIMENTO, rastreando suas andanças pelo PB. Movimentos andam: outro pensamento profundo!

Este trabalho tem três partes: (1) breve resumo dos projetos mencionados, (2) agenda da Linguística Cognitiva, (3) o PB e a categoria de MOVIMENTO.

1 O Projeto NURC, o Projeto de Gramática do Português Brasileiro e o Projeto para a História do Português Brasileiro

1.1 O Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (NURC)

Em 1967, Juan M. Lope Blanch, professor e pesquisador ligado ao Colegio de México, obteve junto ao Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI) a aprovação de seu “Proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta en las principales capitales de Hispanoamérica”.

O projeto previa uma virada nas pesquisas dialetológicas, que passariam a consagrar-se ao espaço urbano, deixando de lado *los varicuetos de una sierra*. Lope Blanch argumentava que uma profunda alteração vinha afetando as comunidades hispano-americanas, rapidamente urbanizadas, gerando, assim, novos fenômenos linguísticos que importava documentar e descrever. Sua proposta previa a organização de um extenso *corpus* de entrevistas com homens e mulheres de formação universitária, cuja fala seria transcrita e analisada em seus aspectos fonético, morfossintático e léxico.

Dotado de forte liderança, Lope Blanch convenceu as principais figuras da Linguística Hispanoamericana a se integrarem no empre-

endimento, de que resultou um expressivo conjunto de estudos sobre o espanhol americano.

Era sua intenção que o Brasil se integrasse no projeto, o que se deu em 1969, tendo sido Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, encarregado de propor sua adaptação às condições brasileiras. Surgiu assim o Projeto NURC, sigla pela qual esse projeto passaria a ser conhecido entre nós. Entre 1970 e 1978, os responsáveis regionais pelo projeto levantaram uma enorme documentação do português culto falado no Brasil em cinco de suas capitais: quatro do séc. XVI (Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro) e uma do séc. XVIII (Porto Alegre). Foi adaptado ao português o *Quia-Questionário*, que serviria de instrumento de pesquisa. Estudos parciais, dissertações de mestrado e teses de doutorado começaram a surgir por toda parte (CASTILHO, 1990).

Um balanço dos trabalhos gerados pelo projeto mostra que a transcrição das entrevistas, de um lado, e a publicação de amostras, de outro, funcionaram como gatilho para uma enorme quantidade de estudos. Foi fundamental a publicação destas amostras:

- São Paulo: Castilho-Preti (Orgs.) (1986, 1987); Preti-Urbano (Orgs.) (1990).
- Rio de Janeiro: Callou (Org.) (1992); Callou-Lopes (Orgs.) (1993, 1994).

- Salvador: Motta-Rollemberg (Orgs.) (1994).
- Recife: Sá-Cunha-Lima-Oliveira (Orgs.) (1996, 2005).
- Porto Alegre: Hilgert (Org.) (1997).

Os arquivos do Projeto NURC estão hoje depositados nas universidades federais de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e nas universidades estaduais paulistas USP e Unicamp, esperando por você.

Pesquisas desenvolvidas pelas equipes regionais foram publicadas em obras coletivas: Castilho (Org.) (1989); Preti-Urbano (Orgs.) (1990); Preti (Org.) (1993, 1997, 1998, 2002). Trabalhos individuais de variada ordem demonstraram o interesse provocado pelo Projeto NURC. Numa listagem não exaustiva, lembrem-se Dias de Moraes (1987), Gavazzi (1998), Hoffnagel (1996), Marcuschi (1991, 1996, 1997), Marques (1996), Menon (1994), Zapparoli-Camlong (2002), entre outros.

Os trabalhos descritivos promovidos pelo Projeto NURC se encaminharam majoritariamente para os aspectos pragmáticos do PB brasileiro, tendo ficado em segundo plano a descrição gramatical propriamente dita.

1.2 Projeto de Gramática do Português Falado

Para resgatar esse objetivo, propus em

1987 a organização de um novo grupo, que passaria a operar com outras perspectivas, por ele mesmo definidas. Surgiu, assim, o Projeto de Gramática do Português Falado (1988-2008), a mais extensa iniciativa do gênero, que reuniria cerca de 40 pesquisadores experimentados, oriundos de 12 universidades brasileiras.

O projeto organizou-se à volta de cinco grupos de pesquisa:

- Organização textual-interativa, coordenado por Ingedore Koch.
- Construções gramaticais, coordenado inicialmente por Fernando Tarallo, substituído após sua morte por Mary Kato.
- Classes de palavras, coordenado por Rodolfo Ilari, substituído a seu pedido por Maria Helena Moura Neves.
- Morfologia flexional e derivacional, coordenado inicialmente por Margarida Basílio, substituída a seu pedido por Ieda Maria Alves e Ângela C. de Souza Rodrigues.
- Fonologia, coordenado inicialmente por João Moraes, substituído a seu pedido por Maria Bernadete Marques Abaurre.

Cada grupo de trabalho traçou seu perfil teórico e fixou sua agenda de pesquisas, cujos resultados foram debatidos em seminários nacionais, em número de dez. Ao cabo de cada

seminário, estava pronto um livro, publicado pela Editora da Unicamp, em série própria, que atingiu oito volumes: Castilho (Org.) (1990, 1993); Ilari (Org.) (1992); Castilho/Basílio (Orgs.) (1996); Kato (Org.) (1996); Koch (Org.) (1996); Neves (Org.) (1999); e Abaurre/Rodrigues (Orgs.) (2003).

Esgotadas as agendas dos grupos de trabalho, deu-se início, em 2003, à tarefa de consolidação dos muitos ensaios publicados, de que resultaria a gramática propriamente dita. A nova série teria cinco volumes, dos quais está publicado o primeiro, Jubran/Koch (Orgs.) (2006), sobre a construção do texto, sendo que mais dois foram encaminhados à editora em 2008: Ilari/ Neves (Orgs.) (2008), sobre as classes de palavras e as construções, e Kato/Nascimento (2008), sobre a construção da sentença. Estão em processo de finalização os volumes IV (Morfologia) e V (Fonologia). Esse projeto revelou muitas características do PB, fazendo dele a primeira língua românica a ter sua modalidade falada culta amplamente descrita.

Pela primeira vez, a Linguística brasileira deixou de ser caudatária do que se faz no exterior, tomando a dianteira sobre centros de pesquisa bastante consolidados, como se pode comprovar comparando a cronologia dos estudos sobre o PB falado com a de projetos similares do Inglês, Francês e Italiano.

1.3 História do Português Brasileiro

As muitas reflexões sobre a gramática do PB levadas a cabo nos últimos 30 anos provocaram forte curiosidade sobre o desenvolvimento diacrônico das propriedades ali identificadas, a transposição do Português para o Brasil, e os processos de mudança por que passou e continua passando.

Três grupos de pesquisadores aceitaram esse desafio:

- “Estudos diacrônicos do PB”, levados a cabo na Unicamp por Fernando Tarallo e Mary Kato, a partir dos anos 80. Os principais resultados desse projeto aparecem em Roberts/ Kato (Orgs.) (1992). Toda uma geração de linguistas históricos foi formada por essa iniciativa.
- “Programa de História do Português” (PROHPOR), organizado em 1995 na Universidade Federal da Bahia por Rosa Virgínia Mattos e Silva: Mattos e Silva (1992 a, 1995, 1998), Carneiro (2005), Lobo (2001; (Org.) (2001), Oliveira (2006).
- “Projeto de História do Português de São Paulo”, organizado em 1997, na USP. O projeto tinha sido concebido em 1995 e tomou âmbito nacional a partir de 1998, por ocasião de seu I Seminário, redenominado “Projeto para a História do Português Bra-

sileiro". Foram então organizadas equipes regionais em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A produção bibliográfica coletiva resultou dos sete seminários nacionais já realizados: Castilho (Org.) (1998, 2003c); Mattos e Silva (Org.) (2001); Alkmim (Org.) (2002); Duarte/Callou (Orgs.) (2002); Ramos (Org.) (2008); Lobo/Ribeiro/Carneiro/Almeida (Orgs.) (2007); e Aguilera (Org.) (2008). Muitas teses e dissertações vêm sendo concluídas nas equipes nacionais. Para um balanço das atividades até 2003, ver Castilho (Org.) (2003).

As referências bibliográficas acima são altamente incompletas, mas servem para demonstrar a força das pesquisas diacrônicas em nosso país.

Espera-se que os resultados desses projetos venham a interferir nas práticas de ensino, de que já se registram Castilho (1978 a.e, 1998), Travaglia (1996, 2003), Ramos (1997), entre outros.

2 Agenda da Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitivista integra-se no domínio mais amplo das Ciências Cognitivas,

de que vem abordando vários tópicos (UNGERER; SCHMID, 1996). Ela tem sido às vezes definida pelo que não é, pois essa direção de estudos não aceita (i) "a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística [...] distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas"; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias linguísticas são discretas e homogêneas; (iv) "a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos 'objetivos'"; (v) a autonomia e não-motivação semântica e conceptual da sintaxe (SILVA, 1997, p. 61).

Deixando de lado o debate entre funcionalistas e formalistas sobre qual é o domínio central da língua, a Linguística Cognitivista estuda a interação entre a língua e as categorias cognitivas, buscando explicar as formas e os significados das palavras e das construções. Sua contribuição para as Ciências Cognitivas está em mostrar que os "dados linguísticos quando adequadamente compreendidos podem servir para revelar aspectos da representação mental em seu nível mais alto": (SWEETSER AND FAUCONNIER (Eds.), 1996, p. 1). Por via de consequência, a linguagem interpreta o conhecimento do mundo, não o espelha.

Geraerts (1995 apud SILVA, 2001, p. 3). afirma que a Linguística Cognitiva assenta em

três princípios fundamentais: (1) primazia da Semântica na análise linguística, (2) natureza enciclopédica do significado linguístico e (3) natureza perspectivista do significado linguístico.

Os linguistas cognitivistas evitam cuidadosamente o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os processos cognitivos e as estruturas linguísticas. Ao emparelharem esses campos, eles se servem de predicadores tais, como “interação”, “paralelismo”, “reflexo”, “representação” – e nunca se lê algo como “derivação”, relação “primitivo-derivado” etc. Eles reconhecem que as línguas naturais corporificam as categorias cognitivas de PESSOA, LUGAR, TEMPO, MOVIMENTO, VISÃO, QUALIDADE, QUANTIDADE, entre outras, mediadas sempre pela interpretação das respectivas culturas. A representação linguística dessas categorias muda de língua para língua, ou no interior de uma mesma língua, ao longo de seu percurso histórico. Mas as categorias cognitivas permanecem, pois integram os atributos da raça humana.

A constituição formal da Linguística Cognitiva se deu em 1989, com a realização da *International Cognitive Linguistics Conference* em Duisberg, na Alemanha, seguindo-se a realização bianual de congressos, sob a responsabilidade da então criada *International Cognitive Linguistics Association*, que publica a revista *Cognitive Linguistics*. Deve

ser lembrada igualmente a coleção *Cognitive Linguistics Research*, segundo Silva (Org.) 2001), que provê abundantes informações bibliográficas.

Os fundamentos cognitivos das línguas naturais têm sido pesquisados por várias teorias:

- (1) Teoria dos protótipos: Lakoff (1975, 1982).
- (2) Teoria da metáfora: Lakoff / Johnson (1980-2002).
- (3) Teoria dos espaços mentais: Fauconnier (1984/1985), Sweetser/ Fauconnier (Eds.), 1996), Fauconnier/Turner (2000).
- (4) Semântica cognitiva: Talmy (1988, 1996, 2000), Johnson (1987), Putz/ Dirven (Eds.), 1996).
- (5) Gramática cognitiva: gramática das construções de Goldberg (1995); gramática cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991, 1999, 2008).

No que se segue, desenvolvo algumas reflexões sobre a representação da categoria de MOVIMENTO nos dados do PB apurados pelos projetos mencionados na seção 1.

3 A Categoria Cognitiva de MOVIMENTO no Português Brasileiro

A Linguística Cognitiva, como vimos, tem identificado um grupo de categorias, a que as estruturas linguísticas dão visibilidade. Esse pessoal reconhece que está formulando talvez a última das perguntas, ou seja, *como as línguas são criadas?*

Mas como entender o MOVIMENTO? O conselheiro Acácio me disse que é assim: um OBJETO (pessoa ou coisa) se desloca pelo ESPAÇO, ocupando aí lugares diferentes. Olhando o OBJETO em suas deslocções, operando, portanto, com a categoria de VISÃO, concebemos a categoria de MOVIMENTO. Langacker (1987, 1990, 1991) alude aos pontos de vista fixo e móvel, de importância, por exemplo, para entender o funcionamento das preposições. Talmy (1988, 1996, 2000) estudou essa categoria, distinguindo o movimento físico do movimento fictício, de que dá um exemplo, entre muitos outros: olhando pela janela de um ônibus, o passageiro nota que os postes passam cada vez mais depressa. E Jakobson dizia que “como os seres humanos tendem a **ver** as coisas em termos de polaridade, verifica-se que muitas distinções importantes da linguagem também são binárias” (JAKOBSON apud GARDNER, 1985/1995, p. 251).

Conclusão rápida: só dá para conceber as categorias cognitivas entendendo suas

múltiplas imbricações. Elas não são opostas negativas – como as categorias formais. São, antes, problemáticas, cumulativas, complexas, isto é, “dobradas juntamente [com outras categorias]” (cf. a formação do vocábulo *complexo: com + plek*).

Enquanto categoria problemática, o MOVIMENTO pode ser encarado como um movimento fictício ou como um movimento físico.

O movimento fictício se gramaticaliza nas transferências ou projeções de traços. Imageticamente, traços “decolam” de um operador e “aterriçam” em seu escopo. Dizemos que houve transferência, ou projeção de traços. Aliás, os termos *transferir* e *projetar* compartilham propriedades semânticas comuns, basta dar uma espiada em suas etimologias. A teoria do escopo está incluída na agenda dos estudos do movimento fictício. Dela se ocuparam Ilari; Gerdali (1985). Os pesquisadores do Projeto de Gramática toparam inúmeras vezes com escopinhas, escopões etc.

O movimento físico se gramaticaliza no Léxico por meio dos vocábulos dêiticos e, na Gramática, por meio dos deslocamentos de constituintes gramaticais pelo enunciado.

A categoria de MOVIMENTO, portanto, se manifesta na língua-enunciação e na língua-enunciado, como um processo e um produto. Como é natural, na tradição gramatical recente

nos demos conta primeiramente dos MOVIMENTOS-PRODUTO, ou movimento físico, mais visíveis, e depois dos MOVIMENTOS-PROCESSO, ou movimento fictício, mais dissimulados.

Os exemplos a seguir girarão em volta desses conceitos.

3.1 Representação Linguística do MOVIMENTO Físico

Se admitirmos que o sistema da Gramática abriga três subsistemas, a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe, veremos que todos eles exemplificam a ação do MOVIMENTO físico.

3.1.1 Movimentos físicos na Fonologia

Algumas consoantes são especialistas em movimentos pelo interior da palavra. Esse é o caso de [r], que pode migrar no interior da sílaba, como em *pergunta* > *pregunto*, ou de uma sílaba para outra, como *Breatiz* > *Beatriz*, documentada nos *Inventários e Testamentos de São Paulo*, século XVI, por Moraes de Castilho (2008). Lembram-se das metáteses e das hipérteses, laboriosamente colecionadas pelos neogramáticos? Pois é, faltava tirar a moral dessa história.

Outra consoante pula-pula é o [s], que em *os olhos*, *as orelhas*, *as unhas* deixou o artigo falando sozinho e foi morar com o substantivo, em *zolho*, *zoreia*, *zunha*. Isso já

foi classificado como um caso de metanálise. Mais um rótulo para a coleção. As terminologias sobrecarregadas, as muitas classificações, muitas vezes obscurecem o objeto.

O badalado traço de nasalidade não ficou atrás, migrando de uma palavra para outra, originando-se seja de palavras *in absentia*, do eixo paradigmático, seja de palavras *in praesentia*, aquelas do eixo sintagmático. A palavra *assim* viajou entre as duas estações. Do Latim *sícs* saiu primeiramente o Português *sí*, depois *sím*, cuja nasalidade proveio de seu antônimo, o *não*, num movimento fictício. Ou será que quando afirmamos estamos mesmo é querendo negar? A nasalidade do Português popular *ansim* foi um caso de metonímia fonológica, pois veio de *assim*. Numa palavra, movimento paradigmático, e depois movimento sintagmático.

3.1.2 Movimentos Físicos na Morfologia

Temos testemunhado, neste final dos tempos, a decolagem de morfemas, que flutuam e depois aterrissam de qualquer jeito, em lugares inesperados. Tudo isso só para contrariar os estruturalistas, que equacionavam morfemas a formas presas.

São bem conhecidos os exemplos de Amadeu Amaral e de Marta Scherre sobre a anteposição da marca de plural. O morfema {s} divorciou-se do núcleo do sintagma

nominal e fugiu para o Especificador, como seu novo endereço exclusivo. Basta ver os exemplos *essas coisara da bonito* etc. (AMARAL, 1920/1982, p. 48). Moraes de Castilho (2008a) identificou a flutuação do morfema nominal de plural {-s} no interior do sintagma nominal, em documentos paulistas do séc. XVI, em casos como *os menino bonito / o meninos bonito / o menino bonitos*. Ela concluiu que há uma harmonia transcategorial entre quantificadores lexicais como *todo*, e quantificadores morfêmicos como {-s}, ou seja, *todo mundo* flutua. Nesse mesmo trabalho, ela notou que o morfema de feminino {-a} também é dado a movimentos migratórios. Nos 47 volumes da série dos *Inventários e Testamentos*, ela encontrou *José Bicudo* e *Maria Bicuda*, *João Ribeiro Branco* e *Manuela Ribeira Branca*, todos da mesma família.

Mas o {-s} verbal rivaliza com seu correlato nominal, sendo capaz de outras manobras, embalado pelo MOVIMENTO dos sábados à noite. Ele deu de aparecer em outros vagões da língua-trem-de-ferro, como no de seu alomorfe {-ste}, gerando {-stes}, que aparece, por exemplo, naquela pergunta do padre ao sacristão: *tu fostes e viestes, o que é que trouxestes?* Infelizmente, a aventura custou uma trombada com o formalíssimo morfema da segunda pessoa do plural, que viajava no vagão de primeira classe. Para não se dar por achado, este último se disfarçou de ditongo,

desfilando como *vós fôsteis, vós viésteis*. Ainda bem que hoje em dia não se sabe bem o que fazer com esse *vós*, no PB, muito menos com a morfologia verbal correspondente.

Na mesma composição em que os verbos viajavam, Marilza de Oliveira, estudando o enfraquecimento do reflexivo *seno* PB, detectou a migração do morfema de nasalidade da 3ª. pessoa do plural para o malfadado *se*, que se transformou em *sem*, receptor de nasalidades, como em *sentem-sem*. Mais um caso de movimento físico.

3.1.3 Movimento Físicos na Sintaxe

Os sintaticistas foram os primeiros a flagrar as pistas da categoria de MOVIMENTO físico na sentença.

Eles trataram dos movimentos de constituintes, aí incluídos os clíticos, mostrando que uma tipologia linguística pode se assentar nessa operação, distinguindo-se as línguas configuracionais das línguas não-configuracionais.

Depois, partiram para cima das construções de tópico, de argumentos e de adjuntos, surpreendendo movimentos por todo lado. Eles notaram que na língua falada tanto o sujeito quanto o objeto podem mover-se para a esquerda, ocorrendo ou não sua retomada por um clítico no interior da sentença. Foi a época de ouro das construções de tópico. Justo quando os clíticos abandonavam o PB,

enfatiados decerto por sua pequenez corpórea.

Não deixa de ser curiosa essa tendência esquerdista dos argumentos. Outras substâncias se movem para a esquerda, no domínio fonológico e no domínio morfológico, com exemplos já aduzidos aqui.

Entre outros autores, Nunes (2007) discorda. Estudando os clíticos, ele constatou movimentos para a direita, como em *Abre Tisésamo* (interpretação de *abre-te Sésamo*), *S'embora, pessoal!*, semelhantes a *A gente sívé por aí / eu sísqueci / eu selembrei*.

A onda bidirecional também rola na organização dos textos, como veremos daqui a pouco.

A Preposição sempre foi o passageiro mais desastrado nessa movimentação. Ela costuma despencar entre um vagão e outro, toda vez que o Sintagma preposicionado, mirando-se no exemplo do objeto direto e do sujeito, sai em disparada para a cabeça da sentença. Rocha (1996, 2001) nos serviu doses generosas de preposições desaparecidas. A coisa é tão séria que ela arranjou o rótulo de “adjuntos sem cabeça” para denominar esses animaizinhos.

O GT de Classes de Palavras compareceu ao baile, acrescentando suas observações sobre o movimento do adjetivo à volta do substantivo, e do advérbio à volta de seus muitos escopos. Entre outros lances, eles identificaram advérbios modalizadores como *realmente*, que

se movimentam bravamente pela sentença, ocupando seus espaços sem a menor cerimônia. Esse advérbio tem direito a isso, pois juntamente com outros itens hiperpredicadores, ele anda à beça por aí, catando seus muitos escopos. *Catando* vai aqui no sentido arcaico da palavra, de “vendo, olhando”. De novo, a categoria de VISÃO. Sua movimentação é enorme, sobretudo quando comparados aos qualificadores, coitados, agarrados a um escopo só, a ponto de perderem a própria identidade. Vejam o caso dos qualificadores *bem* e *mal*, em *bem-vindo*, *mal-me-quer*. Mirando as virações de adjetivos e advérbios, topamos com aqueles que até mesmo mudam de sentido, na dependência do lugar para onde se deslocaram: Ilari et al (1991), Neves (1990), Castilho; Ilari; Neves; Basso (2008), Negrão et. al (2008). O que será isso, senão novas maquinações da categoria de MOVIMENTO?

3.2 Representação Linguística do MOVIMENTO fictício

Vejamos o que os pesquisadores descobriram em termos de MOVIMENTO fictício. Trata-se de um processo estruturador bem mais discreto, porém de resultados mais fortes que aqueles evidenciados por seu análogo, o MOVIMENTO físico.

Não são mais constituintes estruturais que navegam pelo enunciado. Agora, são traços

de variada ordem, que despegam inesperadamente de sua base, que continuará no mesmo lugar no enunciado, lançando-se por aí, instituindo a conversação, o texto, a sentença e tudo o mais.

Temos aqui outro problema terminológico. Movimentos físicos de constituintes foram denominados *movimento* mesmo. Já os movimentos fictícios têm sido denominados *projeção*, o que diminui a visibilidade do fenômeno.

A projeção é um conceito que salta por toda parte, indo do texto para a gramática, com um *pit stop* na semântica. Façamos um rastreamento desse conceito pela cozinha do PGPF. No domínio do Discurso, ela é conhecida como foricidade; no da Semântica, como metáfora e metonímia; e no da Gramática, como projeção mesmo. Mas no fim, tudo é a mesma coisa.

A conversação, como um objeto em si mesmo, não tinha sido incluída na agenda do PGPF, visto que os pesquisadores do Projeto NURC estavam elaborando seguidamente o assunto. Mas Sacks; Schegloff; Jefferson (1974/2003), os pais da matéria, assim formularam o princípio de projeção: ao conversarmos, preve-mos o momento de nossa entrada na conversação, pois dispomos de uma “habilidade de projetar o final de um turno e decidir sobre o momento de entrada na corrente da fala”. O movimento fictício se manifesta nesta projeção

do final de um turno, a que denominei Princípio de projeção pragmática, num livrinho de 1998 (CASTILHO, 1998).

A teoria do escopo se fundamenta no movimento fictício, no movimento enquanto processo. A coisa se passa assim: um operador mira seu escopo, literalmente, e zás! Atira uma propriedade sua sobre o lombo da indefesa criatura, que nunca mais será a mesma, passado o ataque. Também, por que foi se chamar *escopo*? A palavra vem do grego *skopéuo*, “ver”, não podia mesmo dar em outra.

Vejamos os achados do povo do PGPF sobre o movimento fictício, à medida que eles investigavam os sistemas do Discurso, da Semântica e da Gramática.

3.2.1 Princípio de Projeção Textual: O Movimento Fictício e a Organização do Texto

Marcuschi e Koch surpreenderam propriedades notáveis na organização do texto. Segundo minha leitura, eles estavam lidando com o movimento fictício quando afirmaram que

Cabe, ainda, ressaltar que um texto não se constrói como continuidade progressiva linear, somando elementos novos com outros já postos em etapas anteriores, como se o texto fosse processado numa soma progressiva de partes.

O processamento textual se dá numa oscilação entre dois movimentos: um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo), representáveis parcialmente pela catáfora e anáfora. Além disso, há movimentos abruptos, há fusões, alusões, etc.” (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 383) (grifos nossos)

Este ir para frente e voltar atrás, em momentos simultâneos, não lineares, é a quintessência da movimentação fictícia, fortemente acolhida pela ciência dos domínios complexos, esta prima-irmã da Linguística Cognitiva (CASTILHO, 2007).

O termo técnico cunhado para denominar o processo – *foricidade* se quisermos um radical grego; *referência*, se quisermos um radical latino – já mostrava que catáforas e anáforas fotografam a ação do MOVIMENTO fictício em sua tarefa de montar textos, sentenças, sintagmas. Vamos para a Semântica.

3.2.2 Princípio de Projeção Semântica: O Movimento Fictício e a Predicação

Um bom modo de entender o que faz a Semântica é familiarizar-se com suas categorias. Se nos movimentarmos pela Semântica lexical, dali passarmos pela Semântica composicional, chegando finalmente à Semântica discursiva, identificaremos as seguintes categorias:

- (i) *Referenciação*
- (ii) *Predicação*
- (iii) *Verificação*
- (iv) *Dêixis e foricidade.*
- (v) *Inferência e pressuposição*
- (vi) *Metáfora e metonímia*
- (vii) *Conectividade.*

A predicação ocupou por muito tempo as atenções dos pesquisadores do GT de Classes de palavras do Projeto de Gramática. Foi nesse GT que descobrimos a predicação como um dos filhotes do MOVIMENTO fictício. Traços semânticos inerentes se descolam de sua “base”, ou classe predicadora, e migram para seu ponto de pouso, ou classe-escopo. Não se sabe se eles viajam de trem, de avião, ou mesmo se vão a pé. Mas que chegam, chegam. Assim, em *Aquele velhinho está lendo atentamente um livro divertido; dá tanta risada que a qualquer hora destas ainda perde a dentadura*, vamos examinar rapidamente pelo menos duas predicações, visto que nesta expressão, como em qualquer outra, há uma verdadeira sopa de predicações.

Vejamos o que ocorre em *livro divertido*. *Livro* é um objeto móvel, composto por páginas e capa, em que estão escritas muitas coisas. *Divertido* é tudo o que nos torna alegres, felizes, transportando-nos para fora do humor habitual: veja a etimologia da palavra *divertir*. Um livro não é necessariamente divertido, mas

na sentença acima *ele se tornou divertido*, visto que traços lexicais inerentes de *divertido* voaram ao encontro de *livro*, e agora a intensão desta palavra se alterou.

Observemos agora o que *ler* está aprontando nessa sentença. Examinada isoladamente, a palavra *ler* significa “colher com os olhos as letras de uma página”. O sentido original de “colher” ainda se mantém em *legumes*, vegetais que colhemos para comer, separando-os das ervas daninhas. (Mais um conhecimento útil, para você fazer boa figura no salão do barbeiro!) No nosso exemplo, *ler* tomou por escopo ao mesmo tempo *aquele velhinho e um livro divertido*. Bem, não é todo velhinho que lê, mas o do exemplo faz isso. Portanto, um traço inerente de *ler* acertou o nosso velhinho, que agora passa a ser *aquele velhinho leitor*. O mesmo se pode dizer de *livro*, nem todo livro é lido, muitos servem apenas para calçar armários oscilantes, outros para esconder dinheiro, e por aí vai. Mas o livro aqui mencionado é agora um *livro lido*. Agreguem-se a isso os casos e os papéis temáticos que o predicador movimentou para seu escopo, e a sopa predicativa já poderá ser servida.

Resumindo, a predicação pode ser definida como a relação entre um predicador e seu escopo, sobre o qual o predicador lança traços semânticos, papéis temáticos e casos gramaticais. Deve ser isso o que se passa em nossa mente quando predicamos. .

Vários processos auxiliares acomodam-

se sob as asas da predicação, entre eles a localização espacial e temporal dos estados de coisas. Indo por aqui, topamos de novo com o movimento fictício, na formulação do aspecto e do futuro, por exemplo.

O aspecto verbal gramaticaliza os estados de coisas numa perspectiva espacial, distinguindo entidades que imagetivamente duram, não duram, ou se repetem. O tempo futuro, não integrado em nossa experiência de vida, gramaticaliza-se via localização dos estados de coisas num ponto do tempo para o qual ficticiamente nos dirigimos.

Para expressar o aspecto durativo, selecionamos o verbo *estar*, entre outros. Para expressar o tempo futuro, selecionamos o verbo *ir*, entre outros. No PB, esses verbos se integram progressivamente ao radical do verbo pleno, transformando-se em prefixos, como se vê em *tafalano, tafalado, vofalá, vopará* etc. Dois movimentos se reuniram aqui: o movimento fictício, que nos levou a selecionar os verbos *estare ir* para representar o aspecto e o tempo, e o movimento físico, quando transportamos a marcação do aspecto imperfectivo e do tempo futuro do final do verbo pleno para sua cabeça.

3.2.3 Princípio de Projeção Gramatical: O Movimento Fictício e a Organização da Sentença

Chegamos agora a domínios mais familiares, em que a categoria de MOVIMENTO

fictício é frequentemente utilizada nas descrições gramaticais, postulando-se a sentença como um percurso. Pois é, insistiram tanto na centralidade da Sintaxe, que apenas a sentença é vista como um percurso. A Semântica e o Discurso andam furiosas com o esbulho.

Na sentença, propriedades lexicais do núcleo predicador passam para seus argumentos, criando essa unidade da língua. Cada item predicador tem o potencial de projetar suas propriedades lexicais sobre outros itens, selecionando-os. Um sintagma ou uma sentença são organizados toda vez que um predicador movimenta suas propriedades, praticando tiro-ao-alvo gramatical.

Vejamos o que dizem a respeito Berlinck; Duarte; Oliveira (2008), no capítulo 3 do volume III da GPCFB, organizado por Mary Kato e Milton do Nascimento: “no exame dos predicadores nominais e verbais (...) [constata-se] que são eles os responsáveis pela seleção semântica do argumento externo”. Seleção, projeção, estamos aí.

Concluindo, vê-se que os movimentos físicos de constituintes e os movimentos fictícios de traços, vulgo projeção, saltam por toda parte. Eles se reúnem sob as asas esclarecedoras do Princípio da pipoca cognitiva, cuidadosamente preparado pelos hábeis cozinheiros do *Projeto de Gramática do Português Falado*. Mais uma contribuição tropical à ciência!

Referências

- ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). **Gramática do Português Falado**. vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- AGUILERA, V. de A. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. vol. VII. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- ALKMIM, T. (Org., 2002). **Para a História do Português Brasileiro**. vol. III, Novos Estudos. São Paulo: Humanitas / Unicamp – USP.
- ALTMAN, C. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2003.
- AMARAL, A. (1922/1977/1982). **O Dialeto Caipira**, 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- ANDRADE, M. L. C. V. de O. **Digressão**: uma estratégia na condução do jogo textual-interativo. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1995.
- _____. **Relevância e contexto; o uso de digressões na língua falada**. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2001.
- ARAGÃO, M. do S. S. de; SOARES, M. E. (Orgs.). **A Linguagem Falada em Fortaleza**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1996.
- BAIÃO, R. de B.; ARRUDA, J. Gramaticalização de até. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. (Orgs.), 1996.
- BARRETO, T. M. M. **Gramaticalização das Conjunções na História do Português**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Tese de Doutorado, 1999.
- _____. Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional ‘conforme’. In: COSTA, S. B. B.; FILHO, A. V. L. M. (Orgs.). **Do Português Arcaico ao Português Brasileiro**. Salvador: EdufBa, 2004. pp. 13-30.
- BITTENCOURT, V. de O. Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil. In. **Scripta**, 1999. 2 (4), pp. 39-53.

- BRAGA, M. L.; SILVA, R. C. V. P. da; SOARES, S. M. Aí e então e a hipótese da trajetória universal. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) 2001.
- _____.; PAIVA, M. da C. de. *Do advérbio ao clítico é isso aí*. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). 2003.
- CALLOU, D. I. (Org. 1992). **A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro**: Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, V. I. Elocuções Formais.
- _____.; LOPES, C. R. (Orgs.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro**. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1993, vol. II, Diálogo entre Informante e Documentador.
- BRAGA, M. L.; LOPES, C. R. (Orgs.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro**: materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1994, vol. III, Diálogos entre dois informantes.
- CARVALHO, E. de A.; MENDONÇA, T. (Orgs.). **Ensaíos de Complexidade**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- CASTILHO, A. T. de. A Linguística na América Latina e no Brasil. **Suplemento Literário de O Estado de São Paulo**, 29.8.1971, 5.9.1971, 19.9.1971.
- _____. **Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau**. São Paulo/Campinas: Secretaria de Estado da Educação/Unicamp, 1978, 8 vols.; 2. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1988, 3 vols.
- _____. Problemas de análise gramatical. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). 1978, vol. 5, pp. 21-44.
- _____. El Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Culta. Formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal. In: Donald F. Solá (Ed.). *Language in the Americas. Proceedings of the Ninth PILEI Symposium*. Ithaca: Cornell University, 1984. pp. 161-165.
- _____. (1990). O Português Culto Falado no Brasil. **História do Projeto NURC/SP**. In: PRETI, D.; URBANO, H. (Orgs.). 1990, pp. 141-202.
- _____. (Org.). **Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- _____. (Org.). **Gramática do Português Falado**. vol. I, A Ordem. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, 2. ed., 1991, 3. ed., 1997.
- _____. (Org.). **Gramática do Português Falado**. vol. III, As Abordagens. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, 1993.
- _____. Problemas de descrição da língua falada. **DELTA**. 10 (1), pp. 47-71, 1994.
- _____.; PRETI, D. (Orgs.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/ FAPESP, 1986. vol. I, Elocuções Formais.
- _____.; _____. (Orgs.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/ FAPESP, 1987. vol. II, Diálogos entre dois informantes.
- _____.; BASÍLIO, M. (Orgs. 1996). **Gramática do Português Falado**, vol. IV, Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP.
- _____. **A Gramaticalização**. Estudos Linguísticos e Literários [UFBA], 1997a, 19 março de 1997, pp. 25-63.
- _____. **A Língua Falada no Ensino do Português**. 6. ed. São Paulo: Contexto; 2004.
- _____. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. vol. I, Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 1998b.
- CASTILHO, A. T. de. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALES, Mario; CONTRERAS, Constantino (Orgs.). **Por los Caminos del Lenguaje**. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1998c, pp. 23-37 [XII Congreso de la Sociedad Chilena de Lingüística].
- _____. **Para a história do português de São Paulo**. **Revista Portuguesa de Filologia** XXIII, pp. 29-70, 1999-2000.

CASTILHO, A. T. de; VIARO, M. E. et al. **Gramaticalização de algumas preposições no português brasileiro do séc. XIX**, comunicação apresentada ao V SEMINÁRIO DO PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. Ouro Preto, outubro de 2002.

_____. (2003a). **Proposta funcionalista de mudança linguística**. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização na constituição das línguas. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.). 2006, tomo 1, pp. 223-296.

_____. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. In: RAMOS, J.; ALKMIM, M. (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**, 2008, vol. vi.

_____. (Org.). **Historiando o Português Brasileiro**. Disponível em: www.mundoalfal.org/comissaodehistoriadoportugues. 2003.

_____. (Org) **Abordagem da língua como um sistema complexo**. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: CASTILHO, A. T. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L., 2007, pp. 329-360.

_____; ILARI, R.; NEVES, M. H. M.; BASSO, R. **Os Advérbios**. In: ILARI, R.; NEVES, M..H..M. (Orgs.). 2008, cap. v.

CUNHA, M. A. F. da. (Org.) **Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal**. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. 1996, pp. 167-190.

DIAS DE MORAES, Lygia C. **Nexos de Coordenação na Fala Urbana Culta de São Paulo**. São Paulo: USP, (Tese de Doutorado), 1987.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah M. Isensee (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**, vol. IV, Notícias de *corpore* e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ / Letras / Faperj., 2002.

FÁVERO, Leonor L; ANDRADE, Maria Lúcia Vitorio de; AQUINO, Zilda G. **Correção**. In: Jubran, C.C.S. / Koch, I.G.V. (Org.), 2006, pp. 255-274.

FAUCONNIER, Gilles. **Espaces mentaux**. Aspects de la construction du sens dans les langues naturelles. Paris: Les Éditions de Minuit. Tradução para o inglês: **Mental Spaces**. Cambridge: The MIT Press, 1984/1985.

_____; **Mappings in Thought and Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____; SWEETSER, Eve. **Spaces, Worlds and Grammar**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

_____; TURNER, Mark. **Blending as a central process of grammar**. In: Adele Goldberg, 1996, p. 1-17.

_____; _____. **Conceptual integration networks**. Cognitive Science, 1998, 22 (2), pp. 133-187.

_____; _____. **The Way we Think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

GAVAZZI, Suzy C. **Fechamentos em Entrevistas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

GONÇALVES, Afrânio; LOPES, Célia Regina (Org.). **Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX**: cartas de leitores e cartas de redatores. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2002.

GORSKI, Edair et al. Fenômenos recursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: Roncarati, C.; Abraçado, J. 2003, p. 106-122.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane Andrade (Org). **E os preços eram commodos...** Anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2000, [Série Diachronica, vol. 2].

HILGERT, José G. (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre**. Passo Fundo: Ediuopf / Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 1997, vol. 1, Diálogos entre informante e documentador.

HOFFNAGEL, Judith C. **A modalização epistêmica: usos e funções na fala e na escrita.** Recife, UFPE, 1996.
HORA, Demerval da (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil.** João Pessoa: Ideia, 1997.

_____; PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro (Org.). **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba.** João Pessoa: Ideia, 2001, 7 volumes de materiais de estudo.

ILARI, Rodolfo; et al. (1991). **Considerações sobre a posição dos advérbios.** In: CASTILHO, A. T. de (Org.). 1991, p. 63-142.

_____. (Org.). **Gramática do Português Falado.** vol. II, Níveis de Análise Linguística. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil,** vol. III, Classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

JOHNSON, Mark. **The Body in the Mind. The bodily basis of meaning, imagination and reason.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinardi. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Gramática do Português Falado,** vol. III, As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1993.

_____. Para uma descrição textual-iterativa da parentetização. In: KATO, Mary A. (Org.). **Gramática do Português Falado.** vol. V, Convergências. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996a.

_____. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (Org.). **Gramática do Português Falado.** v. IV, Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996b.

_____. Funções textuais-iterativas dos parênteses. In: NEVES, Maria Helena Moura (Org.). **Gramática do Português Falado.** v. VII, Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____; KOCH, Ingedore G. V. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** v. I, Construção do texto. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. (Org.) **Tópico Discursivo.** In: JUBRAN, C.C.S.; KOCH, I. G. V. (Org.). 2006, p. 89-132.

_____. **Parentetização.** In: JUBRAN, C.C.S.; KOCH, I.G.V. (Org.). 2006, p. 301-358.

_____; KOCH, Ingedore G. V. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** v. 1, Construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

KATO, Mary (Org.). **Gramática do Português Falado.** v. V, Convergências. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.

_____; NASCIMENTO, Milton (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** v. 3, A Construção da Sentença. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

KEWITZ, Verena. **Gramaticalização de ser e estar locativos.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002a (Dissertação de Mestrado).

_____. **As preposições a e para no Português Brasileiro.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005 (tese de doutorado).

KOCH, Ingedore G.V. (Org.). **Gramática do Português Falado.** v. VI. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1996.

LAKOFF, George. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. In: HOCKNEY et al (Eds.) **Contemporary Research in Philosophical Logic and Linguistic Semantics.** Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1975, pp. 221-171.

_____; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Tradução de Vera Maluf. São Paulo: Editora da PUC de São Paulo / Mercado de Letras, 1980-2002.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**. vol. 1, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. **Concept, Image and Symbol: the Cognitive Basis of Grammar**. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1990.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**. v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. **Prepositions as grammatical(izing) elements**. *Leuvense Bijdragen* 1992, 81, p. 287-309.

_____. **Grammar and Conceptualization**. Berlin and New York: Mouton De Gruyter, 1999.

_____. **Cognitive grammar: a basic introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. **Gramaticalização de combinação de cláusulas: orações de tempo no Português do Brasil**. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1998.

_____. **Orações adverbiais temporais conectivas no português popular de São Paulo**. In: GARTNER, E.; HUNDT, C.; SCHONBERGER, A. 2000, p. 125-135.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. **A Interface Sociolinguística / Gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como sincronia e diacronia**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Tese de doutoramento, 2005.

LOBO, Tânia C. F. **Para uma Sociolinguística Histórica do Português no Brasil**. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, 4 v. (tese de doutorado).

_____; (Org.). **Cartas Baianas Setecentistas**. Textos sob os cuidados de Permínio Souza Ferreira (coord.), Klebson Oliveira e Oliveira, Uilton Santos Gonçalves. São Paulo: Humanitas, 2001, [Coleção Diachronica, v. 3].

_____; OLIVEIRA, Klebson. **A História social linguística do Brasil no âmbito do "Projeto para a História do Português Brasileiro"**. In: CASTILHO, A. T. (Org.), 2003b, cap. VII.

_____; RIBEIRO, Ilza Ribeiro; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006. v. VI, 2 tomos.

MACEDO, Alzira T. de; RONCARATTI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação e Análise Gramatical**. *Boletim da ABRALIN* 10: 11-34, 1991.

_____. **A Repetição na Língua Falada. Formas e Funções. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992** (Tese para concurso de Professor Titular).

_____. **A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual**. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Org.) **Gramática do Português Falado**, v. VI. Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1996.

_____. **Fala e Escrita no Continuum Tipológico**. Recife: UFPE, 1997 (inédito).

MARQUES, Maria Helena D. **O Vocabulário da Fala Carioca.. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1996**, v. I - Ordem de Frequência Decrescente; v. II - Ordem Alfabética, Parte I (A-H); v. II - Ordem Alfabética, Parte II (I-Z); v. III - Substantivos. Ordem de

Frequência Decrescente; Vol. IV - Verbos, Adjetivos, Unidades em -mente, Nomes próprios, Marcas e Siglas. Ordem de frequência decrescente; v. V - Substantivos. Ordem alfabética; v. VI - Verbos, Adjetivos, Unidades em -mente, Nomes próprios, Marcas e Siglas. Ordem Alfabética; v. VII - Instrumentos Gramaticais; v. VIII - Introdução: histórico, dados quantitativos e avaliação geral dos resultados.

MATTOS; SILVA, Rosa Virgínia. **Programa para a história da língua portuguesa - PROHPOR**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992a, 24 p.

_____. **Contradições no Ensino do Português**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Ideias para a história do português brasileiro**: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, A.T. de (Org.). 1998, p. 21-52.

_____. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**, v. II. Primeiros Estudos, 2. tomos. São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2001.

_____. **De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil**: em busca de indícios. In: MATTOS e SILVA, R. V. (Org.), 2001, p. 275-301.

_____. **Para a história do português culto e popular brasileiro**: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, T. M. (Org.) **Para a história do Português Brasileiro**. v. III: Novos Estudos. São Paulo, Humanitas/Unicamp, 2002, p. 443-464.

MENON, Odete P. S. **Analyse sociolinguistique de l'indétermination du Sujet dans le Portugais parlé au Brésil a partir des donnés du NURC/SP**. Paris: Université de Paris VII, 1994 (thèse de doctorat).

MÓDOLO, Marcelo. **Gramaticalização e semanticização das orações correlativas no português**. São Paulo: FFLCH / USP, 2004a (tese de doutorado).

MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, série Cadernos.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. **Seria quatrocentista a base do Português Brasileiro?** In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.) **Para a História do Português Brasileiro**. 2001, v. II, tomo 1, p. 57-90.

_____. **Diacronia do dequeísmo**: o clítico locativo medieval em e o dequeísmo nas orações relativas. *Linguística* 15/16 (2003/2004), 2004, p. 123-160.

_____. **Formação do português caipira**: mudança gramatical e sócio-história entre vicentinos e paulistanos nos sécs. XVI e XVII. Projeto de pesquisa incluso no projeto temático de equipe História do Português Paulista, FAPESP, 2006-2010.

_____. **Estrutura discursiva dos Inventários e Testamentos de São Paulo (sécs. XVI-XVII)**. In: Castilho, A. T. de (Org.), 2008.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria **A concordância nos Inventários do séc. XVII**. In: Castilho, A. T. de (Org.), 2008.

MOTTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador**: materiais para seu estudo. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994, v. I, Diálogos entre Informante e Documentador.

NASCIMENTO, Milton. **Gramática do Português Falado**: articulação teórica. Conferência apresentada ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1993 (inédito).

NEGRÃO, Esmeralda V.; et. al. **O Adjetivo**. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (Org.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. 2. Classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na Escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

- _____. (Org.). **Gramática do Português Falado**. v. VII. Campinas: Humanitas / Editora da Unicamp, 1999.
- PAIVA, Maria da Conceição de (Org.). **Amostras do Português Falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFRJ / CAPES, 1999.
- _____; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). **Mudança linguística em Tempo Real**. Rio de Janeiro: Contracapa / Faperj, 2003.
- POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. **Processos de Gramaticalização de Preposições do Latim ao Português: Uma abordagem funcionalista**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999 (tese de doutorado).
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinílson (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. Materiais para seu estudo. São Paulo: TAQ/Fapesp, 1990, v. III, Diálogos entre o Informante e o Documentador.
- _____; _____. (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. São Paulo: TAQ/Fapesp, 1990, v. IV, Estudos.
- _____. (Org.). **Análise de Textos Oraís**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1993-1995.
- _____. (Org.). **O Discurso Oral Culto**. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997.
- _____. (Org.). **Estudos de Língua Falada. Variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas, 1998.
- _____. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- PUTZ, Martin; DIRVEN, René. **The Construal of Space in Language and Thought**. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1996.
- RAMOS, Jânia. **O Espaço da Oralidade na Sala de Aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RAMOS, Jânia. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**. v. V. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- RIBEIRO, Ilza. **A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que Gramática?** In: CASTILHO, A.T. de (Org.). 1998, p. 101-119.
- ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). **Português brasileiro. Uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- ROCHA, Maura Alves de Freitas. **Adjuntos sem cabeça no Português do Brasil**. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Org.). 1996 p. 341-378.
- _____. **Adjuntos e Adjunções em Fronteiras de Constituintes no Português do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2001 (tese de doutorado).
- RONCARATTI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português Brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Letras, 2003.
- SÁ, Maria P. M. et al. (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996, v. I: Diálogos entre informante e documentador.
- _____; et al. (Org.). **A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005, v. 2: Elocuções formais.
- SILVA, Augusto Soares da. **A Linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística**. Revista Portuguesa de Humanidades, 1997, v. I (1-2), 59-101.
- _____. (Org.). **Linguagem e Cognição. A perspectiva da Linguística Cognitiva**. 2. ed. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 2003.

_____. **O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, semântica e cognição.** Coimbra: Almedina, 2006.

SIMÕES, José da Silva. **Gramaticalização, semantificação e discursivização do gerúndio.** Universidade de São Paulo - USP, 2006, (tese de doutorado em andamento).

_____; KEWITZ, Verena (Org.). **Correspondência pública e privada.** São Paulo: Humanitas, 2006 (cd-rom).

SWEETSER, Eve; FAUCONNIER, Gilles. **Spaces, Worlds and Grammar.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996.

TALMY, Leonard. **Force dynamics in language and cognition.** *Cognitive Science* 12: 49-100, 1988.

_____. **Fictive motion in language and 'ception'.** In: BLOOM, P.; PETERSON, M. A.; NADEL, Lynn; GARRETT, M. F. 1996, pp. 211-276.

_____. **Toward a Cognitive Semantics.** Cambridge: The MIT Press, 2000, 2. v.

TRAVAGLIA, Luiz C. **Gramática e Interação.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. **Gramática: ensino plural.** São Paulo: Cortez, 2003.

UNGERER, F.; SCHMID, H. J. S. **An Introduction to Cognitive Linguistics.** London: Longmans, 1996.

VIARO, Mário Eduardo. **Das Preposições Latínas às do Português e do Romeno: derivações semânticas.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994 (dissertação de mestrado).

ZAPPAROLI, Zilda Maria; CAMLONG, André. **Do Léxico ao Discurso pela Informática.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

Carlos Alberto Faraco
(1985-1987)

Possui graduação em LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1978) e doutorado em Linguistics - University of Salford (1982). Fez pós-doutorado em Linguística na University of California (1995-96). É Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Bakhtin, discurso, dialogismo, ensino de português e linguística.



40 ANOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Carlos Alberto Faraco

Podemos afirmar que, quando a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) foi fundada em 1969, os estudos linguísticos históricos estavam em refluxo entre nós. Não haviam desaparecido de todo, mas haviam perdido o posto central que lhes pertencera até recentemente.

Esse refluxo seguia uma tendência mundial dos estudos linguísticos. O sucesso das perspectivas teóricas sincrônicas deixava, por toda parte, as pesquisas históricas em segundo plano. Os ventos haviam começado a mudar já com o Estruturalismo a partir da década de 1930 (em especial com a criação da fonologia estrutural), culminando com a estrepitosa entrada em cena do Gerativismo chomskiano no fim dos anos 50 e início dos 60 e com o desenvolvimento da Sociolinguística laboviana a partir de meados da década de 1960.

Embora a defesa da possibilidade de um tratamento estritamente sincrônico da linguagem verbal fosse relativamente antiga (estando, por exemplo, Whitney entre seus precursores), os modelos teóricos que o viabilizaram só vieram ganhando espaço a partir da década de 1930. Quando se consolidaram, passaram a concentrar as atenções e, com isso, reverteram o predomínio

da tradição linguística histórica criada nos fins do século XVIII e início do XIX e que havia alcançado grande refinamento, já no fim do XIX, com o trabalho dos neogramáticos e de seus opositores.

Interessante observar que nenhuma das três grandes tendências a que nos referimos acima era exclusivamente sincrônica. Bastaria aqui lembrar das “Teses de 1929”, apresentadas pelos estudiosos do Círculo Linguístico de Praga no I Congresso de Filólogos Eslavos (realizado em Praga em outubro daquele ano). Entre elas, estava aquela que, de certa forma, configurava uma maneira estruturalista de pensar a mudança linguística, introduzindo o princípio de que, na análise das mudanças, não se pode tomá-las isoladamente, atomisticamente, mas sempre em relação ao sistema afetado por elas. Para seus autores, o estudo histórico (diferentemente do que sobre isso dissera Saussure) não só não exclui as noções de sistema e função, como se torna incompleto se não as toma em consideração.

Essa abordagem sistêmico-funcional foi aplicada por Roman Jakobson (um dos autores das Teses) em seu trabalho “Principes de phonologie historique”, de 1931. Mais tarde, em 1955, André Martinet, em seu livro *Économie des changements phonétiques*, desenvolveu extensamente essa perspectiva sistêmico-funcional dos processos de mudança.

No âmbito do Gerativismo dos anos

1960, embora o foco fosse eminentemente sincrônico, houve aqueles como P. Kiparsky, R. King e S. Schane que se utilizaram dos recursos descritivos do modelo para analisar fenômenos de mudança fonológica. Como a gramática era concebida à época como um sistema de regras, estes autores abordaram as mudanças como processos que alteravam essas regras, eliminando algumas, introduzindo novas ou, ainda, reordenando sua aplicação.

Esses primeiros trabalhos – embora relevantes para mostrar que o Gerativismo, em seus primeiros tempos, também motivou estudos da mudança – tiveram, de fato, pouco rendimento. No fundo, não passaram de um exercício de dar forma notacional diferente ao modo sistêmico-funcional de pensar as mudanças. Sobre eles, disse bem Anthony Naro (in VOTRE & RONCARATI, 2008, p. 14): “O fato é que o Gerativismo daquela época era completamente irrelevante para os estudos sobre mudança linguística”. Só anos depois (já na década de 1980), é que o Gerativismo conhecerá nova (e mais consistente) onda de estudos da mudança, agora sob o impacto da teoria de princípios e parâmetros. Neste novo momento, é interessante lembrar que o Gerativismo diacrônico reatualizou, no plano teórico, a relação entre aquisição e mudança que fora formulada no passado pelo neogramático Hermann Paul.

A Sociolinguística, por seu turno, nasceu

correlacionando variação e mudança. Sinalizou, desse modo, uma importante renovação teórica e metodológica para a Linguística Histórica. Dentre estes aspectos renovadores, deve-se destacar o desenvolvimento de mecanismos não só para analisar a mudança em tempo real, mas também (e principalmente) em tempo aparente, i.e., a mudança em progresso.

Em 1968, foi publicado o hoje clássico texto *Empirical foundations for a theory of language change*, assinado por U. Weinreich, M. Herzog e W. Labov, que conta hoje (finalmente) com tradução brasileira feita por Marcos Bagno (Parábola, 2006). Este texto pode ser lido como a carta de princípios do programa da sociolinguística para o estudo da mudança. Vale destacar que sua primeira versão tinha sido apresentada em 1966 num simpósio na Universidade do Texas, organizado por W. Lehmann e Y. Malkiel, com o objetivo precípuo de renovar o interesse acadêmico nos EUA pelos estudos linguísticos históricos, que tinham, desde a década de 1930, perdido a primazia por lá.

A força deste texto, um dos mais importantes textos teóricos de Linguística Histórica nestes últimos quarenta anos, está certamente na base empírica que o sustenta. Difere, nesse sentido, das tradições que Naro (2008:14) chama de 'linguística da intuição'. Seus três autores eram, à época, professores

da Columbia University em Nova York. Labov e Herzog haviam escrito suas teses de doutoramento sob a orientação de Weinreich.

Este último, embora tenha tido uma vida muito curta (vítima de câncer, morreu em 1967, antes de completar 41 anos), deixou importante contribuição para a Linguística, a começar pelo seu livro *Languages in contact* (publicado em 1953). Este livro emergiu de sua tese de doutoramento sobre o bilinguismo na Suíça (defendida em 1951) e que é ainda uma referência básica nos estudos do contato linguístico.

Em 1952, ele demonstrou que o aparentemente misterioso reaparecimento no nordeste da Europa de uma antiga pronúncia do iídiche era, de fato, o resultado da migração para lá de falantes de regiões em que aquela antiga pronúncia nunca tinha desaparecido.

Estimulou com isso estudos dialetológicos e históricos do iídiche e coordenou o projeto do *Atlas linguístico e cultural das comunidades judaicas asquenazes*. Herzog foi o mais importante colaborador desse projeto, tendo sido seu coordenador depois do desaparecimento de Weinreich.

Em sua tese de doutoramento (*The Yiddish Language in Northern Poland*), publicada em 1965, Herzog explorou, com sucesso, a hipótese de que uma pequena área no norte da Polônia poderia ser tomada como um modelo em escala de todo o território

índice oriental, mesmo que essa área correspondesse a menos de dez por cento de todo o território estudado. Essa hipótese lhe permitiu esclarecer aspectos da dinâmica dialetal em áreas de contato.

Labov, por sua vez, vinha de suas duas hoje clássicas pesquisas, a de Martha's Vineyard (que resultou em sua dissertação de mestrado) e a da estratificação social do inglês de Nova York (que resultou em sua tese de doutoramento, publicada em 1966). Nestes dois trabalhos, estabeleciam-se as bases metodológicas da pesquisa variacionista e se reabria a questão da mudança linguística, em especial de suas motivações sociais.

É da conjunção de estudos intensivos do contato linguístico em situação de bilinguismo (Weinreich) e de interação dialetal (Herzog) com as investigações da realidade sociolinguística urbana (Labov) que vai emergir o texto apresentado no Simpósio de 1966.

O texto tem duas grandes coordenadas. De um lado, os autores fazem uma leitura crítica extensiva do pensamento linguístico histórico neogramático e estrutural, todo ele fundado no axioma da homogeneidade. De outro, propõem um fundamento diverso para os estudos históricos, o axioma da heterogeneidade ordenada.

O primeiro axioma estabelece uma identificação entre estruturalidade e homogeneidade, isto é, entende que só é possível

detectar estrutura num recorte que homogeneíze o objeto. Para isso, é preciso tornar teoricamente irrelevante a variabilidade, gesto que os autores consideram desnecessariamente irrealista e responsável direto pelos inúmeros paradoxos que afetam os estudos da mudança linguística desde os neogramáticos.

Propõem, então, que este axioma seja abandonado e substituído pelo da heterogeneidade ordenada. Buscam assim caminhos teóricos para harmonizar os fatos da heterogeneidade (a língua como uma realidade inerentemente variável) com a abordagem estrutural (a língua como uma realidade inerentemente ordenada). Nesse sentido, lançaram as bases de todo um novo modo de investigar a história das línguas que, refinado posteriormente pelo trabalho de Labov, continua vivo e forte.

Esse texto, como os próprios autores deixaram claro já no início, não contém uma teoria completa da mudança, mas a discussão da fundamentação empírica de uma tal teoria. Dividem eles os problemas centrais da Linguística Histórica em cinco grupos. Vale a pena reproduzi-los aqui não só porque nenhuma teoria da mudança linguística pode escapar de enfrentá-los, como também porque sua enumeração nos auxilia a desenvolver uma visão geral dos problemas da área:

1. O problema dos *fatores condicionantes*, isto é, qual o conjunto de

- mudanças possíveis e quais os possíveis condicionantes dessas mudanças e da direção que elas podem tomar?
2. O problema da *transição*, isto é, como se dá, passo a passo, a mudança de uma estrutura A para uma estrutura B?
 3. O problema do *encaixamento*, isto é, como uma determinada mudança está encaixada na estrutura interna da língua e no sistema de relações sociais?
 4. O problema da *avaliação*, isto é, como os membros de uma determinada comunidade linguística avaliam a mudança e como essa avaliação pode afetar a mudança?
 5. O problema da *implementação*, isto é, por que uma dada mudança ocorreu no tempo e lugar em que ocorreu?

No texto, a ênfase, com os dados disponíveis à época, foi posta nos problemas da transição e do encaixamento sociolinguístico da mudança. Foram feitas algumas referências ao problema da avaliação e muito pouco se disse sobre o dos fatores condicionantes e o da implementação.

Como dissemos na apresentação da sua tradução brasileira (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 29):

Não obstante as naturais limitações do texto, ele é um marco definidor de caminhos para o estudo da mudança a partir da aceitação do axioma da heterogeneidade ordenada. Nesse sentido, Weinreich, Labov & Herzog desafiaram os linguistas de todas as extrações a buscar um modelo formal capaz de acomodar a heterogeneidade ordenada como uma realidade inerente às línguas e não como um fenômeno marginal.

Esse texto só muito tardiamente teria repercussão no Brasil. Mas não só ele ficou aqui ignorado a seu tempo. Nenhum desses diversos movimentos (estruturalismo, Gerativismo e variaçionismo) chegou a ter repercussão imediata e efetiva nos estudos linguísticos históricos no Brasil, que se pautaram, até seu esmorecimento, pelo olhar filológico.

Vale lembrar que, no espaço da língua portuguesa, os estudos históricos se estabeleceram no século XIX sob a égide da chamada filologia portuguesa (em geral, entendida como parte da disciplina maior – a filologia românica). Estão entre seus criadores Adolfo Coelho, J. Leite de Vasconcelos e Carolina Michaélis de Vasconcelos.

O Brasil não ficou atrás de Portugal e sucessivas gerações de filólogos brasileiros deram sua contribuição aos estudos históricos da língua portuguesa. Para não se alongar em demasia, basta lembrar aqui, para bem

aquilatar a contribuição brasileira, dos seguintes trabalhos: a *História da língua portuguesa* (de Serafim da Silva Neto), o *Dicionário etimológico* (de Antenor Nascentes) e as edições críticas de textos antigos feitas, dentre outros, por Augusto Magne e Celso Cunha.

Essa direção fundamentalmente filológica dos estudos históricos vai, como dissemos antes, esmorecendo e perdendo sua primazia com a chegada da década de 1960. Sobre os principais fatores condicionantes desse processo, diz Rosa Virgínia Mattos e Silva no texto que escreveu para o número especial da revista *DELTA*, comemorativo aos trinta anos da ABRALIN:

Vê-se então nessa passagem dos anos cinquenta para sessenta uma reorientação dos estudos linguísticos no Brasil, período em que se deu a institucionalização da disciplina Linguística; a institucionalização da pesquisa no âmbito das Universidades; o lento divulgar-se da obra de Mattoso Camara Jr.; e, sobretudo as novas relações dos universitários brasileiros com seus pares americanos e europeus, tanto no sentido da saída para especializações e outras pós-graduações como no sentido da vinda de especialistas estrangeiros para reforçar a pós-graduação brasileira. Tais fatos condicionam as orientações que vieram a estabelecer-se nos anos setenta. (*DELTA*, 1999, p. 154)

Esse quadro de esmorecimento dos

estudos históricos só vai se alterar em meados da década de 1980, quando uma nova geração de linguistas retorna de seus doutoramentos no exterior, nos quais haviam se dedicado à pesquisa de Linguística Histórica.

Não se tratava, porém, de simples retomada do percurso de vinte anos antes. Era sim uma reentrada em cena dos estudos linguísticos históricos por um viés, digamos assim, renovado. Naquele momento (e, de certa forma, já tardiamente), essa nova geração trazia para nosso ambiente acadêmico as “novas tendências” da Linguística Histórica, em especial a perspectiva desenvolvida pela Sociolinguística laboviana e pelo Funcionalismo.

Em 1984, o prof. Carlos Franchi organizou uma mesa-redonda composta por Fernando Tarallo, Marco Antônio de Oliveira e por mim, incluída na programação da ABRALIN durante a reunião anual da SBPC realizada em São Paulo. Esta mesa teve como tema “Problemas de Linguística Histórica”. O título do texto que Tarallo apresentou – “A Fênix finalmente renascida” – sintetizava o espírito da época.

Em seguida, na gestão 1985-87 da ABRALIN (que tive a honra de presidir), reativamos os Institutos de Verão, que tinham sido uma marca da nossa Associação na década de 1970 (com importante papel na difusão da linguística entre nós), e incluímos,

na sua versão realizada em Curitiba, em janeiro/fevereiro de 1987, um curso de introdução à Linguística Histórica ministrado por Fernando Tarallo.

Em julho daquele ano, Rosa Virgínia Mattos e Silva, a nosso convite, fez a conferência magna da programação da ABRALIN durante a reunião anual da SBPC realizada em Brasília. Essa conferência – posteriormente publicada na revista *DELTA* (1988) – repassou os caminhos dos estudos linguísticos históricos no Brasil, contribuindo assim para dimensionar adequadamente no tempo o “renascimento da Fênix”.

Não era aleatório o convite que se fez a Rosa Virgínia para proferir esta conferência. Por sua trajetória acadêmica, ela ocupou uma posição muito particular em toda essa história: foi o elo principal entre as gerações e entre as tendências histórico-filológicas e estruturais. Vale, por isso, recordar aqui sua profícua trajetória.

Como trabalho de graduação e sob orientação de Nelson Rossi (na primeira Universidade de Brasília), Rosa Virgínia participou do grupo de estudantes que elaborou a edição crítica do *Livro das Aves*. Em sua dissertação de mestrado (ainda na primeira UnB), fez a edição crítica da *Vida de São Bento*, que constitui o segundo dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*. Sua tese de doutorado, defendida em 1971 na Universidade

de São Paulo, sob orientação de Isaac Nicolau Salum, foi a edição crítica dos quatro livros dos *Diálogos de São Gregório*.

A tese incluiria, além da edição crítica, um exaustivo trabalho descritivo da gramática perceptível nos *Diálogos*. Face ao tamanho da edição crítica, seu orientador recomendou que deixasse de lado essa descrição estrutural que viria a ser retomada e concluída em seu pós-doutoramento, realizado entre 1979 e 1981 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Celso Cunha. Este trabalho – uma obra magna dos estudos de história da língua portuguesa – foi publicado em 1989, em Lisboa, sob o título *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*.

Seu objetivo, conforme está dito na nota de apresentação do livro ao leitor, foi

O de aplicar técnicas de análise descritiva a uma sincronia não-contemporânea, com vistas a ter-se sobre um *corpus* da fase arcaica da língua uma gramática estruturada que contivesse uma informação sistemática e exaustiva, que poderia vir a servir de referência para estudos de história da Língua Portuguesa. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 10)

A autora, em seu trabalho descritivo, segue rigorosa abordagem sistêmica e justifica que [a análise] “Pretende assim evitar a

informação seletiva e atomística que caracteriza a grande maioria dos estudos de *corpus* de fases passadas das línguas, orientação que sobremaneira caracteriza os estudos feitos sobre o português arcaico.” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 64).

Além desse caráter inovador da abordagem que propôs com vistas à construção de uma gramática do português arcaico, Rosa Virgínia, tendo feito emergir seu trabalho descritivo do criterioso estudo crítico dos *Diálogos*, explicita importante lição para os linguistas que se aventuram pelas trilhas do estudo do passado da língua: é imperioso fazer confluir Linguística e Filologia. Diz ela com muita propriedade:

Sendo assim, na determinação de um *corpus* representativo para uma gramática do português e, na análise linguística desse *corpus*, o trabalho do linguista não se deve desvincular do trabalho do filólogo porque somadas as metodologias próprias a cada uma dessas especialidades haverá, sem dúvida, melhores condições para o trabalho pretendido: a análise sincrônica, segundo princípios teóricos e metodológicos da linguística descritiva, de documentação escrita de um estado linguístico passado, cuja história e interpretação só podem ser realizadas segundo os princípios teóricos e metodológicos da filologia. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 54)

O olhar sistêmico e a necessária confluência da Filologia e da Linguística para o estudo da história da língua vão nortear a constituição, em 1991, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, do projeto *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR), idealizado e coordenado por Rosa Virgínia.

Esse projeto tem como objetivo geral desenvolver pesquisas novas (sem ignorar o que já se fez na área) com vistas à elaboração de uma história da língua portuguesa, cobrindo sua fase arcaica (fonte do português brasileiro) e reunindo informações sistematizadas, da segunda metade do século XVI em diante, para a história gramatical e social do português do Brasil.

Trata-se de um dos núcleos mais consistentes e produtivos dos estudos linguísticos históricos no nosso país. Tem construído um inestimável banco de dados arcaicos e brasileiros do século XVII em diante – *corpus* indispensável para a concretização do objetivo geral do projeto. Ao mesmo tempo em que forma novos pesquisadores, aprofunda as pesquisas, lançando mão não de uma, mas de múltiplas abordagens teórico-metodológicas, porque, como diz Rosa Virgínia, “para a construção da história de uma língua e para a compreensão e explicitação do multifacetado problema da mudança linguística a possibilidade de múltiplas abordagens precisa ser mobilizada” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 163).

Estimulado pelo PROHPOR, outro projeto coletivo de estudos históricos é o que resultou do *1 Seminário para a história do português brasileiro*, realizado na USP em 1997 por iniciativa de Ataliba Teixeira de Castilho.

Este Seminário e o projeto que dele decorreu são, sem dúvida, um marco destes quase vinte e cinco anos do “renascimento da Fênix”. Desde a mesa-redonda de 1984, expandiram-se de tal modo os estudos linguísticos históricos entre nós que já não se contam apenas nos dedos os pesquisadores envolvidos nesta área. Tornou-se, então, possível (e necessário) reuni-los num grande Seminário com o objetivo de ordenar os trabalhos voltados à construção de uma história do português do Brasil.

A tarimba organizacional e o carisma de Ataliba de Castilho – sobejamente demonstrados no vitorioso *Projeto da Gramática do Português Falado* – voltaram-se à congregação dos linguistas que fazem pesquisa histórica.

O I Seminário foi um sucesso. Dele saíram consolidadas as três linhas básicas que têm orientado, desde então, as pesquisas. São elas: a história social do português brasileiro, a constituição do *corpus* diacrônico do português brasileiro e as mudanças gramaticais (cf. Castilho, 1998).

Os Seminários atravessaram a década de 2000, consolidando o Projeto Nacional Integrado *Para a História do Português Brasileiro*.

O Projeto tem o grande mérito de agregar várias equipes regionais e de permitir que, em conjunto, se refinem os procedimentos metodológicos, em especial na constituição e utilização dos *corpora* e no debate das questões centrais da escrita de uma história da língua portuguesa no Brasil. Basta percorrer os índices dos vários volumes já publicados com os trabalhos dos sucessivos Seminários para se ter um panorama da Linguística Histórica que se faz hoje no nosso país – a diversidade e abrangência de seus temas, a enriquecedora pluralidade teórico-metodológica que se pratica e os encorajadores resultados na constituição do *corpus* diacrônico e no aprofundamento do nosso conhecimento da história social e gramatical do português do Brasil.

Um terceiro projeto coletivo que merece destaque aqui é *Parâmetros rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística* que vem se desenvolvendo na UNICAMP, sob a coordenação de Charlotte Galves, desde 1998.

Como os demais, este projeto tem uma dimensão de constituição de *corpus* (o Corpus Tycho Brahe) e, com base nele, o estudo da história do português a partir de três questões básicas: a) quais as características da gramática intermediária entre a do português arcaico e do português europeu moderno? b) qual a trajetória no tempo dessa gramática? c) como se dá a emergência do português europeu moderno?

O projeto busca articular análise qualitativa – assumindo rigorosamente os pressupostos da teoria da Gramática Gerativa – e análise quantitativa, lançando mão da estatística descritiva e da modelagem estocástica.

Sua ênfase está posta em fenômenos sintáticos, em especial na interface sintaxe/fonologia ou, mais especificamente, o papel da mudança rítmica em relação à mudança sintática. Esse foco abre, sem dúvida, uma importante senda para a pesquisa histórica. Embora centrado no português europeu, seus resultados trazem subsídios indispensáveis para a compreensão da própria história sintática do português do Brasil na medida em que a chamada gramática intermediária entre a do português arcaico e a do português europeu moderno recobre o período em que a língua se deslocou para a América.

Nos últimos quarenta anos, assistimos, então, ao esmorecimento dos estudos históricos nas décadas de 1960 e 1970, seu renascimento na década de 1980 e sua consolidação nas duas décadas seguintes. Dessa consolidação são marcos inequívocos os três grandes projetos coletivos mencionados anteriormente. Se há vinte e cinco anos era curta a lista dos que se dedicavam aos estudos históricos, hoje seu número é não só expressivo, como crescente. Se há 25 anos não tínhamos um programa para a Linguística Histórica no

Brasil, hoje ele está claramente definido: estamos empenhados na construção de *corpora* diacrônicos (o que tem motivado um interesse renovado pela Filologia), buscamos conhecer a história social do português no Brasil e, com base em diferentes quadros teórico-metodológicos (em especial o Funcionalismo e o Gerativismo), temos procurado descrever as mudanças gramaticais (em especial as sintáticas) que vêm singularizando o português do Brasil.

Nesse percurso, é fundamental destacar o papel de liderança que Fernando Tarallo exerceu até sua morte prematura, aos 40 anos, em 1992. Foi grande divulgador do modelo laboviano de pensar a variação e a mudança. E foi ele também que, numa produtiva associação acadêmica sua com Mary Kato, favoreceu a divulgação entre nós do Gerativismo diacrônico que se desenvolvera a partir da teoria de princípios e parâmetros.

Essa associação acadêmica redundou num experimento analítico (a chamada Sociolinguística paramétrica) pelo qual se pretendeu unir a Sociolinguística laboviana e a sintaxe gerativa. A ele, Mary Kato atribuiu o qualificativo de ‘heterodoxo’ (por ter sido visto, à época, como herético, seja por variacionistas, seja por gerativistas). Seu pressuposto de base foi assim resumido por ela (KATO, 1993, p. 16): “os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação inter-linguística e intra-

linguística e os conceitos de ‘enquadramento’ estrutural e ‘parâmetro’ poderiam ser conciliados”.

Foi essa associação acadêmica Tarallo-Kato que criou as condições para a vinda de alguns dos principais pesquisadores desse novo tempo da Linguística Gerativa no trato de questões diacrônicas, a saber, Ian Roberts, David Lightfoot e Anthony Kroch. Em 1989, os três participaram do Instituto de Verão da ABRALIN no Rio de Janeiro (à época presidida por Miriam Lemle) e, nos anos seguintes, conduziram cursos de pós-graduação na Unicamp.

Mary Kato (1993, p. 18) destaca que esse convívio com os especialistas estrangeiros foi crucial para o processo de reativação dos estudos diacrônicos no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Diz ela: “Sob sua orientação [de Ian Roberts], as questões sobre mudança tornam-se mais explícitas, as hipóteses mais encaixadas numa teoria de mudança e as alternativas de explicação mais facilmente refutáveis”.

Esse programa balizou o desenvolvimento de pesquisas que permitiram um interessante olhar sistêmico sobre mudanças sintáticas que vêm redesenhando a(s) gramática(s) do português do Brasil, pondo em bases melhores os estudos comparativos com a situação e a história da língua na Europa e mesmo com a situação e a história de outras línguas românicas.

Num balanço dos artigos reunidos em Roberts e Kato (1993) – livro que deu publicidade aos resultados dos estudos do grupo de pesquisadores liderados por Tarallo e Kato na virada da década de 1980 para a de 1990 – Ian Roberts destacava o interesse dos fenômenos arrolados e analisados para as discussões teóricas de então, afirmando que o português brasileiro “[...] parece ser um caso particularmente claro de mudança paramétrica em progresso” (ROBERTS; KATO, 1993, p. 411). Os fenômenos incluídos nessa mudança foram assim listados por Kato (1993, p. 19):

Entre os aspectos mais extraordinários do PB [português brasileiro] estão o progressivo empobrecimento de sua morfologia flexional, o uso extensivo de categorias vazias cuja identificação não pode ser feita através da flexão; a falta de mobilidade, ou de movimentos longos, de elementos distintos, como verbos, pronomes interrogativos e clíticos. Por outro lado, mesmo quando a morfologia é capaz de identificar um pronome nulo, é o pronome lexical que se manifesta. O ‘sujeito’, seja como a categoria que concorda com o verbo, seja como tópico, pede realização fonológica.

Além dessa direção dada aos estudos diacrônicos, Tarallo (1993), com base nos dados de que dispunha, propôs a hipótese de

que o grande momento diferenciador da sintaxe brasileira teria sido a passagem do século XIX para o XX quando, segundo ele, ocorreram mudanças quantitativas dramáticas no nosso português.

Se esta é uma questão ainda em aberto, a formulação de Tarallo, fundada no sua tese de doutoramento sobre as orações relativas, contribuiu para motivar uma grande quantidade de estudos focados justamente na busca de uma explicitação mais detalhada da história das características sintáticas do português do Brasil.

O saldo deste período e os muitos caminhos que se trilharam à frente como resultado da retomada dos estudos linguísticos históricos no Brasil têm este inequívoco mérito, ou seja, dar prioridade à história do português daqui. Nesse sentido, continuam válidas as palavras com que Rosa Virgínia encerrou seu texto comemorativo dos trinta anos da ABRALIN:

Os estudos histórico-diacrônicos hoje no Brasil se direcionam, prioritariamente, ao português brasileiro, não só aqueles que, analisando o presente se voltam para o passado para uma melhor compreensão da variação ou mudança *em tempo aparente*, como fazem os sociolinguistas; mas também aqueles que, gerativistas diacronistas ou descritivistas, partem do passado em direção ao português

contemporâneo e mesmo aqueles que, fixando-se em sincronia passada, tomam como referência o presente. Se as teorias linguísticas vindas de fora favorecem este novo e renovado fluxo de estudos histórico-diacrônicos no Brasil, o problema – o português brasileiro – a ser melhor compreendido e explicitado, se apresenta como um terreno propício, motivador para o desenvolvimento da *Linguística Histórica stricto e lato sensu* em nosso país. (ABRALIN 1999, p. 165-166):

A distinção com que termina seu texto foi uma formulação sua que tem contribuído para melhor situar as diferenças entre direções teóricas que, no afã do trabalho analítico, nem sempre recebem o devido destaque. Para Rosa Virgínia, a Linguística Histórica *stricto sensu* é aquela que, nas palavras de Labov (1994, p. 21), citadas por ela, tem como tarefa “explicar as diferenças entre o passado e o presente” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 149).

A esta, a autora agrega a Linguística Histórica *lato sensu* entendida por ela como “todo estudo linguístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados” (1999: 149). Será histórica em sentido lato toda a linguística que não seja (ainda na feliz expressão de Naro acima referida) “linguística de intuição”. A autora retoma, para esta distinção, a formulação de Coseriu (1979, p. 236) que dizia, considerando ser a língua

um objeto eminentemente histórico, situarem-se a descrição e a história da língua no nível histórico da linguagem e constituindo juntas a Linguística Histórica.

Por outro lado, Rosa Virgínia traça também uma diferença entre *histórico* e *diacrônico*. Aplica este segundo adjetivo apenas aos modelos estruturalistas e gerativistas de análise da mudança linguística que a autora considera serem, de fato, a-históricos, “porque excluem os fatores sócio-políticos, enfim, históricos, na compreensão da questão central da mudança linguística” (MATOS E SILVA, 1999, p. 150).

Não vai nesta distinção nenhum demérito para os estudos diacrônicos, até mesmo porque, por não dispormos de nenhuma teoria integradora, não estamos, na Linguística, em condição de descartar *in limine e a priori* teorias e modelos (como algumas vezes se faz atabalhoadamente no plano da retórica, quando se confunde preferência/opção teórica com superioridade teórica). Ela entende, porém, que a distinção deve ser feita para que as diferenças que separam os modelos não se percam. Diz, em resumo, Mattos e Silva que

A rigor, a designação análise diacrônica só deveria ser utilizada quando se tratasse de estudos de mudança no quadro teórico da teoria dos sistemas ou no quadro teórico da teoria da gramática, em que os dados são

argumentos empíricos para os modelos teóricos, abstratos. Num sentido mais leve, continua-se a utilizar *diacrônico* por *histórico*, confundindo-se os dois conceitos. Uma vez que, na atualidade, uma das abordagens mais proeminentes da mudança linguística se encontra no modelo gerativista, que associa aquisição e mudança, vale ficar aqui destacado que, nos dias que correm, Linguística Histórica e Linguística Diacrônica devem ser consideradas como conceitos distinguíveis, como aliás não deveria deixar de ser. Para sintetizar e concluir essas breves reflexões sobre alguns conceitos preliminares, cumpre reafirmar que considerarei no desenrolar deste texto os conceitos de *Linguística Histórica lato sensu*, que inclui descrições e interpretações sincrônicas datadas e localizadas, *Linguística Histórica stricto sensu*, que se concentra na mudança linguística no tempo, levando em consideração fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos ou sócio-históricos e Linguística Diacrônica, que, tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática, depreensões teóricas que subjazem às línguas históricas. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 151)

Essas distinções propostas por Rosa Virgínia são, sem dúvida, bastante pertinentes. Se os modelos com que se tem trabalhado nos estudos linguísticos históricos no Brasil desde

meados da década de 1980 têm sido bastante produtivos no âmbito de seus respectivos recortes, não podemos perder de vista o fato de que eles continuam epistemologicamente inconciliáveis, considerando que seus axiomas são incompatíveis. Ou, dito de outro modo, não apareceu ainda uma solução teórica capaz de casar axiomas biológicos com axiomas sócio-históricos; ou, no plano estrito da gramática, de casar axiomas formalistas com axiomas funcionalistas.

Muitas vezes, o uso do instrumental descritivo de um modelo como recurso notacional no interior de uma análise fundada em outros pressupostos ou o trabalho analítico no interior de um modelo com a momentânea (e aparente) neutralização dos axiomas constituem situações que podem criar a ilusão de que as diferenças de base foram superadas.

No entanto, a Linguística (como, aliás, outras ciências) continua sem dispor de uma teoria unificada. Nesse sentido, não foi ainda superada (nem há indícios de que venha a ser no futuro próximo) uma divisão de trabalho entre abordagens imanentes (abordagens diacrônicas, nos termos de Rosa Virgínia) e abordagens que não excluem do estudo da história das línguas sua complexa realidade histórico-social (abordagens históricas, nos termos de Rosa Virgínia). Assim, se, no estágio em que estamos, é indispensável a mobilização de todas as orientações teórico-metodológicas,

é também indispensável não desconhecer as suas diferenças de base, até mesmo para ter, como problema de fundo, os desafios epistemológicos em que estamos todos imersos.

Nesse sentido, vale mencionar que a Linguística brasileira não tem sido pródiga em estudos de *metaciência*, ou seja, de discussões críticas dos fundamentos das teorias e modelos. A chamada Filosofia da Linguística é ainda assunto de poucos. Na área dos estudos linguísticos históricos, contamos (até onde vai meu conhecimento) com apenas dois trabalhos: o de Dante Lucchesi (2004) e o de Gilvan Muller de Oliveira (2004).

O primeiro, apresentado inicialmente como dissertação de mestrado na Universidade de Lisboa, conheceu uma edição portuguesa de 1997 e, depois, a atual edição brasileira. O autor situa seu trabalho na história da linguística. No entanto, não se limita a fazer um percurso de apresentação de nomes, obras e teorias. Ao contrário, centraliza sua atenção na dialética interna dessa história a partir da contradição entre a concepção de língua como sistema, de um lado, e a questão da mudança linguística de outro.

Este viés analítico (que tem, evidentemente, profundo interesse para quem se dedica aos estudos linguísticos históricos) lhe permite acompanhar o sentido epistemológico das elaborações do Estruturalismo Funcionalista e da Sociolinguística Variacionista, as rupturas

que produziram e as novas contradições que criaram.

Na conclusão do trabalho e sempre balizado pelo trato da questão sistema/mudança, o autor aponta, com clareza e perspicácia, as limitações da Sociolinguística e do Gerativismo no enfrentamento dessa questão crucial e arrisca apontar a direção do que poderia ser pensado como o processo de superação das limitações dos modelos atuais. Vale a pena transcrever aqui suas Palavras Finais (LUCCHESI, 2004, p. 219):

De tudo que foi dito pode-se concluir que: a tensão entre sistema e mudança – isto é, entre as dimensões estrutural e sócio-histórica do fenômeno linguístico –, que esteve na base da ascensão, hegemonia e ocaso do modelo estruturalista, ressurgiu em seu pleno vigor, marcando de forma significativa o desenvolvimento da linguística contemporânea. Se a compreensão dessa tensão pôde, de alguma maneira, iluminar o percurso estruturalista, é razoável supor que ela pode trazer também alguma luz para a solução das questões que hoje se põem para a linguística, razão pela qual este texto, que aqui se vai encerrando, pode pretender algum significado. Desse modo, sugere-se que a superação da crise passa pela elaboração de uma síntese teórica que possa administrar essa tensão inerente ao fenômeno linguístico, através de uma concepção do objeto

de estudo que, articulando essas dimensões antagônicas, proporcione as bases de um modelo teórico-metodológico impulsionador e unificador da pesquisa linguística. Assim, coloca-se hoje para a linguística a mesma tarefa que determinou o silêncio angustiante de Saussure e o animou em sua busca fundamental: *definir de forma heurísticamente produtiva o seu objeto de estudo*. E aqueles que assim vêem a linguística atual podem partilhar do sentimento que Saussure experimentou ao tomar consciência de que, não obstante a produtividade de seus esquemas analíticos e do seu refinamento metodológico, a linguística ainda olha o seu objeto de estudo com uma incômoda sensação de ignorância e perplexidade.

O segundo trabalho, *Política linguística – Política historiográfica. Epistemologia e escrita da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa do Brasil Meridional (1754-1830)* – foi apresentado como tese de doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e não foi ainda publicado.

Nele o autor, entre outras questões, analisa epistemologicamente, pela ótica da Escola dos Anais, a forma de fazer a história da língua portuguesa no Brasil, observa as periodizações propostas para a história do português para ver se estão feitas na ótica da

História Global ou da História Geral (seguindo a distinção de Foucault, 1987) e termina com uma reflexão sobre as consequências do uso do próprio conceito de *português brasileiro*.

Se o trabalho de Dante Lucchesi problematiza os grandes modelos que têm orientado as nossas pesquisas linguísticas históricas nas últimas décadas, o de Gilvan Muller de Oliveira problematiza o próprio objeto das análises, ou seja, investiga as consequências epistemológicas e político-linguísticas da utilização do conceito de *português brasileiro - PB*.

Como diz o autor,

Não se trata, no fundo, de uma discussão sobre o “nome da língua” – Língua Portuguesa no Brasil, Português do Brasil, Português Brasileiro, ou até, como no sugestivo título da tese de doutoramento de Rosângela Morello, Língua portuguesa pelo Brasil – mas sim, muito mais de uma discussão sobre o **modo de apropriação da língua**, isto é: se trata da discussão sobre o modo de relação entre os falantes lusófonos brasileiros e a – ‘sua’ – língua, o que se reflete na forma como o estado brasileiro se relaciona com a sua língua oficial e vice-versa. (OLIVEIRA, 2004, p. 161)

Feitas essas considerações, podemos encaminhar o fechamento deste texto. Os quarenta anos de nossa Associação viram duas viradas no âmbito dos estudos linguísticos

históricos: primeiro, o esmorecimento da tradição histórico-filológica e, depois, a retomada daqueles estudos com a difusão das “novas tendências” da Linguística Histórica – a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo em meados da década de 1980 e o Gerativismo diacrônico no fim daquela década e início da seguinte.

A década de 1990 assistiu à consolidação dos novos estudos históricos com a constituição de três grandes projetos coletivos – o *Programa para a história da língua portuguesa* (1991), idealizado e coordenado por Rosa Virgínia; o Projeto Nacional Integrado *Para a História do Português Brasileiro*, idealizado e coordenado por Ataliba de Castilho; e o Projeto *Parâmetros rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística*, idealizado e coordenado por Charlotte Galves.

Na década de 2000, temos vivido um tempo de estabilidade e relativa maturidade dos estudos linguísticos históricos com um número crescente de estudiosos concentrados nas três grandes linhas de pesquisa que mencionamos anteriormente: a história social do português brasileiro, a constituição do *corpus* diacrônico do português brasileiro e as mudanças gramaticais. Não é, obviamente, pouca coisa que nos ocupa. Como diz Rosa Virgínia (2002, p. 462), “o trabalho será muito, de muitos e não será para pouco tempo”.

Por fim, cabe destacar o surgimento, na

área, dos primeiros trabalhos de natureza epistemológica. Abre-se, com eles, uma quarta linha indispensável de investigação – a reflexão crítica sobre os fundamentos do que assumimos e fazemos. É ela que pode contribuir para nos imunizar seja da ingenuidade epistemológica, seja da soberba acadêmica.

Referências

- CASTILHO, Ataliba T. de. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. v. I – Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas, 1998.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Rio-São Paulo: Presença – USP, 1979.
- FRANCHI, Carlos et. al. **Problemas de linguística histórica**. Boletim ABRALIN – 6, pp. 82-108, 1984.
- JAKOBSON, Roman. **Princípios de fonologia histórica**. [1931] Republicado em TROUBETZKOY, N. S. **Princípios de fonologie**. Paris: Klincksieck, 1964, pp. 315-36.
- KATO, Mary. *Apresentação – “Como, o que e por que escavar?”* In: ROBERTS, L.; Kato, M. (orgs.), pp. 13-27.
- KING, R. D. **Historical Linguistics and Generative Grammar**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall. [s/d].
- KIPARSKY, P. Linguistic universals and linguistic change. In: BACH, E.; Harms, R. T. (eds.). **Universals in linguistic theory**. London: Holt, 1968, pp. 171-202.
- LABOV, William. **Principles of language change**. v. I. Oxford: Blackwell, 1994.
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.
- MARTINET, André. **Économie des changements phonétiques**; traité de phonologie diachronique. Berna: Francke, 1955.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Fluxo e refluxo**: uma retrospectiva da linguística histórica no Brasil. São Paulo: D.E.L.T.A., 4(1), pp. 85-113, 1988.
- _____. **Orientações atuais da linguística histórica brasileira**. São Paulo: D.E.L.T.A., 15 (n. especial), pp. 147-166, 1999.
- _____. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia M. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. Vol. III – Novos Estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, pp. 443-64.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística – Política historiográfica.** Epistemologia e escrita da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa do Brasil Meridional (1754-1830). (Tese de doutorado). Campinas: Unicamp, 2004.

SCHANE, S. A. Natural rules in Phonology. In: Stockwell, R. P. & Macauley, R. K. S (eds.). **Linguistic Change and Generative Theory.** Bloomington: Indiana University Press, 1972, p. 199-229.

ROBERTS, I.; Kato, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA NETO, *Serafim da. História da língua portuguesa.* 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TARALLO, Fernando. **A fênix finalmente renascida.** Boletim ABRALIN 6, 1984, p. 95-103.

_____. **Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX.** In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.), [s/d] p. 69-103.

TOLEDO, Dionísio. **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia.** Textos reunidos, anotados e apresentados. Porto Alegre: Globo, 1978.

VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (Org.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

WEINREICH, U. **Languages in contact.** [1953] Reimpressão: The Hague: Mouton, 1964.

_____; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** [1968] Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

Diana Luz Pessoa de Barros
(1991-1993)

Diana Luz Pessoa de Barros é professora titular do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo USP, Brasil e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM. Obteve o título de mestre na Universidade de Paris III (França, 1971) e os de doutor, livre-docente e titular na Universidade de São Paulo (1976, 1985 e 1997). Ministra aulas de Linguística na pós-graduação das duas Universidades e orienta teses de doutorado e dissertações de mestrado. Dois de seus orientandos ganharam o prêmio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística ANPOLL, de melhores dissertação e tese do ano, e um recebeu menção honrosa da CAPES, em concurso de teses. É membro da comissão da FILLM-UNESCO; foi presidente da Associação Brasileira de Linguística ABRALIN (1991 / 1993), membro da Junta Diretora da Associação de Linguística e Filologia da América Latina - ALFAL (1993 / 1999), membro do Conselho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística ANPOLL (2000 / 2002). Foi e é, atualmente, representante da área de Linguística no Comitê de Letras e Linguística do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (1997 e 1998; a partir de outubro de 2006). Presidiu e organizou vários congressos nacionais e internacionais, sendo o último internacional em 2002, a IX International Conference on the History of Language Sciences ICHOLS IX.



Coordenou, com Eni Orlandi e Sylvain Auroux, o projeto de cooperação internacional História das idéias lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas, no período de 2000 a 2004. Participa do projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (NURC-SP) e do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, que reúne sociólogos, historiadores, filósofos, antropólogos, teóricos da literatura e lingüistas. Nesse Laboratório, coordena o projeto de pesquisa sobre a intolerância e o preconceito lingüísticos. Desenvolveu, com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (pesquisador I A), o projeto sobre o conceito de norma e as imagens da língua nas gramáticas portuguesas e brasileiras do século XVI à atualidade, e realiza atualmente, também com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (pesquisador I A), pesquisa sobre os discursos intolerantes. Publicou livros, capítulos de livros e artigos em periódicos especializados, em anais de congressos, no Brasil e no exterior, principalmente nas áreas de teoria e análise do discurso e do texto, análise da conversação, estudos da língua falada, semiótica narrativa e discursiva e história das idéias lingüísticas.

O PAPEL DOS ESTUDOS DO DISCURSO

Diana Luz Pessoa de Barros

Para o número da revista DELTA comemorativo dos 30 anos da ABRALIN, escrevi um texto sobre os estudos do texto e do discurso no Brasil (BARROS, 1999). Nele procurei apontar as principais direções teóricas e os núcleos já constituídos e mais produtivos dos estudos do discurso no país, a partir das linhas e projetos de pesquisa dos cursos de pós-graduação no Brasil e das informações do *Quem é Quem na pesquisa em Letras e Linguística no Brasil*, organizado por Marcuschi (1992) e publicado pela ANPOLL.

Para os 40 anos de nossa Associação pensei, inicialmente, em verificar, com base também nos programas de pós-graduação, em que aspectos o quadro se mantinha e quais as alterações sofridas em dez anos. Acreditando, porém, que as mudanças não seriam tantas, nem de muito interesse para o panorama que já havia esboçado dos estudos discursivos, optei por dar continuidade ao trabalho anterior em outra direção. Retomo, assim, os papéis e funções muito gerais que atribuí aos estudos do texto e do discurso, para desenvolver um pouco as funções e contribuições desses estudos no conhecimento da linguagem e da sociedade no Brasil.

No trabalho mencionado, apontei o fato

de que os diferentes estudos do texto e do discurso trouxeram novas posturas e objeto aos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX, e de que o fizeram com fundamentos diferentes, em quadros teóricos diversos. Insisti, porém, em que há um ponto de vista comum a tais estudos: eles ocupam o espaço vazio entre posições bem definidas e separadas pelos estudos linguísticos anteriores (língua vs. fala, competência vs. performance, enunciação vs. enunciado, linguístico vs. extralinguístico). Ao tratarem assim e, ao mesmo tempo, do social e do individual, da argumentação e da informação, da intersubjetividade e da subjetividade, da organização do discurso e do dialogismo, esses estudos ocasionaram a mudança de posicionamento acima mencionada nos estudos da linguagem e puderam atribuir novos papéis a tais estudos.

Mantiveram-se para os estudos do texto e do discurso as funções gerais dos estudos da linguagem apontadas no artigo citado anteriormente: a de contribuir para o conhecimento da linguagem e, pela linguagem, do homem, e a de concorrer para o desenvolvimento da própria disciplina. Conservou-se também o papel “social” desses estudos, ou seja, o de levar a que se conheçam melhor, por meio dos discursos, a cultura e a sociedade, no caso, brasileiras. Há, porém, especificidades teóricas e metodológicas dos estudos do texto e do

discurso que permitem que eles cumpram suas funções de forma peculiar no âmbito dos estudos da linguagem. Ao ocuparem o lugar instável do “vão” entre pontos bem estabelecidos, os estudos do texto e do discurso abrem-se mais aos diálogos com outras teorias e favorecem o alargamento de seu objeto. Os estudos da linguagem, graças aos do discurso, caminham assim para a multidisciplinaridade e para o exame de outras linguagens, além da verbal.

Este texto tratará dessas questões no quadro de um dos estudos do texto e do discurso, o da semiótica discursiva, de origem francesa, perspectiva em que trabalho como uma linguista-semioticista ou como uma semioticista-linguista. É desse ponto de vista que acredito poder estabelecer os diálogos teóricos propostos.

A teoria semiótica discursiva tem seu marco fundador nos seminários de A. J. Greimas na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e na publicação de *Sémantique Structurale*, em 1966. Além de uma clara filiação saussuriana (noções de relação, sentido da diferença etc.), a Semiótica, em suas origens, dialoga fortemente com Hjelmslev (e a Semântica estrutural), Lévi-Strauss, Dumézil e Propp. Esse caminho faz da Semiótica francesa uma teoria do discurso, com características específicas em relação às outras teorias do discurso.

1 Alguns Diálogos

É preciso, desde o início, observar três pontos:

- em primeiro lugar, os estudos do texto e do discurso, tal como foram aqui concebidos, são diversos, e têm, cada qual, um quadro teórico e metodológico bem estabelecido, com graus de formalização diferentes, ou seja, os estudos do texto e do discurso não podem ser confundidos com leituras “livres e intuitivas” dos textos;
- em segundo lugar, a perspectiva do diálogo multidisciplinar aqui apresentada não é a da soma de teorias, mas a da retomada do diálogo teórico em um quadro solidamente estabelecido;
- em terceiro lugar, o verbal continua a ter papel privilegiado na linguagem e em seus estudos, mesmo nos discursivos.

A Semiótica de linha francesa tem por finalidade o exame dos processos de significação dos textos, para mostrar o que o texto diz, que sentidos produz e com que procedimentos linguístico-discursivos constrói os sentidos. Entre esses procedimentos incluem-se as relações intertextuais e interdiscursivas que contextualizam o texto em exame. Trata-

se de uma teoria geral, que procura dar conta dos diferentes níveis de organização dos textos e dos discursos.

Nesse quadro teórico, serão apontados os elementos que facilitam ou mesmo incitam os diálogos da Linguística com outras disciplinas.

Serão examinados quatro diálogos multidisciplinares bastante favorecidos pelos estudos semióticos do discurso: estudos do discurso e outros estudos linguísticos; estudos do discurso e estudos retóricos; estudos do discurso e estudos literários; estudos do discurso e estudos de comunicação, marketing, publicidade. Essas escolhas explicam-se ainda pelo fato de que, nesses campos, tenho desenvolvido boa parte de minha pesquisa em Semiótica e Linguística.

Os diálogos apontados mostrarão também as relações que se estabelecem entre a Linguística e as demais ciências humanas, igualmente por meio dos estudos do discurso.

2.1 Estudos do Discurso e Outros Estudos Linguísticos

A Semiótica discursiva de linha francesa tem como um de seus veios de origem as teorias linguísticas, em especial, os trabalhos de L. Hjelmslev (1968). Os diálogos atuais, ao contrário dos fundadores, tomam caminhos diferentes, e não apenas o de mão única dos estudos linguísticos aos semióticos.

Mais dois tipos de relações devem ser examinadas:

- a Semiótica, como uma teoria do discurso, fornece princípios teóricos e metodológicos para os estudos da linguagem que se debruçam sobre os discursos, como é o caso, entre outros, dos estudos sobre as ideias linguísticas, em que, por exemplo, gramáticas e dicionários são examinados como discursos, ou dos estudos sobre a intolerância e o preconceito linguísticos, a partir dos diferentes discursos preconceituosos e intolerantes;
- os estudos linguísticos recebem atualmente, como contribuição efetiva para o estudo da linguagem, as reelaborações e revisões semióticas de conceitos, categorias, procedimentos que participam da construção dos sentidos do texto e que foram inicialmente desenvolvidos e estabelecidos no âmbito dos estudos linguísticos, como, entre outros, os de pessoa, tempo e espaço do discurso e sua aspectualização, ou os de modalização de enunciados.

No segundo tipo de relação entre estudos linguísticos e discursivos, a grande contribuição da Semiótica é a de dar a tais procedi-

mentos e categorias descrição e explicação geral e independente das particularidades das línguas e dos demais sistemas de significação. Isso permite, ainda, que as especificidades das línguas e dos sistemas de significação sejam tratadas em um mesmo quadro teórico e metodológico. Exemplifico, muito de passagem, com os estudos sobre as pessoas, os tempos e os espaços e a aspectualização. A Semiótica explica a aspectualização como a instalação de um observador no discurso, que estabelece um ponto de vista sobre as categorias de pessoa, de tempo e de espaço, isto é, que determina as pessoas, o tempo e o espaço do discurso pela continuidade ou extensão e pela descontinuidade ou intensão. A aspectualização, assim concebida, tem, portanto, um caráter muito mais geral do que a aspectualização apenas temporal e relacionada com os morfemas da língua, tal como é tratada na linguística, mas, ao mesmo tempo, permite, a partir dessa proposta mais geral, que se examinem as organizações aspectuais específicas (de tempo, de espaço, de ator) de cada língua ou sistema de significação.

Da mesma forma, os estudos semióticos sobre as pessoas, os tempos e os espaços do discurso (as categorias dêiticas) mostram que há dois tipos mais gerais de organização dessas categorias: a que produz, nos discursos, efeitos de aproximação da enunciação e as que criam

efeitos de distanciamento. Esses efeitos de sentido dos discursos decorrem dos modos diversos pelos quais a instância da enunciação projeta e produz seu texto-enunciado. As estratégias são, nos textos verbais, principalmente as de escolha das categorias enunciativas de pessoa, de tempo e de espaço desses textos-enunciados. A partir daí, os dois tipos de discursos acima mencionados podem ser distinguidos: os projetados em primeira (e segunda) pessoa, no tempo do “agora” e no espaço do “aqui”, que caracterizam uma enunciação enunciada, e os organizados em terceira pessoa, no tempo de “então” e no espaço do “lá”, que são ditos enunciados enunciados. Os discursos do primeiro tipo (enunciação enunciada), como foram apontados, produzem, geralmente, efeitos de sentido de aproximação da enunciação e de relação dialógica entre sujeitos, pois se apresentam como simulacros da enunciação. Em outras palavras, constroem interações com efeitos de subjetividade (o destinatador se coloca como *eu*) e, portanto, predominantemente sensoriais e emocionais, e com efeitos de dialogismo, pois o destinatário é apresentado como *você* ou *tu*. São os casos que podem ser considerados como de interação plena ou perfeita. Os discursos do segundo tipo (enunciado enunciado) produzem, por sua vez, os efeitos de distanciamento da enunciação e de “monologismo” ou autoritarismo das verdades “únicas” e

“objetivas”. Os fatos se contam por si mesmos, sem a interferência de um *eu* e sem se dirigirem a um *você* ou a um *tu*. Constroem, por conseguinte, interações com efeitos de objetividade e, predominantemente, racionais ou intelectuais.

A partir desses procedimentos mais gerais podem ser previstas combinatórias e rupturas diversas – substituir uma aproximação por um distanciamento (*a Diana não pensa dessa forma*, por exemplo, em lugar de *eu não penso dessa forma*) e assim por diante – e que lugar ocupam, nesse modelo mais abrangente, o presente do indicativo do português, o “passé simples” do francês, o emprego do *eu* e o do *você*, nos textos verbais, ou o uso da focalização pela câmera, no cinema ou na televisão. As teorias do texto e do discurso, ao examinarem o plano do conteúdo dos textos e ao irem além da dimensão da frase, apresentam uma proposta mais geral e abrangente da linguagem, que pode manter diálogos muito produtivos com outros estudos linguísticos, e que conduz os estudos linguísticos a novos ou renovados diálogos com outras disciplinas.

2.2 Estudos do Discurso e Estudos Retóricos

Os estudos retóricos estão sendo mais recentemente aproveitados em duas direções

distintas: há pesquisadores, como Ch. Perelman e L. Obbrechts-Tyteca (1970), que procuram reabilitar a retórica aristotélica, abafada, segundo eles, por três séculos de cartesianismo, e que desenvolveu, a partir dela, uma teoria da argumentação ou uma “nova retórica”; outros, como R. Barthes (1970) e T. Todorov (1967, 1977) e o grupo *u* (DUBOIS, 1974), esforçam-se por rever as figuras de retórica à luz das teorias linguísticas, sobretudo da Semântica estrutural.

Os dois modos de recuperação da Retórica, ainda que prestando bons serviços aos estudos da língua e do texto, não bastam para explicar os mecanismos de argumentação e as figuras propriamente ditas. A esses esforços devem somar-se outros, que reexaminem a argumentação e as figuras retóricas no quadro das teorias gerais do texto e do discurso, como é o caso de uma teoria semiótica discursiva.

Os diálogos entre os estudos do discurso e a retórica têm sido muito produtivos. No caso da Semiótica, mencionamos três desses diálogos (BARROS, 2008):

- no tratamento das questões discursivas de persuasão e argumentação;
- na construção da identidade ou do *éthos* do enunciador e do narrador;
- no exame das figuras de conteúdo e de expressão, com as relações entre

temas e figuras e entre expressão e conteúdo.

Se num primeiro momento de sua história a Semiótica deixou de lado as questões da enunciação e de suas relações com o discurso enunciado, e as do plano de expressão, para dedicar-se apenas ao plano do conteúdo, pouco a pouco seus desenvolvimentos teóricos levaram à recuperação e ao acrescentamento dos estudos enunciativos e dos das relações entre expressão e conteúdo. Foram esses estudos que colocaram a Semiótica em diálogo com a Retórica e a Estilística, e também com os estudos da comunicação, da interação e da conversação, com os estudos bakhtinianos e com os literários, como será examinado nos próximos itens.

Os estudos enunciativos desenvolveram-se tanto com o exame das categorias de tempo, de espaço e de pessoa que produzem, tal como já observado, efeitos de proximidade e de distanciamento da enunciação, quanto com o estudo das relações narratológicas que se estabelecem entre enunciação e enunciado e entre enunciador e enunciatário. Nesse caso, a enunciação é concebida como um “espetáculo” que se organiza narrativamente.

O sujeito da enunciação cumpre dois papéis narrativos: o de sujeito pragmático da ação de criar o texto, seu objeto, como “casa sintática” de seus valores, crenças e aspirações;

o de destinatador, que instala no discurso seu destinatário, ou seja, em que a enunciação se desdobra em enunciador e enunciatário, cabendo ao enunciador exercer o fazer persuasivo por meio das estratégias e procedimentos do texto, para convencer o enunciatário a aceitar seus valores e crenças e a agir de acordo com eles, e ao enunciatário realizar o fazer interpretativo e, a partir dessa interpretação, acreditar ou não e aceitar ou não o contrato que lhe está sendo proposto. A Semiótica desenvolveu, para tanto, uma sintaxe modal, examinou o funcionamento da manipulação, da comunicação e da interação, sempre fortemente inter-relacionadas, e desenvolveu os conceitos de contrato fiduciário, que gerencia as relações entre destinatador e destinatário dos textos, e de simulacros entre eles, que determinam a intersubjetividade. Dessa forma, com o exame das relações enunciativas como relações de manipulação, comunicação e interação estabelecidas por estratégias e procedimentos discursivos e textuais, integraram-se, numa teoria geral do discurso, as questões retóricas da argumentação, renovaram-se os diálogos dos estudos linguísticos com a Retórica e abriram-se novos caminhos para o exame dos textos científicos, políticos, entre outros.

Além disso, no segundo tipo de diálogo acima proposto, o sujeito da enunciação, definido narrativamente como sujeito produtor

de texto e como sujeito comunicador de texto, desdobrado em enunciador e enunciatário, ao construir seu texto, constrói-se também como um ator da enunciação, preenchido por crenças e valores, modos de ser e de fazer. Em outras palavras, ele fabrica, a partir dos procedimentos do texto, sua identidade, seu *éthos*. Se, com base na análise de um único texto, é difícil diferenciar a identidade do enunciador da do narrador instalado ou implícito no texto, a observação de um conjunto de textos separará o *éthos* do enunciador do narrador (DISCINI, 2003).

Finalmente, a Retórica das figuras dialoga com dois momentos dos estudos semióticos.

Em primeiro lugar, a Semiótica desenvolveu os estudos sobre as figuras utilizando os conceitos de *isotopia*, de *tematização* e de *figurativização*. Os temas, abstratos, disseminam-se pelo texto em percursos que podem ser “concretizados” sensorialmente pelo procedimento de figurativização. A reiteração discursiva dos temas e a redundância das figuras espalhadas na dimensão total do discurso denominam-se *isotopia*. A isotopia assegura a linha sintagmática do discurso e responde por sua coerência semântica. Distinguem-se dois tipos de isotopia, segundo as unidades semânticas reiteradas: isotopia temática e isotopia figurativa. As relações entre os percursos ou

isotopias temáticas e figurativas são já alguns dos elementos retóricos dos discursos, mas, além disso, como um discurso pode ter mais de uma leitura, as relações verticais que se estabelecem entre essas isotopias são metáforas ou metonímias de texto inteiro. As figuras de retórica deixam, assim, de ser figuras de “palavras”, para serem retomadas, no âmbito da Semiótica discursiva, com *figuras de discurso*.

Em segundo lugar, resta tratar das figuras do plano da expressão, ou seja, das que se formam nas relações entre expressão e conteúdo.

Se a Linguística, nos seus inícios, com disciplinas como a Fonética e a Fonologia, privilegiou o estudo dos significantes em relação ao das estruturas semânticas, a partir dos anos 60 do século XX, entretanto, os linguistas, sobretudo aqueles que, de diferentes perspectivas teóricas, se interessaram pelo texto e pelo discurso, debruçaram-se sobre questões de significação e sentido. Os especialistas em literatura já tinham conseguido, desde a primeira metade do século XX, um equilíbrio melhor no exame da expressão e do conteúdo dos objetos literários, graças, entre outras razões, à contribuição dos estudos retóricos e estilísticos.

O aparecimento e a consolidação dos estudos sobre o texto e o discurso, ao favorecerem a abordagem dos problemas de

significação e de sentido trouxeram novas interrogações e outras direções também ao exame do plano do significante linguístico e recuperaram, de mais uma perspectiva, o diálogo com a Retórica. Essa mudança deve-se, antes de mais nada, ao estabelecimento de uma distinção clara entre o significante dos signos (entendidos como lexemas) e o plano da expressão dos textos, de que se ocupam os especialistas do texto e do discurso. Foi assim revelada a precariedade dos estudos até então existentes sobre o plano da expressão, pois se a Fonética e a Fonologia se encontram bastante bem desenvolvidas, os estudos sobre o plano da expressão dos textos são pontuais e pouco numerosos, ou sistematizados, dirigidos a questões específicas, em quadros teóricos variados.

Na tradição saussuriana, ninguém ignora que a função maior, primordial do plano da expressão é a de “fazer passar”, “expressar” conteúdos com os quais mantém relações arbitrárias. No entanto, é também verdade que relações novas e motivadas podem-se estabelecer entre expressão e conteúdo. A Estilística, a Retórica, os estudos literários procuram há muito tempo aprofundar essas questões. No âmbito das teorias do texto e do discurso, a Semiótica tem obtido bons resultados no exame do plano da expressão, nas manifestações textuais não apenas verbais, mas também na pintura, na música, nos textos sincréticos em geral.

Para a Semiótica, essas relações novas entre expressão e conteúdo decorrem dos sistemas simbólicos e semissimbólicos, que podem intervir nos textos “poéticos” de qualquer tipo (poesia e outros textos literários, balé, pintura, fotografia etc.) e que têm por função desfazer a relação já estabelecida entre o texto e a “realidade”, e estabelecer novas perspectivas suscetíveis de refundir ou de refazer o “real”, de destituir o senso comum de seu monopólio de verdade, e, ao fazê-lo, de instalar, em seu lugar, a verdade textual de um mundo sensorial, corporal – formado de sons, cores, formas, cheiros – redesenhado pelo texto.

O conceito de semissimbolismo assinala, em Semiótica, a relação entre uma categoria (uma relação) da expressão e uma categoria do conteúdo e diferencia-se, assim, dos sistemas simbólicos de Hjelsmelv, em que há relação termo a termo entre expressão e conteúdo. Seguem um exemplo de sistema simbólico e outro, de semi-simbólico:

Os dois tipos de sistemas criam relações “motivadas” entre expressão e conteúdo, são fortemente sensoriais e corporais, e estão fundamentados sobre a tensividade que sobredetermina os termos dos dois planos: no símbolo, o *vermelho* da expressão e a *paixão ou o amor* do conteúdo são determinados pela extensão; no sistema semissimbólico, o *amarelo escuro* e as *formas arredondadas*, na expressão, e a *morte*, no conteúdo, são determinadas como termos extensos, e o *amarelo claro* e as *formas agudas*, assim como a *vida*, como termos intensos. Em outras palavras, a natureza morta de Van Gogh fala do caráter transitório e passageiro da vida e de uma morte que dura.

Nos sistemas simbólicos, a relação entre expressão e conteúdo é culturalmente determinada e perpassa diferentes textos (a relação entre *vermelho* e *paixão*, do exemplo). Já nos sistemas semissimbólicos, põe-se em xeque nosso modo culturalmente estabelecido

Sistemas	simbólico	vermelho/paixão, amor
	semissimbólico	claro/pontiagudo vs. escuros, arredondado
		vida vs. morte (em os <i>Girassóis</i> , de Van Gogh)

de sentir e de conhecer o mundo e cria-se uma nova verdade e uma outra sensação desse mundo, em que, por exemplo, a claridade e as formas agudas ligam-se à vida, e a obscuridade e as formas arredondadas à morte. O mundo é refeito, sobretudo na dimensão do sensível, pelo texto que constrói os semissimbolismos.

Essas figuras da expressão – simbolismos e semissimbolismos – são diferentes das figuras do conteúdo, anteriormente citadas: as figuras do conteúdo produzem os efeitos de sentido de uma sensorialidade “de papel”, de “linguagem”; as figuras da expressão estabelecem relações novas entre a expressão e o conteúdo e criam efeitos de leitura do mundo, entre a novidade e a estereotipia cultural.

O objetivo deste rápido exame das relações estabelecidas entre a Retórica, a Pragmática e a Semiótica foi mostrar a necessidade e as decorrências de se reverem, no quadro de uma teoria semiótica do discurso, os esquemas argumentativos e as figuras retóricas. Os argumentos explicam-se como procedimentos sintáticos da narrativa e do discurso; as figuras de palavras, retomadas como figuras de discurso, resultam dos mecanismos semânticos de tematização e figurativização e das relações entre isotopias. São as relações entre Semiótica e Retórica que renovam os laços já existentes entre os estudos linguísticos e os retóricos. Há, nessa direção, muito ainda a se fazer.

2.3 Estudos do Discurso e Estudos Literários

Estou convencida de que as relações, sempre mencionadas, entre língua e literatura passam pelos estudos do discurso, dos mais diversos tipos, e de que há uma grande zona de intersecção entre a análise do texto e do discurso e o exame da literatura (BARROS, 2004). Três aspectos da questão serão aqui observados:

- a) o da análise narrativa e discursiva do texto literário;
- b) o dos problemas do plano da expressão, com o semissimbolismo;
- c) o da organização discursiva do exercício e do acontecimento.

O texto literário é um texto entre outros, sem dúvida em posição de destaque, por razões variadas. É, portanto, imprescindível para tratar do texto literário ter por detrás uma teoria de análise do discurso. Já é consensual hoje que muitos dos fatos e procedimentos discursivos outrora considerados específicos do objeto literário encontram-se em outros tipos de discurso. O abandono em que se achavam, até os anos 60, os estudos das diferentes manifestações textuais, em oposição ao sempre grande e prestigiado desenvolvimento da teoria e análise literárias, tem permitido conclusões às vezes apressadas. No estágio atual das

pesquisas sobre o discurso, não é possível determinar a especificidade do literário do ponto de vista linguístico e discursivo, a não ser, quem sabe, pela organização do plano da expressão. É inegável, ainda, a forma peculiar de sua inserção na cultura, na sociedade, na história. Esses dois aspectos, o da organização da expressão e o das relações com o “extralinguístico” são fundamentais no exame da literatura e nos permitem dizer que para examinar a literatura é preciso saber *ler textos*, *ler contextos* e, quem sabe, *ler pretextos*. Não trataremos neste trabalho da “leitura dos contextos”.

A leitura de textos precisa de uma teoria do discurso que a sustente: a “livre interpretação” ou os “procedimentos de descoberta”, válidos para certos fins, não bastam nesse caso. Os estudos dos níveis narrativos e discursivos, comuns a todos os tipos de textos, inclusive aos literários, permitem, porém, que se estabeleçam certas características do literário. Assim, por exemplo, no nível narrativo, alguns textos literários, como *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ou *Jardim Selvagem*, de Lygia Fagundes Telles, caracterizam-se pela ambiguidade narrativa, isto é, graças a recursos discursivos (uso de primeira pessoa, repetição de configurações discursivas) mantém-se indecisa a direção narrativa (Capitu traiu o marido ou foi injustamente considerada por ele uma esposa infiel? Daniela, em *Jardim*

Selvagem, matou o marido para livrá-lo do sofrimento ou ele se suicidou?). No nível discursivo duas questões se destacam: a questão do jogo das projeções das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, que exacerbado, tem caracterizado boa parte da literatura contemporânea (vejam-se, por exemplo, os romances de Vargas Llosa) e a questão das figuras de conteúdo, mencionadas no item anterior sobre as relações com a Retórica, ou seja, das metáforas e metonímias de “texto inteiro”, decorrentes das relações que se estabelecem entre as isotopias (temáticas ou temático-figurativas), nos textos pluri-isotópicos, como são os literários.

Os elementos de organização narrativa e discursiva do plano do conteúdo, selecionados entre muitos outros possíveis, são bastante frequentes nos discursos literários, embora também possam ocorrer em outros tipos de discursos. Os desenvolvimentos das teorias do discurso mostraram não só que é possível examinar o texto literário na perspectiva dos estudos do discurso, mas que esse exame é imprescindível para *ler o texto literário*.

Se não se pode determinar o caráter “literário” de um texto a partir do exame das estruturas narrativas ou das elaborações discursivas, tomados separadamente, a consideração das relações que integram os diferentes níveis, aí incluídos os procedimentos

do plano da expressão e as relações intertextuais (contextuais), pode levar a distinguirem-se discursos poéticos, entre os quais se inclui o literário, dos não-poéticos. Há um crescendo de “poeticidade”, da narrativa ao texto, passando pelo discurso.

Os textos poéticos, sejam eles literários (verbais) ou de dança, pintura, etc, têm uma organização secundária da expressão, a do semissímbolismo, examinada no item anterior. Os recursos do plano da expressão são um dos elementos fundamentais da poeticidade do texto, dão a ele sensorialidade e corporalidade e refazem, nessa perspectiva, o mundo sensível.

Em síntese, o texto poético não tem seu caráter poético assegurado por um único elemento ou em um único nível de descrição; os procedimentos, nos diferentes níveis, produzem efeitos de poeticidade pela passagem da univocidade à ambivalência (quase mítica) ou pela negação dos pólos diferentes, isto é, pela passagem à continuidade, após a ruptura (continuidade das similaridades, no dizer de Jakobson), como vimos acontecer nos textos com os procedimentos de ambiguidade narrativa, nos jogos enunciativos de projeção de pessoa, tempo e espaço, que produzem os efeitos de perspectivas múltiplas ou polifônicas e não de escolha discreta ou descontínua de uma única voz, momento ou lugar; na organização pluri-isotópica do discurso, com as figuras semânticas; e, sobretudo, nos recursos

da expressão – do semissímbolismo –, em que o sensorial faz sua aparição também no plano da expressão. Se são esses os procedimentos que garantem a relação, principalmente sensorial e corporal, prazerosa entre o sujeito e o texto poético, os estudos do discurso têm fundamentação teórica e metodológica para que se examinem tais recursos.

2.4 Estudos do Discurso e Estudos de Comunicação, Marketing e Publicidade

A primeira questão é a de que para examinar os textos de marketing e publicidade, na perspectiva da Semiótica discursiva, deve-se considerar que o enunciador e o enunciatário desses textos mantêm entre si relação de comunicação e interação e analisar essas relações com uma teoria narrativa.

É preciso lembrar que, ao contrário do que ocorre nas relações entre máquinas, na comunicação entre homens, os sujeitos envolvidos não são lugares vazios e sim casas cheias: de valores, de projetos, de aspirações, de desejos, de modos diferentes de ver o mundo. Com base nesses elementos, procura-se, em toda relação de comunicação convencer o outro de alguma coisa, persuadi-lo, levá-lo a acreditar em algo, a experimentar algo e a fazer o que se quer que ele faça.

Como vimos no item sobre a Retórica, a

teoria semiótica mostra que toda comunicação é uma forma de manipulação e, dessa forma, são utilizados pelo destinador diferentes modos de persuasão que podem ser agrupados em quatro grandes tipos: tentação, intimidação, sedução e provocação. Para que a manipulação funcione, é preciso ainda que o destinatário manipulado interprete a persuasão do outro, acredite no destinador e faça o que dele se espera. A comunicação depende, assim, da interpretação do destinatário, de seus valores, crenças, sentimentos, emoções. Diferentes estratégias de comunicação são, portanto, empregadas, conforme variem o público, a sociedade e a época. Os que trabalham com marketing sabem muito bem disso.

O diálogo entre a Semiótica (e os demais estudos da linguagem) e os estudos de comunicação e marketing tem dois objetivos claros:

- de um lado, objetivos de marketing e publicitários, isto é, saber como melhor persuadir os destinatários da comunicação (nesse caso, diz Jean-Marie Floch (1985) que os estudos de Semiótica podem influenciar a produção dos discursos do marketing, oferecer alguma competência aos que atuam concretamente no campo da comunicação);
- de outro, objetivos mais gerais de estudos da linguagem e dos discursos, quais sejam, o de saber mais so-

bre esses discursos e seus procedimentos, e, além disso, como, no dizer de Roland Barthes, esses discursos constituem o lugar privilegiado de apreensão das mitologias de nosso tempo, de conhecimento de nossa época e cultura, e de nossos valores, eles nos levam a saber mais também sobre a sociedade e a cultura em que circulam.

Os estudos da linguagem, e em particular os semióticos, trazem contribuição inegável aos estudos da comunicação, da publicidade e do marketing. A esse respeito, quatro pontos devem ser ressaltados:

1. ao procurar, com uma teoria geral do discurso, determinar os sentidos dos textos e os procedimentos que constroem esses sentidos, sejam eles textos verbais, visuais, sincréticos ou outros, pode-se trabalhar com a diversidade de textos da comunicação em geral e da publicidade em particular, e comparar os textos postos em jogo;
2. a Semiótica desenvolveu princípios teóricos e metodológicos para examinar a comunicação e a interação, ao desenvolver estudos narratológicos da enunciação, a partir do grande desenvolvimento de seus estudos narrativos;

3. a Semiótica desenvolveu princípios teóricos e metodológicos para examinar os procedimentos de construção de identidades – estilo e *éthos* – dos sujeitos envolvidos na comunicação marqueteira, a partir, sobretudo, dos estudos da enunciação e do nível do discurso, como foi observado no item sobre a Retórica;
4. o exame, na perspectiva do discurso, das relações intertextuais ou contextuais que participam da construção do sentido dos discursos de comunicação, de publicidade, de marketing leva a que se saiba mais sobre a sociedade e a cultura em que esses discursos circulam.

Dessa forma, os estudos da linguagem têm, por meio dos estudos do discurso, a possibilidade e a responsabilidade de dar a conhecer, de uma outra perspectiva, o homem, a história, a sociedade.

Se os estudiosos do discurso do Brasil têm procurado cumprir seus múltiplos papéis e têm dado uma pequena contribuição para que as teorias linguísticas avancem e para que se conheça um pouco melhor a sociedade brasileira, há ainda muito a ser feito. Mesmo que muitos torçam o nariz e digam que isso não é objetivo da Linguística, estou convencida de que uma das tarefas dos estudiosos da

linguagem é contribuir para que se saiba um pouco mais sobre a sociedade brasileira. Por que apenas os historiadores devem falar dos “heróis nacionais” ou os sociólogos, dos sem-terra? Há uma outra perspectiva, um outro ponto de vista, um outro objeto, portanto, como diria Sausurre, construído pelos estudiosos do discurso no exame dos discursos dos sem-terra ou sobre eles, do separatismo ou do racismo. E só o estudioso da linguagem, e o do discurso em especial, pode enfrentar esse outro viés e dar conta de descrever e explicar esse novo objeto.

Considerações Finais

Procurei, neste texto, mostrar que os estudos do discurso tiveram e têm um papel digno de nota entre os estudos linguísticos, pois romperam com a tradição de estabilidade desses estudos e recuperaram a instabilidade própria da linguagem, e, com isso, estabeleceram ou retomaram diálogos com outras disciplinas e campos do conhecimento. Dialogam com os demais estudos linguísticos, ao apresentarem teoria e método para o exame da língua em uso, colocam a Linguística no centro do debate com outras disciplinas e com as ciências humanas em especial.

Se os estudos do texto e discurso se caracterizam como uma ruptura, como uma

fratura nos estudos linguísticos, desenrolam-se eles com princípios e métodos bem assentados e consolidados, num percurso marcado pela intencionalidade dos fins a alcançar. Definem-se, portanto, como acontecimento e como exercício, tal como propõe o semioticista Claude Zilberberg (2006). Reitera-se a vocação dos estudos discursivos de ocuparem o “vão” entre posições estabelecidas e de não serem “nem isto e nem aquilo”, e, portanto, poderem estar no centro dos diálogos que constroem os estudos da linguagem, o homem e a sociedade.

Bakhtin, em seus escritos, distingue as ciências humanas das ciências exatas e biológicas pela relação com o texto. Para o autor, as ciências humanas estudam o homem no texto, enquanto as exatas e biológicas o examinam fora do texto. Entende-se com isso o papel privilegiado dos estudos do discurso e do texto para o estabelecimento de diálogos fecundos entre a Linguística e a Retórica, a Teoria e a Crítica Literária, os estudos de comunicação e de marketing, a Antropologia, a História, a Sociologia, e muitas outras áreas e disciplinas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **La poétique de Dostoievski**. Paris: Seuil, 1970.
- _____. **La cultura popular en La Edad Media y Renacimiento**. Madrid: Barral Editores, 1974.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso. Fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1998.
- _____. Problemas de expressão: figuras de expressão. *Significação*, 6, 1988, pp. 5-12.
- _____. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. Sintaxe Narrativa. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: EDUC, 1995, pp. 81-98.
- _____. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **DELTA**, vol. 15 – nº especial, 1999, pp. 183-199.
- _____. Língua, literatura e ensino na perspectiva do discurso. **SCRIPTA**, v.7, nº 14, 2004, pp.33-40.
- _____. Rumos da semiótica. **Todas as Letras** (São Paulo), volume 9, nº 1, 2007, p. 12-23.
- _____. **Semiótica e retórica: um diálogo produtivo**. (no prelo), 2008.
- BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. **Communications**, 16, 1970.
- DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.
- DUBOIS, Jacques et alii. **Retórica geral**, São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974 (original de 1970).
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

_____. Linguística: perspectivas e aplicações. **Estudos Linguísticos**. XXIII Anais de Seminários do GEL, 1:18-25, 1994.

_____. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

FLOCH, Jean-Marie. **Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit**. Paris, Amsterdam, Hadès-Benjamins, 1985.

FONTANIER, Pierre. **Figures du discours**. Flammarion, Paris, 1968.

FONTANILLE, Jacques e ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso/Humanitas, 2001 (original francês de 1988).

GREIMAS, A. J. **Sémantique Structurale**. Paris: Larousse, 1966.

_____. **Du sens**. Paris: Seuil, 1970.

_____. **Du sens II**. Paris: Seuil, 1983.

_____. **De l'imperfection**. Paris: Pierre Fanlac, 1987.

_____; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, (s/d) (1ª edição francesa de 1979).

_____; FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.

HJELMSLEV, Louis. **Prolégomènes à une théorie du langage**. Paris: Minuit, 1968.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale**. Paris: Minuit, 1963.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Dom Casmurro. In: Coutinho, A. (org.). **Machado de Assis. Obra completa**, vol. 1, Rio de Janeiro, Aguilar, 1959.

MARCUSCHI, L. A. **Quem é Quem na pesquisa em Letras e Linguística no Brasil**: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL, 1992.

MELLO NETO, João Cabral de. Rios sem discurso. In: João Cabral de Mello Neto. **Antologia poética**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 23.

PERELMAN, Charles. **Le Champ de l'argumentation**. Bruxelas: PVB, 1970.

_____. **L'empire rhétorique**. Paris: J.Vrin, 1977.

_____; OBBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique**. Bruxelas: Édition de l'Université de Bruxelles, 1970.

TODOROV, Tzvetan. **Littérature et signification**. Paris: Larousse, 1967.

_____. **Théories du symbole**. Paris: Seuil, 1977.

ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. **GALÁXIA 13**, 2007, pp. 13-28.

Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso
(1993-1995)

Possui graduação em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1960), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1979) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Editora da revista Estudos Linguísticos e Literários, e membro do Conselho Editorial das revistas A Cor das Letras, Filologia e Linguística Portuguesa. É Professor Associado nível 01 da Universidade Federal da Bahia e Professeur Invité na Université Paris 13, UFR LSHS. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: dialectologia, geolinguística, português do Brasil, língua portuguesa e variação. É Diretora-Presidente do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.



CAMINHOS DA DIALETOLOGIA BRASILEIRA

Suzana Alice Marcelino Cardoso

Como preliminar, o depoimento de uma sócio-fundadora sobre o sentido dos 40 anos de ABRALIN

Eram os idos de 1969, um 9 de janeiro, no “pequeno auditório do Serviço Social do Comércio, sito à Rua Dr. Vila Nova 228, em São Paulo”¹. Ali estavam pesquisadores e professores – seniores e juniores – das diferentes áreas dos estudos da linguagem, convocados pelo professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. e interessados na instalação da Associação Brasileira de Linguística. Nascia a ABRALIN, acalentada pelos braços de sessenta e cinco signatários da Ata de Fundação, muitos dos quais se tornaram membros de sua Diretoria, em diferentes momentos, como presidentes – Aryon Rodrigues (1969-1971), Nelson Rossi (1975-1977), Yonne Leite (1979-1981), Francisco Gomes de Matos (1981-1983), Suzana Alice Marcelino Cardoso (1993-1995); secretários – Francisco Gomes de Matos (1969-1971), Jacyra Andrade Mota (1975-1977 e 1993-1995); tesoureiras – Maria Antonieta Alba Celani (1973-1975 e 1975-1977), Adair Pimentel Palácio (1981-1983); conselheiros – Ataliba Teixeira de Castilho (1989-1971, 1973-1975, 1975-1977 e 1977-1979), Jurn Philipson

¹ Citação extraída da ATA DE FUNDAÇÃO, publicada no *Boletim. ABRALIN*, n. 16, p. 11.

(1969-1971, 1973-1975 e 1975-1977), Nelson Rossi (1969-1971, 1973-1975 e 1979-1981), Aryon Dall’Igna Rodrigues (1973-1975 e 1975-1977), Carlos Eduardo Falcão Uchoa (1973-1975, 1975-1977 e 1977-1979), Albino de Bem Veiga (1975-1977), Maria Antonieta Alba Celani (1979-1981), Leila Bárbara (1981-1983 e 1983-1985), Rosa Virgínia Mattos e Silva (1985-1987 e 1987-1989), Suzana Alice Marcelino Cardoso (1995-1997) e Célia Marques Telles (2001-2003, 2003-2005 e 2007-...).

Criava-se, assim, a nossa ABRALIN, com o nome de Associação Brasileira de Linguística – inicialmente com a sigla ABL depois substituída por ABRALIN – concebida como

[...] uma sociedade civil, sem fins lucrativos, destinada a congregar os profissionais da Linguística com o objetivo de promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos de Linguística teórica e aplicada no Brasil (ESTATUTO, Art. 1º)

O tríptico objetivo – “promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos de Linguística teórica e aplicada no Brasil” – vem sendo cumprido integralmente. Dentre as ações nesse sentido, destacam-se a ininterrupta publicação do *Boletim ABRALIN* e, atualmente, da *Revista ABRALIN*, e a continuada participação da ABRALIN nas Reuniões Nacionais da SBPC, apresentando,

sempre, uma programação representativa e integrada às necessidades de cada momento, com conferências, mesas-redondas, sessões coordenadas e minicursos que vêm ajudando à reflexão teórica na área, atingindo, a cada ano, mais diretamente e por força da política dessa sociedade, uma determinada região geográfica do país.

É, pois, muito gratificante ter participado, em plena mocidade, da fundação de uma associação bem-sucedida, como a nossa ABRALIN, e, mais que isso, honroso ter assumido a sua presidência beirando a minha senectude, de 1993 a 1995. Nesta empreitada, a honra e o prazer se multiplicaram: primeiro porque integrei uma Diretoria que tinha como secretária Jacyra Andrade Mota, que pela segunda vez ocupava esse trabalhoso cargo, e Serafina Maria Pondé, como tesoureira, colegas queridas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que carregaram, com distribuição equitativa de responsabilidades e encargos, o trabalho durante os dois anos de direção que nos couberam; por outro lado, porque vi, pela segunda vez, a minha UFBA sediar a diretoria da nossa Associação. A vez primeira tinha sido em 1975-1977, com Nelson Rossi na presidência e Jacyra Mota como secretária.

Desse período de condução da ABRALIN, há memoráveis lembranças não passíveis, todas elas, de ocupar este pequeno espaço. Destaco, no entanto, três aspectos das linhas

que estabelecemos como norteadoras da nossa gestão: o desenvolvimento de uma política de ampliação do quadro de sócios; a circulação sistemática de um informativo; e a realização de um congresso internacional, o primeiro.

Toda agremiação se torna forte na medida em que se caracteriza por um corpo de associados qualificado e quantitativamente representativo. E isso aconteceu: o número de sócios cresceu consideravelmente e conseguimos ampliar a presença de diferentes rincões do Brasil.

Vivíamos o tempo em que a informática, a comunicação on-line e as facilidades da tecnologia moderna ainda não se tinham generalizado. Assim, mantivemos um *Informativo ABRALIN*, que era produzido em gráfica, impresso em cores distintas para cada número, e que tinha o correio convencional como meio de distribuição. Funcionou. Divulgamos eventos. Perguntamos por sócios cujos endereços se tinham desatualizado, e eles reapareceram. Demos conta do andamento da gestão. E o “colorido”, qual arco-íris, circulou por esses dois anos de gestão.

O I Congresso Internacional da ABRALIN foi, porém, a marca indelével do trabalho dessa diretoria. A Associação já fazia congressos nacionais, mas precisava alçar-se mais longe: era preciso um congresso internacional. Tínhamos plena consciência de que o período de dois anos — o que cabe a cada gestão —

talvez fosse curto para se propor a ideia, implementá-la e realizar o evento, sobretudo porque era a primeira vez. Sem dúvida, disso sabíamos Jacyra, Serafina e eu. Mas era preciso o I Congresso. E, assim, entramos na empreitada, contando com a colaboração dos nossos colegas do Instituto de Letras, que coordenaram as diferentes comissões que se incumbiram da organização do evento. Tudo caminhou bem. O I Congresso Internacional da ABRALIN aconteceu. A participação atingiu a casa dos dois mil interessados a circularem. E ouvimos, até hoje, de cá e de fora do Brasil, uma referência amiga e carinhosa, e, por que não dizer, generosa, a esse nosso primeiro congresso.

Aquí está parte das lembranças. Aquí está, também, de certo modo, um ato de fé na importância do papel da nossa Associação na construção da história dos estudos linguísticos no Brasil. E só me cabe, agora, dizer à nossa ABRALIN quarentona, e a todos que a sustentam e a fazem operosa: *muitas felicidades, muitos anos de vida!*

O Sentimento da Diversidade do Falar Brasileiro

As considerações sobre a visão da diversidade do português brasileiro se iniciam trazendo a presença de José Leite de

Vasconcelos, não para seguir uma ordem cronológica sequencial das referências, mas para atender ao relevo por ele dado ao conhecimento da língua no Brasil e à identificação da variedade dialetal que caracteriza o país.

Ao publicar, em 1901, a *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, Leite de Vasconcelos declara, no “Préface”, a sua intenção de escrever: “[...] une Esquisse de la Dialectologie Portugaise, qui en même temps qu'elle rendra compte de ce qui existe, servira aussi de point de départ à d'autres recherches plus approfondies.” (VASCONCELOS, 1987, p. 7)

Em decorrência, e como o próprio título sugere, fornece o autor uma visão da língua portuguesa no mundo, esboça as características de que se reveste em cada um dos usos, traçando, desse modo, um panorama da Dialectologia portuguesa no começo do século XX e expondo uma classificação dos dialetos do português.

Nesse quadro geral, merece destaque a maneira como analisa e descreve o português do Brasil, que inclui na categoria “dialetos de além-mar”.

Inicia suas considerações com uma afirmação categórica – “Le Brésil a été découvert par nous en 1500” (VASCONCELOS, 1987, p.132) – para, logo a seguir, discutir, ainda que brevemente, a questão do estatuto da língua no Brasil. Menciona o que têm escrito autores brasileiros, “au point de vue

patriotique” (VASCONCELOS, 1987, p. 132), a propósito de ser ou não o português do Brasil um dialeto, para concluir afirmando que “Si j'appelle **dialecte**, par exemple, le portugais de Tras-os-Montes, à plus forte raison je dois donner ce nom au portugais du Brésil, ou **brésilien** (VASCONCELOS, 1987, p. 133).

Considerando-o, pois, como dialeto, traça algumas características do português brasileiro nos campos da fonologia, morfologia, sintaxe e léxico e reconhece a pluralidade de usos no próprio Brasil, explicando que “à cause de son extension et de la variété des races qui le pleplent, nos offre différences dialectales” (VASCONCELOS, 1987, p. 134). Reconhece características gerais tais como a redução dos ditongos **ou** e **ai**, a pronúncia das átonas mediais, a ditongação em sílaba final terminada por sibilante, a realização [ɐj] para o que se grafa **-em**, o apagamento da vibrante em posição final de palavra e afirma que “La prononciation brésilienne, comparée à la nôtre, a quelque chose de trainant” (VASCONCELOS, 1987, p. 133). Chama, ainda, a atenção, nesse capítulo, para aspectos da língua no Amazonas e no Pará, destacando a pronúncia *canúa* (para “canoa”), cujo fenômeno de mudança do /o/ em /u/ se registra nos Açores.

Ao destacar a variação diatópica, Leite de Vasconcelos reconhece, também, que há diferenças observáveis entre os estratos sociais e conclui suas observações, afirmando que:

Les différences que j'ai notées [...] ne sont pas de toutes les régions, ni de toutes les classes sociales. Je pense que les personnes instruites ne disent pas exemple, ni **trei**, ni **muyé**, mais elles disent **môlhar**, **pêqueno**, **dí la**, **si**, et elles font les modifications syntaxiques [...] (VASCONCELOS, 1987, p. 135).

A visão da diversidade de usos do português brasileiro, apresentada por Leite de Vasconcelos, não é, porém, cronologicamente a primeira manifestação sobre a língua lusitana no novo mundo. Em graus de observação diferenciados, autores que a ele precederam também se pronunciaram, procurando identificar particularidades dialetais do Brasil.

Assim, Fernão de Oliveira, na primeira metade do século XVI, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a unidade sistêmica, no capítulo XXXVIII da sua gramática, primeira do gênero em língua portuguesa, ao considerar fatos que caracterizam o uso geral da língua – “ou são geraes a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra, ou [...]” –, provocando a atenção para os fatos de língua comuns a todos e exemplificando-os com dados lexicais, reconhece que a língua portuguesa era diversificada. Aponta a existência de diferentes tipos de dialetos, demonstra que essa diversidade se dá “em terras”, portanto é diatópica, mas também está relacionada a fatores sociais de que resultam diferenças diastráticas –

“particularidade [...] entre ofícios” –, ou diafásicas – diferenças entre “tratos” –, ou diageracional, porque “o velho, como tem o entender mais firme [...] também suas falas são de peso e as do mancebo, mais leves”. Tinha, por outro lado, o sentimento da diversidade que já se esboçava nas terras conquistadas pelos portugueses. Dessa forma, comenta: “E ao contrario vemos em Africa, Guiné, Brasil e India não amarem muitos os portugueses que entr’elles nacam, só polla diferença da língua; e os de lá nacidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus, porque falam assi como elles.” (OLIVEIRA, 2000, p. 89)

Estavam postas por Fernão de Oliveira as primeiras observações, com certa sistematicidade, sobre a diversidade do português, tema que foi retomado, no curso da história, por diferentes autores e sob diferenciadas óticas até se instalarem os estudos propriamente ditos de Dialectologia, como se pode ilustrar com, entre outros, Dom Jerônimo Contador d’Argote e Frei Luís de Monte Carmelo.

O primeiro, Dom Jerônimo Contador d’Argote escreve, em 1725, as suas *Regras da língua portuguesa*, às quais Silva Neto se refere como “um razoável panorama da língua portuguesa” (SILVA NETO, 1975, p. 561). Trata no capítulo “Dos dialectos da lingua portuguesa” do conceito de dialeto, procurando defini-lo no diálogo que apresenta entre o

mestre e o discípulo. Ao se ocupar da definição de dialeto e seguindo a sua didática inquirição, examina as diferentes *castas* de dialetos, enumerando os “Dialectos locais, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão”, para, mais adiante, acrescentar que “Há os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como Índia, Brasil &c os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portugues antigo”. (SILVA NETO, 1975, p. 564).

Nessa breve passagem, caracteriza o falar do Brasil como um dialeto, reconhecendo como traços distintivos do português europeu a presença de “termos das linguas barbaras e de muytos vocabulos do Portugues antigo”.

No mesmo século, em 1767, Frei Luís de Monte Carmelo, no *Compendio de orthographia*, chama a atenção, segundo apresenta Teyssier (1982, p. 77), “pela primeira vez”, para um traço fonético do português brasileiro: a não distinção entre as pré-tônicas abertas e fechadas, que se opera no português europeu por razão etimológica. Assim, não se distinguem as pré-tônicas abertas “padeiro, prègar, còrar” e as fechadas “cadeira, pregar, morar”.

Com essa breve introdução, em que se faz menção ao pensamento de quatro dos estudiosos portugueses que tocam em questões do português brasileiro, procura-se chamar a atenção para a ideia da diversidade e da pluralidade de usos que caracterizam a língua

lusitana em terras brasílicas de que, mais detidamente, se vai ocupar a Dialectologia brasileira a partir do século XIX.

Bases Históricas da Dialectologia no Brasil

Assim, a primeira manifestação que se pode caracterizar, numa visão ampla, de natureza dialetal sobre o português do Brasil deve-se a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca – um brasileiro da Bahia e Ministro Plenipotenciário do Brasil na França – e foi escrita a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi, para o seu *Atlas Ethnographique du globe*, publicado em 1826.

A partir de então, costuma-se considerar iniciada a história dos estudos dialetais no Brasil, para a qual três propostas de periodização têm sido apresentadas. A primeira, de autoria de Nascentes (1952, 1953), admite duas fases: uma primeira fase, de 1826, ano da publicação do texto do Visconde de Pedra Branca, a 1920, quando Amadeu Amaral publica *O dialeto caipira*; e uma segunda fase que vai de 1920 ao momento da publicação de sua divisão dialetal. Uma segunda proposta foi apresentada por Cardoso e Ferreira (1994, p. 37-62), que atribuem três diferentes etapas, assim entendidas: de 1826 a 1920, com os mesmos marcos admitidos por Nascentes; de

1920 a 1952 – ano da publicação do Decreto n.º 30.643, que previa a elaboração de um atlas linguístico do Brasil; e a terceira fase, que vai da data do Decreto presidencial ao momento da publicação das autoras. Mais recentemente, 2006, Mota e Cardoso propuseram uma nova periodização, em quatro fases, a qual se toma como base para as considerações históricas sobre os estudos dialetais no Brasil. Necessário, porém, se faz esclarecer: as três propostas não se opõem e as diferenças que as caracterizam são apenas aparentes. Resultam dos marcos finais, impostos pela própria data de publicação pelos seus respectivos autores, data que funciona como termo *ad quem* de suas respectivas proposições.

• Primeira fase

A primeira fase recobre um século e se estende de 1826 a 1920, data da publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. Os trabalhos produzidos direccionam-se para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil. São dicionários, vocabulários e léxicos regionais, dentre os quais podem ser citados, a título de ilustração, o *Glossário de vocábulos brasileiros, tanto dos derivados como daqueles cuja origem é ignorada*, publicado pelo Visconde de Beaurepaire-Rohan na *Gazeta Literária*, de 1883 a 1884, que foi, posteriormente, em 1889,

transformado no *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1976); *O tupi na geografia nacional*, de 1901, obra de Theodoro Sampaio que se detém na contribuição das línguas Tupi ao português do Brasil; o *Glossário paraense*, publicado em 1905, com o subtítulo “Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha de Marajó”, de Vicente Chermont de Miranda, que declara, no prefácio da obra, fazer ela parte de um trabalho mais amplo, *A criação de gado no Marajó; Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*, 1912, de P. Carlos Teschauer; e *Dicionário de brasileirismos*, 1912, de Rodolfo Garcia.

Integrando esse conjunto de obras de caráter lexicográfico, constituído, basicamente, de glossários ou dicionários, que imprimem o tom da primeira fase, encontra-se um primeiro estudo de natureza mais ampla e de cunho gramatical, *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, escrito pelo brasileiro José Jorge Paranhos da Silva (1879), que trata dos diferentes aspectos da variação do português do Brasil *versus* o português de Portugal e faz na sua obra sugestiva dedicatória: “Aos moços que, se tendo ido formar em Coimbra, dizem que querem outra vez ser considerados como nascidos no Brasil, offereço esta comparação da nossa maneira de falar com a dos actuaes Portuguezes.”

Inicia o seu estudo tratando da pronún-

cia dos vocábulos, apontando características de uma e de outra das modalidades de uso da língua – a portuguesa e a brasileira –, para apresentar, ao final do capítulo I, da Parte I, uma conclusão que define a sua visão da pronúncia brasileira, como se lê à página 14:

Nossos vocabulos, portanto, continuarão tendo mais vogaes e mais syllabas do que os encurtados da lingua dos nossos Primos;² qualidade esta que *concorre* para dar ao luso-brasileiro aquelle *numero* ou harmonia, aquella sonoridade e aquella doçura que á mesma roubão as consoantes compostas.

Após tecer, nessa primeira parte, minuciosas considerações sobre a pronúncia brasileira, passa à segunda parte, que identifica como “Expressão do pensamento”, na qual trata de questões relativas ao léxico, à morfossintaxe e ao estilo, finalizando-a com uma singular “Tradução em luso-brasileiro de duas poesias de Garrett”, que apresenta no capítulo IV. A contribuição de Paranhos da Silva amplia-se para além desse estudo com duas outras publicações: o *Systema de orthographia brazileira* (1880) e *Algũs artigos què já forão e ôtros què ião ser publicados na REVISTA BRAZILÈIRA* (1882).

• Segunda fase

A segunda fase se inicia, em 1920, com a publicação de *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral e se estende até 1952, momento em que se dão os primeiros passos para o sistemático desenvolvimento da Geolinguística em território brasileiro. É marcada pela produção de trabalhos de cunho monográfico voltados para a observação de uma área determinada, buscando descrever os fenômenos que a caracterizam não só do ponto de vista semântico-lexical, mas também fonético-fonológico e morfossintático. Nota-se a existência da preocupação com uma metodologia de abordagem dos fenômenos orientada para o exame da realidade observada *in loco* e considerada nos seus diferentes aspectos. São, assim, produzidos estudos de caráter monográfico, dentre os quais se destacam os trabalhos de Amaral, Nascentes e Marroquim, obras iniciais do período que imprimem uma nova ótica ao exame da realidade linguística brasileira, tentam implantar uma nova metodologia de trabalho e fornecem dados nos diferentes níveis de enfoque da língua.

Publicado em 1920, *O dialeto caipira* nasceu da preocupação de Amaral com o processo de dialeção do português brasileiro,

² É a forma como se refere aos portugueses.

sobre o qual, e até àquela época, pouco se sabia ou se tinha escrito. A consciência de tal situação leva-o a assim se expressar na “Introdução” da obra:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por Autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. (AMARAL, 1976, p. 43)

Estudando uma área do Estado de São Paulo, aquela identificada como a do falar caipira, Amaral fornece, aos que a ele sucederem no tempo e no campo da investigação dialetal, a fundamentação para um trabalho sério. Chama a atenção para a necessidade de “observadores imparciais, pacientes e metódicos”, capazes de assumir uma postura metodológica que os levasse à observância da realidade *in loco*, eliminando “por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (AMARAL, 1976, p. 43). Enfeixa as suas ideias com uma preocupação, ao mesmo tempo desejo, de que se venham a realizar estudos regionais, executados com os mesmos critérios de rigidez metodológica de que se utilizou, pois, conclui: “Só assim se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos

dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um” (AMARAL, 1976, p. 44).

Dois anos depois, publica Antenor Nascentes *O linguajar carioca em 1922*, obra que, a partir da segunda edição, passa a chamar-se simplesmente *O linguajar carioca* (1953).

O autor preocupa-se, inicialmente, em definir o que entende por **falar brasileiro** e procura situar o linguajar carioca no conjunto desses falares. Imbuído da importância do conhecimento dos casos de patologia linguística, muito à moda, além-mar, naquela época, mostra a relevância do conhecimento dos dialetos e chega a emitir uma decisiva opinião: “São do mais alto valor científico os casos de patologia linguística apresentados pelos dialetos; têm mais importância do que as questiúnculas fúteis sobre colocações de pronomes e outros assuntos” (NASCENTES, 1953, p. 14).

A obra de Nascentes, além da contribuição específica que traz para o conhecimento do dialeto carioca ao estudar aspectos da fonética, da morfologia, da sintaxe e do léxico, destaca-se pela proposta, primeira, de divisão dialetal do Brasil que apresenta.

Completando esse tripé, está Mário Marroquim com *A língua do Nordeste*, publicada em 1934. Tomado de interesse pelos estudos

dialetais e preocupado com a raridade de publicações sobre essa temática, diz muito enfaticamente no primeiro capítulo da sua obra:

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridade e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral, que se fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país. (MARROQUIM, 1996, p. 9)

E procura, ele próprio, responder a esse apelo, produzindo o circunstanciado estudo sobre a língua de Alagoas e Pernambuco, área sobre a qual se debruça. Aparecida em 1934, *A língua do Nordeste* constitui-se no volume XXV da Coleção Brasileira, série V, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional. Essa edição inicia-se diretamente com o primeiro capítulo, não tendo prefácio nem apresentação. A segunda edição, em 1945, da mesma coleção e editora, traz um prefácio de Gilberto Freire, que não exagera ao afirmar:

Aquí está um livro que, sendo de filólogo, não se perde em bizantinismos de gramatiquice, esquecendo o sentimento humano, a significação psicológica, o interesse histórico dos

problemas oferecidos ou sugeridos pelas particularidades regionais de um idioma. (MARROQUIM, 1996, p. 6)

Em 1966, por ocasião do centenário do seu nascimento, fez-se uma terceira edição, no momento em que se encontram estimulados os estudos sobre a variação espacial do português brasileiro, e, como se manifesta Cardoso, em conferência de abertura da semana comemorativa, realizada em Maceió:

O meu objetivo, porém, ao fazer essas considerações, com que me preparo para concluir, foi destacar a importância do Autor no contexto dos estudos linguísticos brasileiros e mostrar a relevância de sua figura como dialetólogo, que se afirma não só pela descrição que nos oferece do dialeto de uma região do Brasil, como também, pelos princípios metodológicos que apresenta e pelas afirmações sobre a condução no levantamento e na análise dos dados que faz no curso da obra. (CARDOSO, 1997, p. 23)

Às três obras postas em destaque, reúnem-se outras que caracterizam essa segunda fase, as quais se distribuem, segundo o enfoque que as domina, em quatro grupos diferenciados (FERREIRA; CARDOSO, 1984).

No primeiro grupo, estão léxicos e glossários regionais que permanecem sendo

produzidos e dão, em consequência, continuidade ao que predominou na fase anterior, como ilustram, entre outras, as obras: *Vocabulário gaúcho*, 1926, de Roque Callage; *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul: linguagem dos praiheiros*, 1933, de Dante de Laytano; *O vocabulário pernambucano*, 1937, de Pereira da Costa.

No segundo grupo, encontram-se obras de caráter geral que analisam as questões numa perspectiva mais ampla e globalizante, como o fazem: *O português do Brasil*, 1937, de Renato Mendonça; *O problema da língua brasileira*, 1940, de Sílvio Elia; *A língua do Brasil*, 1946, de Gladstone Chaves de Melo.

Integrando um terceiro grupo se encontram estudos de caráter regional, abordando, particularmente, aspectos de uma área geográfica e fenômenos específicos de uma dada região. Inscrevem-se neste grupo, além das já postas em destaque, obras como: *O falar mineiro*, 1938, e *Estudos de Dialetologia portuguesa: a linguagem de Goiás*, 1944, de José Aparecido Teixeira; *A linguagem popular da Bahia*, 1951, de Édison Carneiro.

Por fim, vêm a constituir uma quarta vertente de interesses dialetais, nessa segunda fase, os estudos específicos sobre a contribuição africana, dentre os quais citam-se: *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933, de Jacques Raimundo; *A influência africana no português do Brasil*, 1933, de Renato Mendonça.

Figura de destaque no que se identifica como a terceira fase dos estudos dialetais no Brasil, Serafim da Silva Neto se faz presente, neste período, com uma produção da qual se destacam a *Diferenciação e unificação do português do Brasil* e *Capítulos da história da língua portuguesa falada no Brasil*, publicados em 1946 e, posteriormente, em 1950, reunidos na *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*.

• Terceira fase

A terceira fase tem como marco inicial um ato do Governo Brasileiro, a publicação do Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952 – promulgado no 131º aniversário da Independência e no 64º da República por Getúlio Vargas, tendo como Ministro da Educação e Cultura Ernesto Simões Filho –, que, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, que vinha de ser criada, assentava como a principal delas a elaboração do atlas linguístico do Brasil, como consta do parágrafo 3º:

3º – A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de

Autoria, de influências, **sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil** (grifo nosso).

Essa prioridade é retomada pela Portaria n. 536, de 26 de maio do mesmo ano, que, ao baixar instruções referentes à regulamentação do Decreto, põe ênfase na elaboração do atlas linguístico do Brasil.

Posta na letra da lei, não bastaria isso para que se viesse, de fato, a ter um outro momento na história dos estudos dialetais no Brasil. Era necessário que uma nova visão se introduzisse na abordagem dos fenômenos da variação linguística no país. E isso aconteceu graças ao trabalho de figuras pioneiras, dentre as quais se destacam Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi, que se empenharam na implantação de um novo momento para a Dialectologia brasileira: o início dos estudos de Geografia Linguística.

Antenor Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, obra em dois volumes saídos o primeiro em 1958 e o segundo em 1961, na qual estabelece, como o próprio nome sugere, passos fundamentais para o início do trabalho nesse campo. Foi um grande incentivador da realização do atlas linguístico do Brasil, sem deixar, porém, de enfatizar a importância dos estudos dialetais nas suas diferentes manifestações.

Preocupado com as questões relativas a uma política de conhecimento da língua portuguesa, Celso Cunha tinha presente a necessidade de empreender-se a execução do atlas linguístico do Brasil, reconhecendo, porém, que a impraticabilidade de realização de um atlas nacional indicava o caminho de construção de atlas regionais, posição que assume, juntamente com Serafim da Silva Neto, em 1957, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa.

O primeiro passo concreto, no campo da Geolinguística, vem a ser dado por Nelson Rossi, que publica, com a co-autoria de Carlota Ferreira e Dinah Isensee, em 1963, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

A terceira fase da história dos estudos dialetais tem, assim, como marca identificadora, o começo dos estudos sistemáticos no campo da Geografia Linguística. Não ficam, porém, ausentes desse período estudos de natureza teórica, a produção de léxicos regionais e de glossários, bem como a elaboração de monografias sobre regiões diversas.

• Quarta fase

Mota e Cardoso (2006) consideram a retomada, em 1996, de um projeto de Atlas Linguístico do Brasil, decorrido quase meio século do citado Decreto que determinava a

sua realização, como marco de uma nova fase, a que denominam de quarta fase, complementando, assim, a proposta de Ferreira e Cardoso (1994). Para tanto, fundamentam-se em alguns fatos de relevância para a Dialetoologia brasileira.

Logo de início, o surgimento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), durante o Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil, realizado em Salvador, Bahia, por iniciativa do grupo de pesquisadores em Dialetoologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, que retoma, assim, a ideia de um mapeamento linguístico geral do Brasil, faz com que 1996 se fixe como marco inicial desta quarta fase.

No período final do século XX, nas universidades brasileiras, verifica-se a implementação de pesquisas na área da Geolinguística, refletida em publicações, comunicações em congressos, trabalhos de pós-graduação e, principalmente, em projetos de atlas linguísticos regionais. A análise do crescimento da atividade nessa área demonstra, na maioria dos casos, uma ligação estreita com o Projeto ALiB, quer em função do caráter interinstitucional deste Projeto, quer pela ação deliberada dos membros do Comitê Nacional que o coordena, no sentido de ampliar o interesse pela Geolinguística e agregar um maior número de pesquisadores,

de modo a superar as dificuldades inerentes a um projeto de âmbito nacional.

De referência aos atlas regionais, comparando-se o quadro traçado em 1998, (AGUILERA, 1998), verifica-se o aumento do número de atlas publicados que passa de cinco para nove. Por outro lado, outros grupos iniciam projetos de atlas regionais e alguns atlas vêm aparecendo como teses de doutorado.

Do ponto de vista metodológico, essa nova fase coincide com a incorporação dos princípios implementados pela Sociolinguística a partir da década de 60 do século passado, abandonando-se a visão monodimensional – monoestrática, monogeracional, monogênica, monofásica etc. – que predominou na geolinguística hoje rotulada de “tradicional”.

Supera-se, assim, no final do século, também no Brasil, a verdadeira ou suposta crise da geolinguística românica contemporânea, observada por Radtke e Thun, em texto apresentado em simpósio realizado em Heidelberg, em outubro de 1991:

Os resultados principais de nosso Simpósio, que surpreenderam a alguns participantes, podem ser assim resumidos: a geografia linguística está se convertendo em uma abarcadora ciência da variação [...]. Resta-lhe conquistar os níveis mais complexos da estrutura linguística. Que mantenha, então, o olhar para

o realizável e que conserve a base empírica que a salvou de todas as crises, verdadeiras ou supostas (RADTKE E THUN, 1996, p. 49).

Na geolinguística pluridimensional contemporânea, soma-se ao parâmetro diatópico, prioritário em trabalhos dessa natureza, o interesse por outros tipos de variação, como a diaçenérica, a diastrática, a diageracional, entre outras. E, para atender a tal exigência, incluem-se informantes dos dois gêneros, de diferentes estratos sociais e de mais de uma faixa etária, em lugar do tradicional “homem adulto, rurícola, analfabeto e sedentário” – o HARAS, como o identifica Zágari (1998, p. 36) ou NORM, segundo (CHAMBERS e TRUDGILL, 1994, p. 57).

A nova fase da Geolinguística se faz notar, ainda, como afirmam Mota e Cardoso (2006, p. 23): a) pela ampliação do campo de estudo, que não se restringe mais aos dados fonético-fonológicos e léxico-semânticos, como, em geral, nos atlas tradicionais, incorporando dados morfossintáticos, pragmático-discursivos, metalinguísticos, e outros, tal como previsto na metodologia do Projeto ALiB e em alguns projetos em andamento; b) pela própria apresentação dos dados que nos atlas atuais, ditos de 2ª e 3ª geração, se fazem acompanhar de comentários linguísticos e de CDs que reproduzem a voz do informante, na localidade em que ela foi registrada.

A Dialectologia no Brasil – e também no mundo – está em franco processo de crescimento e, na atualidade, muitos são os que se vêm dedicando aos estudos dialetais.

Tributo aos Nossos Maiores

Dessa vasta lista que pôde ser arrolada, ao se buscarem as raízes da Dialectologia no Brasil, quatro nomes se impõem naturalmente: Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi.

• Antenor Nascentes

Lexicógrafo, etimólogo, filólogo e dialetólogo, Antenor Nascentes é presença marcante nos estudos de língua portuguesa. É, porém, do Nascentes dialetólogo que se quer trazer, em especial, a voz a este capítulo.

Autor de um dos primeiros estudos monográficos, *O linguajar carioca em 1922*, descreve, de forma acurada, o falar do Rio de Janeiro, trazendo informações de ordem fonético-fonológica, morfossintática, lexical. Enriquece o seu livro com a apresentação de uma proposta de divisão dialetal do Brasil a que declara ter chegado depois de haver realizado “o ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá” (NASCENTES, 1953, p. 24). Essa divisão, primeira a ser proposta em bases

estritamente linguísticas, é a única que, até o presente, existe. A ausência de dados descritivos e em nível nacional sobre o português do Brasil impossibilita testar, com fundamento em dados atuais, os limites que estabelece. Nada obstante, respaldada nos dados que o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963) e o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977) oferecem, Cardoso (1986) examinou a realidade dessa área no que se refere à realização das vogais médias pré-tônicas – um dos fatos tomados por Nascentes como parâmetro para a sua divisão – e os limites a que chegou coincidem com os traçados por Nascentes em 1922. Essa constatação evidencia a pertinência, ainda hoje, da divisão por ele estabelecida, pelo menos no que se refere a essa área considerada.

A visão do dialetólogo ia muito mais longe, e entendia que o conhecimento real do português do Brasil só seria alcançado no momento em que se tivesse descrito a língua em todas as suas modalidades existentes no território nacional.

Publica, então, as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, obra em dois volumes saídos o primeiro em 1952 e o segundo em 1961, na qual estabelece, como o próprio nome sugere, passos fundamentais para o início do trabalho nesse campo. Discute, na pequena introdução, as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país,

mas reconhece a impossibilidade de sua concretização nesses termos entre nós, argumentando com a vastidão do nosso território e a dificuldade de acesso aos diferentes pontos, assim se manifestando:

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto [...]. (NASCENTES, 1958, p. 7)

Reúne, nas suas *Bases*, informações fundamentais para o início de um trabalho no campo da Geolinguística, após recomendar que os atlas regionais sejam inicialmente feitos onde já se tenham realizado sondagens sobre quatro pontos fundamentais para a realização da pesquisa dialetal que, assim, define: a anotação de dados sobre o informante, as notas sobre a localidade, o questionário e a escolha das localidades. Apresenta os instrumentos necessários para o desenvolvimento do trabalho: o questionário organizado em áreas semânticas e, “em caráter provisório”, como indica, uma rede de pontos distribuídos pelos diferentes estados, declarando estar “sujeita ao parecer do técnico encarregado de dirigir

os trabalhos em cada região, na qualidade de melhores conhecedores do terreno” (NASCENTES, 1958, p.19).

Destaca-se da obra a indicação da rede de pontos considerada, pode-se dizer, obrigatoriamente, por todos que se empenham em definir localidades para a constituição de uma pesquisa dialetal. Para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, para ilustrar a importância dessa consulta, foram analisadas todas as indicações feitas por Nascentes e mantidas aquelas cuja pertinência se evidenciava. Trabalho aprofundado de estudo da rede Nascentes vem sendo feito por Teles (2007), particularmente em função da sua relação com os pontos ALiB.

● **Serafim da Silva Neto**

Continua ecoando, entre os pesquisadores da área, a afirmação com que Serafim da Silva Neto abre a “Introdução” do seu *Guia para estudos dialectológicos*:

No Brasil, terra onde estão em princípio os estudos de Filologia Românica, é preciso, antes de mais nada, criar mentalidade dialectológica, preparando um ambiente favorável às pesquisas de campo. Desde 1943 dedicamos grande atenção à Dialectologia, seus problemas e métodos, nos cursos da Universidade Católica. (SILVA NETO, 1957, p. 9)

Convicto do que afirmava, exerceu durante toda a sua vida o que Nelson Rossi costuma denominar e referir nas suas aulas como um “verdadeiro apostolado” em prol da Dialectologia brasileira. A ação de Silva Neto se faz presente na vasta lista de publicações, nas inúmeras conferências e cursos que ministrou por diferentes pontos do país e na *Revista Brasileira de Filologia*, por ele dirigida até a sua morte.

Defendeu, como afirmam Ferreira e Cardoso (1994, p. 46), a cada momento, a urgência de se estudarem os falares brasileiros e fez, nesse sentido, criteriosas recomendações. Assim, sugeria que nas Faculdades de Filosofia – onde, naquele tempo, se situavam, obrigatoriamente, os estudos das Letras – se realizasse a cada ano um curso de Dialectologia Brasileira e que os professores procurassem encaminhar os seus alunos para esse gênero de pesquisa, chamando a atenção para a importância de se estabelecerem relações e interfaces entre os investigadores da língua e os da Antropologia Social.

Procurou, por outro lado, definir muito claramente o que considerava tarefas urgentes para o desenvolvimento e concretização dos estudos dialetais no Brasil, assim apresentadas no seu *Guia* (1957, p.11):

- a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método;

- b) recolha de vocabulários com todas as exigências técnicas;
- c) monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas “esferas semânticas”;
- d) monografias etnográfico-linguísticas sobre falares;
- e) atlas regionais;
- f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (Atlas Nacional).

Foi um grande incentivador da realização do atlas linguístico do Brasil sem deixar, porém, de enfatizar a importância dos estudos dialetais nas suas diferentes manifestações, chamando a atenção para a importância dos estudos monográficos que ganham em profundidade.

A sua posição dá a medida exata do que é o trabalho de cunho dialetológico, de como deve ser feito e da importância de que se reveste cada etapa, cada forma de sua realização. Em suma: há lugar para tudo e para todos desde que o objetivo seja a língua na sua diversidade e examinada segundo parâmetros rigorosamente estabelecidos.

• Celso Cunha

Comprometido com a língua portuguesa,

Celso Cunha manifestou a sua preocupação com as questões relativas à implantação de uma política que levasse a um melhor conhecimento da nossa realidade linguística. Assim, empenhou-se em diferentes frentes, focalizando diversificados problemas relacionados às questões da descrição do português brasileiro, ao conhecimento das diferentes normas em vigor no país, à melhor condução do ensino e aprendizagem da língua materna.

A dois, dos muitos campos em que atuou, procura-se dar destaque: o Celso Cunha sociolinguista e o Celso Cunha dialetólogo.

A Sociolinguística no Brasil encontrou nele um grande empenho pela sua implementação. Foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil (Projeto NURC), cujos frutos vêm sendo colhidos, não é exagero afirmar, *urbe et orbe*, pois numerosos trabalhos vêm sendo produzidos com base no vasto *corpus* de que dispõe esse Projeto, em nosso país e fora dele.

Antes, porém do Celso Cunha sociolinguista estava o Celso Cunha dialetólogo. Tinha muito clara e presente a necessidade de empreender-se a execução do atlas linguístico do Brasil e já em meados do século XX, reconhecendo a impraticabilidade, naquele momento, de realização de um atlas nacional, indicava o caminho de construção de atlas regionais. Essa é a posição que assume,

juntamente com Serafim da Silva Neto, em 1957, por ocasião do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa. Tornou-se um incentivador da Geografia Linguística no Brasil e acompanhou, de tão perto quanto a distância o permitiu (FERREIRA; CARDOSO, 1984, p. 47), pelo menos o *Atlas Prévio dos falares baianos* e o *Atlas Linguístico de Sergipe*.

• Nelson Rossi

Nelson Rossi chegou a Salvador em 1955 e teve um objetivo inicial: instalar na Universidade Federal da Bahia um laboratório de fonética, aproveitando-se das experiências adquiridas no Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra. Esse, porém, não foi o seu único objetivo. A Dialeto-
logia se constituía numa das suas outras vertentes e a ela dedicou-se com afinco e com um pensamento muito claro que passou a todos os seus seguidores: “É, talvez mais que tudo, fazer desde já o melhor que pudermos, com o senso de realismo sem o qual não há nenhuma esperança para a Dialeto-
logia e conscientes de que esta só se aprende a fazer... fazendo” (ROSSI, 1967, p.112).

Ao caracterizar o âmbito da Dialeto-
logia, a cujo estudo se dedicou intensamente, Rossi chama a atenção para a natureza eminentemente “contextual” de que se reveste, assumindo, assim, a interpretação da validade

das ausências de informação, o significado do confronto entre registrado/não-registrado, fato para o qual, muito apropriadamente, dá destaque, ao afirmar que:

Convirá, porém, nunca esquecer que a Dialeto-
logia é essencialmente contextual: o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou outra área. (ROSSI, 1967, p. 104)

Inicia Rossi a sua empreitada diale-
tológica na Bahia, tornando-se pioneiro na aplicação da Geografia Linguística no Brasil e colocando-se entre os que, com maior rigor científico e precisão metodológica, se empenharam na implantação dos estudos dialetais.

Cria um grupo de pesquisa, na segunda metade dos anos 50, no século XX, o qual permanece, até a presente data, atuando na área, com produção continuada da qual se destacam o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, ISENSEE, FERREIRA, 1963), o *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA et al, 1987), *A Dialeto-
logia no Brasil* (FERREIRA; CARDOSO, 1994), *O léxico rural. Glossário. Comentários* (CARDOSO; FERREIRA, 2000) e o *Atlas Linguístico de Sergipe-II* (CARDOSO, 2005),

além de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, orientadas nessa linha de pesquisa – por Rossi e, em continuidade, pela sua equipe –, a que se juntam trabalhos publicados em revistas e livros e/ou apresentados em congressos. Destaque se faz mister para duas das atividades do grupo. A primeira, em 1958, quando Rossi se desloca de Salvador para Porto Alegre, com um grupo de estudantes, e apresenta com eles a comunicação “Comércio de ervas medicinais na Feira de Água de Meninos”, no I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia Era, ao que registra a história da UFBA, o primeiro trabalho de estudantes de Letras levado a um congresso internacional. A essa primeira atitude de envolvimento dos estudantes no trabalho de pesquisa, necessário se faz acrescentar outra, logo a seguir documentada, referente à edição crítica do *Livro das Aves*, feito com a participação dos estudantes que se licenciaram em 1961 e publicado em 1965. O segundo destaque cabe ao empreendimento de realização do Atlas Linguístico do Brasil, projeto que retoma antigo desejo da comunidade linguística brasileira, levado a efeito por iniciativa da Equipe de Dialectologia criada por Rossi, na Bahia.

Sem se apresentar, inicial e explicitamente, como defensor e divulgador de uma Dialectologia Pluridimensional, teve sempre muito nítida a relação entre os fatos espaciais

e os fatos sociais, o que fica muito claro em uma de suas muitas afirmações, como nesta, feita em 1984:

O que, entretanto, apesar de cristalinamente óbvio me interessa destacar por relevante para o nosso ambiente científico e cultural é que os lugares, as áreas, não existem nas ciências humanas como espaços físicos em si, mas como espaços sociais. Definem-se não por coordenadas no fundo astronômicas ou geofísicas, mas pelos traços histórico-culturais das sociedades humanas ou segmentos delas que os ocupam. (ROSSI, 1984, p. 106)

Imbuído desse pensamento, realiza as investigações para o primeiro atlas linguístico do Brasil – o *Atlas Prévio dos falares Baianos* (1963) – e a coleta de dados se faz com o controle de variáveis diatópica, diagenérica e diageracional. Ainda que nas cartas linguísticas prevaleça a informação da distribuição geográfica, a identificação que faz dos informantes, em cada ponto específico, permite o resgate de dados sociais e possibilita o controle exato do gênero e da idade, a que se junta a identificação do grau de escolaridade estabelecido, nada obstante o nível de escolaridade ter sido o mesmo para todos os entrevistados – pouca ou nula escolaridade.

De forma explícita, a pluridimensionalidade vai aparecer no *Atlas Linguístico de*

Sergipe (1987), também feito sob a sua orientação. Para este atlas, há nas próprias cartas a indicação de gênero, além da localização do falante no espaço geográfico. Tal fato o tem colocado como o primeiro atlas pluridimensional brasileiro (THUN, 2000)

Sua visão da Dialetoлогия, porém, não se restringe aos atlas linguísticos. Volta-se para a chamada Dialetoлогия Vertical, e implanta no Brasil o primeiro grande projeto de cunho sociolinguístico, O Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Linguística Culta do Brasil, iniciado em 1969.

Rossi, apresentou-se, assim, um pesquisador polivalente – foneticista, dialetólogo, crítico textual, sociolinguista, cujo mérito maior se sobressai na sua capacidade de socialização do saber, de construção coletiva da ciência e de harmonização no trabalho científico, traços que geraram, sem a menor dúvida, a Equipe de Dialetoлогия da UFBA.

A Geolinguística no Brasil

A Geolinguística no Brasil está em franco desenvolvimento. O crescimento dos estudos de Geolinguística no mundo se vê repetido no desenvolvimento que este ramo dos estudos da linguagem vem alcançando no Brasil.

Começados no continente europeu, com o relevante trabalho de Gilliéron, o *Atlas*

Linguistique de la France (1902-1910), os estudos geolinguísticos vêm se expandindo e alcançando todas as partes. A Europa se faz pioneira nos diferentes processos metodológicos utilizados. Produz atlas linguísticos nacionais, regionais, de famílias de línguas e, por fim, o monumental atlas de todo o continente europeu, o *Atlas Linguarum Europae* (1983-), mostrando, assim, as diferentes formas de abordagem do espaço geográfico. Entende que à variável diatópica se juntam outras – as variáveis sociais – que podem explicar e aclarar os caminhos que a língua assume em determinada região e em determinada época. Aparecem, dessa forma, os atlas com controle das variáveis sociais, o que mostra a passagem de uma Dialetoлогия monodimensional, ou seja, voltada para a informação diatópica, para uma Dialetoлогия pluridimensional que associa à variação espacial as variáveis sociais, permitindo estabelecer-se, assim, para um mesmo espaço, graus de diferenciação no uso da língua, decorrentes da ação do gênero, da idade e do estrato sociocultural sobre os falantes. Entende que é preciso não só tomar conhecimento da realidade descrita, mas é prudente escutar-se, de viva voz, o que diz o informante documentado na área. Aparecem, então, os “atlas parlants” que permitem ouvir-se a informação diretamente emitida por cada informantes documentado. Introduce, na cartografia dos dados, as cartas motivacionais

que reúnem, produtivamente, dados simultâneos das mais diversas línguas, como sucede com o *Atlas Linguarum Europae*. Fora da Europa, lança Labov (2006) o seu *Atlas of North American English* (ANAE) que traz uma amostra dos dialetos regionais do inglês falado nas áreas urbanas dos Estados Unidos e do Canadá, revelando, assim, os passos geolinguísticos do fundador da Sociolinguística quantitativa.

Debaixo desses ares, nasce e cresce a Geolinguística no Brasil.

Primeiramente, a preocupação com o atlas linguístico do Brasil, em meados do século XX, de que resultam três ações concretas para o seu encaminhamento:

- a) O Decreto n. 30.643 do Governo Brasileiro, de 20 de março de 1952, que determinava a elaboração do atlas linguístico do Brasil.
- b) A iniciativa de preparação de uma equipe executora traduzida no esforço em trazer ao Brasil Sever Pop, autor da monumental obra *La Dialectologie*, para ministrar um curso que, de fato, aconteceu em 1954, e mereceu de Hampejs o seguinte comentário:

Un atlas linguístico se está proyectando en el Brasil (su abreviatura es ALB), impulsado por Sever Pop en las conferencias de agosto y septiembre de 1954, dadas en el Centro

de Pesquisas Rui Barbosa: de este modo la Dialectología, que en el Brasil ha estado hasta ahora dominada por los "dilettanti", será en adelante irigida científicamente. Sin embargo, el Gobierno brasileño no ha proporcionado todavía una subvención adecuada a esse atlas "linguístico, folklórico y onomástico" (HAMPEJS, 1958, p. 130)

- c) A decisão política dos dialetólogos brasileiros, em especial, Antenor Nascentes, Celso Cunha e Serafim da Silva Neto, no sentido de que se abandonasse, a princípio, a ideia de um atlas linguístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, e se empreendesse a realização de atlas linguísticos regionais, factíveis, do ponto de vista desses pesquisadores, por envolverem distâncias menores e mais facilidade de deslocamento, além da redução de custos, como, objetivamente, afirma Nascentes (1958, p. 7):

Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto [...]

Nasce, nesse ambiente, a Geolinguística brasileira, seguindo rigorosamente o conselho de Nascentes: começar pelos atlas regionais. E assim o foi.

Atlas Linguísticos Publicados

Nelson Rossi assume atitude pioneira e publica, em tempo recorde, com a co-autoria de Dinah Isensee e Carlota Ferreira, o primeiro atlas regional brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, cuja recolha de dados se deu entre 1960 e 1961 e a publicação em 1963.

Recobre todo o Estado da Bahia, com uma rede de 50 localidades, que se distribuem pelas diferentes áreas geográficas e culturais, treze das quais coincidentes com os pontos, num total de 30, sugeridos por Nascentes nas suas *Bases*.

O *questionário linguístico* usado nas localidades da Bahia é de pouca extensão e tem um total de 179 perguntas, selecionadas a partir de material recolhido anteriormente em quatro localidades, onde foi aplicado um questionário experimental de cerca de 3.600 itens. As perguntas que compuseram o Extrato de Questionário do *APFB*, agrupadas por área semântica, foram aplicadas mediante a formulação indireta, todavia introduziu-se, na investigação de campo, um comportamento

metodológico não usual em trabalhos dessa natureza. Após a aplicação integral do questionário, não obtidas certas respostas e já familiarizados, como estavam todos os inquiridores, com tais expressões regionais recolhidas em outras áreas quando da aplicação do questionário amplo de caráter experimental, perguntou-se diretamente ao informante se ele conhecia a expressão em questão. Fosse qual fosse a resposta, esse dado foi controlado e a resposta obtida através do que se convencionou chamar de teste de identificação direta foi cartografada ou não, a depender da caracterização fornecida pelo informante.

Nos inquéritos para o *APFB*, as respostas foram anotadas imediatamente, após ouvidas do informante, em transcrição fonética, usando-se, assim, o método direto, pela dificuldade de contar, àquela altura, com gravadores portáteis e com autonomia de corrente.

Os informantes, em número de 100, contemplam ambos os gêneros. Os inquiridores do *APFB*, além do seu coordenador Nelson Rossi, foram oito licenciadas recém-formadas que, ainda como estudantes, tiveram ampla formação, não apenas teórica, mas também prática, em Dialetoлогия e no método da Geolinguística.

O atlas constituiu-se de um conjunto de 209 cartas, assim distribuídas: 198 cartas linguísticas, 44 das quais são resumos das cartas fonéticas, e 11 cartas introdutórias que

fornecem dados complementares de caráter geral. As cartas linguísticas vêm acompanhadas de notas que contêm ou o discurso dos autores ou o discurso dos informantes; estas últimas, sem dúvida, as mais importantes, pois ampliam os dados linguísticos não apenas no nível do léxico ou da fonética mas também da morfossintaxe, e transmitem melhor o ambiente cultural em que vive o informante.

O *APFB*, ao lado dos dados estritamente linguísticos, traz nas suas cartas dados etnográficos, muitos deles acompanhados de ilustrações de objetos segundo a descrição que apresentavam os informantes ou pela exibição que deles faziam. Ilustram esse aspecto as cartas de número 49, 53, 70, 116, 142, 143 e 152.

Complementarmente, introduz o *APFB*, ao lado das cartas majoritariamente onomasiológicas, cartas semasiológicas, que, partindo da forma, assinalam os diferentes significados de que se reveste na área considerada. Sobre cartas de tal natureza, comenta Alinei: “Accanto all’onomasiologia, la geolinguistica conosce anche la ‘semasiologia’, una forma de cartografia molto meno praticata ma non meno interessante, in cui si parte dalla forma per arrivare al significato.” (ALINEI, 1994, p. 24).

O *Atlas Linguístico de Sergipe (ALS)*, embora publicado somente em 1987, quanto à recolha de dados e preparação de cartas,

segue-se imediatamente ao *APFB* e tem os seus originais prontos para impressão desde 1973. Foi executado pelo grupo de pesquisadores da Bahia, tendo como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. A escolha do Estado de Sergipe para dar prosseguimento ao trabalho feito na Bahia deve-se à continuidade geográfica, à maior facilidade de acesso, pois foi realizado pela mesma equipe de pesquisadores do *APFB*, e ao fato de estar incluído na área do “falar baiano”, segundo a divisão de Nascentes (1953).

O *ALS* dá mais alguns passos à frente na metodologia adotada no *APFB*, a saber:

- a) Aplicação de inquéritos preliminares, gravados, em todas as 15 localidades que constituíram a rede de pontos
- b) Maior amplitude do questionário em relação ao aplicado na Bahia, com cerca de 700 perguntas.
- c) Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo de garantir maior homogeneidade nos inquéritos.
- d) Inclusão, em cada ponto, de informantes dos dois gêneros, com controle cartográfico dessa variável sociolinguística.

Os inquéritos definitivos foram reali-

zados em 1966 e 1967 e perfazem um total de 150 horas de gravação. Desse material foi examinada, prioritariamente, a parte correspondente às cartas do *APFB*, do que resultou um conjunto de 171 cartas linguísticas, sendo 12 duplas – as cartas Bahia-Sergipe –, pois conjugam aos dados recolhidos em Sergipe e os da Bahia que não foram cartografados no *APFB*.

Complementando a área dos “falares baianos” (NASCENTES, 1953) e tendo como autores José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio, o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)*, volume I, foi concebido em quatro volumes dos quais se publicou o primeiro em 1977, estando os demais no prelo.

A metodologia seguida utilizou-se de inquéritos aplicados diretamente nos pontos selecionados e de inquéritos por correspondência. Os primeiros foram realizados em 116 municípios, e a pesquisa por correspondência, quando se publicou o volume I, já havia atingido 302 localidades que responderam a questões cuja finalidade era comprovar, no domínio do léxico, a validade ou não de isoléxicas traçadas a partir de dados colhidos diretamente.

O volume I do *EALMG* constitui-se de 73 cartas, 45 das quais são cartas onomasíológicas, com dados exclusivamente lexicais ou léxico-fonéticos, recobrando as áreas semân-

ticas “tempo” e “folguedos infantis”, e as demais fornecem isófonas e isoléxicas de fenômenos destacados.

Ampliando a área recoberta pelos estudos geolinguísticos no Nordeste, o *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)*, de autoria de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, está concebido em três volumes, dos quais os dois primeiros foram editados em 1984.

Constituem pontos do atlas 25 municípios, escolhidos como base, e mais três outros, considerados municípios-satélites, para cada uma das localidades inquiridas que servem como instrumento de controle dos dados registrados e, por isso, não figuram nas cartas. Em cada localidade foram inquiridos um mínimo de três informantes e um máximo de dez, todos eles com idade compreendida entre 30 e 75 anos. O questionário aplicado compõe-se de duas partes: uma geral, com 289 perguntas, e outra específica, com 588 questões.

O *ALPB* apresenta um conjunto de 149 cartas lexicais e/ou fonéticas, precedidas da parte introdutória referente à metodologia.

Enfeixando o conjunto de atlas regionais produzidos no século XX, está o *Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)*, de autoria de Vanderci de Andrade Aguilera, publicado em 1994, em dois volumes.

No primeiro volume, vem exposta a

metodologia seguida, a descrição das localidades, em número de 65, a caracterização dos informantes, que perfazem um total de 130, a apresentação das cartas e um glossário das formas cartografadas e registradas em notas às cartas. No segundo volume, está o conjunto de cartas linguísticas, num total de 191, das quais 92 são lexicais, 70 fonéticas e 29 oferecem traçados de isoglossas.

Aguilera teve a louvável preocupação de ampliar as possibilidades de uma análise comparativa dos dados do *ALPR* com os dos atlas já publicados e, em função disso, introduz, no questionário de que se utiliza perguntas comuns aos outros atlas, do que resultou a apresentação de cartas coincidentes com as dos demais.

A esses cinco atlas publicados na segunda metade do século XX vêm se juntar mais quatro que aparecem na primeira década do século XXI, ampliando, assim, a configuração da Geolinguística brasileira.

Em 2002 aparecem os dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, que tem como organizadores Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen e se circunscreve aos três estados do extremo sul, com uma rede constituída de 275 localidades para a área rural – 100 pontos do Paraná, 95 do Rio Grande do Sul e 80 de Santa Catarina – e, para a rede urbana, mais 19 pontos – 6 do

Paraná, 6 de Santa Catarina e 7 do Rio Grande do Sul. Em cada ponto foram documentados informantes dos dois gêneros.

Apresenta, no volume de Introdução, um conjunto de informações relativas à origem, natureza e objetivos do atlas, a que se seguem dados de natureza metodológica e atinentes aos questionários utilizados, à rede de pontos, aos informantes e inquiridores e ao tratamento cartográfico que receberam os dados coletados. O segundo volume contempla resultados dos questionários fonético-fonológico e morfossintático, merecendo destacar-se o conjunto de informações relativas às áreas de colonização.

O ano de 2004 marca o aparecimento do primeiro atlas sonoro brasileiro, o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALISPA)*, coordenado por Abdelhak Razky. Contempla dados de dez localidades que representam as seis mesorregiões do Pará, reunindo informações de um conjunto de quatro informantes, por localidade, selecionados com controle das variáveis sexo, faixa etária e escolaridade. O *ALISPA* tem o mérito de, ao incluir a própria fala dos informantes, assegurar, como afirma Razky (2005, p.222) “uma interação melhor entre o que existe (transcrição) e o que pode mudar (caso o usuário não concordar com uma transcrição)”.

No ano seguinte, 2005, Suzana Alice Marcelino Cardoso publica o *Atlas Linguístico*

de *Sergipe-II (ALS-II)*. Centrado na área semântica *HOMEM*, apresenta um conjunto de 108 cartas, das quais três são introdutórias e as demais semântico-lexicais, e se caracteriza pelo aspecto bidimensional que se imprime aos dados cartografados. Aliada à variável diatópica, comparece nas cartas linguísticas a sistemática informação de gênero, complementada por gráficos que apresentem os percentuais de ocorrência, levando em consideração a variação de usos e o gênero do informante.

Traz o *ALS-II* uma outra inovação, em relação aos atlas nacionais publicados: um conjunto de comentários às cartas e um índice onomasiológico das formas documentadas. A adoção de tais princípios metodológicos coloca esse atlas entre os denominados “atlas de segunda geração”.

Enfeixa esse conjunto o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)*, organizado por Dercir Pedro de Oliveira e publicado em 2007. Apresenta o *ALMS* um conjunto de cartas fonéticas, cartas semântico-lexicais e cartas morfossintáticas com informações de uma rede de pontos constituída de 32 localidades. Os informantes, em número de quatro por ponto, foram selecionados com o controle das variáveis gênero e grau de escolaridade.

Atlas Linguísticos em Andamento

A esses atlas publicados, juntam-se

outros tantos em andamento e em diferentes estágios de construção. Alguns, iniciados há bastante tempo, têm sofrido as dificuldades inerentes à pesquisa e não lograram, ainda, facultar a sua informação ao grande público. Outros, iniciados mais recentemente, refletem diferentes estágios da caminhada geolinguística. Assim, estão em curso, e aqui vêm citados, seguindo a distribuição geográfica no sentido Norte-Sul, os seguintes projetos de atlas linguísticos regionais: *Atlas Linguístico do Pará*, *Atlas Linguístico do Maranhão*, *Atlas Linguístico do Ceará*, *Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte*, *Atlas Linguístico do Mato Grosso*, *Atlas Linguístico do Acre*, *Atlas Linguístico do Rio de Janeiro*, *Atlas Linguístico de São Paulo* e o *Atlas Linguístico do Espírito Santo*. Dos atlas em andamento, dá-se destaque ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

Projeto Atlas Linguístico do Brasil

A esses atlas de cunho regional vem juntar-se um projeto de caráter nacional, o *Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB)*, empreendimento de maior amplitude que tem por meta a realização de um atlas geral no Brasil no que diz respeito à realidade da língua portuguesa. Desejo que permeia a atividade dialetal no Brasil, pelo menos desde 1952, ganha corpo, a partir de iniciativa do grupo

de pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Mais uma vez a UFBA assume atitude pioneira ao empreender a concretização dessa proposta que se realiza como projeto conjunto que envolve dezesseis instituições universitárias brasileiras.

A retomada da ideia de realização de um atlas linguístico nacional foi aprovada, em novembro de 1996, por ocasião da realização, em Salvador, do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, com a participação de pesquisadores da área de diferentes regiões brasileiras e com o assessoramento do Prof. Michel Contini, da Universidade de Grenoble. Concebido como um projeto nacional, assenta-se a filosofia do *Projeto ALiB* numa base fundamental e necessária que precede a própria idealização do Projeto: a sua execução não vem de encontro aos atlas regionais nem se interpõe como obstáculo à continuidade de investida nessa dimensão geográfica. Ao contrário, é consensual o entendimento de que os atlas regionais foram e continuam sendo do maior interesse, porque a eles compete penetrar mais densamente na realidade de cada rincão, perscrutando as particularidades da realidade cultural da área, atuando de forma extensiva e, também, mais intensivamente.

A implantação e o desenvolvimento do *Projeto ALiB* se constitui, assim, em substancial contribuição para o entendimento da língua e

de suas variantes, eliminando visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causando, desse modo, ao ensino e aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos.

Foi, dessa forma, concebido um projeto, fundamentado nos princípios gerais da Geolinguística e atento às implicações de natureza social de que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar, com objetivos bem definidos como vêm apresentados no *Projeto ALiB* (2001), os quais se direcionam para quatro grandes linhas:

- I A descrição da realidade espacial e, conseqüentemente, a busca de definição de áreas dialetais demarcáveis através de isoglossas;
- II O fornecimento de dados que possam contribuir para o aprimoramento do ensino-aprendizagem da língua materna;
- III A indicação de caminhos que explicitem a interface entre os estudos geolinguísticos e os demais ramos do conhecimento, sobretudo trazendo elementos da língua que possam aclarar questões de outra ordem do saber cientificamente organizado;
- IV E, por fim mas não em último lugar, o reconhecimento, ou melhor, a apresentação do português brasileiro

como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Com tal concepção, buscou-se o caminho de uma metodologia que permitisse alcançar o alvo colimado, para o conhecimento da qual se destacam: a estrutura organizacional do Projeto, coordenado por um Comitê Nacional, a rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários linguísticos, a realização de inquéritos linguísticos experimentais, a formação de inquiridores e as reuniões nacionais de coordenação, bases metodológicas que estão descritas em duas publicações do *Projeto ALiB – Documentos I. Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (2004) e *Documentos II. Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (2006).

O panorama da Geolinguística no Brasil, que se vem de esboçar, atesta a vitalidade da área, a importância dos estudos dialetais e o compromisso dos pesquisadores com a construção da Dialetologia brasileira.

Contribuição da Geolinguística para o Ensino e Aprendizagem da Língua Materna

Em 1965, o sempre lembrado dialetólogo José Pedro Rona fez uma afirmação que mostra

a importância dos estudos dialetais para o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem da língua materna. Assim se expressa o autor:

Entendemos que entre la investigación dialectológica y la enseñanza de la lengua materna pueden encontrarse puntos de contacto y relaciones en varios planos y aspectos, pero ellos pueden reducirse a dos principales direcciones: primero, la dialectología ayuda a determinar las características del lenguaje que el niño trae consigo como lenguaje primario antes de que le sea enseñada la forma literaria, académica o simplemente culta de su lengua materna; segundo, a determinar las características del lenguaje que representa la forma literaria, académica o simplemente culta de esta lengua materna. (RONA, 1965, p. 333)

Das palavras de Rona merece destaque a afirmação: “la dialectología ayuda a determinar las características del lenguaje que el niño trae consigo como lenguaje primario antes de que le sea enseñada la forma literaria”. Com essas palavras, chama o autor a atenção para o papel que vem desempenhando a Dialetologia, em toda a sua história, no reconhecimento das individualidades linguísticas e no respeito por elas, harmonizando-se, estreitamente, com o pensamento de Grimm que, em 1812, enfatizava

a importância dos diferentes usos e a necessidade de reconhecer-se o que de particular existe em cada dialeto e o dever de proteger cada um deles de todo tipo de “violência”, como expresso no seguinte fragmento:

Toute individualité doit être tenue pour sacrée, même dans le langage; il est à souhaiter que chaque dialecte, fût-ce le plus petit, le plus méprisé, soit abandonné à lui-même, que toute violence lui soit épargnée car il a certainement ses supériorités cachés sur les plus grands et les plus estimés. (J. GRIMM, 1812 apud POP, 1950, p. XXXI)

Pautada por esse ideal e movida por tal objetivo, vem a Dialetoлогия explorando as áreas linguísticas em diferentes perspectivas e retratando-as, particularmente, com a aplicação do seu método por excelência, a Geografia Linguística, o que a tem levado a perseguir os espaços linguísticos sob diferentes ângulos.

Se o espaço é a dominância da Dialetoлогия, a preocupação com os efeitos da variação social torna-se, também, modernamente, um veio a estudar. Aos dados inicialmente perseguidos – os diatópicos – juntam-se aqueles de ordem diagenérica, diageracional, diastrática, diafásica, diarreferencial. Não basta saber **onde se fala**, é preciso ir mais adiante, traçando o perfil de **quem fala** o que

poderá vir a permitir responder-se a indagações do tipo **por que se fala**.

Assim, **onde**, **quem** e **por que** são três níveis de informação, buscados pela Dialetoлогия, que têm profundas implicações linguísticas e sociais. Não se fala uma mesma língua do mesmo modo e em todos os lugares e essa é uma verdade que perpassa a história dos povos. O próprio Fernão de Oliveira (1936), em pleno século XVI, já chamava a atenção para esse aspecto no território português, ao reconhecer que

As dições usadas são estas que nos servem a cada porta [...] E porém de todas elas, ou são geraes a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz entre officios e tratos [...] ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm hu)as falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Entre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. (OLIVEIRA, 1936 apud OLIVEIRA, 2000, p. 131)

A natureza da inserção do falante na comunidade em que se encontra instalado, o seu perfil sociocultural e as características biossociais que o individualizam – sexo, faixa etária, escolaridade, grau de integração social, entre outros – findam por atribuir-lhe ca-

racterísticas linguísticas cuja explicação se localiza para além das diferenças geográfico-espaciais e das quais se tem, também, ocupado a Dialetoлогия.

O conhecimento das diferentes situações linguageiras do país, o comportamento dos utentes diante de cada uma das possibilidades de uso e o entendimento dessa pluralidade de formas que convivem constituem-se, na atualidade, preocupação dos estudos dialetais.

Assim concebida, a Dialetoлогия se afigura como instrumento auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de uma língua, particularmente da língua materna, pelos instrumentos que pode oferecer ao aperfeiçoamento do processo de ensino fornecendo elementos que permitam a sua adequação à realidade linguística de um determinado território.

A Dialetoлогия tem, assim, dois caminhos a trilhar com relação ao ensino e aprendizagem da língua materna (CARDOSO; MOTA, 2006, p. 87): constitui-se (i) em instrumento para o reconhecimento e a identificação da realidade de cada região e, conseqüentemente, ajuda a levantar a base linguística do estudante que chega à escola, (ii) em meio de se estabelecerem as relações entre as diversas modalidades de uso de uma língua num território circunscrito e de apreciar a natureza dos usos na perspectiva do comportamento social do falante diante da sua língua.

Ao se ocupar das questões que dizem

respeito às características de que se reveste cada área geográfica, mesmo sabendo-se que os limites geográficos não coincidem, necessariamente, com os limites de áreas linguísticas, fornece a Dialetoлогия as linhas definidoras de diferenças ou de aproximações que se estabelecem entre os usuários de uma mesma língua. Assim, a relação espaço-uso ou espaço-variante selecionada se torna altamente significativa para o entendimento das particularidades do processo de aprendizagem da língua materna. E nisso reside a relevante contribuição da Dialetoлогия ao ensino da língua materna.

Um caso ilustrativo – a distribuição da realização das vogais médias pré-tônicas – é trazido para demonstração dessa importância

A pertinência da realização aberta ou fechada das vogais médias pré-tônicas “em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios terminados em mente” (NASCENTES, 1953, p. 25) para a subdivisão dialetal do português no Brasil em duas grandes áreas – a dos falares do Norte e a dos falares do Sul – vem sendo atestada por diversos pesquisadores a partir de corpora distintos. Entre esses se inclui Cardoso (1986), em texto intitulado “Tinha Nascentes razão?”, que analisa cartas do *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)* e do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)*.

A partir dos dados fornecidos pelos

referidos atlas regionais e por trabalhos desenvolvidos por diversos pesquisadores (teses, dissertações e artigos) e considerando apenas as variantes predominantes em cada região, Cardoso (1999) chega a um quadro de distribuição diatópica para as vogais médias em posição pré-tônica, no português do Brasil, que mostra – nas áreas que pesquisou – a presença das médias abertas no Amazonas, Acre, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte e Minas Gerais, e das médias fechadas no sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul. Ficou, assim, comprovada que a linha que demarca a fronteira entre o falar baiano e o mineiro e o fluminense, portanto, separa o Norte do Sul, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproxima-se consideravelmente dos limites estabelecidos por Nascentes com base na realização das vogais médias pré-tônicas.

A importância do conhecimento da variação diatópica, no nível fônico, como o trazido para exemplo nesta parte, tem, sobretudo, a função de contribuir para a eliminação de preconceitos linguísticos ainda hoje vigentes, reduzindo, como afirmam Cardoso e Mota (2006, p. 94), os estereótipos que se explicitam em frases do tipo “r[ε]cife, cidade d[ε]cente”, “leit[e] quent[e] faz mal ao dent[e]”, “uma can[u]a cheia de c[u]cos de p[u]pa a pr[u]a”. Eliminam-se preconceitos, mostra-se a

realidade da língua em todo o país e a validade dos usos que, no ensino e aprendizagem da língua materna, devem ser reconhecidos, aceitos e respeitados; desmistificam-se, também, crenças do tipo “No Maranhão se fala melhor, se fala mais correto”, “A fala do Sul é mais bonita do que a do Nordeste”, “No Nordeste se fala cantando”.

No processo de ensino e aprendizagem da língua materna caberá, pois, a exploração da variedade de usos, que sistematicamente se propõe oferecer, numa visão pluridimensional, a Dialetoлогия, como forma de situar o falante no seu contexto linguístico e de tornar evidente a sua capacidade multidialetal. Por outro lado, os dados relativos à variação diastrática, diageracional, diagenérica ou diafásica que se inserem, atualmente, de modo sistemático, nos trabalhos dialectológicos e, inclusive, nos atlas linguísticos, podem fornecer a distribuição de fatos linguísticos característicos (a) de grupos de menor prestígio social, em geral, estigmatizados; (b) de determinados grupos sócio-etários; da fala masculina ou feminina; e (c) de diferentes tipos de discursos.

O estudo da variação linguística, quer do ponto de vista social, quer diatópico, traz para a sala de aula o conhecimento do falar do usuário ali presente, ajudando a determinar as características do seu vernáculo, antes que lhe seja ensinada uma outra modalidade linguística, seja ela literária, ou, simplesmente,

culta; fornece as características dessa forma literária ou culta da língua materna, desfazendo equívocos e eliminando preconceitos.

No Caminho de uma Conclusão

Pensou-se – e propositadamente é posta a afirmação com uma indeterminação – que o advento da Sociolinguística levaria a Dialetoлогия ao ostracismo. Para os que assim imaginaram, a história tem dado a resposta e revelado exatamente o contrário. A Geolinguística floresce por toda parte. A Europa está prenhe de atlas linguísticos e vem mostrando os diferentes caminhos, as diferentes técnicas de apresentá-los.

A Dialetoлогия que nasceu eminentemente diatópica, ao perceber as mudanças sociais e culturais que se vinham operando no curso do tempo, buscou caminhos que levassem a uma relação entre o espaço e a sociedade que nele se instala, entre as características diatópicas, de um lado, e, de outro, as características diagenéricas, diageracionais, diastráticas. Fez evoluir o seu método, pas-

sando de uma Dialetoлогия Monodimensional para uma Dialetoлогия Pluridimensional.

No Brasil, os estudos da área acompanham esse ritmo. Se os nossos primeiros atlas foram monodimensionais, a pluridimensionalidade não tarda a aparecer. Vem registrada, como salienta Thun (2000), no *Atlas Linguístico de Sergipe* e no *Atlas Linguístico do Paraná*, descritos por ele como bidimensionais, aos quais se juntam outros, como o *Atlas Linguístico de Sergipe-II*, o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* e o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*.

A Geolinguística brasileira está, pois, integrada a essa nova concepção dos estudos geolinguísticos, assim caracterizada por Thun (2000, p. 408):

La nouvelle géolinguistique se caractérise par l'élargissement de son champ d'observation et par un travail en profondeur plus poussé. Elle passe de l'analyse de la superficie, constituée par la dimension diatopique, à celle de l'espace linguistique formé par la prise en considération de variables comme la dimension diastratique, diaphasique ou d'autres.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil**. Trilhas seguidas, caminhos a perseguir. Londrina: Editora da UEL, 2005.
- _____. **A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- _____. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1996.
- ALINEI, Mario. L'Atlas Linguarum Europae: risultati, struttura, storia, prospettivi. In: MOUTON, Pilar García (Ed.). **Geolinguística. Trabajos europeos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. pp. 1-39.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Palmeira Bezerra de. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: Universidade Federal da Paraíba; CNPq, 1984. 2 v.
- Atlas Linguarum Europae (ALE)**. Assen-Maastricht: Van Gorcum, 1983-1990. v. 1-4. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. v. 5.
- _____. Assen-Maastricht: Van Gorcum, 1983-1990. v. 1-4. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998. v. 5.
- Boletim**. ABRALIN, n. 16, 1994.
- BRASIL. **Decreto n. 30.643**, de 20 de março de 1952.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. As vogais médias pré-tônicas no Brasil: uma visão diatópica. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos**. Londrina: Ed. UEL, 1999. pp. 93-108.
- _____; FERREIRA, Carlota. **O léxico rural: glossário, comentários**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- _____. **Atlas Linguístico de Sergipe-II**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- _____. **Tinha Nascentes razão?** (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil). Estudos: linguísticos e literários. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, n. 5, pp.47-59, dez. 1986.
- _____; MOTA, Jacyra. Dialeto e ensino da língua materna. In: GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl (Org.). **Sociolinguística e ensino: contribuição para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006. pp.83-107.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994a.
- _____; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.
- HAMPEJS, Zdenek. Estado de los trabajos de geografía lingüística en los países románicos. **Revista Brasileira de Filología**, Rio de Janeiro, n. 4, pp. 111-135, 1958.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário S.; ALTENHOFEN, Cléo V. **Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)**. v. I – Introdução, v. II – Cartas fonético-fonológicas. PortoAlegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

LABOV, William; ASH, Sharon; BOBERG, Charles. **The atlas of North American English**. Phonetics, Phonology and Sound Change. Berlim: Mouton de Gruyter, 2006.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961.

_____. **Études dialectologiques du Brésil**. *ORBIS* – Bulletin International de Documentation Linguistique, Louvain, t. 1, n. 1, pp. 181-184, 1952.

_____. **Études dialectologiques du Brésil**. *ORBIS* – Bulletin International de Documentation Linguistique, Louvain, t. 2, n. 2, pp. 438-444, 1953.

_____. **O língüajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

PARANHOS DA SILVA, José Jorge. **O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.

POP, Sever. **La dialectologie**. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'auteur, Gembloux, Duculot, 1950.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolinguística románica: un balance. Tradução de Norma Díaz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg.). **Neue Wege der Römischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie (Heidelberg/Mainz, 1991)**. Kiel: Westensee, 1996. pp. 25-49.

RAZKY, Abdelhak. Atlas linguístico sonoro do Pará: uma nova perspectiva para a organização de corpus geolinguístico. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil. Trilhas seguidas, caminhos a perseguir**. Londrina: Editora da UEL, 2005. pp. 209-227.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antônio Pereira. **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RONA, José Pedro. **Relación entre la investigación dialectológica y la enseñanza de la lengua materna**. In: EL SIMPÓSIO DE CARTAGENA. AGOSTO DE 1963. INFORMES Y COMUNICACIONES. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1965, pp. 333-343.

ROSSI, Nelson. **Variação diatópica e sociolinguística**. In: CONGRESSO NACIONAL DE SÓCIO-ETNOLINGÜÍSTICA, 2, 1980, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 1984, pp. 101-114.

_____; FERREIRA, Carlota, ISENSEE Dinah. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1963.

_____. A Dialetoлогия. **Revista ALFA**, n. 11. (Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília), Marília, SP: FFCL de Marília, 1967, pp. 89-128.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos**. Belém, 1958.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986.

TELES, Ana Regina T. F. **Regístró cartográfico da divisão dialetal de Antenor Nascentes**. V CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. Belo Horizonte. 2007. (Comunicação individual).

THUN, Harald. **La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle**. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22. 1998, Bruxelas. Actes..., v. 3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000. pp. 367-388.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. 3. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Caminhos e perspectivas para a Dialectologia no Brasil**. Londrina: Editora da UEL, 1998. p. 31-54.

Maria Denilda Moura
(1995-1997)

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (1964), mestrado em Letras - Université de Besançon (1972) e doutorado em Linguística Teórica e Descritiva - Université de Paris V.II (1980). Atualmente é professor adjunto iv da Universidade Federal de Alagoas, pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, membro do conselho editorial da revista *lingua(gem)* do Instituto Latino-Americano de Pesquisas Científicas, sem vínculo empregatício do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, consultoria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, membro do conselho editorial da revista *D.E.L.T.A.* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e sem vínculo empregatício do Ministério de Educação, faz parte da Comissão de Avaliação do MEC/INEP. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística, variação linguística, língua falada, língua portuguesa e análise linguística.



CONTRIBUIÇÃO DA ABRALIN À ÁREA DE LINGUÍSTICA

Denilda Moura

Introdução

Neste texto, apresentamos uma breve exposição sobre a contribuição da ABRALIN à área de Linguística no Brasil, destacando algumas de suas ações concretas nessa direção, e ressaltando a importância de receber em sua sede, em Maceió-AL, em dezembro de 1996, um dos cientistas mais respeitados na área de Estudos da Linguagem, o professor Noam Chomsky. Em seguida, apresentamos algumas notas sobre o programa de investigação da gramática gerativa, e, para concluir, apresentamos, sucintamente, alguns resultados concretos, bastante satisfatórios, na formação de novos pesquisadores em gramática gerativa, sob a nossa orientação, no Programa de Estudos Linguísticos – PRELIN, vinculado à Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

1 A contribuição da ABRALIN à área de Linguística no Brasil

Destacamos a grande contribuição da ABRALIN à área de Linguística no Brasil, historicamente, através da realização bianual de seu Congresso, em que são contempladas

todas as áreas da Linguística, e da realização de seus Institutos de Linguística, o que tem sido extremamente benéfico para toda a comunidade científica do país, professores e pesquisadores de todos os níveis. Foram realizados em Maceió, de 12 a 14/03/1997, o I Congresso Nacional da ABRALIN e, de 24/02 a 11/03/1997, o XIII Instituto Brasileiro de Linguística, que contou com a participação de renomados professores do Brasil e do exterior. A grande participação de professores, pesquisadores e alunos pós-graduandos de todo o país, nesses eventos, comprova a importância e a necessidade de atualização contínua, em todos os níveis. Uma outra atuação da ABRALIN refere-se à sua participação na programação geral das Reuniões Anuais da SBPC, em que são programadas várias atividades: conferências, simpósios, cursos de atualização etc. Todas essas atividades têm proporcionado aportes significativos à área da Linguística, em termos de ensinar o debate sobre as perspectivas da pesquisa linguística no país.

Queremos destacar, em nossa gestão, o fato de termos tido a enorme satisfação de receber na sede da ABRALIN, em Maceió-AL, um dos cientistas mais respeitados na área de Estudos da Linguagem, o professor Noam Chomsky, do MIT.

Mediante projeto conjunto do Departamento de Linguística e Filologia e da COPPE/UFRJ, com financiamento do CNPq, o professor Noam Chomsky veio ao Brasil em novembro de 1996, para um circuito de conferências em

que se alternaram temas linguísticos e políticos. Esse circuito foi iniciado no Rio de Janeiro, na UFRJ, nos dias 11 e 12 de novembro; em seguida foi realizado em São Paulo, na USP, em 21 e 22 de novembro; logo após, nos dias 25 e 26, foi realizado em Brasília, na UnB; posteriormente, em Belém, no Museu Goeldi, nos dias 29 e 30 de novembro; e foi encerrado em Maceió, na UFAL, então sede da ABRALIN, no dia 3 de dezembro, com a realização de uma entrevista.

Considerando a grande importância da vinda do professor Noam Chomsky ao Brasil, para a realização desse circuito de conferências e da entrevista, o que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, surgiu a ideia de documentar essas conferências e a entrevista na revista *DELTA*. Na época, a ABRALIN era vinculada a essa importante revista, de circulação nacional. Mantivemos contato com os editores da revista *DELTA* sobre a possibilidade de organizar um Número Especial da revista reunindo a entrevista de Maceió e as conferências de Chomsky no Brasil. A concordância e o total apoio dos editores da Revista nos foi comunicado pela professora Leila Bárbara. A partir da concordância da *DELTA*, entramos em contato com os professores que receberam Chomsky nas várias cidades do circuito programado.

Com a concordância das professoras Mirian Lemle (UFRJ) e Cristina Altman (USP) e do professor Denny Moore (Museu Goeldi), entramos em contato com o professor Chomsky,

a fim de apresentar-lhe a proposta da ABRALIN para a edição de um número especial da revista *DELTA*, com as conferências do Rio/Belém e São Paulo, e a entrevista de Maceió, numa edição bilíngue. A receptividade de Chomsky à ideia foi excelente, e culminou com a sua autorização para a publicação dos textos inéditos nesse número especial.¹

A colaboração dos professores Mirian Lemle (UFRJ), Cristina Altman (USP), Denny Moore (Museu Goeldi) e dos editores da *DELTA* foram fundamentais para a realização do número especial de Chomsky no Brasil. A edição da entrevista de Maceió contou com a colaboração da professora Adair Pimentel Palácio (UFPE/UFAL), que repassou a primeira versão da transcrição da entrevista para o professor Mike Dillinger (UFMG), que realizou a edição final, submetida ao professor Chomsky, que autorizou sua publicação.

Esse número especial da *DELTA* tem obtido resultados muito satisfatórios no meio acadêmico. O acesso a todo o material disponibilizado nessa edição bilíngue, por alunos da graduação e da pós-graduação na área de Linguística, tem proporcionado até hoje o acesso a um importante material para “a compreensão das linhas essenciais do sistema da linguagem, dos outros sistemas mentais que

a cercam, de como esses sistemas se interconectam e de como transcorreu na história das ideias o tratamento dessas matérias”.²

1.1 Breves notas sobre o programa de investigação da gramática gerativa

Considerando que o programa de investigação da gramática gerativa chomskyana instiga cada vez mais pesquisadores de várias partes do mundo, é importante reconhecer o grande mérito de seu mentor, Noam Chomsky.

Duarte (1994), no prefácio à edição portuguesa de *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*, afirma:

Como acontece com outras obras de Chomsky, este livro não apresenta apenas resultados de sua investigação em Linguística: reflete também as suas preocupações de índole filosófica, epistemológica e política. Por esta razão, KL é o retrato de um homem: do *investigador e professor* que interroga permanentemente a sua prática científica, na busca dos fundamentos da mesma, que procura integrá-la nas correntes mais relevantes do pensamento científico, que ensaia e alarga os limites herdados da disciplina em que trabalha, revolucionando o campo e

¹ A professora Lúcia Lobato (UnB), também consultada, informou-nos que iria publicar as conferências de Brasília pela Editora da UnB, e que já havia obtido autorização de Chomsky para essa edição, de caráter restrito e interno da UnB.

² Chomsky no Brasil. Edição Bilíngue. Revista DELTA. Vol. 13, Número Especial, 1997. Apresentação.

«contagiando» tão eficazmente a comunidade científica que, em dez anos de pesquisa e magistério, faz do programa de investigação gerativista o paradigma dominante em Linguística; do cidadão que, atento aos problemas e desafios da sociedade em que vive e do planeta a que pertence, sempre fez ouvir a sua voz contra a hipocrisia e os abusos do poder, a favor do direito dos homens e dos povos a viver em paz e a assumir na íntegra a dignidade de seres humanos.

E acrescenta:

Mas KL assume uma dimensão única no conjunto da produção bibliográfica de Chomsky: é o livro em que ele faz o balanço de trinta anos de investigação. É a sua leitura de três décadas de pesquisa, durante as quais raramente perdeu o estatuto de pioneiro, de estimulador da investigação de outros, de aglutinador do campo.

Se considerarmos que *Knowledge of Language* foi publicado em 1986, e que ele representa o balanço de trinta anos de investigação, como afirmado anteriormente, poderíamos tentar encontrar uma resposta razoável sobre a obra inicial do programa de investigação da Gramática Gerativa chomskyana. Mas, como sabemos, não existe uma resposta simples para essa questão, de acordo com

Chomsky. Algumas respostas possíveis poderão ser apontadas ao verificarmos as suas primeiras publicações.

- (1951) A dissertação de Mestrado *Morphophonemics in Modern Hebrew*, em que o autor, convencido de que as limitações dos estudos estruturalistas se deviam, não a uma formulação menos apropriada dos procedimentos de descoberta, mas à incorreção global da abordagem adotada.
- (1955) A tese de Doutorado *The Logical Structure of Linguistic Theory*, que procurou responder a um dos objetivos do programa gerativista: a construção de gramáticas capazes de enumerar e descrever as frases bem formadas de uma língua.³ Obra publicada em 1975.
- (1957) A publicação de *Syntactic Structures*. Sobre a questão de considerar *Syntactic Structures* a obra inicial da gramática gerativa, Chomsky afirma, em sua entrevista de Maceió,

³ Discussão baseada em Duarte (1994).

quanto à história da Gramática Gerativa, devo começar dizendo que é extremamente enganoso iniciar com *Syntactic Structures*. Nos anos 50, não havia Linguística deste tipo; aparentemente não existia. Contudo, ela realmente tem uma tradição que se iniciou há 2.500 anos com a gramática de Panini, mas que foi completamente esquecida. Este tipo de trabalho ressurgiu no século XVII, XVIII e XIX, mas também foi esquecido juntamente com linguistas do século XX como Otto Jespersen que, em certo sentido, foi a última pessoa que veio desta tradição (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 196).

Ainda sobre essa questão, mais adiante ele afirma:

Assim, iniciar Gramática Gerativa a partir de *Syntactic Structures* é um grande equívoco: deveria se iniciar com Panini e então continuar através da história. Se você quiser acompanhar seu percurso através do período moderno, poderia iniciar com minha tese de Mestrado, depois prosseguir com *The Logical Structure of Linguistic Theory* e outras coisas que estavam sendo feitas naquela época. (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 200).

Ainda sobre a história da Gramática Gerativa, Chomsky faz referência ao que aconteceu nos anos 60, com trabalhos como *Toward an integrated theory of linguistic description*, de Katz e Postal (1964) e seu *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), e outros trabalhos, que levaram ao que mais tarde veio

a ser chamado de Teoria Padrão, uma certa concepção de como a linguagem funciona. Mas, especificamente sobre *Aspects*, ele afirma que quando foi publicado em 1965, já era completamente óbvio que estava errado e de maneira crucial. E acrescenta que suas palestras de 1964 e 1965 foram sobre o que havia de errado nessa teoria e, durante alguns anos, estudantes e outras pessoas continuaram a estudar o que estava errado com ela. Desse trabalho veio o que mais tarde passou a ser chamado de Teoria Padrão Ampliada (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 202)

Um momento importante para a teoria da Gramática Gerativa é destacado por Chomsky – as Conferências de Pisa (1979), realizadas no GLOW: *Generative Linguistics of the Old World*, a sociedade europeia de Linguística gerativa.

E ele afirma:

no encontro do GLOW, houve um seminário muito intenso onde passamos o dia debatendo, conversando, etc. e muitos resultados surgiram daí. Mais tarde, eu escrevi sobre eles em *Lectures on Government and Binding* (1981), mas esse livro foi basicamente os resultados dessas discussões e de outras no MIT. Representou uma grande mudança. Depois de um ou dois anos, entretanto, ficou claro que representou uma mudança radical: foi a primeira teoria genuína, apesar de estar errada, mas pelo menos uma com as propriedades certas. Foi a primeira teoria da linguagem genuína a ser produzida nesses 2.500 anos,

porque mostrou como é possível, em princípio e até um certo ponto na prática, superar o conflito entre adequação descritiva e explicativa (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 205-206)

Chomsky destaca ainda que a abordagem delineada em *Lectures on Government and Binding* é a de Princípios e Parâmetros:

Propõe-se que os princípios sejam uniformes, isto é, que eles sejam apenas parte da mente. Os parâmetros também são fixos, mas eles permitem escolhas: por exemplo, uma língua expressa sujeitos e outras não, embora elas estejam em sua mente da mesma maneira. (...) Há basicamente uma língua única com algumas diferenças dialetais: essa língua única são os princípios; as pequenas diferenças dialetais são a escolha dos valores para parâmetros. Essa parece ser uma maneira muito produtiva de olhar as coisas. É preciso satisfazer a adequação descritiva, essa é a principal condição: apresentar os fatos corretamente. Esta, entretanto, foi uma maneira de satisfazer tanto a adequação descritiva como a condição para a adequação explicativa, o que levou a uma explosão de trabalhos descritivos, porque havia perguntas a fazer, e agora as pessoas de todas as partes do mundo estavam interessadas em estudar sua própria língua em profundidade. (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 206)

Encerrando a primeira questão da entrevista de Maceió, que se referia a alguns

modelos na história da Gramática Gerativa, Chomsky destaca que

provavelmente se aprendeu mais sobre a linguagem nos anos 80 do que nos 2.500 anos anteriores. [...] Isto nos traz para o Programa Minimalista, que é uma tentativa de procurar mostrar que estes grandes sucessos não são nada sólidos. Isto é, eles se baseiam em uma tecnologia descritiva que funciona, mas que está errada porque não é motivada e deve ser abandonada. Quando uma área torna-se suficientemente avançada, você pode começar a fazer perguntas sobre ela (...) (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 207-208).

Para ele, o modelo Minimalista força a olhar para as descrições existentes e a perguntar “onde tenho realmente uma explicação?”, “onde a descrição foi motivada por algo que está fora da teoria?” e afirma que “perguntas como essas levaram ao Programa Minimalista, que ainda está em seus primeiros estágios; temos que ver onde ele nos levará” (CHOMSKY NO BRASIL, 1997, p. 207-208).

Tratando-se de um programa de investigação linguística com mais de 50 anos, ou exatos 52 anos, se tomarmos como referência a sua tese de Doutorado (como tivemos a oportunidade de verificar anteriormente, não é tarefa fácil precisar qual a obra inicial do programa de investigação da Gramática Gerativa), e considerando as inúmeras publicações tanto de Chomsky como de vários outros gerativistas chomskianos, além de

verificarmos ainda as inúmeras análises a partir dos vários modelos ao longo dos anos, só podemos concluir essas breves notas parafraseando Duarte (1994) no prefácio à versão portuguesa de *Knowledge of Language*, quando ela define Chomsky como o *investigador e professor* que interroga permanentemente a sua prática científica, na busca dos fundamentos dessa prática, que procura integrá-la nas correntes mais relevantes do pensamento científico, que ensaia e alarga os limites herdados da disciplina em que trabalha, revolucionando o campo e “contagiando” tão eficazmente a comunidade científica que faz do programa de investigação gerativista o paradigma dominante em Linguística.

2 Algumas pesquisas com base na Gramática Gerativa chomskyana, sob a nossa orientação, no Programa de Estudos Linguísticos da Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL

2.1. Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado concluídas

2.1.1 O CLÍTICO DE 3ª PESSOA: UM ESTUDO COMPARATIVO PORTUGUÊS BRASILEIRO/ESPANHOL PENINSULAR. Tese de Doutorado defendida por Conceição de Maria de Araújo Ramos, em abril de 1999

RESUMO: Tanto o Português Brasileiro quanto o Espanhol Peninsular convivem com um *sistema pronominal em tensão*, espaço de luta entre formas. Essa luta tem como elemento desencadeador básico a mudança das propriedades lexicais de alguns itens funcionais, itens esses que exprimem o alargamento de seu domínio pronominal em função do processo de perda de seu traço de Caso [+ intrínseco]. A partir do quadro teórico do programa minimalista (CHOMSKY, 1995), que entende a variação interlinguística como variação lexical, e da assunção de que os pronomes são Determinantes (RAPOSO, no prelo), este trabalho procura fazer, numa perspectiva sincrônica, um estudo comparativo entre esses dois dialetos, tentando especular se é possível estabelecer alguma correlação entre os mecanismos responsáveis por um fenômeno comum a tais dialetos – o uso da forma dativa *lhe* (*le*, em espanhol) como acusativo. A análise dos dados mostra que o fenômeno é similar em ambos os dialetos – o *lhe/le* vem experimentando uma perda parcial de seu traço de Caso [+ intrínseco], o que *lhe* possibilita transitar livremente pelo dativo e pelo acusativo, em franca competição com as formas acusativas de terceira pessoa (*e*, no caso específico do Português Brasileiro, com o *te*), evidenciando uma acentuada tendência dos dialetos para substituir o sistema Casual por um sistema referencial. Entretanto, enquanto no Português Brasileiro a competição dessas formas está estreitamente relacionada

com questões de economia do sistema, no Espanhol Peninsular o fenômeno está, de fato, mais ligado à reestruturação profunda que experimenta a língua em seus mecanismos de referência pronominal.

2.1.2 A DIFÍCIL ARITMÉTICA DO CORPO E DA LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE O INPUT E A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM. Tese de Doutorado defendida por Núbia Rabelo Bakker Faria, em agosto de 2001

RESUMO: Esta tese, do ponto de vista da reflexão sobre a *Aquisição da Língua*, coloca em discussão a impossibilidade de se buscar uma conciliação entre duas naturezas diferentes pensadas para o corpo e para a linguagem: o primeiro encontra organismo sensível, aos cuidados da Biologia; o segundo, com a sua estrutura e categorias, a cargo da Linguística. À área da aquisição, neste caso, resta a ingrata e infrutífera tarefa de operar a relação entre as diferentes naturezas, que se limita às operações de soma ou de subtração. Para conduzir esta reflexão, foram mobilizadas as teorias de Chomsky – cujas pesquisas linguísticas foram responsáveis pela consolidação da área de aquisição de linguagem – e de Skinner, que desconhecia a opção de Chomsky pelos *princípios racionalistas*, e em busca de uma solução para o problema de como a criança domina as complexas estruturas da língua, reveladas pelo recurso da

formalização aplicada à Linguística, que marca a entrada deste autor na área. São também trazidas para a discussão do tema da tese as reflexões sobre a *condição humana* da filosofia de Hannah Arendt, convocada como um terceiro nome, colocada entre Chomsky e Skinner, de forma a dar conta de uma consciência importante, nos planos da ciência e da política, qual seja: os lançamentos de *Syntactic structures*, de *O comportamento verbal* e do satélite artificial soviético *Sputnik*, todos ocorridos em 1957.

2.1.3 O SUJEITO PRONOMINAL EM ALAGOAS E NO RIO DE JANEIRO. UM CASO DE MUDANÇA EM PROGRESSO. Tese de Doutorado defendida por Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante, em setembro de 2001

RESUMO: Estudos recentes demonstram que o português brasileiro está em processo de mudança com relação à forma de realização dos sujeitos pronominais, isto é, observa-se uma clara preferência pelas realizações plenas em detrimento dos sujeitos nulos. Entretanto, esses estudos são baseados, em sua maioria, em amostras da fala da Região Sudeste, o que não invalida a pesquisa, mas dá margens a alguns questionamentos, principalmente se levarmos em conta a grande extensão territorial brasileira e sua complexidade social e cultural. Assim, utilizando uma amostra da fala de 12 informantes alagoanos, de ambos

os sexos, distribuídos em três faixas etárias e com escolaridade variada, esta tese objetiva comparar os dados da língua falada em Alagoas, referentes à realização dos sujeitos pronominais, com dados da língua falada no Rio de Janeiro, para observar se o processo de mudança linguística já detectado naquele estado também está ocorrendo em Alagoas. Para tanto, adotamos uma fundamentação teórica baseada na Teoria da Variação Linguística em interface com o modelo gerativista de Princípios e Parâmetros. As análises revelam que a língua falada em Alagoas também está em processo de mudança, em relação à forma de realização dos sujeitos pronominais, o que significa, por um lado, que os falantes alagoanos estão realizando o sujeito pronominal pleno muito mais do que o sujeito nulo, ou seja, apresentando um comportamento semelhante ao que foi apresentado pelos falantes cariocas; e, por outro, que esse processo de mudança está afetando o português brasileiro de uma forma bastante regular, com características linguísticas semelhantes e ainda apresentando frequências bastante próximas.

2.1.4 O ESTATUTO SINTÁTICO DE PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO. Dissertação de Mestrado defendida por Jair Gomes de Farias, em fevereiro de 2003

RESUMO: Estudo sobre o estatuto

sintático-semântico das preposições “a”, “para” e “em” no dialeto alagoano do português brasileiro (doravante PB) em frases finitas declarativas, assentado em dois eixos norteadores: (i) qual o estatuto sintático-semântico das preposições em frases nas quais o verbo seleciona um objeto simples? (ii) como se dá a relação interna entre as preposições e seus complementos nesses contextos estruturais? Adotando o modelo de Princípios e Parâmetros (1986, 1993) e lançando mão dos componentes modulares da Teoria X-barra, Teoria Temática e Teoria do Caso, analiso como a ordem das preposições em análise é determinada pelo conjunto de parâmetros que diz respeito à direção de atribuição de Caso e da marcação- θ . Ancoro-me também nos trabalhos sobre a hipótese de inacusatividade de Burzio (1986), e Torrego (1989), e na composição semântica dos verbos de Jackendoff (1976). Para a análise empreendida, faço uso de minha intuição como falante nativo do PB, como também de dois *corpora* do banco de dados do PRELIN (Programa de Estudos Linguísticos). De modo geral, é notório pontuar que o papel desempenhado pelas preposições, bem como a relação interna com seus complementos, estão intrinsecamente relacionados à natureza sintático-semântica do verbo, explicitando, desse modo, um comportamento heterogêneo das preposições em estruturas frásicas do PB.

2.1.5 ASPECTOS DA SINTAXE DE PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS. Tese de Doutorado defendida por Jair Gomes de Farias, em junho de 2005

RESUMO: Esta tese é um estudo de alguns aspectos da sintaxe das preposições *a*, *para* e *em* encabeçando complementos em estruturas frásicas construídas com verbos do tipo *ir* e *chegar* na gramática do português. O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos léxico-sintáticos envolvidos nos contextos estruturais analisados. Apoiado nos contributos teóricos advindos da Teoria de Princípio e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986, 1993), e me valendo ainda das predições da Hipótese da Uniformidade Lexical (REINHART, 2000) e da Teoria do Léxico Gerativo (PUSTEJOVSKY, 1999). Eu amplio a discussão dos fenômenos aqui apresentados a outros sistemas linguísticos, como o português europeu (PE), dando enfoque à variação intra- e interlinguística, encontrada nos contextos analisados nesta tese. Partindo dessas asserções, eu discorro sobre a natureza gramatical da preposição, apresentando evidências de que essa categoria obedece a uma escala de lexicalidade e não exhibe apenas um comportamento binário, sendo em especial, as preposições *a*, *para* e *em* elementos *half-way*, como consequência da ideia do traço [+lexical] inerente da preposição, eu verifico que ela afeta a natureza categorial de verbos considerados inacusativos

do tipo *ir* e *chegar*, já que ela encabeça um complemento legítimo desse tipo de verbo, sendo, portanto, esses verbos de dois lugares. Dando prosseguimento a essa discussão, eu sistematizo com base numa teoria lexical estruturada que os contextos construídos com verbos do tipo *ir* e *chegar* + *a*, *para* e *em* tem uma entrada lexical tipo comum, sendo as diferentes realizações sintáticas resultantes da instanciação do dispositivo gerativo da co-composição.

2.1.6 A NATUREZA DE AGR E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORDEM VS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU. Tese de Doutorado defendida por Cláudia Roberta Tavares Silva, em dezembro de 2005

RESUMO: Nesta tese é realizado um estudo comparativo entre a gramática do português brasileiro (doravante PB) e a do português europeu (doravante PE) no que diz respeito à ordem dos constituintes, mais especificamente, do sujeito em relação ao verbo em frases declarativas finitas. Tem-se defendido que a ordem Verbo-Sujeito (VS) tem sido perdida na primeira língua em contextos (in)transitivos em virtude de uma mudança paramétrica na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo ocasionada pelo enfraquecimento de AGR, o que implica considerar que o PB está deixando de ser uma língua de sujeito nulo

prototípica como o PE para tornar-se uma língua de sujeito não-nulo como o inglês. Nessa ordem, em contextos inacusativos, a concordância morfológicamente visível entre a flexão verbal e o DP pós-verbal, em geral, não é observada e, ainda, esse DP pode ser definido ou indefinido, ao contrário do que é proposto pela análise belletiana. Ademais, estudos têm assumido que a posição do sujeito em relação ao verbo decorre do fato de a sintaxe estar a serviço de requerimentos de ordem discursiva. Portanto, face a esses aspectos, os objetivos desta pesquisa são: a) desenvolver uma análise sobre a ordem VS em ambas as gramáticas, levando em conta as implicações da “riqueza” de AGR para a posição dos sujeitos; b) caracterizar essa “riqueza”, a partir da discussão de algumas propostas teóricas; c) apresentar contra-evidências à proposta de que a ordem dos constituintes codifica a estrutura informacional; d) explicar a possibilidade de concordância morfológicamente não-visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal em contextos inacusativos e suas implicações para o tipo de mecanismo relacionado à atribuição de Caso nominativo e e) argumentar contra a universalidade do *Efeito de Definitude* sobre o DP pós-verbal. Para a realização deste estudo, a análise fundamenta-se no arcabouço teórico do Modelo de Princípios e Parâmetros e da Morfologia Distribuída, sendo as estruturas frasais resultados de dados de introspecção. No decorrer desta pesquisa, é plausível

concluir que AGR “rico” que licencia e identifica sujeitos nulos referenciais em línguas de sujeito nulo não tem a ver com AGR “rico” que motiva o movimento do verbo na sintaxe, e que sujeitos pré-verbais ocupam uma posição-A no PB e no PE, ao contrário do que é comumente proposto na literatura. De mais a mais, o comportamento diferenciado da ordem VS atestado entre essas línguas ganha suporte explicativo no tipo de *output* sintático gerado por cada gramática em particular e não em requerimentos de ordem discursiva. No que concerne à ordem em que não há visibilidade da concordância morfológica entre a flexão-verbal e o DP pós-verbal em contextos inacusativos, a autora argumenta que seja uma “pseudo-ordem VS”, não sendo atuante sobre esse DP o *Efeito de Definitude*.

2.1.7 ADVÉRBIOS FOCALIZADORES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. Dissertação de Mestrado, defendida por Rafael Bezerra de Lima, em novembro de 2006

RESUMO: Os advérbios focalizadores apresentam como característica geral: poder modificar qualquer elemento de qualquer natureza categorial em uma sentença. Por questões de restrição semântica, os focalizadores devem ser distribuídos em dois grupos: o primeiro está formado por aqueles advérbios que devem ser gerados em posição de adjunção ao elemento focalizado, cujas características semânticas são congruentes; o outro grupo

está, seguindo os termos de Gonzaga (1997), cego ao elemento por eles modificado.

2.1.8 A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO E DE GÊNERO ENTRE O DP PRONOMINAL *A GENTE* E O PREDICATIVO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU. Dissertação de Mestrado defendida por Thaíse dos Santos Tenório, em julho de 2008

RESUMO: Esta dissertação realiza um estudo comparativo entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) com o objetivo de analisar a concordância de número e de gênero entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em sentenças copulares. A hipótese de trabalho assumida, em relação ao gênero, é a de que o DP pronominal *a gente* contém um traço interno especificado no léxico e que não tem visibilidade morfológica (CHOMSKY, 1995). Esse traço, por sua vez, estabelece a concordância com o predicado através da operação *Agree*, o que explica a visibilidade morfológica nessa posição. Em relação à questão do número, é assumido, ao contrário de Costa e Figueiredo Silva (2006), que tanto um morfema dissociado quanto um

morfema *singleton* podem estar ocorrendo no PB e no PE. A perspectiva teórica adotada tem como base os pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001). O *corpus* apresentado do PB é analisado a partir de dados de introspecção. No que concerne aos dados do PE, são utilizados os de Pereira (2003).

2.2 Teses de Doutorado e pesquisas em desenvolvimento⁴

2.2.1 A SINTAXE DOS PRONOMES EM PORTUGUÊS BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA DE TRAÇOS, desenvolvida por Dannel da Silva Carvalho, com previsão de defesa para novembro de 2008

RESUMO: O principal objetivo desta tese de Doutorado é oferecer uma análise unificada para a alternância das formas de primeira pessoa do singular em PB, levando em conta a composicionalidade e o mecanismo de checagem de seus traços. Empiricamente, o autor pretende descrever a estrutura interna dos pronomes pessoais em PB, visando justificar a distribuição de tais pronomes, uma vez que as atuais propostas não cobrem

⁴ As dissertações e teses, concluídas e defendidas, assim como as pesquisas em desenvolvimento referem-se aos trabalhos realizados e em realização, com base na Gramática Gerativa chomskyana. As dissertações e teses, concluídas e defendidas, assim como as pesquisas em desenvolvimento com base na teoria da variação linguística não foram incluídas.

satisfatoriamente dados de algumas variantes do PB. Assim, uma descrição pronominal é motivada pelo fato de a visão tradicional acerca dos pronomes falhar ao explicar tal abrangência distributiva. Teoricamente, esta tese objetiva investigar que traços entram na composição dos pronomes em PB, como esta composição é feita e quais seus reflexos sintáticos. Cardinalletti e Starke (1999), baseados na estrutura interna dos pronomes, propõem a noção de *deficiência* para o sistema pronominal das línguas, a qual é uma das ideias centrais dessa tese. Outra ideia seguida é a de que o conjunto tradicional de traços-*o* não é capaz de dar suporte ao mecanismo distribucional dos pronomes pessoais em PB, sendo, desta maneira, assumido que uma decomposição acontece nestes pronomes, verificando-se traços como *speaker addressee* em vez do rótulo *pessoa* (cf. HARLEY e RITTER, 2002). Entretanto, esta decomposição inicial não alcança a possibilidade de se ter uma dissociação de traços. Isso pode ser resolvido assumindo-se parcialmente D'Alessandro (2004) que há um conjunto adicional de traços responsáveis por certas características discursivas, tais como *gênero*. Essa assunção ajuda a lidar com a noção de *deficiência* que é assumida aqui (cf. CARDINALETTI e STARKE, 1999). O autor assume parcialmente com Déchaine e Wiltschko (2002) que os pronomes não formam uma classe homogênea por apresentarem diferentes estruturas internas, propondo que os elementos que compõem

estas estruturas são formados apenas por traços, ao invés de elementos lexicais plenos, como tradicionalmente é assumido.

2.2.2 O *SE* REFLEXIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO, desenvolvida por Dorothy Bezerra Silva de Brito, com previsão de defesa até dezembro de 2008

RESUMO: O principal objetivo desta tese é analisar, no Português Brasileiro (doravante PB), estruturas que contêm o *se* reflexivo numa relação anafórica com um antecedente cujos traços gramaticais (gênero, número e pessoa) diferem dos seus, como podemos ver no exemplo “Eu *se* lavo todos os dias”. Em PB, essa sentença contrasta com *Eu me lavo todos os dias*, em que *me* tem os traços gramaticais (1ª pessoa, singular) que o seu antecedente, *eu*. *Se* teria o traço gramatical de 3ª pessoa. Ao apresentar esta possibilidade de “concordância”, o PB se distancia de outras línguas românicas, como podemos verificar em exemplos do francês, do italiano e do espanhol: **Nous se lavons*, **Si laviano*, e **Yo se lavo*. Um ponto em comum entre o PB e, por exemplo, as línguas apresentadas, é o fato de que alguns clíticos usados para marcar a reflexividade de um predicado podem também ser usados em contextos não-reflexivos (a fonte em itálico indica que os itens são co-referentes: a) *Eu me* vi no espelho; b) João *me* viu no espelho; c) *Eu me* vi no espelho depois que o João *me* lavou; d) **Eu se* vi no espelho depois

que o *João se* lavou. Em oposição ao que é observado com *me* em (c), é obrigatório que *se* esteja no mesmo predicado que o seu antecedente, como evidencia a agramaticalidade de (d). Assim, como nas outras línguas apresentadas, o *se* em PB pode ter apenas uma interpretação reflexiva, diferindo dos outros clíticos, os quais podem ter uma interpretação anafórica tanto localmente quanto não-localmente, e podem também ser dêiticos. Já o *se* reflexivo é muito restrito: tem que ser anafórico, local e não-dêitico. Isto acontece dessa forma em todos os dialetos do PB. Contudo, embora em alguns dialetos do PB os falantes usem os reflexivos com os traços gramaticais idênticos aos do antecedente, como observamos em (a), em outros dialetos a aparente não-identificação dos traços de número e pessoa entre antecedente e reflexivo não torna a sentença agramatical. Neste ponto, o *se* do PB difere do *se* reflexivo em outras línguas românicas, como evidenciado nos exemplos do francês, do italiano e do espanhol. A partir dessa breve contextualização do *se* no paradigma dos pronomes pessoais e dos clíticos em PB, são formuladas as seguintes questões como norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa: a) Como explicar a possibilidade de falta de identidade entre os traços gramaticais do clítico *se* e os do seu antecedente no PB?; b) Como e com qual elemento *se* estabelece relação de concordância (se há alguma e, sendo a resposta negativa, que tipo de relação é essa)? Para essas questões,

a autora formula as seguintes hipóteses: 1. O *se*, diferentemente dos outros clíticos reflexivos no PB, seria uma anáfora *SELF* (nos termos de REINHART & REULAND, 1993), pois apresenta uma subespecificação severa em relação aos outros clíticos reflexivos: *se* codifica apenas o traço *SELF*, este último presente em todos os clíticos reflexivos; 2. A presença do traço *SELF* garante ao clítico a propriedade de reflexivizador. A concordância se dá, então, entre o clítico e o núcleo predicador, v, que valoriza o traço de Caso do reflexivo e é marcado como um predicado reflexivo por este último. Reflexividade é, assim, uma propriedade de predicados, e não de argumentos (REINHART & REULAND, 1993). A identidade de traços entre os antecedente e anáfora acontece a depender do tipo de anáfora envolvida na operação.

2.2.3 A CONCORDÂNCIA SUJEITO-VERBO EM CONSTRUÇÕES PARTITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU, desenvolvida por Mirian Santos de Cerqueira; com previsão de defesa em 2009

RESUMO: O presente estudo insere-se no Programa de Investigação da Gramática Gerativa, mais especificamente nas assunções minimalistas da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986, 1995, 1998, 2001) e busca descrever e analisar a concordância sujeito-verbo nas construções partitivas no

Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE). O objetivo central consiste em prover uma adequação explanatória para o tipo de concordância morfológicamente visível verificada em frases do tipo: (i) A maioria dos alunos fez/fizeram o trabalho. Para isso, toma como hipótese central de trabalho a ideia de que traços de número são não-interpretáveis e valorados no verbo, conforme postulação apresentada por Pesetsky & Torrego (2005) acerca da operação *Agree*, mostrando que as noções de *valoração* e *interpretabilidade* podem ser encaradas distintamente. Para tanto, procedeu à aplicação de alguns testes de preferência a falantes do PB e do PE, a fim de averiguar a aceitabilidade desses falantes em relação à concordância mencionada. Os resultados dos testes apontam uma maior aceitação, em alguns contextos, por parte dos falantes do PB do que por parte dos falantes do PE.

2.2.4 A SINTAXE DAS SENTENÇAS COPULARES PREDICACIONAIS. Pesquisa em desenvolvimento, de Marcelo Amorim Sibaldo, objetivando a elaboração de sua tese de Doutorado

RESUMO: Baseado no modelo teórico do Programa Minimalista (CHOMSKY, 2001 e trabalhos subsequentes), é postulado que as *Small Clauses* Livres do português brasileiro, estruturas com aspectos peculiares, também discutidas, são constituídas de uma estrutura interna cujo núcleo difere de outras estruturas

de cópula dessa língua. Assumindo uma estrutura assimétrica para essas construções, nomeadamente RP (cf. DEN DIKKEN, 2006) é discutido, entre outras coisas, a natureza de seu núcleo. Três questões centrais constituem a base da investigação: a) a geração da estrutura na base, sem movimento; b) as *small clauses* livres; e c) a questão de a sintaxe da predicação ser configuracional e não direcional.

2.2.5 O COMPORTAMENTO SINTÁTICO DE ADVÉRBIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU. Pesquisa em desenvolvimento, de Rafael Bezerra de Lima, objetivando a elaboração de sua tese de Doutorado

RESUMO: Na literatura gerativista, em especial, nos trabalhos voltados para o estudo do advérbio, encontramos algumas propostas que analisam o advérbio enquanto núcleo de uma oração (cf. JACKENDOFF, 1977; TRAVIS, 1988), não sendo concebidos também como projeções máximas. Esse tipo de abordagem pode ser encontrado na análise do PE de Costa e Castro (2002), cuja proposta aponta para o fato de que alguns advérbios exibem comportamento que os aproxima dos de núcleos, a saber, advérbios monossilábicos ou fracos: cá, lá, aqui, então, já. Tal classificação tem como decalque a proposta de Cardinaletti e Starke

(1994), que dividem os pronomes em dois grupos: fortes e fracos. Segundo Costa e Castro (2002), os advérbios fracos possuem as mesmas características que os pronomes fracos, isto é, são nucleares. Em uma análise comparativa entre o PE e o PB desse tipo de advérbio, verificamos que esse viés de análise apresenta alguns problemas, uma vez que essa organização não se apresenta de forma pacífica no PB.

2.2.6 SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES NOMINAIS NO PB. Pesquisa em desenvolvimento, de Adelson Pinheiro Sedrins, objetivando a elaboração de sua tese de Doutorado

RESUMO: As implicações sobre a natureza da preposição na distinção argumento/adjunto de nome têm como objetivos: a) Discutir a distinção tradicional entre complemento e adjunto de nome, bem como entre argumento e adjunto de nome, com base no Modelo Teórico de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986a; 1986b); b) Argumentar que, além da natureza de N, a

natureza da preposição (se lexical ou funcional) é determinante no comportamento sintático dos argumentos/adjuntos de N.

2.2.7 A CONCORDÂNCIA EM FRASES COPULARES PREDICACIONAIS. Pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, de Fellipe Ernesto Barros (PIBIC/CNPq-UFAL)

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa é estudar o comportamento da forma pronominal *a gente* nas construções de concordância sujeito-predicativo, de forma a dar conta do paradigma de concordância das construções com sujeito *a gente* no Português Brasileiro, PB. À luz da Teoria Gerativa proposta por Chomsky (1995), buscamos ainda observar a atuação de *a gente* com relação à concordância sujeito-predicativo e ampliar as observações anteriores já realizadas. Para tanto, acreditamos ainda na ideia intuitiva de que seja válido estudar a estrutura do DP [*a gente*], atentando aos traços gramaticais inseridos nessa forma, a sua estrutura e sua relação com frases predicativas e *small clauses*.

Referências

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. Chomsky no Brasil. Edição Bilingue. Revista DELTA, Vol. 13 – Número Especial, 1997.

_____. *Knowledge of language. Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.

_____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Morphophonemics in Modern Hebrew*. Master's Thesis, University of Pennsylvania, 1951. New York: Garland, 1979.

_____. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982.

_____. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. Library of MIT, Cambridge, Mass. 1955. New York: Plenum Press, 1975.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.

DUARTE, Inês. Prefácio da Edição Portuguesa de CHOMSKY, Noam (1986). *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: CAMINHO, 1994: ix-xvi.

KATZ, J. J. & POSTAL, P. *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1964.

Leonor Scliar Cabral
(1997-1999)

Nascida em Porto Alegre, em 29 de maio de 1929, é doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo, Professora Emérita e titular aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-doutorada pela Universidade de Montréal. Foi eleita em julho de 1991 em Congresso realizado na Univ. de Toronto, Presidente da International Society of Applied Psycholinguistics, ISAPL, reeleita para mais um mandato na Universidade de Bolonha/Cessena e é atualmente Presidente de Honra. Foi presidente da União Brasileira de Escritores em Santa Catarina (1995-1997) e presidiu a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), no biênio ag. 1997-jul.1999. Foi a 1ª Coordenadora do GT de Psicolinguística da ANPOLL, reeleita por mais um mandato. Membro do Comitê da Linguagem na Criança da IALP e do Conselho Editorial do International Journal of Psycholinguistics, de Cadernos de Estudos Linguísticos e de Letras de Hoje (fundadora), da Revista da ABRALIN entre outros. Pesquisadora do CNPq desde a década de 1970, atualmente é coordenadora do Grupo de Pesquisa Produtividade Linguística Emergente, alimentando o banco mundial de dados CHILDES com dados do PB em transcrição fonética e áudio. Com dezenas de trabalhos publicados no Brasil e no exterior, entre os quais Introdução à Linguística (Globo, 7ª edição) e Introdução à Psicolinguística (Ática, 1990), realizou pesquisa sobre o cancionário-sefardita no Brasil, com um livro publicado pela Massao Ohno



(1990), São Paulo. Publicou ainda Romances e Canções Sefarditas e outro pela Athanor (1994), Florianópolis, Memórias de Sefarad, De senectute erotica (São Paulo: Massao Ohno, 1998), Poesia espanhola do século de ouro (Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998) e O outro, o mesmo (trad. poética, In J.L. Borges, Obra completa, São Paulo: Globo, 1999), Cruz e Sousa, o poeta do desterro (versão poética para o francês com Marie-Hélène Torres das legendas do filme de Sylvio Back, Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000), além de vários artigos no Brasil e exterior sobre processamento lingüístico. Ultimamente vem se dedicando à prevenção ao analfabetismo funcional, com a proposta do método: Alfabetização: aprendizagem neuronal para as práticas sociais de leitura e escrita. Seus últimos livros são Princípios do sistema alfabético do português do Brasil e Guia Prático de alfabetização baseado em Princípios do sistema alfabético do português do Brasil (São Paulo: Contexto, 2003), O sol caía no Guaíba (Porto Alegre: Prym, 2006) e, com Carmem Rosa Caldas-Coulthard, Desvendando discursos: conceitos básicos (Florianópolis: EDUFSC, 2008).

SOBREVIVENTE DA SEGUNDA GERAÇÃO DE LINGUISTAS NO BRASIL

Leonor Scliar-Cabral

A ideia de cada ex-presidente da ABRALIN priorizar em seu capítulo o relato pessoal das experiências e respectivas reflexões em seu fazer linguístico me pareceu excelente para permitir a costura de um painel histórico tecido na primeira pessoa.

Procurarei relatar as motivações, as surpresas, as decepções, os encontros e desencontros no cenário da realidade brasileira, onde desenvolvi minha atividade científica, carregados, pois, da emoção da qual estão isentos, em geral, os textos científicos.

Dedicarei mais tempo aos primeiros anos de minha formação, pois é um de meus objetivos transmitir aos mais jovens a importância da leitura dos clássicos.

Recuando no tempo (pois pertencço à segunda geração de linguistas brasileiros), no início da década de 60, vejo-me debruçada sobre o livro de Chauchard (1957), *A linguagem e o pensamento*, dou-me conta de que foi um dos mais caros temas à Psicolinguística, o que despertou meu interesse pela Linguística. Posso inferir que Chauchard estava filiado à tríade soviética Vygostsky, Luria e Leontiev, ue postulava, por um lado, não existir pensamento sem linguagem verbal e, por outro, fiel ao materialismo, as bases neurofisiológicas do funcionamento da linguagem.

Na verdade, tive acesso ao livro de Vygotsky, *Pensamiento y lenguaje*, com os comentários críticos de Piaget, em 1964, na edição da Lautaro. Na época, decidi aprofundar meus estudos em Linguística, mas não havia tomado conhecimento, ainda, da obra de Chomsky que, no mesmo ano de 1957, já havia lançado o *Syntactic structures* e o libelo contra o *Verbal behavior* de Skinner, no qual as questões epistemológicas que me preocupavam eram discutidas a fundo. Ao mesmo tempo, organizei um grupo de estudos com os meus melhores alunos de Latim e de Português: do currículo fazia parte um curso de neurofisiologia do cérebro, ministrado pelo maior especialista de então em Porto Alegre. Na época, eu não imaginava o quanto tais aulas serviriam de base para a minha futura atuação no Curso de Fonoaudiologia da então Escola Paulista de Medicina e para a minha adaptação ao Português Brasileiro (PB), junto com Ana Maria Soares Barbosa, do Teste M1-Alpha de André Roch Lecours e respectivo protocolo (1981). Mais ainda, o quanto aquelas aulas prepararam o terreno para hoje eu compreender as pesquisas das neurociências sobre como funcionam as redes neuronais no processamento da leitura, tema ao qual venho me dedicando ultimamente.

A década de 60 foi, então, decisiva para a minha formação como linguista e, posteriormente, como psicolinguista: foi quando

realizei meu Curso de Letras, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde tive como professores Augustinus Staub, recém vindo de seu mestrado em Linguística nos Estados Unidos, e o Irmão Arnulfo (posteriormente Celso Luft). O primeiro nos introduziu na Linguística norte-americana e na Linguística Aplicada (LA) e o segundo, revelou-nos o universo de J. Mattoso Camara Jr. (1964), Bloomfield (1964) e Sapir (1961, 1964) – textos obrigatórios – e os *Princípios de Linguística Geral*, leitura de cabeceira. Mas estudávamos Hjelmslev (1953), e o decálogo de Hockett (1966) era o roteiro sobre as propriedades da linguagem verbal.

Mattoso Camara Jr. pertencia à corrente de pensamento humanística, conforme a visão de R. Jakobson de que nada do que diz respeito à linguagem é alheio aos estudos linguísticos: preocupava-se não só com todos os níveis da estrutura linguística, mas também com a literatura e a estilística. Legou-nos as primeiras descrições linguísticas exaustivas do PB, à luz de um feixe de conhecimentos colhidos entre os pensadores europeus e norte-americanos, demonstrando preferência por Sapir (1961, 1964) e Jakobson (1967), de quem traduziu para o português, do primeiro, *Linguística como ciência e A linguagem: introdução ao estudo da fala*, e, do segundo, *Fonema e fonologia*.

Foram semanais, no período, as leituras

do *Curso de Linguística General* de Saussure (1961), ao qual tive acesso na edição em espanhol da Lautaro, com um precioso prefácio de Amado Alonso, no qual ele faz uma exegese do idealismo linguístico. Os dois livros de Karl Bühler (1950, 1960), *Teoría del lenguaje* e *Teoría de la Expresión*, em edição da Revista del Occidente, disponíveis na Biblioteca Central da PUCRS, foram decisivos para minha adesão ao funcionalismo linguístico e para alimentar as teorias sobre a dêixis, que advogo até hoje: os dois serviram de base para uma série de minhas primeiras palestras sobre Linguística, proferidas em 1966, quando ainda era aluna do 2º ano do Curso de Letras, e que se transformaram no último capítulo de meu livro *Introdução à linguística*, cuja primeira edição saiu pela Globo em 1973.

Nesse mesmo período, um outro livro que influenciou muito as ideias linguísticas no Brasil foi o de André Martinet (1964), *Elementos de linguística geral*, particularmente a teoria das duas articulações, posteriormente acrescida de uma terceira, por outros autores, para dar conta dos traços substantivos do significado e do conceito de fonema como feixe de traços distintivos.

Guiada desde o início por essa visão humanística a me interessar por tudo que dissesse respeito à linguagem, não desvinculei a linguagem verbal das demais, nem de outras manifestações culturais, procurando entendê-

la em suas especificidades, mas também como integrando o quadro geral que faz da espécie humana uma espécie semiótica: além das já citadas leituras de Saussure, Mattoso Câmara Jr. e Jakobson, o pensador mais influente para essa visão foi E. Cassirer (s.d.), particularmente com seu "An essay on man", mas todos eles estimularam minha inclinação pela literatura, enraizada no contexto familiar. Dámaso Alonso (1960), numa edição do Instituto Nacional do Livro (INL), foi o modelo de análise do estilo de um autor sob a ótica da Linguística que sigo até hoje, bem como na orientação de minhas decisões na tradução poética. Foi assim que conquistei, entre mais de 1.500 concorrentes, o segundo lugar no 2º Concurso ESSO-Jornal de Letras de 1967, com uma crítica à poesia concreta, e é o que me pauta nas traduções poéticas, desde o barroco espanhol (SCLIAR-CABRAL, 1998) até J. L. Borges (SCLIAR-CABRAL, 1999). Não foi senão graças a essa vinculação que me foi possível produzir os 22 sonetos dedicados à invenção do alfabeto (SCLIAR-CABRAL, 2008 (aceito)).

Nessa mesma década de 60, aconteceram fatos importantes para o desenvolvimento da Linguística no Brasil. Em 1965/66, Pedro Rona organizou em Montevideu, na Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad de la República, o Instituto Linguístico Latino-Americano, sob os auspícios do Programa Interamericano de Linguística e

Ensino de Idiomas (PILEI) e o primeiro congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL). Centenas de estudantes da América Latina se inscreveram para os cursos proferidos por autoridades mundiais, entre as quais os brasileiros Mattoso Camara Jr. (do qual fui aluna ouvinte) e Aryon D. Rodrigues. Do curso Fonética e Fonologia, proferido por Aryon D. Rodrigues, resultaram os conhecimentos, posteriormente aperfeiçoados, que aproveitei e continuo aproveitando em minhas atividades linguísticas e psicolinguísticas, como são exemplo os capítulos de fonética e fonologia em meu livro *Introdução à linguística*; os inúmeros cursos na graduação e pós-graduação que eu própria proferi; a aplicação da fonologia ao entendimento do sistema alfabético do PB (SCLIAR-CABRAL, 2003a) e, de não menor importância, saber registrar com fidedignidade os enunciados dos sujeitos de pesquisa, como foi o caso, em minha tese de doutorado, dos 5.530 enunciados de uma criança adquirindo o PB, a partir dos 20 meses e 21 dias.

Desenvolvi meus conhecimentos em Fonética em 1981, em meu Pós-doutorado no Laboratório de Fonética do Departamento de Linguística e Filologia da Université de Montréal, sob a orientação do Prof. Alain Marchal, particularmente sobre Fonética Acústica, com ênfase na análise de espectrogramas de enunciados do PB.

Como podemos tirar conclusões sobre aquisição da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da semântica e da textualidade se nos debruçarmos sobre *corpora* higienizados, macaqueados da escrita padrão do adulto?

No mesmo Instituto Linguístico de Montevideú, assistí, como ouvinte, ao curso proferido por Heles Contreras sobre Gramática Gerativa e Transformacional (em 1968, Heles Contreras seria convidado do I Instituto Linguístico no Brasil) e, quando regressei a Porto Alegre, divulguei a nova corrente em um dos artigos que escrevi em minha coluna semanal do *Diário de Notícias*.

Em outubro de 1967, foi lançado na PUCRS o primeiro número da revista *Letras de Hoje*. Com mais de quarenta anos de edição não só regular, mas também de crescimento em qualidade, prestígio e aceitação, fato inusitado no cenário brasileiro, onde revistas com propósitos semelhantes têm vida efêmera, a revista foi idealizada pelo Irmão Elvo Clemente, pelo então jornalista e publicitário Plínio Cabral (redator responsável) e por mim. Já no primeiro número, o então Irmão Augustinus Staub colaborou com o único artigo na área da LA, discorrendo sobre o seu papel na formação dos professores. Nesse artigo, é um dos pioneiros em mencionar o que ele então traduziu como Escola Gerativa-Transformacional.

No segundo número, compareceram dois

artigos de LA: “Deceptive cognates in Portuguese” por Laura M Zamarin e “Empréstimos do inglês para o português”, meu, e um de linguística descritiva de Evaldo Heckler sobre o gênero na língua portuguesa, além de um pequeno artigo de filologia do professor Leodegário A. de Azevedo (que também foi aluno do Instituto Linguístico Latino-Americano em Montevideu) sobre Sousa da Silveira.

No terceiro número, a Sociolinguística começa a ser difundida, com a apresentação de pesquisas, como as do professor Ataliba T. de Castilho, que passou a ser o responsável no Brasil pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC), voltado à descrição da norma do português urbano; uma contribuição do professor Fritz Hensey, da Universidade do Texas, sobre o sociolinguismo da fronteira sul, onde aborda a questão das línguas em contato e os resultados da pesquisa por mim conduzida sobre variantes do português em estabelecimentos de ensino, colhidas por alunos do Seminário de Linguística, vinculado ao Centro de Estudos da Língua Portuguesa da PUCRS, em 1968. Observe-se que o projeto NURC resultou de negociações no seio do PILEI.

O projeto NURC volta a ser tratado no número 4 pelo Prof. Ataliba T. de Castilho, contemplando a área especificamente paulista, e eu contribuí com um artigo sobre a necessidade de reformulação dos encontros

vocálicos. Helena Tornquist, junto com Lígia Morrone Averbuck, expõem uma experiência de aplicação da Linguística ao ensino de Português no nível médio.

Como nos dois números anteriormente citados, há um artigo sobre o projeto NURC, desta vez, a cargo do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Albino de Bem Veiga, o então responsável pelo projeto no Rio Grande do Sul, no qual relata o encontro realizado em Porto Alegre, com a presença dos responsáveis na Bahia (Prof. Nelson Rossi) e em São Paulo (Profs. Isaac Nicolau Salum e Ataliba T. de Castilho), além da equipe gaúcha. Figura, igualmente, um artigo meu de Linguística descritiva, sobre homonímia, aplicando os conhecimentos advindos do curso que fiz com Klaus Heger, no México (vide a seguir). Há também um artigo de Lexicologia comparando as diferenças lexicais luso-brasileiras, redigido por Laura M. Zamarin, da Georgetown University.

Em 1967-68, realizou-se no Museu Nacional de Antropologia da cidade do México, o *III Instituto Interamericano de Linguística*, promovido pela ALFAL e PILEI. Novamente concorreram autoridades mundiais, entre as quais os brasileiros Mattoso Câmara Jr. e Aryon D. Rodrigues. Para esse Instituto, eu consegui a proeza de levar e trazer, em um avião presidencial, uma enorme delegação de gaúchos, na qual se incluía a

equipe liderada por E. Heckler (1984), que estava trabalhando no levantamento de dados para o dicionário morfológico da língua portuguesa. Cito ainda nomes que se tornaram importantes para a Linguística e para os estudos literários, alguns, prematuramente falecidos: Leda Bisol, Hilário Bohn, que ainda era Irmão, o professor A. Staub (já mencionado neste texto), Lígia Averbuch e Margot Levi Mattoso, pioneira no Brasil em laboratório audiovisual para o ensino de línguas e uma das primeiras a trabalhar com variação em Sociolinguística. No México, novamente fui aluna ouvinte do professor Mattoso Câmara Jr. As aulas com o professor Klaus Heger foram fundamentais para minha formação em Lexicologia e Semântica e, com o professor Matluck, estudei entoação: as aulas depois me serviram para eu fazer a marcação entoacional dos 5.350 enunciados da criança em minha tese de Doutorado.

Ao retornar para o Brasil, organizei com a ajuda do Irmão Elvo Clemente o primeiro *Seminário de Linguística da PUCRS*, que foi o germão do Curso de Pós-Graduação em Linguística naquela instituição.

Em 1968, a PUCRS ofereceu cursos, em convênio com o Sistemas Industriais Localizados (SIL), proferidos por Mattoso Câmara Jr., Aryon D. Rodrigues e Ursula Wiesemann (1980), esta última dedicada à descrição do kaingang.

Na década de 60, posso destacar os Cursos de Pós-Graduação em Linguística da UNB, onde Aryon D. Rodrigues desenvolvia a linha da descrição das línguas indígenas, e que foi fechado pelo regime militar; o Curso de Linguística Aplicada do Departamento de Inglês, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), liderado por M. A. Celani, com apoio do *British Council* e influenciado pelo funcionalismo inglês e a Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional de Antropologia, dedicada à descrição das línguas indígenas, onde Mattoso Câmara Jr. ministrou seus últimos cursos, em nível de pós-graduação.

Em 9 de janeiro de 1969, foi fundada a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), em assembléia presidida pelo prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr., na mesma ocasião em que se realizou o *II Congresso Internacional da ALFAL* (janeiro de 1969). Decorreram dezoito anos para que as *Actas* fossem publicadas!

Em janeiro de 1970, quando se realizava o *Instituto Linguístico na Bahia*, recebemos, consternados, a notícia de que Mattoso Câmara Jr. havia falecido.

Cabe registrar, ainda, no final desse período, uma adesão, em muitos centros, a uma versão deturpada do pensamento chomskyano, perpetrada por um arrivista, John Martin. Infelizmente, em virtude da falta de um

senso crítico mais apurado, de um certo sentimento de inferioridade em relação ao que nos vem do exterior, deixamo-nos fascinar pelo brilho falso dos modismos (eu não me eximo dessa falha, na ocasião): os últimos cursos de Mattoso Camara Jr. no Museu Nacional de Antropologia contavam com poucos alunos, pois era acoimado de *démodé*, enquanto a claqué irrompia em aplausos após as aulas de Martin.

Pois bem: quem hoje lê, aceita ou discute as “ideias” de J. Martin?

Mas as edições de Mattoso Câmara Jr. se multiplicam, para benefício daqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos de Linguística.

Vou terminar o texto, fazendo um breve resumo de minhas experiências e reflexões posteriores, pois o objetivo foi apresentar minha formação inicial, como integrante da segunda geração de linguistas no Brasil.

Em 1971, eu me transferi para São Paulo e realizei três disciplinas no Museu Nacional de Antropologia, mas era muito complicado viajar todas as semanas para frequentar os cursos e acabei me matriculando no Curso de Pós-Graduação em Linguística da USP, sendo aceita diretamente no Doutorado, na área de Psicolinguística, sob a orientação de Geraldina Witter. Quero mencionar um fato que serve como paradigma. Todo mundo sabe que Geraldina Witter é uma das maiores defensoras

do comportamentalismo, mais precisamente de Skinner. No entanto, ela não se opôs a que eu seguisse como referencial os modelos de Chomsky (1965) e de Fillmore (1968). Eu li, estudei e inclusive resumi na minha tese toda a obra de Chomsky de 1957 até 1970. Na época eu adotei o modelo do *Aspects*, de 1965, e nunca ela teceu o menor impedimento a que eu defendesse essa linha epistemológica. Na verdade, toda a metodologia de minha pesquisa de Doutorado foi inspirada no clássico de Roger Brown (1973), *A first language, the early stages*.

Mas, ao aplicar as medidas da Filosofia das Ciências aos meus *corpora*, eu constatei que nem Chomsky, nem Fillmore davam conta dos dados satisfatoriamente. Houve muitos desenvolvimentos da Linguística, com o surgimento da Linguística Textual, da Análise do Discurso e dos desdobramentos da Sociolinguística e da própria Psicolinguística, que me levaram a procurar outras teorias em termos explicativos, como, por exemplo, na aquisição da linguagem, um deslocamento para a competência comunicativa. Há outros autores que eu passo a consultar, da corrente inglesa, particularmente Halliday (1978). Fiz uma resenha de *The social interpretation of language and meaning* (SCLiar-CABRAL, 1982), bem como estudei van Dijk e Kintsch (1983), o que dá origem a toda uma linha de pesquisa sobre a narratividade e os processos

de leitura, patrocinada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em crianças dos 4 aos 6 anos e 11 meses de idade. Meu interesse pela emergência da competência narrativa na criança já tinha resultado num trabalho de grande repercussão, apresentado com Carol Stoel-Gammon ao *Fourth International Congress of Applied Linguistics*, em Stuttgart (SCLIAR-CABRAL; STOEL-GAMMON, 1976).

Paralelamente à tese de Doutorado, pesquisei a aquisição das regras morfológicas do português na cidade de São Paulo, adaptando o Teste Berko de Morfologia ao português. A pesquisa foi realizada pelos alunos do Curso de Fonoaudiologia da Escola Paulista de Medicina, na qual iniciei pesquisadores hoje de renome internacional, como Mara Belau. Resultaram, também, duas dissertações de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Linguística que eu coordenava na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e uma apresentação publicada nos anais do Congresso Internacional de Linguistas, realizado em Viena (SCLIAR-CABRAL; COSTABILE-MASSOTTI; GIMENEZ-ROLDAN, 1978).

Meu interesse pela Morfologia nunca cessou. Nos últimos anos, no Grupo de Pesquisa do CNPq *Produtividade linguística emergente*, em que estamos alimentando o banco de dados CHILDES com os dados de minha tese de

Doutorado em áudio e transcrição fonética dos enunciados da criança, já realizamos a análise morfológica dos enunciados da criança nas duas primeiras fases. Preparamo-nos, no momento, para implementar o programa de análise automática da gramática do português do Brasil, utilizando as ferramentas do programa CLAN.

Como primeiro resultado dessas pesquisas, propus a reformulação da proposta de Mattoso Câmara (FALCÃO UCHOA, 2004, p. 133) para a estrutura do PB, que era: T (R + VT) + SF (SMT + SNP), para T (R + VT) + SF (SMTA + SNP + SPF), uma vez que a informação redundante propiciada pelo acento tornou-se essencial, determinando o acréscimo do suprafixo (SPF), como pode ser observado na oposição entre as 2^a/3^a pessoas do singular do presente do indicativo e o infinitivo na 1^a conjugação (a mais frequente entre as três conjugações): “pula” e “pulá(r)”. Propus, ainda, a introdução da categoria de aspecto no sufixo modo-temporal, que passa a ser SMTA. Essa proposta já foi apresentada à comunidade científica em vários eventos e publicações (SCLIAR-CABRAL; MacWHINNEY, 1975a, b).

Atualmente, além do projeto para o CHILDES, estou empenhada em aplicar as mais recentes descobertas das neurociências sobre o processamento e aprendizagem dos sistemas alfabéticos à prevenção do analfabetismo

funcional. Trata-se do projeto *Ler & Ser, combatendo o analfabetismo funcional*. Um dos suportes teóricos do projeto é o meu livro *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil* e sua aplicação, o *Guia* (SCLAR-CABRAL 2003a, b).

Como sobrevivente da segunda geração de linguistas brasileiros, espero ter passado a ideia do quanto a leitura dos clássicos é essencial à reflexão do pesquisador.

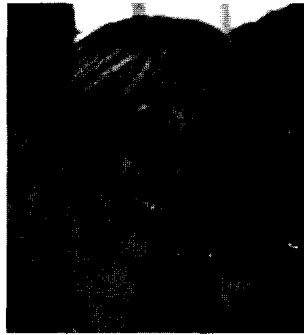
Referências

- BLOOMFIELD, L. **Lenguaje**. Trad. A. F. A. de ZUBIZARRETA. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1964.
- BROWN, R. **A first language, the early stages**. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1973.
- BUHLER, K. **Teoría del lenguaje**. Madri: Rev. Del Occidente, 1950.
- _____. **Teoría de la expresión**. Madri: Rev. Del Occidente, 1960.
- CASSIRER, E. An essay on man. In _____. **Na introduction to a philosophy of human culture**. Garden City, NY: Doubleday Anchor, [s.d.].
- CHAUCHARD, P. **A linguagem e o pensamento**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. A review of B. F. Skinner's *Verbal Behavior*. In: J.A.FODOR; J.J. KATZ (orgs.). **The structure of language**, readings in the philosophy of language. Englewood Cliffs: N.J.; Prentice Hall, 1964, pp. 547-578.
- _____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass: M.I.T., 1965.
- DIJK, T. A. van; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic, 1983.
- FILLMORE, C.J. The case for case. In: E. BACH; R. T. HARMS (Orgs.). **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1968, pp. 1-18.
- HALLIDAY, M. A. K. **The social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HECKLER, E.; BACK, S.; MASSING, E. **Dicionário morfológico da língua portuguesa**. 5 v. São Leopoldo: UNISINOS, 1984.

- HJLESMLEV, L. **Prolegomena to a theory of language**. Trad. de F. J. WHITFIELD. Baltimore: Waverly, 1953.
- HOCKETT, C. F. The origin of speech. **Scientific**, sep. 1966.
- JAKOBSON, R. **Fonema e fonologia**. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. Tradução de J. Morais-Barbosa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1964.
- MATTOSO CAMARA JR. J. **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.
- SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- _____. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1964.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística general**. Tradução e prefácio de Amado Alonso. Buenos Aires: Losada, 1961.
- SCLIAR-CABRAL, L. **Introdução à linguística**. Porto Alegre: Globo, 1973.
- _____. Resenha M. A. K. Halliday. The social interpretation of language and meaning. **Boletim de Filologia**. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, v. XXVII, pp. 459-465, 1982.
- _____. **Poesia Espanhola do Século de Ouro** – Tradução, Introdução e notas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998.
- _____. O outro, o mesmo. Tradução do esp. In: Jorge Luís Borges, **Obras Completas**. São Paulo: Globo, 1999, pp. 255-351.
- _____. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo, Contexto, 2003a.
- _____. **Guia prático de alfabetização, baseado em Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo, Contexto, 2003b.
- _____. **Sagração do alfabeto**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008 (aceito).
- _____.; BARBOSA, A. M. S. **Adaptação ao português do Teste M1-Alpha de André Roch Lecours e respectivo protocolo**. Montreal: Guggenheim Foundation, 1981.
- _____. COSTABILE-MASSOTTI, M.T.; GIMENEZ-ROLDAN, M.M. Acquisition of rules for noun number and verbal metaphony in a Portuguese dialect. **Proceedings of the 12th International congress of linguists**. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der universität Innsbruck, 1978, pp. 617, 620.
- _____.; MacWHINNEY, B. Does phonology filter morphological marking? Evidence from Brazilian Portuguese. Pôster apresentado em 28/07/2005 ao X International Congress for the Study of Child Language, 2005a.
- _____.; _____. Aquisição da morfologia verbal no PB. Congresso Internacional ALFAL 14, 17-21/10/2005, Monterrey, México. Memoria... Monterrey: ALFAL/ Universidad Autónoma de Nuevo Leon, 2005b, pp. 80-89.
- _____.; STOEL-GAMMON, C. Emergence of the reportative function in child speech. In: G. NICKEL (Org.). **Proceedings of the Fourth International Congress of Applied Linguistics**. Stuttgart: Hochschul Verlag, v. 1, 1976, pp. 389-98.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamiento y lenguaje**, teoria del desarrollo cultural de las funciones psíquicas. Tradução de M. M. ROTGER. Buenos Aires: Lautaro, 1964.
- WIESEMANN, U. Events and non-events in Kaingáng discourse. 1968.
- BRETTSCHEIDER, G.; LEHMANN, C. (Orgs.). Wege zur Universalienforschung. Sprachwissenschaftliche Beiträge zum 60. Geburtstag von Hansjakob Seiler. Tübingen: G. Narr. 1980, pp. 419-433.

María Cecilia de Magalhães Mollica
(2001-2003)

Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972), Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977) e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Atualmente é Professora Titular (2005) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, Sociolingüística e Sociolingüística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística, variação e mudança, variação, educação e educação de jovens e adultos.



A IMPORTÂNCIA DA ABRALIN PARA A SOCIOLINGUÍSTICA

Maria Cecília Mollica

Quebra de paradigmas

Em plena tradição gramatical, no final da década de 1960, a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) foi fundada no nosso país por professores desbravadores e visionários. A Linguística era recente nos cursos de Letras em território nacional e foi introduzida por Decreto-Lei, passando a fazer parte da grade curricular como disciplina obrigatória.

Imperava naquele momento a herança dos estudos filológicos e o prescritivismo. Mesmo que ainda estejam presentes nos dias de hoje, as abordagens dominantes da época confrontaram-se com novas perspectivas de estudar a linguagem humana.

Os mitos de superioridade e riqueza de algumas línguas em comparação com as línguas minoritárias foram jogados por terra. O estudo atomístico de processos linguísticos deu lugar ao princípio de que a linguagem é estruturada por regras cujos empregos não são aleatórios. Os modelos teóricos vigentes, no mundo da Ciência da Linguagem, abriam novos horizontes para os pesquisadores brasileiros da área. Os princípios e conceitos estruturais lançaram novas luzes para a Fonologia e a

Morfologia do Português, principalmente, sob a liderança de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Nos idos de 1970, o paradigma da Gramática Gerativo-transformacional abalou os alicerces de uma língua situada fora do falante e revolucionou o conceito da Faculdade da Linguagem através do inatismo: a linguagem está inscrita no genótipo, situada num módulo da mente e deve ser entendida como um saber adquirido em tenra idade, de modo espontâneo, inconsciente, involuntário e inexorável.

Essa competência inata passa a ser o objeto central de estudo da Linguística Formal e deve ser descrita pelo pesquisador através de sua competência como falante nativo, como todos os outros falantes da língua. Capacitando o indivíduo de um conhecimento internalizado de sua língua, a competência gramatical é suficiente para se compreender a engrenagem estrutural das regras que operam a formação de sentenças bem formadas na língua materna, assim como os princípios de permissão e de violação de uma construção e os mecanismos de processamento da linguagem, sua aquisição e perdas.

Língua não hegemônica

Simultaneamente, os estudos sobre os usos linguísticos concretos concorreram para barrar a ideia de que a cientificidade na área

da Linguística só podia ter lugar se a linguagem fosse estudada de forma abstrata. A Sociolinguística introduz o princípio universal da dinamicidade e heterogeneidade das línguas e torna possível a análise da fala de estruturas produzidas em contextos diversos.

Os 40 anos da ABRALIN, então, coincidem com os 40 anos do texto basilar da Teoria da Variação, de Weinrich, Herzog, Labov (1968), que abalou os princípios da Teoria Formal. Os pilares do texto em referência lançam quatro problemas, ao questionar o paradigma da Gramática Gerativa vigente na época. Assim, a variação só tem lugar se puder ser encaixada no sistema, ser contextualizada por variáveis que a controlam, ser implementada e difundida e ser avaliada positiva ou negativamente.

A história do variacionismo no Brasil pode ser encontrada no livro organizado por Roncarati & Votre (2008), em homenagem ao Professor Anthony Julius Naro, dentre outras fontes. Nos textos do livro mencionado, verificamos a forma como a Teoria da Variação foi se desenvolvendo pelo país em vários pólos, no Sudeste, no Sul e no Nordeste.

Os estudos variacionistas assimilaram também os princípios do Funcionalismo, disseminados paulatinamente por pesquisas realizadas em todo o território nacional. A testagem do efeito dos princípios do sócio-funcionalismo sobre os empregos linguísticos

alternativos se consolidou como área importante da Ciência da Linguagem e o diálogo com outras áreas vem ganhando visibilidade.

Passaram igualmente a ser objeto de ciência a competência pragmática e a funcionalidade das formas alternantes, além dos contextos de uso da variação, com fins de verificar sua sistematicidade, as diferenças situacionais dos empregos de construções diversas, os mecanismos conversacionais que, embora inscritos culturalmente, pressupõem postulados universais. Portanto, a Sociolinguística constitui historicamente importante rompimento paradigmático da tradição filológica a que nos referimos no começo deste texto e dos paradigmas que não reconhecem os usos linguísticos reais como objeto científico. Como área abrangente de investigação, volta-se para as questões do desempenho linguístico, quebrando a ideia de que a língua falada é caótica e não pode ser analisada cientificamente.

Assim, introduz-se o entendimento acerca da dinamicidade inerente das línguas naturais, impondo um corte crucial na tradição normativa, segunda a qual as variantes próximas à variedade coloquial eram entendidas como erradas, desvios da norma de prestígio, e as variantes próximas à norma *standard* eram rotuladas como certas. Sob a perspectiva sociolinguística, a possibilidade de se processar estruturas variáveis, correspondendo a

significados comuns, tornou legítima a diferença entre formas alternantes, provenientes de comunidades de fala diferenciadas. Desse modo, os preconceitos linguísticos e os pré-julgamentos deixam de ser questionados, na medida em que a capacidade cognitiva de todos os falantes é reconhecida e legitimados se tornam os distintos dialetos rurais e urbanos.

Fora do Brasil, a Sociolinguística teve seu início com a Geografia Dialetal, ainda no século XIX, quando surgiu a curiosidade de se verificar os empregos reais da língua e suas diferenças regionais: inaugura-se, naquele momento, a investigação sobre a linguagem humana sob a ótica de que as línguas não são hegemônicas, estáticas, mas dinâmicas e heterogêneas. No Brasil, a ideia da não hegemonia iniciou-se também através da Geografia Dialetal. Os estudos voltados para as diferenças regionais tiveram seu marco inicial na Bahia, com Nelson Rossi, que criou uma geração de pesquisadores importantes voltados para a constituição de Atlas Geográficos. A partir daí, constituíram-se vários Atlas em diversas regiões do país, muito úteis para o conhecimento da utilização de traços fonológicos, morfológicos, sintáticos e de itens lexicais empregados regionalmente.

A não hegemonia aparece também nos estudos sobre o bilinguismo, que nos fornecem um quadro amplo da riqueza dos nichos de

imigração alemã, italiana, japonesa, especialmente no Sul do Brasil. A propósito, todas as regiões de fronteira do país são ricas para se estudar o dinamismo das culturas bilíngues, a possível contaminação de uma língua para a outra, os empréstimos e as questões socio-culturais que demonstram, em alguns casos, a resistência de certas comunidades, marcadas por traços antro-po-culturais e linguísticos fortes.

As migrações internas, que inverteram a concentração demográfica, em 30 anos, da população do campo em relação às cidades, foram responsáveis pela formação de comunidades de fala, localizadas em geral na periferia das grandes cidades, com resíduos dos seus locais de origem, por meio de processos de acomodação dialetal (TRUDGILL, 1986). Os traços rurais de comunidades, denominadas rurbanas, nos termos de Bortoni (2004), localizadas na periferia das grandes cidades, constituem material rico para os estudos sociolinguísticos, pois envolvem questões de prestígio e identidade, assim como retoma a tensão entre diversidade e uniformidade, forças que concorrem para o dinamismo das línguas e que agem conjuntamente.

A presença dos aborígenes e a influência de suas línguas, bem como as línguas africanas dos escravos que imigraram para o Brasil, também constituem campo inesgotável que os sociolinguísticos devem incluir na agenda de

trabalho no curto e médio prazo. As regiões de contato linguístico não deixam dúvidas de que somos um país multilíngue: são muitas as populações bilíngues em que o Português é uma das línguas e são muitas as famílias linguísticas que ainda aguardam por pesquisadores competentes para a descrição da língua do seu povo.

Desse modo, a Crioulística pode igualmente ser elencada na área, na medida em que se interessa por línguas em contato e também não pode fugir de descrever os aspectos sociolinguísticos que se lhes apresentam tanto quanto a dinamicidade dos sistemas: volta-se para a gênese das línguas, sua trajetória, resistência e, em alguns casos, pela morte de uma língua. Assim, a comunicação incipiente, nos primórdios do Português em nosso território, ou os casos de interação amadurecida em língua crioula são questões centrais sobre a origem do Português do Brasil. Nessa medida, a área se amplia para o africanismo, para os estudos sobre as línguas indígenas, para a forma como ocorreu a ocupação da população no território nacional, dando origem à variedade do Português Brasileiro, bem distinta da do Português Europeu.

A preocupação em descrever a competência linguística consiste em novo corte epistemológico importante. Dele, pudemos ver impulsionada a Linguística para os estudos discursivo-pragmáticos, abrindo diálogo com

várias áreas da Ciência. A relação médico-paciente, as interações entre cliente-atendente e os estudos em sala de aula tomaram fôlego, contribuindo novamente para a visão dinâmica dos empregos da língua. A compreensão da existência de estratégias de polidez e de regras conversacionais existentes no jogo de múltiplos enquadres em que os interlocutores estabelecem alinhamentos diferenciados são prova de que os dispositivos comunicativos se modificam constantemente. Essa área contempla estudos qualitativos de cunho etnográfico cujos empregos sociolinguísticos tomam significados distintos a depender do contexto, do estilo conversacional, das exigências situacionais. Embora imbricada com a chamada Análise do Discurso, as pesquisas revelam as diferenças sociolinguísticas do ponto de vista cultural, leva em conta preconceitos locais e apontam-nos universais inscritos culturalmente.

Desdobramentos aplicados

Pesquisadores da área têm contribuído para que os achados em sociolinguística redundem em função social. Há inúmeras obras que mencionam a importância da formação do professor subsidiada pelas bases teóricas da Sociolinguística (MOLLICA, 2000; 2003; 2007). Programas de Governo têm mobilizado pessoal

especializado, em vários níveis de ensino, no intuito de divulgar os princípios sobre os quais se assentam a Sociolinguística, a importância de o professor conhecer os modos como lidar, na fala e na escrita, com a variação e os estigmas linguísticos. São ações concretas dos nossos profissionais em todo o país, no esforço de propagar a importância de resultados de pesquisa na formação de docentes e na prática profissional.

Os achados das investigações sobre o uso da língua em sociedade de fato representam instrumental eficaz na qualificação docente. O *Projeto Letramento e Ensino Fundamental (LEF)*, implementado em várias cidades do país, mostra a importância da Formação Inicial e Continuada de docentes. Na UFRJ, projetos da Faculdade de Letras, da COPPE e da Pró-Reitoria de Extensão, como o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos em Espaços Populares, utilizam o conceito de variação linguística, considerando o letramento social e escolar, com vistas à aplicação de novas tecnologias educacionais em materiais instrucionais.

Assim, algumas experiências vêm sendo desenvolvidas na interface Sociolinguística/Educação, voltadas para os processos metacognitivos operados pelos falantes, na medida em que são exigidos a adequar os usos prestigiados e não prestigiados a situações contextuais distintas. Iniciativas nessa direção

apontam para bons resultados, quer no nível da formação de graduandos e docentes, quer na aplicação de material inovador na atividade fim. O livro-jogo, intitulado *Brinca-palavra I* (MOLLICA, 2006), por exemplo, propõe testar conhecimentos de concordância verbal e nominal, no tocante à variação, utilizando a dicotomia saussuriana sintagma/paradigma, de modo a verificar como operam as relações de seleção e associação linguísticas em contexto de atividade pedagógica lúdica. O jogo busca estimar a consciência do alunado quanto ao universo variacional da língua e, conseqüentemente, quanto às diferenças estilísticas dos empregos de distintas variedades. Experimentos que se vêm fazendo com o livro têm possibilitado constatar a enorme dificuldade que os alunos apresentam em marcar a concordância de acordo com o padrão culto, dado que a oralidade se faz presente fortemente. Outro exemplo é o CD-Rom *Da fala ao Tecido I: brincado com a ortografia*, que enfoca primordialmente questões fono-ortográficas, propondo verificar os conhecimentos adquiridos pelos alfabetizados quanto ao código ortográfico vigente e sua relação com a oralidade. O material interativo permite que o aprendiz escolha a variante *standard*, dentre outras que contrariam os ditames da tradição gramatical, estimulando o usuário da língua a concluir a respeito da distinção entre erro e diferenças linguísticas.

Objetiva, além disso, promover ação afirmativa, com vistas a inserir o educando no mundo digital, sob a perspectiva de uma escola contemporânea, dinâmica e multifuncional.

A política da ABRALIN para a Sociolinguística: 40 anos de investimento

A ABRALIN não deixou de acompanhar o curso da história. Nos seus 40 anos de existência, contemplou os avanços da área de Sociolinguística por meio de oferecimento de cursos em seus Encontros e Congressos. Não poupou esforços para trazer os melhores sociolinguistas do mundo, numa engrenagem que se pôde acompanhar de gestão a gestão. O investimento em relação à inserção internacional deu-se desde o início, com cursos iniciais e avançados em seus Institutos, o que se solidificou ao longo dos anos.

Várias gerações se beneficiaram e continuam usufruindo desta política acertada da ABRALIN, na medida em que a Associação continua criando os meios pelos quais é possível travar contato estreito com os especialistas que chegam ao país. Trata-se de estratégia correta, ainda que recursos importantes tenham sido gastos para que a maioria dos iniciantes e pesquisadores experientes brasileiros da área tenha podido conhecer os

autores que estudam e são referências em seus trabalhos. Sem dúvida, a Sociolinguística, como área robusta, que possui enorme acervo teórico-metodológico e de pesquisa sobre o Português falado e escrito do Brasil, não poderia ser negligenciada pela ABRALIN.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. Parábola Editorial, 2004.

CARDOSO, Beatriz & EDNIR, Madza. **Ler e escrever, muito prazer!** 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LABOV, W. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na Alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Da Linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____. **Da fala ao teclado: Cd-Room 1: brincando com a ortografia**. Rio de Janeiro: Dilem Informática, 2004.

_____. **Brinca-Palavra 1**. 2. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, 2006.

_____. **Fala, letramento e inclusão social**. 2. ed. Editora Contexto, 2007.

RONCARATI, C.; VOTRE, S. (Org.). **Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

TRUDGILL, Peter. **Dialects in contact**. Basil Blackwell, 1986.

WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change. Directions for Historical Linguistics: a Symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968.

Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo
(2003-2005)*

É formada em Letras Português e Inglês pela Universidade Católica de Goiás (1968), tendo cursado o primeiro ano no Lake Erie College, em Ohio, US; tem mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília (1977) e doutorado em Linguística pela Universidade de Lancaster (1983). Fez estágio de pós-doutorado na Universidade da Pensilvânia (1990). Foi bolsista Fulbright na Universidade do Texas em Austin (1978-9). É professora titular de Linguística aposentada da UNB. Atualmente atua como docente e pesquisadora na Faculdade de Educação daquela universidade e como orientadora no Doutorado em Linguística. Tem experiência na área de Sociolinguística, com ênfase em Educação e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, educação em língua materna, letramento, alfabetização e etnografia de sala de aula. Suas publicações mais recentes podem ser acessadas em www.stellabortoni.com.br.



* Neste período foi presidente a professora Lúcia Maria Pinheiro Lobato (UNB), a quem Stella presta homenagem, enquanto vice-presidente.

SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

Stella Maris Bortoni-Ricardo
Vera Aparecida de Lucas Freitas¹

É natural que em um país com graves problemas sociais, relacionados à histórica má distribuição de renda e à parca tradição de cultura letrada, como é o caso do Brasil, as ciências sociais tenham desenvolvido um viés aplicado às questões socioculturais. A Linguística não fugiu a essa regra.

Desde a segunda metade do século XX, nos estágios formativos da ciência linguística no Brasil, os pesquisadores pioneiros apontaram para a necessidade de seus estudos assumirem um compromisso com os problemas linguísticos brasileiros, tais como a documentação das línguas brasileiras; a descrição de línguas sobreviventes em comunidades de imigrantes; as características e o *status* da norma brasileira da língua portuguesa e o ensino dessa norma nas escolas do país. Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1957), não obstante seu intenso labor para produzir os primeiros textos de Linguística descritiva do português brasileiro, encontrou tempo para examinar erros escolares, associando-os às características do português falado no Rio de Janeiro, em trabalho que deixa patente a vocação da Linguística nacional para o envolvimento com a questão do ensino do português como língua materna no Brasil.

¹ Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Na década de 1960, Rodrigues (1966) produz um artigo, hoje antológico, sobre as tarefas da Linguística no Brasil. Na década seguinte, Vandresen (1973) retoma o tema, dessa vez enfocando as tarefas da Sociolinguística. Em ambos os trabalhos, é enfatizado o compromisso da Linguística brasileira com o ensino sistemático da língua portuguesa no país.

A evolução de duas premissas básicas da Linguística estruturalista do século XX criou as condições para a emergência do ramo da Linguística que veio a ser denominado Sociolinguística, graças ao seu caráter interdisciplinar. As duas premissas são o *relativismo cultural* e a *heterogeneidade* inerente e ordenada na língua de qualquer comunidade de fala. O primeiro foi herdado da tradição antropológica, segundo a qual nenhuma cultura ou língua de uma comunidade deveria ser classificada como inferior ou subdesenvolvida, independentemente do nível de tecnologia ocidental que aquela comunidade já tivesse atingido. Com base nesse princípio, os linguistas nos Estados Unidos propuseram a “equivalência funcional e a igualdade essencial de todas as línguas e rejeitaram estereótipos evolutivos equivocados” (HYMES, 1974, p. 70).

Num primeiro momento, o conceito de relativismo cultural aplicou-se à comparação entre línguas, mas, quando a premissa da heterogeneidade inerente foi postulada pela

Sociolinguística variacionista, no final dos anos 1960, esse conceito passou a aplicar-se também às múltiplas variedades e estilos de uma mesma língua (BORTONI-RICARDO, 1997).

Desde o seu berço a Sociolinguística, tanto na sua vertente variacionista quanto na sua vertente qualitativa, demonstrou preocupação com o desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes grupos étnicos ou redes sociais. Desde então muito tem contribuído para os avanços na pesquisa das questões educacionais em diversos países do mundo, principalmente nas últimas quatro décadas. Seu objetivo tem sido o de construir novas metodologias que auxiliem professores a desenvolver em seus alunos as habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla, à expansão de sua competência comunicativa (HYMES, 1974) e à capacidade de desempenhar tarefas escolares cotidianas. Entretanto, essa não é uma missão fácil, porque tratar de problemas educacionais é uma ação que envolve questões mais abrangentes e não apenas aquelas restritas ao ambiente escolar. Além das questões consideradas como puramente pedagógicas, existem outras que estão subordinadas a dimensões macrosociais graves, relacionados à desigualdade na distribuição do capital monetário que, por sua vez, gera a desigualdade social (FREITAS, 1996).

Paralelamente à evolução da Sociolinguística quantitativa já referida, estudiosos da Antropologia da Educação e linguístas, na década de 1960, começaram a constatar, por meio de pesquisas etnográficas, o acentuado etnocentrismo existente nas teorias que tentavam explicar a causa do fracasso escolar de alunos provenientes de classes sociais minoritárias ou trabalhadoras. Entre essas teorias, a mais habitualmente usada como explicação do insucesso do aluno foi a do *deficit genético* ou *ideologia do dom*, que defende como causa do fracasso escolar as desigualdades naturais de aptidão e de inteligência entre os indivíduos, ponto de vista esse legitimado pela Psicologia diferencial e pela Psicometria, e que Soares (1986) considera ser um argumento dissimulado subjacente a um discurso que “pretende” ser científico.

A essa explicação seguiu-se outra, a teoria do *deficit cultural*, intimamente relacionada aos fatores ambientais, ao estímulo recebido pelo indivíduo e à alimentação. A teoria do *deficit cultural*, também chamada de *deficit verbal* ou social, foi largamente aceita na época de sua concepção. Postulava uma ausência ou falta de cultura dos alunos pertencentes a grupos minoritários da sociedade, causada pelo ambiente cultural “empobrecido” em que viviam eles e suas famílias, também considerado cognitivamente desestimulante, principalmente, no que diz respeito

à linguagem. O fracasso do aluno, de acordo com esse pensamento, teria origem no seu *background* cultural. As diferenças entre a linguagem e as experiências que a criança traz de casa e a linguagem e experiências demandadas pela escola resultariam no insucesso do aluno. De acordo com essa teoria, as crianças de classes sociais desfavorecidas sofriam privações que poderiam ser de ordem material ou cultural. Crianças oriundas de meios em que as famílias sofriam as consequências do desemprego, da pobreza e da superpopulação eram as que mais sofriam o risco de fracassar na escola (STUBBS, 1980). As crianças pobres eram consideradas inferiores intelectual e moralmente. O meio ambiente e o *background* linguístico do aluno estariam, portanto, relacionados ao seu sucesso ou fracasso na vida escolar. Erickson (1987) comenta, considerando os argumentos da teoria do *deficit cultural*, que o conceito de nutrição (*nurture*) substituiu o conceito de natureza (*nature*) como principal razão para o fracasso escolar. Ambas as teorias deixavam nítido o preconceito de raça e de cultura, embora essa postura não tenha sido claramente assumida pelos seus mentores. William Labov (1972), com o objetivo de argumentar contrariamente a essas teorias, realizou estudos dialetais contrastivos, mostrando que a variação é um fator inerente à língua. Entretanto, muitas foram as críticas que

apontavam a proposta da Sociolinguística educacional como limitada a uma dimensão microsocial, ingênua e simplista, tendo sido a crítica de John Ogbu (ERICKSON, 1987) a mais severa de todas. Erickson concluiu que a continuidade das investigações no final da década de 1960 permitiu que antropólogos norteados por uma visão sociolinguística identificassem no âmbito da escola importantes fatores que influenciam o rendimento escolar e o ânimo dos alunos. Ou seja, que o estilo de comunicação entre professores e alunos pode ser uma das causas do fracasso escolar. Essa posição tinha um aspecto de neutralidade, pois procurava analisar o fato do fracasso escolar sem buscar culpados, e mostrava uma nova forma de interpretá-lo.

Sabe-se hoje que o fracasso escolar depende também de fatores externos, que estão fortemente ligados às condições socioeconômicas do aluno. O resultado das injustiças sociais e as limitadas possibilidades de ascensão social a que estão sujeitos os indivíduos que não conseguem uma educação de qualidade manifesta-se por meio de um desinteresse pelas atividades intelectuais e pelo desestímulo em relação a tudo que a escola propõe.

A *teoria da reprodução* (BOURDIEU; PASSERON, 1975) postula que a escola reproduz as relações do sistema capitalista, enfatizando a relação existente entre ela e a

organização do trabalho e afirmando que essa instituição estaria reproduzindo em seu contexto as desigualdades estabelecidas pela sociedade. O foco da teoria é analisar de que forma o capital cultural estaria influenciando contextos particulares, como, por exemplo, a escola. Destacam-se nessa teoria a valorização das ações humanas e as relações reflexivas das interações sociais como duas importantes contribuições dadas pelos estudos interpretativistas de natureza sociolinguística à questão educacional.

Embora algumas críticas tendam a apontar a Sociolinguística como algo voltado apenas para a microrrealidade de sala de aula, é notório que isso verdadeiramente não ocorre. O que a Sociolinguística faz é buscar respostas para questões educacionais dentro do universo da escola. Com isso, ela se envolve em temas consideravelmente mais amplos que se inserem no contexto social maior, conciliando os aspectos micro e macro do processo. E é para esse contexto que a escola deve preparar o indivíduo.

Os ecos do envolvimento da Sociolinguística variacionista e interacionista com os problemas educacionais nos países do Norte chegariam rapidamente ao Brasil. Suas primeiras manifestações podem ser encontradas no empenho dos estudiosos em refutar o chamado preconceito linguístico e em recomendar que a língua efetivamente usada nas comunidades

de fala fosse considerada na pedagogia da língua materna. O estado de São Paulo foi pioneiro na difusão dessas ideias. Em 1978, Ataliba Castilho *et alii* produzem para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo publicações relevantes como subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o segundo grau.

Na década seguinte uma grande quantidade de livros foi publicada, dando continuidade às propostas educacionais de bases linguísticas, entre os quais, queremos ressaltar, muitos tiveram seu fulcro nas teorias sociolinguísticas. Mencionaremos aqui apenas os títulos que serviram de fundamento para a proposta curricular no Distrito Federal no início dos anos 80, mesmo correndo o risco de produzirmos uma listagem com muitas lacunas, pelo que já nos penitenciamos. Na área de alfabetização, citamos Eglê Franchi (1984) e Paulo Freire (1982); no ensino da leitura e escrita para séries posteriores, constavam da referida proposta João Wanderley Geraldí (org., 1984), Rodolfo Ilari (1985), Mary Kato (1985), Alcir Pécora (1983). Voltados especialmente para a leitura tivemos Marisa Lajolo (1982), Maria Helena Martins (1983), Ezequiel Theodoro da Silva (1983) e Regina Zilberman (org., 1982). Alguns autores ocuparam-se em especial do ensino da gramática: Evanildo Bechara (1985), Celso Pedro Luft (1985) e Mário Alberto Perini (1985), enquanto outros

trataram da questão de uma perspectiva filosófica: Maurizio Gnerre (1985) e Magda Soares (1986).

À medida que chegavam ao mercado editorial obras com recomendações importantes para o aprimoramento do ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, pôde-se observar a ocorrência de algumas mudanças de postura, em especial, um esforço dos livros didáticos para substituir a excessiva ênfase na terminologia gramatical pelo tratamento da língua em uso, embora ainda haja muito que fazer para tornar mais eficiente o trabalho pedagógico com a leitura e a escrita nas nossas escolas.

Há que se chamar atenção especialmente para um fenômeno bem brasileiro. Os cursos de Letras têm sido razoavelmente ágeis na inclusão dos resultados da pesquisa linguística em seus currículos, mas esses cursos geralmente não se ocupam da formação do professor das séries iniciais, tampouco do alfabetizador. Seu foco tem sido a formação de professores para as séries conclusivas do ensino fundamental e para o ensino médio. A formação do alfabetizador e do professor das séries iniciais fica a cargo dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, este último implantado somente na última década. Em alguns estados brasileiros ainda existem os cursos de magistério de nível médio, mas em outros a formação que esses cursos forneciam

está sendo realizada, hoje, em nível superior. No entanto, os cursos superiores responsáveis pela formação dos alfabetizadores e professores de séries iniciais incluem em seus currículos muito pouca informação linguística. O resultado é que a pesquisa resultante dos estudos da linguagem acaba por ser pouco aproveitada, justamente na tarefa de alfabetização e no ensino inicial da leitura e da escrita, o que em parte poderia explicar os resultados tão ruins que a sociedade brasileira vem colhendo, com a aplicação de exames como o SAEB, a Prova Brasil, o SARESP, o PISA, entre outros. Estamos sugerindo aqui que a aplicação dos resultados da pesquisa linguística, e particularmente da pesquisa sociolinguística, no esforço de formação de professores do ensino fundamental poderia contribuir efetivamente para a qualidade dessa formação, o que haveria de se refletir gradualmente no desempenho de nossos alunos.

É interessante observar ainda que os programas recentes de educação continuada dos docentes, de iniciativa do Ministério da Educação e de secretarias municipais e estaduais de educação, como o *Pralere* e o *Pró-letramento*, entre outros, têm-se preocupado mais em transmitir aos professores noções de Linguística do que os cursos de formação inicial. O seguinte fragmento do fascículo “Da fala para a escrita 2”, de autoria de Stella Bortoni, que compõe o módulo 1 do *Programa*

de Alfabetização e Linguagem da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (MEC / SEB / UnB, 2007) é bem ilustrativo dessa tendência.

Toda vez que duas ou mais pessoas se envolvem numa interação verbal, cada uma delas cria expectativas sobre a forma como ela própria e seus interlocutores vão-se comportar. Queremos dizer que, em uma interação face a face, ou mesmo mediada pelo telefone ou pelo computador, todas as pessoas envolvidas seguem normas sociais que definem o seu comportamento, particularmente o seu comportamento linguístico. Se todas elas consideram a interação em que estão envolvidas como informal, tenderão a empregar formas linguísticas adequadas às interações informais. Se uma delas tiver uma interpretação diferente e considerar a situação como formal, poderá vir a empregar formas inadequadas para a situação. Da mesma maneira, em uma situação formal, se um interlocutor escolher usos linguísticos informais, sua fala resultará inadequada para a situação. Mas veja bem: às vezes uma pessoa reconhece que a situação é formal, dispõe-se a monitorar-se, mas lhe faltam recursos comunicativos próprios da fala monitorada. É por isso que a escola precisa empenhar-se na ampliação dos recursos comunicativos dos alunos. Dispondo de uma gama mais ampla de recursos

comunicativos, os alunos, sempre que precisarem e desejarem, saberão monitorar sua fala, ajustando-se às expectativas de seus interlocutores e às normas sociais que determinam como as pessoas devem comportar-se em cada situação. Ao fazer isso estão seguindo normas sociais e serão bem recebidos pelos seus interlocutores. Lembre-se de que as normas sociais que definem um comportamento linguístico adequado podem ser implícitas, isto é, fazem parte das crenças e dos valores que as pessoas têm. Mas podem ser explícitas também. É o caso das normas gramaticais, que são explícitas. Mas não podemos nos esquecer de que as gramáticas normativas não admitem flexibilidade. Não levam em conta a noção de adequação. São prescritivas: abonam uma forma considerada correta e rejeitam as que são consideradas 'erro'.

A realidade e a prática em sala de aula têm mostrado que a Sociolinguística voltada para a educação pode contribuir de forma significativa para melhorar a qualidade do ensino da língua materna em cursos de formação de professores alfabetizadores porque trabalha com os fenômenos da língua em uso, com base na relação língua e sociedade e voltada para a realidade dos alunos.

Licenciandos em cursos de Pedagogia que recebem formação sociolinguística estão

mais bem preparados para lidar com o ensino da língua materna, pois se tornam mais eficientes como mediadores e co-construtores do conhecimento linguístico necessário aos alunos para sua participação nas práticas sociais que acontecem na escola e na sociedade.

No restante do capítulo vamos analisar fragmentos coletados pelas autoras deste texto, em um exercício em que alunos do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília refletem sobre fenômenos presentes nos modos de falar e nos modos de escrever o português do Brasil. As análises realizadas por esses estudantes, que tiveram acesso a conhecimentos sobre ensino de língua, a partir da perspectiva da sociolinguística, demonstram um saber e uma capacidade de análise de textos de crianças em início do processo de alfabetização que não lhes teriam chegado de forma sistemática sem a contribuição da Sociolinguística, como, por exemplo: identificação de regras variáveis da língua portuguesa, de erros ortográficos oriundos da transposição para a escrita de fenômenos da fala, de erros ortográficos decorrentes do pouco domínio que a criança alfabetizanda possa ter em relação às convenções do sistema ortográfico da língua, além de noções de monitoração estilística e do conceito de competência comunicativa, entre outros aspectos importantes.

Analizando os textos

Marcelo, 7 anos, 2ª série

Os exemplos de análises referentes ao texto seguinte mostram que os pedagogos em formação já aprenderam, nas noções de fonologia supra-segmental, com base em Mattoso Câmara Jr (1970, p. 63), que o acento em português tem tanto a função distintiva quanto a delimitativa. Numa sequência de vocábulos sem pausa, num mesmo grupo de força, pode-se depreender no vocábulo fonológico a alofonia das vogais médias /e/ e/ o/ em sílabas pré-tônicas ou átonas finais (BORTONI-RICARDO, 2006). Mesmo não dispondo de terminologia técnica mais precisa, demonstram que estão alerta para a grafia de monossílabos átonos que antes não lhes parecia constituir um problema potencial na aprendizagem da escrita, já que sua estrutura silábica é a canônica, CV, ou apenas uma vogal, geralmente consideradas de menor dificuldade.

O papagaio í a jibóia

O papagaio tava passeando na floresta e quando a jibóia apareceu e o papagaio gritou aaaaaaaa!!! e ele síu voando e ele contou para o amigo.

1. Trata-se de uma criança que está sendo inserida na cultura de letramento, pois já domina alguns conceitos previstos na gramática normativa, como a acentuação da palavra jibóia. Porém, esse domínio ainda é limitado, tendo em vista que escreveu a conjunção “e” com a letra “i” que reflete melhor a sua pronúncia.
2. É visível no texto do Marcelo, da 2ª série, que sua competência na língua escrita é bastante desenvolvida para uma criança de sua idade, mas ainda precisa ser trabalhada para que ele possa superar alguns equívocos, como, por exemplo, a troca da letra “e” pela letra “i”
3. Nesse trecho Marcelo reproduziu o padrão de sua pronúncia na escrita, escrevendo a conjunção “e” da forma como a pronuncia. Em *O papagaio tava passeando na floresta...* grafou a forma verbal *passeando* de acordo com as normas ortográficas, recuperando o segmento “d” que normalmente não aparece na sua pronúncia.
4. *O papagaio í a jibóia.* Nesse trecho podemos notar que o aluno tem um bom domínio da escrita, tendo em vista sua série. Ele escreve de acordo com a expectativa da norma escrita

as palavras *papagaio* e *jibóia*. Além disso, tem domínio sobre as regras de acentuação, como podemos notar na palavra *jibóia*. Porém, o aluno demonstra não conhecer ou não ter domínio da forma escrita da conjunção “e”, e a escreve exatamente como fala *í*.

5. **O papagaio tava passeando....** A tendência de suprimir a sílaba inicial “es” do verbo “estar” já é uma característica comum na sociedade, e ao escrever o aluno tende a suprimi-la também, tendo em vista que o tem como correto.
6. **O papagaio í a jibóia.** Nesse caso podemos perceber a troca da vogal “e” pelo *í*. Isso ocorre pelo fato o /e/ ser uma vogal média e ser pronunciada como /i/ em sílabas de tonicidade 1 e 0 em um grupo de força.
7. O aluno utiliza a letra *í* para escrever a conjunção “e”, erro que pode ser explicado, porque nessa faixa etária a criança, em processo de alfabetização, escreve da maneira que ouve e fala.
8. **Tava.** O aluno pronuncia a forma verbal “estava” não como a língua escrita prevê. É comum que os alfabetizados reproduzam na fala as características da modalidade oral do

português do Brasil, de maneira mais específica, as características de seu grupo social.

9. **O papagaio í a jibóia.** Nesse caso o aluno, ao invés de usar o “e” usou o *í*. Isso ocorre porque a sílaba tem tonicidade 1 no grupo de força.

10.0 papagaio tava passeando (...). Quando não monitoramos a fala, a tendência é suprimir a sílaba “es” nas formas do verbo “estar”. E, da mesma forma que os alfabetizados falam, também tendem a escrever. Ao invés de escrever “estava” o aluno escreveu **tava**.

11.0 papagaio tava passeando. O aluno Marcelo escreveu a palavra “estava” do jeito que ele e a maioria dos brasileiros pronunciam. Ele já entende a diferença entre a língua oral e a escrita. Sabe que na língua oral ele pode pronunciar ou não o gerúndio “ndo”, mas que na escrita precisa se monitorar para recuperar essa ausência.

Em nossa fala não-monitorada costumamos pronunciar as formas do gerúndio (“falando”; “aprendendo”; “saindo”) suprimindo o /d/. Isso acontece porque os fonemas /n/ e /d/ são articulados na mesma região da boca. Por serem fonemas muito

próximos, o /n/ tende a assimilar o /d/.

12.O papagaio í a jibóia. Nesse caso a criança grafa a vogal “e” como ela se apresenta foneticamente, ou seja, com o som de *í*, mas também grafa perfeitamente a palavra jibóia, fazendo uso correto da consoante “j” e da acentuação gráfica.

13.O aluno Marcelo já possui competência comunicativa, mas ainda apresenta alguns erros na escrita, quando ele escreve como se fala, usando *í* em vez de “e”. Outro erro cometido decorre de uma desatenção quando escreveu *síu* em vez de “saiu”.

14.O papagaio í a jibóia. Em quase todas as variedades do português brasileiro, as vogais /e/ e /o/, quando ocorrem em sílabas átonas, antes ou depois da sílaba tônica, são pronunciadas /i/ e /u/, respectivamente. Nesse caso houve uma troca da vogal /e/ pela vogal /i/ na grafia da conjunção, por essa ser um monossílabo átono que funciona como uma sílaba pré-tônica das palavras seguintes.

15.O papagaio í a jibóia. O aluno grafou o fonema /e/ quando se encontra em sílabas átonas no grupo de força, com a letra *í*. Seguindo, portanto, a pronúncia.

16.O papagaio í a jibóia. A troca da vogal “e” pela vogal “i” é um fenômeno comum. Nesse caso ele se dá pela interferência da fala na escrita. Pronuncia-se “i” o que se escreve “e”, como na palavra “ele”, onde verdadeiramente se diz “eli”.

17.O papagaio tava passeando. Ao escrever, a criança tende a suprimir a sílaba suprimida na fala. E nós, de um modo geral, tendemos a suprimir em nossa fala a sílaba “es” nas formas do verbo “estar”.

Patrícia, sem informação sobre idade e série

Nos fragmentos de análise do texto seguinte, observa-se que os alunos de Pedagogia atentaram para a regra variável gradual da supressão do segmento /r/ final e de desnasalização de sílabas finais. Fazem também a distinção entre características da escrita associadas a traços da língua oral e aquelas que se explicam simplesmente pelo desconhecimento das convenções ortográficas.

Quero continuar. A aprende eu quero seu uma promotora quero. Aprender . debiji. Carro. E moto quero. Apende. Ler. Eu quero

aprender escreva manho. Eu estou na escola. Para que eu porsa pega uma iprego nenho. Eu gosta ría de.ír em sopolo. De avião.eu quero ter uma casa. Minha . quero se uma profesora – para que – eu poça – em sína aís outra pessoa que poço aprende. Escreve e le. Para que ele e ela poça ter, um fotubo melho. Esta e o meu soi que eu sempo soeís

1. ***ela poça ter, um fotubo melho.*** A aluna utiliza uma das representações do fonema /s/, substituindo a grafia padrão por ç. A aluna suprimiu o “r” quando grafou a palavra “melhor”, esse segmento tende a ser omitido na fala não-monitorada. Isso é comum, pois a pronúncia do /r/ é uma regra variável.
2. ***Para que eu porsa pega um....*** A aluna suprimiu o fonema /r/ pós-vocálico final no verbo “pegar”. Tal fenômeno ocorre principalmente no infinitivo do verbo e em palavras de duas sílabas ou mais. A aluna escreveu de acordo com a pronúncia na fala não-monitorada.
3. ***(...) outra pessoa que poço aprende. Escreve e Le.*** Aqui ocorreu o fenômeno da supressão do /r/ final, que geralmente ocorre no infinitivo

dos verbos, como foi o caso aqui. Porém um aspecto importante a ressaltar é que normalmente nas palavras monossilábicas tendemos mais a pronunciar o /r/ final, mas a Patrícia, não seguiu esse padrão. A supressão do /r/ final está tão consolidada em seu repertório que ela, mesmo no monossílabo “ler”, escreveu ***le***. Outro ponto é que, ao longo do texto, ela escreveu o verbo “aprender” de diversas maneiras: ***aprende, apender e aprender.***

4. No texto escrito por Patrícia, ela escreve: ***quero se uma profesora – para que – eu poça – em sína aís outra pessoa que poço aprende.*** Esse é um problema que a criança apresenta na escrita e não pode ser explicado pelos hábitos de pronúncia. Há certa confusão na representação escrita do dígrafo /ss/. Então, no caso da Patrícia, ela trocou o dígrafo /ss/ pelo /ç/. Esses erros ocorrem devido às convenções das regras de ortografia, processo de padronização da língua etc.
5. ***Poça.*** grafia errada, a Patrícia ainda não se familiarizou com o dígrafo /ss/. ***Em sína:*** acredito que a Patrícia não tem conhecimento do verbo ensinar, deve ter associado a alguma

palavra como: “em cima”, “em qual” etc. *Aís*: colocou o /i/ no artigo /as/. Faltou no trecho concordância numeral.

6. *Para que ele poça ter.* Poça – possa: A troca do dígrafo “ss” por ç pode ser explicada por consequência das convenções da língua, pois trata-se de um fonema que possui um som e pode ser representado por diversas letras. A supressão do “m” na conjugação do verbo diz respeito à desnaturalização que ocorre nas palavras em que a sílaba final é átona.

7. *A aprende eu quero seu uma promotora que quero.* Percebemos que Patrícia suprimiu a letra “r” no fim da palavra. As pesquisas nessa área mostram que suprimimos o “r” com frequência nos infinitivos verbais e no futuro do subjuntivo, também em palavras que possuem mais de uma sílaba, sendo um fenômeno muito comum e frequente tanto na fala como na escrita.

8. (...) *para que eu poça.* Nesse caso não há [interferência] de hábitos de pronúncia, mas sim a forma de representação do fonema “s”, pois ele pode ser representado de várias formas, mas nesse caso a regra da ortografia diz que deve ser escrita com “ss” – possa.

9. *quero se uma profesora....* A menina suprimiu o /r/ pós-vocálico do verbo ser. Em todas as regiões do Brasil o /r/ pós-vocálico, independente da forma como é pronunciado, tende a ser suprimido especialmente nos infinitivos verbais.

10.... *uma profesora – para que – eu poça – em sína....* Nas palavras *profesora* e *poça* a representação do fonema /s/ é convencionalmente feita pelo dígrafo “ss”. A aluna ainda não tem domínio das convenções que regem a grafia desse fonema.

11. *Eu gosta ría.* Na fala, diferente da escrita, não há divisão de palavras. Na cadeia de fala acabamos unindo alguns morfemas, como no exemplo “homem de vida boa”, acabamos falando “ômidevidaboa”. Por isso se a pessoa não tem familiaridade com a forma escrita, transfere tudo da fala.

12. *Eu poça.* Sapato, roça, assado, essas três palavras, embora escritas de forma diferente, pronunciam-se igualmente seus “sas”. Pessoas em início de escolarização encontram muita dificuldade ao escrevê-las, talvez devido à falta de familiarização com a forma escrita e as frequentes interferências da fala na escrita.

Lucas, 8 anos, 2ª série, nasceu e mora em Ceilândia/DF

Nos fragmentos de análise do texto seguinte, observamos que os pedagogos em formação estão alerta para a despalatalização da consoante nasal palatal, traço muito frequente nas comunidades de fala do Centro-Oeste. Atentam também para o fenômeno da concordância nominal não-padrão e levantam hipótese de hipercorreção, além de perceber a monotongação do ditongo /ou/.

A Dengue

Eu fui lá em São Paulo e coeci um menino que tinha dengue e ele quase morreu e o nome dele é Júnio e ele tem um irmão que também tem dengue e a mãe deles ficou quase doída e o pai também e na casa deles os vizinho não tampava a caixa d'água e os xaxis ela não trocava a água e não quidava e e quando a dona xego ela viu que os menino estavam com dengue e ela teve que coida deles e ae que o pai não deixou e o menino ficou feles mas so que o pai e o irmão mas pequeno não quer e a mãe ficou muito braba e o irmão também e o Júnio foi embora para São Paulo.

1. Eu fui lá em São Paulo e coeci.

Ocorreu a perda do fonema nasal palatal, que é representado na escrita pelo dígrafo “nh”.

2. (...) e na casa dele os vizinho.

Nessa frase vemos a ocorrência de dois fenômenos. O primeiro é que a criança escreveu “vizinho” com “s” e não com “z”. Isso ocorre devido ao caráter arbitrário das convenções da nossa língua. O fonema /s/ pode ser representado de inúmeras formas e a criança, por não conhecer muito bem ainda as convenções gramaticais da nossa língua, escreve “vizinho” com “s”. Mesmo fenômeno ocorre na palavra “poço”. Outro fenômeno que ocorre nessa frase é a não-utilização do plural redundante. A criança marcou o plural somente nos elementos que ocorreram à esquerda do nome. No caso ele marcou o plural em “deles” e “os”, mas não em “vizinho”.

3. vi que os menino.

Ocorreu a supressão do fonema “s” no final da palavra menino. Esse uso é muito frequente quando estamos falando sem prestar muita atenção à forma de nossa fala (estilo não-monitorado).

4. Coeci. O adequado, de acordo com a gramática normativa, é “conheci”,

por isso pode-se analisar que tal aluno ainda não tem conhecimento pleno de dígrafo.

5. na casa deles os visinho. Nessa situação houve a supressão do “s” final, pois tendemos a fazer a concordância nominal colocando a marca de plural nos elementos que ocorrem à esquerda do nome. Na mesma palavra também o aluno usou o *s* no lugar de “z”. Isso ocorre devido às várias convenções ortográficas no processo de padronização da língua.

6. e na casa deles os visinho. No trecho o aluno tende a flexionar somente os elementos à esquerda do nome, no exemplo, esse elemento é um artigo. A regra de concordância não-redundante ocorre com mais frequência nos estilos não-monitores. Quando a forma de plural é apenas um acréscimo de um /s/, tendemos a não empregá-la.

É possível observar que nem todos os problemas que as crianças apresentam em sua escrita podem ser explicados pelos seus hábitos de pronúncia. No trecho o aluno escreveu *visinho* com /s/, sendo que, de acordo com a norma padrão, usa-se o “z”. Isso ocorreu porque um mesmo fonema pode ser representado de duas

formas ou mais. A forma de representar o fonema /s/ em cada palavra é convencionalizada pelas regras de ortografia, que o aluno ainda irá aprender ao longo do processo de alfabetização.

7. e a mãe fico quase doida. É comum os alunos reproduzirem na escrita o processo próprio de sua língua oral. No trecho, o aluno reduz o ditongo /ou/, que tende a ser pronunciado como uma vogal simples /o/. Isso é comum quando os alunos ainda não têm muita familiaridade com a língua escrita.

8. ...não trocava a água e não quidava... Neste caso a criança usa o *quí* para expressar o “cui”.

9. Nesse texto a criança comete um erro na linha 4, no termo “chegou”. Ela substitui o “ch” por *x*. Erro comum em que crianças e até mesmo adultos cometem. Também subtrai a letra “u” do fim da palavra, erro que pode ser explicado pela forma como a palavra às vezes é pronunciada.

10....coeci um menino.... Na palavra “conheci” o “nh” foi suprimido, pois é um travamento nasal e por isso não é muito marcado na fala, ocorrendo também na escrita.

11....os visinho.... Na palavra

visinho, o aluno se equivocou ao escrevê-la com “s”, pois ele ainda não está familiarizado com as convenções da escrita. Já a concordância nominal não foi realizada pois há uma tendência de marcar o plural somente nos elementos que estão à esquerda do nome.

12. Ela vi que os menino estavam com dengue e ela teve que coida deles.

Vi: Suprimiu o /u/, pelo que eu li foi por esquecimento, ela teria competência para escrever o verbo “viu”. Os menino: precisa se familiarizar com a concordância.

Coida: para mim foi hipercorreção /o/ no lugar do /u/ e suprimiu o /r/ do infinitivo do verbo “cuidar”.

13.(...) e a mãe deles fico quase doída. Ocorre redução do ditongo /ow/ na palavra “fico”. Isso ocorre porque frequentemente em nossa fala não pronunciamos o ditongo “ou”. Isso ocorre até em sílabas tônicas finais que são mais resistentes a mudanças.

14.(...) que os menino estavam com dengue. Ocorre concordância não-redundante. Tal fenômeno, que ocorre com mais frequência nos estilos não-monitorados, nesse caso ocorreu na escrita. Isso ocorre porque geralmente

dispensamos os elementos redundantes na fala.

15. Lucas suprimiu o “s” final em **os visinho, as dona e os menino**, pois ainda escreve de acordo com a linguagem oral, em que se costuma marcar o plural apenas no elemento que vem à esquerda do substantivo, que no caso são os artigos “os” e “as”.

16....vi que os menino.... Geralmente se faz a concordância nominal colocando a marca de plural nos elementos à esquerda do nome, no caso o artigo “os” deixando de marcar o nome que vem em seguida, “menino”. O aluno optou pela marcação não-redundante.

17. ... coeci um menino que tinha dengue.... Percebemos que Lucas suprimiu o “nh” da palavra. Talvez pelo “nh” ser um dígrafo e representar apenas um único som ele não achou na hora de escrever a letra correta, então escreveu a palavra da forma como ele a fala.

18. Podemos observar a influência de uma característica comum na Região Centro-Oeste, que é a despalatização da consoante nasal palatal /nh/. É provável que essa criança suprima também essa consoante em sua pronúncia.

Laura, 2ª série

Nos excertos das análises sobre o texto seguinte percebemos a atenção dos futuros pedagogos para com regras variáveis, como a supressão do /r/ final e a redução do ditongo /ei/. Atentam para a repetição do marcador conversacional “aí”, mas ainda não dispõem de informação precisa para interpretá-la. São mais consistentes na análise da hipossegmentação nos grupos de força.

O jogo de Paulo S. e Gleíston

Certo dia Paulo Sérgio convidou seu amigo Gleíston para passar a tarde com ele em sua casa nova.

Aí Paulo Sérgio teve a ideia de jogarbola, e aí Gleíston teve a ideia de jogar na sala. Aí paulo falou que sua mãe tinha acabado de arrumar a sala, ele disse que sim.

Ele Paulo S. falou que era golero e Gleíston ia chutar, e Gleíston chuton bem no vaso de flores que mamãe tinha ganhado.

E Paulo S. ficou muito assustado, e depois ele teve a ideia de amarra com cadaços do seu tênis.

E depois ele saiu para jogarno jardim.

Fim

1. *A ideia de amarra.* Ocorreu a supressão do “r” final. Em palavras terminadas com o fonema “r” esse segmento tende a ser suprimido na fala não-monitorada.

2. *Teve a ideia de jogarbola.* Ocorreu um grupo de força em *jogarbola*. Na fala não há necessariamente pausas entre as palavras; já na escrita deixamos um espaço em branco entre elas. A criança escreveu da mesma forma que pronuncia, sem pausa.

3. Laura transcreveu em seu texto a palavra *golero* na forma em que pronuncia, tendo dificuldade em separar a língua oral da língua escrita, o adequado é “goleiro”.

4. *Paulo S falou que era golero...* A aluna escreveu a palavra *golero* como a pronuncia, ou seja, suprimiu o “i” no ditongo /ei/. *Paulo S teve a ideia de jogarbola.* Ela aglutinou as palavras “jogar” e “bola” interpretando-as como uma única palavra, porque são pronunciadas sem pausa. A sequência “jogar bola” forma um grupo de força cujo pico de acentuação é a sílaba “bo”.

5. *E depois ele saiu para jogarno jardim.* Nessa expressão podemos identificar o grupo de força. A sílaba “gar” é a tônica, então o que a

- precede e a segue são fracas. Quando falamos juntamos essas palavras e a escrevê-las fazemos o mesmo.
6. A Laura, aluna da 2ª série, escreve: ***E depois que ele saiu para jogar no jardim.*** O caso da palavra escrita ***jogarno*** é uma representação de um grupo de força. Os alfabetizandos, como Laura, tendem a escrever o grupo de força composto de duas ou mais palavras como se fosse uma. Como não há pausas na pronúncia, eles interpretam como se fosse uma só palavra.
7. No texto da Laura, 2ª série, está escrito: ***Ele Paulo S. falou que era golero e Gleiston ia chutar...*** Quando Laura foi escrever a palavra “goleiro”, ela escreveu representando uma redução de ditongo /ei/, ocorrendo a perda da semivogal /i/. Essa redução ocorre porque a semivogal que ocupa o lugar da 2ª consoante nas sílabas CVC travando-a tende a ser suprimida na fala. Assim Laura escreveu como pronunciava.
8. ***...falou que era golero...*** No ditongo decrescente “ei”, da palavra “goleiro”, a vogal “i” foi suprimida, pois na estrutura silábica CVC, em que o “i” é uma semivogal, ele funciona como um travamento silábico, fechando a sílaba. Esta monotongação do ditongo “ei” também é muito frequente na fala, o que se reflete na escrita.
9. ***...para jogarno jardim.*** O trecho destacado apresenta um grupo de força, fenômeno muito comum na escrita das crianças, pois os alunos das séries iniciais, principalmente, escrevem como falam, ou seja, unem sequências de palavras.
10. ***Ele Paulo S. que era golero e Gleiston ia chutar e Gleiston chuton bem no vaso de flores que mamãe tinha ganhado.*** Golero: suprimiu o /i/, o ditongo perdeu a semivogal. Ia: utilizou em ***ia chutar***, poderia utilizar o verbo “chutaria”. Precisa se familiarizar com os verbos e os tempos verbais. ***Chuton***: o entusiasmo ao falar do chute: “chutão” parece ser a palavra que ele pensa, mas escreveu com uma grafia diferente.
11. A historinha narrada por Laura apresenta alguns equívocos de pontuação, acentuação, repetição e junção de palavras. Porém, sua articulação com as palavras já está bem desenvolvida, comparando com outras crianças da segunda série.
12. Ao longo de todo o texto de Laura

podemos perceber que ela repete várias vezes as palavras *e aí*, nos mostrando que ainda não assimilou de forma clara como utilizar vírgulas e outros artigos. Mostra-nos que ainda está formando seu vocabulário e por isso não encontrou ou usou outras palavras para substituir a repetição do “aí”.

13.(...) Paulo S teve a ideia de jogarbola (...). Nesse caso, ocorre os fenômenos dos grupos de força, em que a aluna juntou as duas palavras “jogar” e “bola”, interpretando-as como apenas uma palavra. A sílaba tônica é “bo”, as palavras dos grupos de força receberão os seguintes valores:

Jo – gar – bo – la
0 1 3 0

Como a sílaba de maior valor é “bo”, a que vem antes dela recebe valor 1, aglutinando-se a ela.

14. le Paulo S falou que era golero.... Em *golero* a aluna reduziu o ditongo /ei/ refletindo a pronúncia. É considerada a monotongação quase categórica sempre que o segmento seguinte compartilhar um número grande de propriedades com a semivogal. O sufixo “eiro” favorece a supressão da semivogal.

15. Temos um exemplo de grupo de força, ou seja, quando ocorre a união de duas ou mais palavras devido à pronúncia sem pausa. A criança escreveu *jogarbola* e *jogarno*. É importante ressaltar que ela já tem o domínio da palavra “jogar”, pois escreveu com o “r”, mas como ela escuta as palavras “jogar” e “bola” sem pausa, a tendência é escrever junto. Com *jogarno* acontece a mesma coisa, mas ela também poderia ter escrito “nojardim”, mas ela já deve ter o domínio da palavra “jardim”.

Wanessa, 7 anos

Observa-se a atenção dos analistas para a grafia de palavras em inglês e a tentativa, em alguns casos mal-sucedida, de explicar a dificuldade com a representação gráfica de vogais nasais

Minha férias

Eu fui ao cinema foi muito legal depois agente fomos ao Mcidonaudis e depois eu fui pra casa, la em casa eu briquei no vidioqueme.

1. *...eu briquei no vídeogueme.* Na palavra *briquei* pode-se ver que a criança extraiu o “n”, isso pode ter acontecido porque crianças dessa idade/ faixa etária escrevem como elas mesmas falam, não tendo, muitas vezes, uma percepção tão aguçada ao ponto de notar a sonoridade que traz o “n”. Quando a criança escreve a palavra *vídeogueme*, nota-se a capacidade que ela tem de se comunicar mesmo passando por um erro gramatical. Videogame é uma palavra que sem dúvida está na boca de muitas crianças, porém nesse caso a criança desconhecia a grafia de tal palavra, assim passando para o papel tal como escrita.
2. Na expressão *...ao Mcidonaudis* a aluna torna o termo de origem estrangeira “aportuguesado”, escrevendo da forma como ouve a palavra sendo pronunciada.
3. Em *minha férias*, a criança marcou o plural no substantivo, pois a palavra “férias” não existe sem o “s” final. Isso nos mostra que a criança já começou a observar as marcas de plural, mas ainda não possui domínio completo. O que era de se esperar é que a criança marcasse o plural no elemento que

se encontra à esquerda do substantivo.

4. *Minha férias.* Nesse período ocorrem dois fatos interessantes. O aluno erra na concordância deixando a palavra “minha” no singular. Nesse caso, o correto seria o pronome concordar com o substantivo que se apresenta no plural, isto é, o correto seria “minhas férias”. Outro fato interessante se dá pela correta acentuação da palavra “férias”.
5. *Mcidonaudis / vídeogueme.* Nesses dois erros a criança de 7 anos tenta grafar as palavras de língua inglesa de acordo com a sua pronúncia na língua portuguesa. Importante salientar que em *mcidonaudis* o aluno apresentou a neutralização dos fonemas /l/ e /u/. Além disso, a criança adicionou o “is” após a consoante “d”, pois na língua portuguesa não ocorrem palavras terminadas em “d”.
6. *Briquei.* Na palavra *briquei*, o aluno não se apropriou das convenções ortográficas, como o emprego das letras “m” e “n” para indicar a nasalidade da vogal /i/, mas apresentou certo domínio ao grafar corretamente a sílaba complexa “bri” e o dígrafo /qu/.

O componente da disciplina Sociolinguística que vem sendo incluído na formação de professores para séries iniciais na Universidade de Brasília enfatiza alguns conceitos e princípios que estão sintetizados nos parágrafos seguintes (BORTONI-RICARDO, 2008):

1. A competência oral de nossos

alunos. Quando nossos alunos chegam à escola, já têm uma competência comunicativa bem desenvolvida. Já são capazes de se comunicar bem, no âmbito da família, e de conversar com os amigos, colegas, professores etc. Quando começam a ter contato com a língua escrita, ao aprender a ler e escrever, vão-se valer dos conhecimentos que os habilitam a falar para se comunicarem também por meio da modalidade escrita da língua. Por isso devemos refletir muito sobre a integração entre os modos de falar que os estudantes já dominam e novos modos de falar e modos de escrever que têm de incorporar ao seu repertório linguístico, de tal forma que estejam preparados para desempenhar as mais diversas tarefas na sociedade. Como medida inicial, é importante que os professores conheçam os antecedentes sociode-

mográficos de seus alunos: onde nasceram; em que comunidade estão sendo criados; qual a profissão dos pais; se na família predomina uma cultura oral ou se no âmbito da família combinam-se práticas de cultura oral e de cultura letrada etc.

2. A variação própria dos nossos

modos de falar. Nos modos de falar dos brasileiros em geral, cujas origens já foram magistralmente descritas por Serafim da Silva Neto (1950), ocorrem muita regras variáveis. Estamos diante de uma regra variável na língua sempre que há duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa. Por exemplo, “Eu tô falano c’cê” / “Eu estou falando com você”. Essa segunda variante tem prestígio, é valorizada e bem recebida, enquanto a primeira, embora muito usada na comunicação oral, é considerada uma construção ruim, que deve ser evitada. Você, professor, deve estar-se perguntando: Por que temos, na sociedade brasileira, variantes que são bem recebidas e outras que não o são? Boa pergunta! Vamos a ela.

3. Normas sociais convencionais que regem a interação.

A língua de uma comunidade é uma atividade social e, como qualquer atividade

social, está sujeita a normas e convenções de uso. Em qualquer língua podemos escolher entre usos mais formais ou menos formais. Mas essa escolha não é totalmente livre. Ela é condicionada pelas normas que definem quando e onde é adequado usar linguagem informal (não-monitorada) e quando e onde se espera que os participantes da interação usem linguagem formal (monitorada). O principal fator que condiciona o grau de monitoramento em qualquer interação são as expectativas que os interagentes têm em relação uns aos outros. Essas expectativas decorrem principalmente dos papéis sociais que esses interagentes estão desempenhando no evento interacional. É preciso observar também que, para atender às expectativas mútuas, os participantes têm de lançar mão de recursos comunicativos.

4. O que é o “erro de português”?

Preferimos colocar a expressão “erro de português” entre aspas porque a consideramos inadequada e discriminatória. Erros de português são tão-somente diferenças entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a

variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas pelo afeto e informalidade, e a cultura de letramento, que é cultivada na escola e em outros domínios sociais, como nas igrejas, nos escritórios, nas repartições públicas etc.

5. Uma pedagogia sensível às características dos alunos.

É no momento em que o estudante usa uma variante que a sociedade considera como “erro” e o professor intervém, fornecendo a variante própria da escrita e dos estilos monitorados, que as duas variedades se justapõem em sala de aula. Como proceder nesses momentos é uma dúvida sempre presente entre os professores. Uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles trazem consigo e a da escola e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar seus alunos sobre essas diferenças. Na prática, contudo, esse comportamento é ainda problemático para os professores, que ficam inseguros sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros.

6. O trabalho construtivo e respeitoso com a variação em sala de aula.

Quando uma professora percebe o uso de regras não-padrão, nem sempre precisa corrigir o aluno diretamente, mas pode retomar aquela contribuição, comentando-a ou ampliando-a. Dessa forma, a professora está construindo um “andaime”, isto é, apresentando a variante própria da língua escrita e também da fala monitorada, e chamando a atenção para as diferenças entre as variantes. O padrão de comportamento de uma professora ou um professor em relação ao uso de regras não-padrão pelos alunos depende basicamente do tipo de evento em que essas ocorrem. De modo geral, observamos que quase nunca os professores intervêm para corrigir os alunos durante a realização de um evento de oralidade, isto é, trocas espontâneas de fala entre professor e alunos, na administração da dinâmica de sala de aula. Já nos eventos de letramento, quando professor e alunos estão engajados em tarefas de leitura e escrita, os professores intervêm com mais frequência. Essas intervenções devem sempre ser respeitosas e levar o estudante a

refletir sobre os recursos que a língua oferece para adequarmos a nossa fala às expectativas dos interlocutores e à formalidade de cada situação interacional. Finalmente, não podemos nos esquecer de que a modalidade oral da língua, quando usada em eventos de pouca formalidade, admite muita variação. Quanto à modalidade escrita, existem regras ortográficas e outras relacionadas à própria estruturação do texto escrito, que têm de ser observadas. Portanto, os professores têm de lidar com os modos de falar e com os modos de escrever de formas distintas, levando em conta que a produção linguística de seus alunos tem sempre de estar adequada à situação de uso.

Aproximando-nos da conclusão do capítulo, queremos deixar algumas palavras de otimismo. Nas últimas décadas, tem aumentado o número de trabalhos de base sociolinguística, ou que fazem interface com a Sociolinguística, voltados para os principais problemas da transição dos modos de falar para os modos de escrever. Entre eles, citaremos apenas alguns que têm fornecido subsídios mais frequentes ao trabalho das autoras deste capítulo nas disciplinas de base linguística na Faculdade de Educação a que pertencem. Nas

aulas de processo de alfabetização, cabe mencionar Moraes (2000), Cagliari (1999), Faraco (1992), Scliar-Cabral (2003), Silva (1981) e Tfouni (1995). Nas aulas de educação em língua materna, Hora (org., 2004), Mollica (2007), Bagno (2007), Mattos e Silva (2004) e Bortoni-Ricardo *et alii* (2008). É claro que essa é apenas uma amostra. Nossas editoras têm sido pródigas na publicação de livros que trazem de fato uma contribuição expressiva da Sociolinguística à Educação. Esse esforço há de gerar bons frutos.

Referências

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 1985.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A diversidade linguística do Brasil e a escola in: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Salto para o futuro:** Português – um nome, muitas línguas. Boletim 08. MEC/TV Escola, pp. 55-64.

_____. Métodos de Alfabetização e consciência fonológica: o tratamento de regras de variação e mudança. **Scripta:** Belo Horizonte – PUC Minas, v. 9, n. 18, pp. 201-220, 2006.

_____. Variationist Sociolinguistics in: HORBERGER, N. e CORSON, D. (orgs.). **Encyclopedia of Language and Education.** Vol. 8: Research methods in Language and Education. Berlin: Kluwer Academic Publishers, pp. 59-66, 1997.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris *et alii*. **Série ensinar leitura e escrita no ensino fundamental.** São Paulo: Parábola Editorial, 4 vols. 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** São Paulo: Scipione, (1996)

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1957). Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. *Romanistisches Jahrbuch*, Hamburgo (8): 279-86. Reimpresso em C.E.F.Uchôa (org.) **Dispersos.** Rio de Janeiro: FGV, pp. 34-46, 1972.

_____. **Estrutura da língua portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

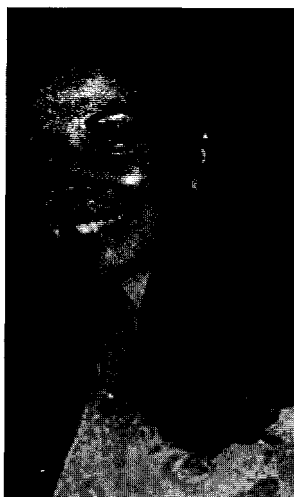
CASTILHO, Ataliba T. de (org. 1978). **Subsídios à Proposta Curricular de Língua Educação/ Portuguesa para o 2. Grau.** São Paulo/Campinas: Secretaria de Estado da Unicamp, 1978, 8 vols.; 2ª. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1988, 3 vols.

ERICKSON, Frederick. Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. In: **Anthropology & Education Quarterly.** v.18(4) pp. 335-56, December, 1987.

- FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização:** características do sistema gráfico do português. São Paulo: Contexto, 1992.
- FRANCHI, Eglê. **E as crianças eram difíceis.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- FREITAS, Vera Aparecida de Lucas. **A variação estilística de alunos de quarta série em ambiente de contato dialetal.** Dissertação de mestrado: Universidade de Brasília, 1996.
- GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula.** Cascavel: Assoeste – Editora Educativa, 1984.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- HORA, Dermeval da (org.). **Estudos sociolinguísticos:** perfil de uma comunidade. João Pessoa: VALPB, 2004.
- HYMES, Dell. **Foundations of Sociolinguistics.** Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- KATO, Mary. **O aprendizado da leitura.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LABOV, William. The study of language in its social context. In: **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola.** Porto Alegre: Editora Globo, 1982.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade:** por uma nova concepção da língua materna. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MATTOS e SILVA, **O português são dois:** novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, letramento e inclusão social.** São Paulo: Contexto, 2007.
- MORAES, Artur Gomes de. **O aprendizado da ortografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PERINI, Mário Alberto. **Para uma nova gramática do português.** São Paulo: Ática, 1985.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tarefas da linguística no Brasil. **Estudos linguísticos**, 1 (1), pp. 4-15. São Paulo, 1966.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Presença, 1977 (1ª edição 1950).
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SILVA, Mírian Barbosa da. **Leitura, ortografia e fonologia.** São Paulo: Ática, 1981.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola* - uma perspectiva social. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.
- STUBBS, Michael. **Discourse analyses.** The sociolinguistics analyses of natural language. Basil Blackwell: Oxford, 1983.
- _____. **Discourse analyses.** The sociolinguistics analyses of natural language. Basil Blackwell: Oxford, 1980.
- TFOUNI, Leda V. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995.
- VANDRESEN, Paulino. Tarefas da sociolinguística no Brasil. **Revista de Cultura Vozes**, v. LXVIII, n. 8, 1973, pp. 5-11.
- ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola:** as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Thaís Cristófaru Alves da Silva
(2005-2007)

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1C. Mestre em Linguística pela UFMG (1986), Doutora em Linguística pela Universidade de Londres (1992) e Pós-Doutorado na Universidade de Newcastle (2002). Foi Presidente da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN, gestão 2005-2007. Sou Pesquisadora Associada ao "Department of Portuguese and Brazilian Studies" do Kings College da Universidade de Londres. Atualmente desenvolvo quatro projetos de pesquisa: 1) Gradualidade fonética e organização das representações mentais (CNPq 303397/2005-5); 2) ASPA: Avaliação Sonora do Português Atual (CNPq 502906/2005-7), veja: www.projetoaspa.org, 3) E-labore: Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita (CNPq 401153/2006-1) e 4) Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia (PEG 049/2008). Resultados de pesquisa referentes a estes e outros projetos já concluídos podem ser obtidos em minha página na internet: www.lettras.ufmg.br/cristofaro (ver publicações). Junto com Gisela Collischonn coordeno o GT de Fonética e Fonologia da ANPOLL no biênio 2008-1010. Ministro cursos de Graduação, Pós-graduação, Especialização e Extensão com enfoque principal em minha área de contratação: fonética e fonologia. A minha página na internet oferece apoio a tais cursos, sendo que os materiais são sistematicamente utilizados pelo corpo discente. Coordeno



projetos de Iniciação Científica, Monografia, Mestrado e Doutorado. Oriento também alunos do convênio Kings College London-UFMG (da qual sou Coordenadora) e da Universidade do Texas (Mestrandos e Doutorandos em Programa Sanduíche). Atuo desde 1995 na Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE-UFMG. A minha atuação profissional tem caráter multidisciplinar, sobretudo vinculando-se à Linguística Teórica e Aplicada, Fonoaudiologia e Tecnologia da Fala.

FONÉTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Thaís Cristófaró Silva¹

Depoimento pessoal

Apresento aqui algumas observações de caráter pessoal sobre o meu percurso no estudo da sonoridade. Em 1981, fiz o meu primeiro curso de Linguística e decidi que dali em diante estudaria a sonoridade das línguas em geral. Ingressei em 1982 no mestrado em linguística da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) onde tive a dádiva de ter, dentre outros, Eunice Pontes, Marco Antônio de Oliveira e Mário Alberto Perini como professores. Em 1983, fui para Campinas onde estudei com Luiz Carlos Caglairi, Aryon Rodrigues e Maurício Gnerre. O período em que estudei na Universidade de Campinas (Unicamp) ampliou meus horizontes em busca de conhecimento científico. Lá havia um espectrógrafo que hoje pode ser considerado completamente obsoleto, mas foi onde fiz o primeiro espectrograma da minha vida. A ideia de um programa como o Praat (www.praat.org) para ser utilizado nos estudos da fala não era sequer vislumbrada. Na época, não contávamos com computadores pessoais e os avanços nos estudos da sonoridade seguiam de bons equipamentos de gravação (gravadores analógicos e microfones unidi-

¹ Agradeço ao presidente da ABRALIN, prof. Dermeval da Hora, pelo convite para publicar este texto. Agradeço também aos membros de meu grupo de pesquisa e colegas-parceiros pela discussão constante de ideias, muitas delas aqui apresentadas. Agradeço ainda o apoio do CNPq através de bolsa de PQ (30.33.97/2005-5).

regionais). No final de 1983, fui para Los Angeles, onde Carlos Gohn e Nice Müller me acolheram com uma amizade infinita e onde tive a oportunidade de estudar com Peter Ladefoged e Aditi Lahiri, na University of California at Los Angeles (UCLA). Foi numa aula de Peter Ladefoged que fiz a primeira palatografia da minha vida e onde aprendi que a compreensão plena da linguagem é multidisciplinar e depende de tecnologia. Com Aditi Lahiri, aprendi que o formalismo na descrição deve ser elegante e formulado com clareza. De volta ao Brasil, em 1984, tive a honra de ter Luiz Carlos Cagliariari como meu orientador. Luiz Carlos me guiou para entender a sonoridade da língua Krenak e soube me incentivar a dar continuidade aos estudos. Em 1986, fui para Londres cursar meu Doutorado na Universidade de Londres, na School of Oriental and African Studies (SOAS). No SOAS e no University College of London (UCL), descobri os “Reading Groups (Grupo de Estudos)” e os “Seminars (Seminários)”. Nos “Reading Groups”, tentávamos entender textos em parceria com colegas e as discussões eram sempre muito produtivas. Hoje, na UFMG, busco manter ativo a cada semestre pelo menos um “Grupo de Estudos” e observo que esses encontros são importantes na formação dos estudantes. Nos Seminários – “London Phonology Seminar” e “SOAS Postgraduate Seminars” – professores e alunos discutiam

suas análises, que seriam apresentadas em artigos ou teses. Os méritos e problemas de cada análise eram debatidos com avidéz pelos participantes num clima motivante de coleguismo e parceria. Em 1988, passei a trabalhar sob a orientação de Jonathan Kaye e com ele aprendi que o trabalho em equipe pode ser gratificante. Ainda hoje troco ideias com meus colegas de Doutorado e com professores daquela época. Sob a orientação de Jonathan Kaye, passei a estudar a fonologia do português brasileiro e concluí meu Doutorado nesta área. Em 1994, ingressei na UFMG (Faculdade de Letras – Departamento de Linguística) para atuar nas áreas de Fonética e Fonologia. Na UFMG tive e tenho a acolhida que me permite crescer cientificamente. Desde o meu ingresso na UFMG, tive a oportunidade de trabalhar com Marco Antônio de Oliveira até a sua aposentadoria (que falta ele faz!!!!). Em parceria com Marco Antônio, trabalhei com alfabetização e variação/mudança linguística, utilizando meus conhecimentos de sonoridade. A minha formação seria, certamente, diferente se eu não tivesse a oportunidade de trabalhar com o Marco. Embora tenhamos posições algumas vezes divergentes, as suas observações e críticas são sempre relevantes. Após ministrar por dois semestres consecutivos as disciplinas introdutórias de Fonética e Fonologia na UFMG, comecei a escrever o volume *Fonética e*

Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios (Editora Contexto, 2008, 9ª edição). Atuei por alguns anos junto ao Laboratório de Fonética da FALE-UFMG e, recentemente, desvinculei-me deste laboratório. Obviamente, a minha atuação continua sendo nos estudos da sonoridade – Fonética e Fonologia – e tenho contribuído para estes domínios do conhecimento de diversas maneiras: formulação de um banco de dados de padrões sonoros (ASPA: Avaliação Sonora do Português Atual), criação de uma página na internet para o ensino de Fonética e Fonologia (Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia) e construção de um *corpus* de linguagem infantil (e-Labore: Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita). Estes trabalhos podem ser consultados através de minha página pessoal em www.projetoaspa.org/cristofaro. Vários colegas e alunos têm sido parceiros nestes projetos e a cada dia mais me convenço da multidisciplinariedade dos estudos da sonoridade e dos estudos da linguagem em geral.

Considerações Iniciais

Most linguists would agree that our remit is not only to strive to describe and understand what speakers *do*, but also what they *know*.

McMahon

A epígrafe acima expressa com clareza que, dentre as tarefas do lingüista, espera-se a busca da compreensão da linguagem em termos de produção (o que os falantes fazem) bem como do conhecimento implícito dos falantes (o que os falantes sabem, ou o conhecimento que os linguistas acham que os falantes sabem). No texto de McMahon (2007), a discussão pauta-se explicitamente sobre os domínios da fonética e da fonologia e este tema será discutido ao longo deste texto. Contudo, neste momento, é importante destacar que as teorias linguísticas clássicas, de maneira geral, oferecem análises descritivas que consideram, sobretudo, a **produção** da linguagem: o que os falantes fazem! As análises descritivas sobre a sonoridade restringem o “fazer” do falante aos aspectos articulatórios e acústicos. Tal restrição será questionada posteriormente com a sugestão de que uma proposta visando a modelar a linguagem deve conciliar os módulos perceptuais e de produção para que possamos formular teorias holísticas da linguagem. O que os falantes sabem, ou seja, o conhecimento dos falantes, na grande maioria das teorias, aborda estritamente as características subjacentes da linguagem: o conhecimento internalizado do falante! É importante ressaltar que a descrição do conhecimento internalizado é formulada por algum linguista. Análises que por ventura entrem em conflito são raramente testadas na

avaliação perceptual dos falantes, mas se centram na natureza teórica e formal das propostas dos linguistas que as formularam. Contudo, uma avaliação geral de outras áreas do conhecimento – como a Psicologia ou Tecnologia de Fala – oferecem indícios de que o módulo perceptual é de grande importância para a formulação de teorias da linguagem e, sobretudo, de teorias que visem a descrever a sonoridade. Este texto pretende ser uma contribuição para o debate em torno dos limites dos domínios do conhecimento sobre a sonoridade. A primeira seção discute os domínios clássicos abordados em teorias fonéticas e sugere a ampliação do escopo de pesquisas. A segunda seção discute alguns aspectos positivos e negativos de avaliar a linguagem de maneira multimodal. A terceira seção considera avanços tecnológicos que permitem vislumbrarmos um futuro em que as teorias sobre a sonoridade tenham características científicas mais consolidadas. A conclusão é a última seção do texto e sintetiza os principais pontos discutidos.

Domínios da Fonética

Esta seção discute domínios clássicos abordados em teorias fonéticas e sugere a ampliação do escopo de pesquisas. Tradicionalmente, a Fonética investiga os aspectos

fisiológicos e físicos da linguagem. A Fonologia, por outro lado, investiga os aspectos funcionais e a organização dos sons em línguas específicas e tendências universais da organização sonora (CRISTÓFARO SILVA, 2006). Neste texto discuto aspectos relacionados com a Fonética.

Um dos pilares da descrição fonética é a categorização de sons como unidades isoladas. Sugere-se que estas unidades – os sons individuais – tenham características gerais que permitam a classificação. O sistema de classificação de sons mais difundido é aquele apresentado pela Associação Internacional de Fonética: o IPA (International Phonetic Association), ou seja, o Alfabeto Internacional de Fonética. A primeira versão do Alfabeto Fonético de Fonética data de 1888, após a fundação do IPA, em 1886. MacMahon (1986) apresenta uma avaliação dos cem anos da teoria fonética apresentada pelo IPA e discute a pertinência e adequação dos símbolos fonéticos. Em 1989, o IPA realizou uma convenção em Kiel, na Alemanha, que apresentou algumas alterações teóricas e notacionais ao Conselho da Associação. O Alfabeto Internacional de Fonética apresenta 107 símbolos básicos, com 55 símbolos modificadores, os quais são agrupados em três categorias: letras, diacríticos e suprasegmentais (que indicam tom e inflexão). A versão do Alfabeto Internacional de Fonética, datada de 2005, é

apresentada ao final deste texto, adicionada de um conjunto de símbolos extras, datado de 1997, que têm por objetivo documentar propriedades relacionadas com as patologias de fala.

Dois volumes devem ser destacados para uma melhor compreensão da teoria fonética descritiva: *Principles of the International Phonetic Association* (1949) e *Handbook of the International Phonetic Association* (1999). Nos dois volumes aparece uma série de amostras de aplicação dos símbolos fonéticos a várias línguas naturais. O volume de 1999, contudo, apresenta maiores detalhes descritivos das línguas analisadas. Um excelente trabalho descritivo da fonética do português brasileiro é apresentado em Cagliari (2007). Um trabalho que aplica os princípios descritivos do Alfabeto Internacional de Fonética ao português brasileiro é de Barbosa e Albano (2004).

Obviamente, o conjunto de símbolos e diacríticos apresentados na tabela do Alfabeto Internacional de Fonética visam entrelaçar a teoria fonética descritiva com um conjunto de símbolos e rótulos. Os símbolos do Alfabeto Internacional de Fonética representam, de fato, somente parte da teoria fonética e devem ser compreendidos como tal. Ou seja, como recurso descritivo e de documentação, o conjunto de símbolos do Alfabeto Internacional de Fonética é apropriado. Além de aspectos segmentais, a Fonética investiga aspectos

prosódicos como o ritmo e a entoação, que demandam recurso descritivo adicional. Neste texto restrinjo a discussão aos aspectos segmentais, embora reconheça os limites mais amplos da documentação da sonoridade. Tal restrição se justifica porque o estatuto teórico dos segmentos impõe importantes questionamentos para a área de conhecimentos da sonoridade (PORT, 2008; JOHNSON, 2004; HARRIS et al, 1999; MORAIS et al, 1979).

Portanto, a teoria fonética não se restringe à representação simbólica proposta pelo conjunto de símbolos fonéticos do IPA. Ao contrário, muito pode e deve ser investigado através de técnicas e métodos adicionais, em amplas áreas exploratórias da sonoridade.

Um dos problemas de se adotarem os símbolos fonéticos individuais é que não é possível expressar características específicas dos sons quando adjacentes a outros sons. Por exemplo, a consoante [d] ocorrendo entre as vogais [e,a,u] apresenta características diferentes, o que pode ser observado nas figuras abaixo (observe, a transição das vogais-oclusivas-vogais).

A figura a seguir indica que a oclusiva alveolar vozeada [d] pode ser caracterizada pela ausência de energia, uma vez que ocorre a oclusão da passagem da corrente de ar pelo trato vocal. Contudo, note-se que o limite do início e do final da consoante difere em relação a vogais específicas. Ou seja, os sons têm

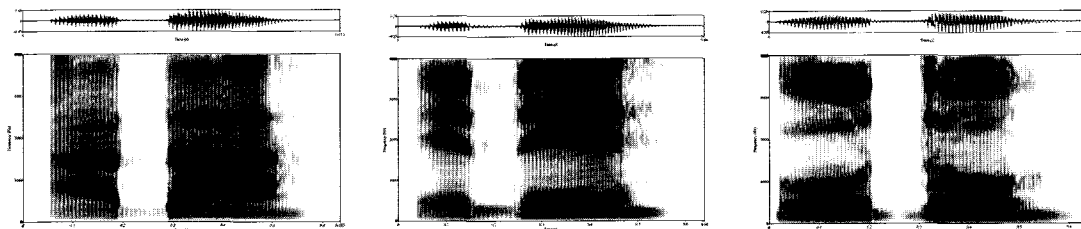


Figura1 – Espectrograma e oscilograma das sequencias sonoras [ada, ede, udu]

características comuns. Por exemplo, no caso da oclusiva [d] ocorre a ausência de energia no sinal como consequência da obstrução da passagem da corrente de ar. Por outro lado, a consoante [d] só é interpretada quando ocorre a soltura da obstrução que, como pode ser observado na figura 1, será diferente para cada vogal. Assim, na caracterização segmental devem ser levados em conta tanto as propriedades gerais dos segmentos quanto o contexto adjacente a estes.

Adicionalmente, o processamento de segmentos individuais como unidades discretas não apresenta consenso na literatura. Moraes et al (1979) oferecem evidências de que a consciência da fala em sequência de segmentos discretos, ou fones, não é adquirida espontaneamente como parte do desenvolvimento cognitivo, mas depende de treinamento específico através do aprendizado de leitura em sistemas alfabéticos de escrita.

Portanto, entendemos que há grande

variabilidade no sinal acústico quanto à caracterização de segmentos individuais e que também há evidências de que falantes não categorizam sons individualmente. Assim, parece ser pertinente perguntar se os segmentos, ou fones, são de fato unidades discretas na construção do contínuo da fala. Se por um lado o Alfabeto Internacional de Fonética oferece um recurso descritivo e de documentação dos sons das línguas, por outro lado temos vários desafios para entendermos a cadeia sonora da fala em plenitude.

Na minha interpretação dos fatos, os sons individuais não são unidades de processamento da linguagem humana e tenho trabalhado em busca de evidências para esta abordagem. A teoria fonética de registro individual dos sons pauta-se, sobretudo, em características de produção dos sons. De fato, a grande maioria das teorias fonéticas e fonológicas tem como ponto central de investigação o módulo de produção dos sons. Neste

sentido, identificar segmentos discretos oferece menor problema. O módulo perceptual ou é investigado separadamente da produção, ou é ignorado.

Os avanços tecnológicos, contudo, vêm contribuindo para a ampliação deste escopo de métodos e teorias. Há algumas poucas décadas, a investigação acústica das propriedades da fala era de difícil manipulação e custava relativamente caro. Hoje em dia, temos disponibilização gratuita de programas de investigação acústica da sonoridade, como o Praat, www.praat.org, que permite a análise de propriedades da fala em diferentes perspectivas.

A manipulação do sinal acústico e de vídeo permite investigar aspectos da relação entre a produção e a percepção. Um trabalho clássico de 1976, de autoria de McGurk e MacDonald, demonstra a interação entre a percepção da fala e efeitos visuais e auditivos, sugerindo que a percepção da linguagem deve ser interpretada de maneira multimodal. Nesse trabalho os autores apresentam aos falantes um vídeo com a produção de uma sequência sonora, digamos [ga]. O estímulo auditivo que é apresentado aos falantes é de [ba]. Os falantes identificam a sequência sonora como [da], ou seja, um som diferente do *input* visual e auditivo (interpretam o gesto não-labial com a propriedade de oclusão bilabial que foi ouvida). Outras séries de sons apresentam

efeitos semelhantes nos experimentos de McGurk e MacDonald (1976). Por exemplo, o falante é apresentado ao vídeo de [da] e escuta a sequência [ma]. O som identificado pelo falante é [na] (interpreta o gesto alveolar concomitante com a nasalidade da consoante que foi ouvida). Esse fenômeno é conhecido como “efeito McGurk-MacDonald” e experimentos adicionais mostram que o fenômeno é robusto e aplica-se também em palavras reais inseridas em sentenças. Portanto, pelo menos quando parâmetros articulatórios são dissociados de parâmetros auditivos, o módulo perceptual busca interpretar os fatos de maneira multimodal. Na próxima seção, discutiremos alguns aspectos relacionados com a multimodalidade da linguagem humana, tendo como objetivo fazer uma reflexão sobre o caráter subjetivo da transcrição ou documentação auditiva da linguagem e sobre as contribuições tecnológicas para o estudo da linguagem.

Multimodalidade da Linguagem

Esta seção discute alguns aspectos positivos e negativos de avaliar a linguagem como um fenômeno multimodal. Multimodalidade é compreendida como dois ou mais módulos diferentes operando concomitantemente no desempenho de função específica.

Assim, com relação à linguagem, podemos indicar o módulo de produção gestual da fala (fisiológico), o módulo gestual do corpo (que informa dados sobre a linguagem), o módulo de percepção visual dos movimentos vinculados com a articulação da fala, o módulo auditivo etc. Entende-se que haja interação entre diferentes módulos envolvidos na produção da fala.

O debate sobre a multimodalidade perpassa um debate crucial na formulação das teorias linguísticas: se a linguagem é inata ou se é aprendida através da experiência. Obviamente, os proponentes atuais da perspectiva inatista entendem que a experiência tenha algum papel no desenvolvimento da linguagem (mas nesta proposta o LAD (Language Acquisition Device) é parte do mecanismo inato que regula a linguagem e tem papel crucial na organização desta). Por outro lado, os empiristas de hoje sugerem que a experiência tem fator crucial na organização da linguagem, mas que um mecanismo inato contribui para a sua evolução (tal mecanismo inato, neste caso, não fomentaria apenas o desenvolvimento da linguagem, mas o desenvolvimento do conhecimento abstrato e simbólico em geral). O debate relativo a esses temas tem impacto direto em abordagens multimodais que se familiarizam, de maneira geral, com a proposta empiricista.

É interessante observar que tem sido

crescente a utilização de vários recursos tecnológicos para a coleta de dados de registro da fala numa perspectiva multimodal. A análise do material coletado ainda requer metodologia e técnica mais refinada. Avanços têm sido feitos neste sentido. Possivelmente, o módulo perceptual é aquele que conta com desenvolvimento mais amplo no momento. Técnicas de investigação perceptual são bem delineadas (PISONI e REMEZ, 2005), embora a modelagem produção-percepção enfrente desafios. Jusczyk (1997) apresenta um estudo importante sobre aspectos perceptuais na aquisição da linguagem. Fowler e Galantucci (2005) demonstram que gestos (articulatórios) são percebidos e interpretados pelos falantes. Portanto, o módulo de produção tende a ter interação estreita com o módulo perceptual. Nos últimos anos, a formulação de modelos que investigam os módulos perceptual e de produção evidenciam que este tema deve ser investigado em profundidade.

Gestos, no sentido mais amplo, de movimento corporal, incluindo movimentos faciais, têm sido analisados como correlatos de propriedades da linguagem (McNEILL, 2000; VOLTERRA et al., 2005). Tantos os gestos envolvidos na produção articulatória da sonoridade quanto os gestos corporais mais amplos apresentam movimentos precisos e rápidos que permitem interpretação, a qual é ponto central de pesquisas em desenvolvimento. Além dos

gestos observáveis, vários estudos investigam como se dá o processamento cerebral de informações gestuais. O processamento cerebral da linguagem envolve várias dimensões, resumidas por Volterra et al sobre a perspectiva adotada por Elizabeth Bates:

- “...Language is a new machine built up of old parts” (BATES e GODMAN, 1997 apud VOLTERA et al, 2005, p. 36),
- “emerging from a nexus of skills in attention, perception, imitation and symbolic processing that transcend the boundaries of ‘language proper’” (BATES e DICK, 2002 apud VOLTERA et al, 2005, p. 36).

A multimodalidade permite ampliarmos o conhecimento sobre a organização cognitiva, temporal e espacial da linguagem, mas ao mesmo tempo apresenta o problema de delimitação de domínios. Uma perspectiva é a de rejeitarmos a multimodalidade e aceitarmos que a compreensão da linguagem pode se dar pelo seu mapeamento simbólico e representacional. Outra perspectiva é a de aceitarmos que a multimodalidade é inerente à linguagem e buscarmos mecanismos para entendê-la da melhor maneira possível.

Os estudos na área da sonoridade vêm oferecendo informações importantes que

contribuem para uma compreensão mais ampla da multimodalidade da linguagem. Neste sentido, o papel da tecnologia tem sido crucial na busca de alternativas documentacionais e descritivas. A próxima seção discute alguns avanços tecnológicos relevantes para os estudos da área da sonoridade.

Avanços Tecnológicos

Esta seção considera alguns avanços tecnológicos que permitiram a investigação da sonoridade com características científicas mais consolidadas. Pretendo discutir as técnicas e equipamentos disponíveis e suas respectivas contribuições aos estudos da fonética e da sonoridade em geral (O leitor atento deve ter observado que, por vezes, faço uso do termo “sonoridade” ao invés de “fonética”). O uso do termo “sonoridade” é proposital. Entendo que o estudo da Fonética e Fonologia tem cumplicidade e limites difusos: “It is a chicken and egg problem. The phonology has to be clear before you can make a meaningful description of phonetics; and without a description of the sounds, you cannot go very far with the phonology.” (LADEFOGED, 2003, p. 1).

É interessante observar que a perspectiva de trabalho de Peter Ladefoged é “fonética linguística”. Por outro lado, a perspectiva de

trabalho de John Ohala é “fonologia experimental”². Tanto Ladefoged quanto Ohala oferecem dados importantes quanto à utilização da tecnologia para a investigação da sonoridade. Portanto, na discussão relativa aos avanços tecnológicos nos estudos da sonoridade, entendo que técnicas apuradas podem e devem contribuir para a descrição da sonoridade de uma maneira completa, que, em meu entender, combina os domínios que tradicionalmente concebemos como fonética e fonologia. Vários trabalhos rotulados como “Fonologia de Laboratório” assumem a perspectiva de complementariedade entre a Fonética e a Fonologia e têm oferecido ampla compreensão da sonoridade.

No restante desta seção, apresentarei sugestões de procedimentos metodológicos que contribuem para os avanços tecnológicos nos estudos da sonoridade. Um dos principais pontos de interesse dos pesquisadores que estudam a sonoridade é quanto à natureza dos equipamentos necessários para se fazer uma análise cientificamente acurada da fala. Obviamente, as perguntas teóricas a serem respondidas serão os guias dos procedimentos metodológicos a serem adotados.

A coleta de dados de sonoridade a cada dia, mais frequentemente, emprega a utilização

de equipamentos de áudio e vídeo. Entende-se que as expressões faciais são de extrema relevância na produção, percepção e análise da fala (YEHIA et al, 1998, 2002). A coleta em mídia digital de dados permite o registro, edição e análise dos dados com excelente qualidade. Microfones unidirecionais representam equipamentos fundamentais na coleta de dados. Um ambiente acusticamente tratado é ideal para a coleta de dados, mas, não se contando com tal ambiente, deve-se buscar um local com poucos ruídos externos e, obviamente, sem ventiladores ou motores ligados. A edição de áudio pode ser feita com grande acuidade utilizando-se, por exemplo, o Praat , que é um programa de uso gratuito disponibilizado na internet (www.praat.org), o qual permite diversas possibilidades de análise de áudio. A edição de material registrado em vídeo pode ser realizada através de programa de uso gratuito disponibilizado em <http://www.lat-mpi.eu/tools/elan/>, que registra áudio e vídeo concomitantemente (mas não permite a análise acústica do áudio). Uma observação elementar, mas que me parece ser importante mencionar, é que o pesquisador defina *a priori* como será organizado o material coletado ao elaborar nomes específicos para pastas e para arquivos a serem manuseados

² Consulta aos diversos trabalhos de Peter Ladefoged e John Ohala evidenciam as tendências apontadas. Assim, sugiro que o leitor interessado neste debate consulte os principais trabalhos destes autores, que se encontram publicados em livros e em periódicos da área. Veja, por exemplo, Ladefoged (1971, 2003) e Ohala (1987) e Solé et al (2007).

posteriormente. Uma grande quantidade de dados mal organizados é inútil, enquanto que poucos dados bem organizados podem ser preciosos.

Além da análise da sonoridade através de vídeo e áudio, podemos trabalhar com outras técnicas experimentais (LADEFOGED, 1997, 2003). Uma dessas técnicas é a *palatografia*, que fornece informações sobre o modo, lugar (ponto) e força da articulação de maneira estática, registrada através de fotografia para análise posterior. A *palatografia estática* requer que o participante passe uma tintura específica na língua e produza o som que será analisado. Após a produção do som, utiliza-se uma câmera fotográfica com auxílio de um espelho, se necessário, para registrar o som em fotografia para análise posterior. Esta técnica é também conhecida como *fotopalatografia*. O grande inconveniente dessa técnica é a utilização da tintura na boca do participante e da necessidade de se limpar a cavidade bucal completamente e reaplicar a tintura para cada um dos sons que será analisado. Trabalhos de palatografia do português brasileiro são feitos por Cagliari (1974) e Reis e Antunes (2002).

Desenvolvimentos levaram à técnica de *palatografia dinâmica*, que consiste da confecção de um palato artificial recoberto de eletrodos, colocado na boca do falante. Essa técnica é denominada de *eletropalatografia*.

O palato artificial é conectado a um computador para o registro dos dados. Ao pronunciar sons específicos, ocorre o registro automático no computador. Além de documentar informações sobre o modo, lugar (ponto) e força da articulação, a *eletropalatografia* permite a investigação de propriedades de coarticulação. Trabalhos de eletropalatografia sobre o português brasileiro são feitos por Reis, C. e Espesser, R. (2006) e Reis (2007).

Medidas aerodinâmicas podem ser obtidas através da utilização de equipamento, que consiste de uma máscara colocada na frente da face conectada a tubos ligados a um microfone com entrada para um computador, o que permite medir a corrente de ar nas cavidades nasais e orais e também documentar a pressão do ar na parte anterior da cavidade bucal e na faringe. Calibragem do equipamento é necessária para que haja o bom funcionamento.

A eletroglotografia é um método não invasivo, que permite documentar o comportamento das cordas vocais. Dois eletrodos são fixados na região da laringe do participante e conectados a um computador. A abertura e fechamento das cordas vocais causam a variação, que pode ser registrada e analisada nos dados transmitidos ao computador.

Registros de produção de fala através de aparelhos de raio-X foram utilizados no passado e hoje têm caráter esporádico. Os

problemas com esta técnica dizem respeito, sobretudo, aos riscos para a saúde. Atualmente, imagens de produção da fala são obtidas ou por ultrassonografia ou por imagem de ressonância magnética. Estas duas últimas técnicas têm sido utilizadas com regularidade na investigação da sonoridade, por permitirem a investigação detalhada dos gestos envolvidos na articulação. O problema maior com a utilização dessas técnicas é o alto custo envolvido na aquisição dos equipamentos. Contudo, parcerias com hospitais podem ser produtivas, se necessário.

As técnicas descritas acima investigam, sobretudo, aspectos de produção da fala e são muito importantes para compreendermos os vários mecanismos relacionados com a descrição e análise da sonoridade. Contudo, o módulo perceptual é também importante na investigação da fala. Seguindo proposta de Ohala (1999), as relações entre produção e percepção são caracterizadas por Demolin (2007) como:

Phonological universals are understood here as resulting from production and perceptual constraints shaping spoken language. Besides being universal, these forces influence language in a probabilistic way (J. Ohala, 1999). Broadly speaking, production constraints stem from neurological, anatomical, physiological, and aerodynamic conditions, as well from the

mapping between vocal tract shape and the resulting acoustic signal, while perceptual constraints derive from the peripheral and central auditory transforms of speech, lateral inhibition, masking critical bands, short-term memory, and the way in which sounds are stored and retrieved. (DEMOLIN, 2007, p. 76)

Portanto, além da investigação de aspectos de produção, devemos encampar nos estudos da sonoridade aspectos do domínio da percepção. Obviamente que a análise a ser investigada depende do teórico que formula o objeto de pesquisa e das perguntas a que pretende responder. Tenho convicção de que modelos futuros de investigação da sonoridade considerarão produção-percepção com intimidade na construção da linguagem. É evidente que a sonoridade tem estreita ligação com outros domínios da linguagem e de outras ciências, em geral. Laver (1994) comenta com clareza sobre o amplo escopo da fala:

A comprehensive understanding of a phenomenon as complex and multi-stranded as speech necessarily has to draw on the resources of a large number of different disciplines. Given the rime communicative function of spoken language, one discipline that lies at the heart of any adequate study of speech is linguistics. But speech, just as indicated, is a carrier of more information than solely the

meaningful patterns of individual utterances of spoken language. A vast amount of social and personal information about the speaker is carried as well. In this century, the horizons of communication through speech have expanded greatly, though telecommunications, broadcasting and computing. To each a full understanding of the nature of communication through speech one would therefore have to appeal to concepts not only from linguistics, but also from sociology, anthropology, philosophy, psychology, anatomy, physiology, neurology, medicine, pathology, acoustics, physics, cybernetics, electronic engineering, computer science and artificial intelligence. The study of speech in this broad view thus covers a remarkably wide domain, embracing aspects of the social sciences, the life sciences, the physical sciences, the engineering sciences and the information sciences. (LAVÉ, 1994, p. 2)

Assim, entendo que temos vários desafios para compreendermos a sonoridade em plenitude. Contudo, as perspectivas de superar

os desafios são promissoras e resta-nos emprendermos investigações rigorosas.

Considerações Finais

Dentre os principais pontos discutidos neste texto, podemos destacar os avanços metodológicos conquistados na área da sonoridade. Adicionalmente, podemos indicar os avanços teóricos com relação aos domínios da Fonética e Fonologia quanto ao que pode ser sistematizado na proposta de “fonética linguística” de Peter Ladefoged ou na proposta de “fonologia experimental” de John Ohala. Entendemos também que o foco inicial apresentado na epígrafe de McMahon, na introdução, indica que temos muito ainda a desenvolver para compreendermos a fala em plenitude. Os desafios estão lançados e devemos empreender tarefas com seriedade na perspectiva de ampliarmos os nossos conhecimentos sobre a sonoridade e a sua utilização pela espécie humana para propósitos comunicativos.

Referências

- Barbosa, P. A. e E. Albano. 2004. Illustrations of the IPA: Brazilian Portuguese. *Journal of the International Phonetic Association*, Cambridge, Inglaterra, v. 34, n. 2, pp. 227-232.
- Bates, E. e J. Godman. 1997. On the inseparability of grammar and the lexicon: evidence from acquisition, aphasia and real-time processing. *Language and Cognitive Processes*. 12 (5-6). pp 507-310.
- Bates, E. e F. Dick. 2002. Language, gesture and the developing brain. *Developmental Psychobiology*. 40:3, pp 293-310.
- Cagliari, L. C. 1974. A palatalização em português: uma investigação palatográfica. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Cagliari, L. C. 2007. Elementos de Fonética do Português Brasileiro. Paulistana. São Paulo.
- Cristófaros Silva, T. 2006. Fonética e Fonologia: Perspectivas Complementares. *Revista de Estudos da Linguagem, Vitória da Conquista - BA*, v. 3, p. 25-40. Disponível em: http://www.projetoaspa.org/cristofaro/publicacao/pdf/originais/artigos/fonetica_fonologia.pdf
- Fowler, C. e B Galantucci, 2005. The relation of speech perception and production. In: Pisoni & Remez (2005). pp 633-652.
- Harris, J. J. Watson & S. Bates. 1999. Prosody and melody in vowel disorder. *Journal of Linguistics*. 35: 489-525.
- International Phonetic Association. 1949. Principles of the International Phonetic Association, London: Department of Phonetics, University College London. 54pp.
- International Phonetic Association. 1999. Handbook of the International Phonetic Association. Cambridge University Press.
- Johnson, K. 2004. Cross-linguistically perceptual differences emerge from the lexicon. In: Proceedings of the 2003 Texas Linguistics Society Conference: coarticulation in speech production and perception. Augustine Agwuele, Willis Warren & Sang-Hoon Park (eds). Cascadilla.
- Jusczyk, P. 1997. The discovery of spoken language. Bradford. MIT Press.
- Ladefoged, P. 1971. Preliminaries to Linguistic Phonetics. Chicago University Press.
- Ladefoged, P. 1997. Instrumental Techniques for Linguistic Phonetic Fieldwork. In: Hardcastle, W e J. Laver (eds). The handbook of phonetic Sciences. Blackwell. Pp 137-166.
- Ladefoged, P. 2003. Phonetic Data Analysis: an introduction to fieldwork and instrumental techniques. Blackwell.
- Laver, J. 1994. Principles of Phonetics. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge University Press.
- MacMahon M.K.C. 1986. The International Phonetic Association: the first 100 years. *Journal of the International Phonetic Association*. 16: 30-30. IPA Centenary Volume.
- McMahon, A. 2007. Sounds, brain, and evolution: or why phonology is plural. In: Phonology in Context. Martha Pennington (ed). Palgrave.
- McGurk, H. e MacDonald, J., 1976. "Hearing lips and seeing voices," *Nature*, Vol 264(5588), pp. 746-748
- McNeill, D. (ed). 2000. Language and Gesture. Cambridge University Press.
- Morais, J.; Gary, L; Alegria, J.; e Bertelson, P. 1979. Does awareness of speech as a sequence of phones arise spontaneously? *Cognition*. V. 7: 323-333.
- Ohala, J. 1987. Experimental Phonology. Proceedings of the Berkeley Linguistic Society. 13. Pp 207-222.

- Ohala, J. 1999. The seeds of sound change: data from connected speech. In: Linguistic Society of Korea (eds). *Linguistic in the Morning Calm*. iv. Selected Papers from SICOL-97. Seoul. Hanshin Publishing Company. 263-274.
- Pisoni, D. e R. Remez, 2005. *The Handbook of Speech Perception*. Balckwell.
- Port, R. 2007. How are words stored in memory? Beyond phones and phonemes? *New Ideas in Psychology*. 25? 143-170.
- Reis, C. e L. Antunes. 2002. Estudo palatográfico de sons consonantais do português. In: César Reis. (org.). *Estudos em Fonética e Fonologia do Português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras. UFMG. p. 225-243.
- Reis, C. 2007. Estudo eletropalatográfico das sequências /s s/ e /s ch/ no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. 15, p. 43-73.
- Reis, C. e Espesser, R. 2006. Estudo Eletropalatográfico de Fones Consonantais e Vocálicos do Português Brasileiro. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 3. 81-204.
- Solé, M. J, P. Beddor e M. Ohala. 2007. *Experimental Approaches to Phonology*. Oxford University Press.
- Tomasello, M. e D. Slobin. 2005. *Beyond Nature and Nurture: essays in honor of Elizabeth Bates*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Volterra, V; M. C Caselli, O. Carpirci e E. Pizzuto. 2005. *Gesture and the emergence of development*. In: Tomasello e Slobin 2005. pp 3-40.
- Yehia, H. C. ; Rubin, P. ; Bateson, E. V. 1998. Quantitative association of vocal-tract and facial behavior. *Speech Communication*, Amsterdam, v. 26, n. 1-2, p. 23-43.
- Yehia, H. C. ; Kuratate, T. ; Bateson, E. V. 2002. Linking facial animation, head motion and speech acoustics. *Journal of Phonetics*, v. 30, n. 3, p. 555-568.

ANEXO 1: Quadros do Alfabeto Internacional de Fonética

The International Phonetic Alphabet may be freely copied on condition that acknowledgement is made to the International Phonetic Association (Department of Theoretical and Applied Linguistics, School of English, Aristotle University of Thessaloniki, Thessaloniki 54124, GREECE).

THE INTERNATIONAL PHONETIC ALPHABET (revised to 2005)

CONSONANTS (PULMONIC)

© 2005 IPA

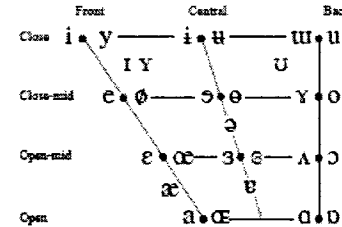
	Bilabial	Labiodental	Dental	Alveolar	Postalveolar	Retroflex	Palatal	Velar	Uvular	Pharyngeal	Glottal
Plosive	p b			t d		ʈ ɖ	c ɟ	k ɡ	q ɢ		ʔ
Nasal	m	ɱ		n		ɳ	ɲ	ŋ	ɴ		
Trill	ʙ			ʀ					ʀ		
Tap or Flap		ⱱ		ɾ		ɽ					
Fricative	ɸ β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ	ʂ ʐ	ç ʝ	x ɣ	χ ʁ	ħ ʕ	h ɦ
Lateral fricative				ɬ ɮ							
Approximant		ʋ		ɹ		ɻ	j	ɰ			
Lateral approximant				l		ɭ	ʎ	ʟ			

Where symbols appear in pairs, the one to the right represents a voiced consonant. Shaded areas denote articulations judged impossible.

CONSONANTS (NON-PULMONIC)

	Clicks	Voiced implosives	Ejectives
◌	Bilabial	ɓ Bilabial	◌
◌	Dental	ɗ Dental/alveolar	◌
◌	(Post)alveolar	ɟ Palatal	◌
◌	Palatoalveolar	ɠ Velar	◌
◌	Alveolar lateral	ɠʷ Uvular	◌

VOWELS



Where symbols appear in pairs, the one to the right represents a rounded vowel.

OTHER SYMBOLS

ʌ	Voiced labial-velar fricative	ɕ ʑ	Alveolo-palatal fricatives
ʋ	Voiced labial-velar approximant	ɹ	Voiced alveolar lateral flap
ɥ	Voiced labial-palatal approximant	ɺ	Simultaneous ʃ and x
ħ	Voiceless epiglottal fricative		
ʕ	Voiced epiglottal fricative		
ʡ	Epiglottal plosive		

Affricates and double articulations can be represented by two symbols joined by a tie bar if necessary. **kp ts**

SUPRASEGMENTALS

- ˈ Primary stress
- ˌ Secondary stress
- ː Long **eː**
- ˑ Half-long **eˑ**
- ˑ̇ Extra-short **ė**
- ːː Minor (foot) group
- ˑˑ Major (intonation) group
- ˑˑˑ Syllable break **ʃi.ʒɛkt**
- ˑˑˑˑ Linking (absence of a break)

DIACRITICS Diacritics may be placed above a symbol with a descender, e.g. **ŋ̥**

Voicless	ɱ ɳ	Breathily voiced	ɓ ɗ	Dental	ʈ ɖ
Voiced	ɸ ʙ	Creakily voiced	ɓ̰ ɗ̰	Apical	ʈ̟ ɖ̟
Aspirated	ɱ̚ ɳ̚	Linguobilabial	ɱ̙ ɳ̙	Lateral	ʈ̟̞ ɖ̟̞
More rounded	ɔ̙	Labiodental	ɱ̙ ɳ̙	Nasalized	ẽ
Less rounded	ɔ̘	Palatoalveolar	ɱ̙ ɳ̙	Nasal release	ɱ̙̚ ɳ̙̚
Advanced	ɱ̙ ɳ̙	Vocalized	ɱ̙̞ ɳ̙̞	Lateral release	ɱ̙̞̚ ɳ̙̞̚
Retracted	ẽ	Pharyngealized	ɱ̙̞̚ ɳ̙̞̚	No syllable release	ɱ̙̞̚̚ ɳ̙̞̚̚
Centralized	ẽ	Vocalized or pharyngealized	ɱ̙̞̚̚ ɳ̙̞̚̚		
Mid-centralized	ẽ	Raised	ẽ̥ (ɱ̙̞̚̚ + voiced alveolar fricative)		
Syllabic	ɱ̙̞̚̚ ɳ̙̞̚̚	Lowered	ẽ̞ (ɱ̙̞̚̚ + voiced bilabial approximation)		
Non-syllabic	ẽ̞	Advanced Tongue Root	ẽ̞̚		
Retraction	ẽ̞̚	Retracted Tongue Root	ẽ̞̚̚		

TONES AND WORD ACCENTS LEVEL



ExtIPA SYMBOLS FOR DISORDERED SPEECH
(Revised to 1997)

CONSONANTS (other than those on the IPA Chart)

	bilabial	labiodental	dentolabial	labialv.	linguolabial	interdental	bidental	alveolar	velar	veloalv.
Plosive		p b	p̣ ḅ	p̥ b̥	t d	f̥ d̥				
Nasal			m̃	m̥	ɱ	ɱ̃				
Trit					r	r̃				
Fricative: central			f̣ ṿ	f̥ v̥	θ ð	θ̃ ð̃	h̃ h̃̃			ɦ̃
Fricative: lateral-central								ḳ ẓ		
Fricative: nasal		m̃						ñ	ŋ̃	
Percussive	ʷ						ʷ			
Approximant: lateral					l̃	l̃̃				

DIACRITICS

↔	labial spreading	â	strong articulation	f	↔	denasal	̣
˘	dentolabial	ṽ	weak articulation	ṿ	˘	nasal escape	̣̃
˙	interdental/bidental	h̃	reiterated articulation	p̣/p̣̣	˙	velopharyngeal friction	̣̣̣
=	alveolar	̣	whistled articulation	̣̣̣	↓	ingressive airflow	p̣↓
˘	linguolabial	ḡ	sliding articulation	θ̣	↑	egressive airflow	↑

CONNECTED SPEECH

(.)	short pause
(..)	medium pause
(...)	long pause
f	loud speech [f loud f]
f̣	louder speech [f̣ louder f̣]
p	quiet speech [p quiet p]
p̣	quieter speech [p̣ quieter p̣]
allegro	fast speech [allegro fast allegro]
lento	slow speech [lento slow lento]
crescendo, ritardando, etc. may also be used	

VOICING

˘	pre-voicing	ẓ
˘	post-voicing	ẓ̣
(e)	partial devoicing	ẓ̣̣
(e)	initial partial devoicing	ẓ̣̣̣
(e)	final partial devoicing	ẓ̣̣̣̣
(e)	partial voicing	ẓ̣̣̣̣̣
(e)	initial partial voicing	ẓ̣̣̣̣̣̣
(e)	final partial voicing	ẓ̣̣̣̣̣̣̣
=	unaspirated	p̣̣̣
˘	pre-aspiration	˘p̣̣̣

OTHERS

()	indeterminate sound	(())	extraneous noise ((2 sylls))
(v), (p)	indeterminate vowel, plosive, etc.	˘	sublingual lower alveolar percussive click
(x, x̣)	indeterminate voiceless plosive, etc.	!;	alveolar & sublingual click ('click-click')
()	silent articulation (f), (m)	*	sound with no available symbol

© 1997 ICPLA. Reproduced by permission of the International Clinical Phonetics & Linguistics Association.

Posfácio

POR OCASIÃO DOS 40 ANOS DA ABRALIN*

Cristina Altman¹
Olga Coelho¹

Em trabalho sobre a historiografia linguística norte-americana, Stephen Murray (1994) – na esteira da morfologia das revoluções científicas de Thomas Kuhn (1962) e do modelo sociológico de Nicholas Mullins (MULLINS, 1966; 1973, entre outros) – propôs quatro estágios ideais na formação de grupos de especialidade em ciências humanas e sociais.

No primeiro estágio (*'normal stage'*), apreensível somente em retrospectiva, há poucas relações acadêmicas entre pesquisadores potencialmente formadores de um novo grupo; coautorias são raras e não há ataque sistemático a problemas de pesquisa definidos com clareza. Tomado em uma escala crescente de socialização do conhecimento, este estágio se caracteriza pela inexistência de treinamento específico e de coordenação de esforços individuais eventualmente existentes. O reconhecimento de um novo horizonte para a investigação, atrativo para indivíduos que trabalham de forma dispersa, dependerá de perspectivas promissoras de pesquisa, que, por sua vez, emanam da atuação de *lideranças intelectuais e organizacionais* da comunidade científica. A função de *liderança* é desempenhada por indivíduos capazes de reunir pessoas em torno de algum tipo de projeto

* Nossos agradecimentos aos pesquisadores do Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e do Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística da USP, pelo auxílio na revisão da documentação pertinente.

¹ Professora da Universidade de São Paulo (USP).

comum, percebido como coerente e com efetivas possibilidades de concretização; a tarefa das lideranças é, aliás, convencer outros pesquisadores de que há algo que – por ser necessário e possível – vale a pena ser feito em novas linhas. E é essa promessa de ‘sucesso’ que motiva a formação de novos paradigmas.

Perceber-se coparticipante dos mesmos interesses é vital para que os pesquisadores atinjam o segundo estágio na formação de grupos de especialidade: o do agrupamento informal (*‘cluster’*). Essa percepção pode brotar espontaneamente entre aqueles que tomam parte de um grupo e/ou ser motivada pelo fato de serem assim percebidos por quem está de fora. Seja como for, é neste estágio que um grupo se torna visível. A aceitação – ou rejeição – da nova linha de trabalho que identifica o grupo determinará se ele se tornará uma especialidade de elite (*‘elite specialty’*), aceita e assimilada pelas instituições relevantes existentes; ou se se tornará um grupo revolucionário, que buscará formar suas próprias (contra)instituições, se subsistir, ou que desaparecerá, caso não consiga alcançar nenhum nível de institucionalização.

É a institucionalização, portanto, que caracteriza o terceiro estágio, o do grupo de especialidade propriamente dito (*‘specialty stage’*). Bem sucedido, o grupo de especialidade atingirá, idealmente, o estágio ‘acadêmico’ (*‘academic stage’*), no qual a proposta

de trabalho que ensejou sua formação não será mais percebida como ‘nova’. A especialidade torna-se, então, ‘ciência normal’, permitindo que se articule um novo ciclo de emergência e institucionalização de grupo(s).

Por ocasião da celebração dos 40 anos de criação da ABRALIN, um dos passos decisivos no processo de consolidação de um grupo de linguistas no cenário científico brasileiro, empreendemos o pequeno estudo de que resulta este texto. Partimos do modelo de Murray (1994) para acompanhar os caminhos que resultaram na criação da Associação, em janeiro de 1969, procurando avaliar se à maturidade cronológica assinalada por esta data corresponde a consolidação efetiva de uma especialidade definível como Linguística brasileira.

Para dar conta, ao menos em parte, da complexa rede de relações entre agentes, instituições e produção acadêmica que, ao longo dessas quatro décadas, constituiu a comunidade dos linguistas que gravitam em torno da ABRALIN, confrontamos a estrutura de história oferecida por Murray com a história de uma estrutura possível: aquela resultante da rede de coerções específicas que cerca a emergência da Linguística no Brasil, enquanto disciplina autônoma. A hipótese, aqui, é que a aplicabilidade das morfologias históricas está vinculada à plasticidade das categorias que elas fixam. Parece que quanto maior a

especificação dessas categorias (tais como as de *estágio* e de *função* em Murray, 1994), menores são as possibilidades de se operar univocamente com elas em estudos de casos distintos daqueles que permitiram a sua postulação.

Matizes Linguísticos da Filologia no Brasil

Apesar de a *Linguística brasileira*, enquanto campo autônomo de ensino e pesquisa, ter-se iniciado alguns anos antes, por ocasião da sua implantação, como disciplina acadêmica, em 1962, entendemos que, somente a partir de 1968 – em consonância com um conjunto de fatores externos que favoreciam ideias reformistas – tornaram-se visíveis as iniciativas de alguns jovens pesquisadores comprometidos com a institucionalização, em nível nacional, da disciplina (ALTMAN, 2004a). Aryon Rodrigues (n. 1925), Francisco Gomes de Matos (n. 1933), Maria Antonieta Alba Celani (n. 1924), Ataliba Teixeira Castilho (n. 1937), entre outros, podem ser considerados os *líderes intelectuais* e *orga-*

nizacionais daqueles que viriam a constituir a primeira geração de linguistas do país.

Tal afirmação não implica que não tenha havido, antes, nada que pudesse ser classificado como Linguística. Ao contrário, são anteriores a esta data as atividades de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), no Rio de Janeiro; Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987), no Paraná; Nelson Rossi (?), na Bahia, e Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), em São Paulo, reconhecidos pela literatura e por vários depoimentos contemporâneos como linguistas *avant la lettre*. Homens de transição, esses professores-pesquisadores, os primeiros a apresentar a seus alunos de Letras um conjunto de ideias e uma literatura diferente da então dominante nos centros acadêmicos em que trabalhavam, estão à montante no processo de formação de um novo grupo profissional.

Todos participaram, em alguma medida, do início do processo de cientifização dos estudos linguísticos no Brasil, tal como o entendemos hoje, frequentemente correlacionado com a criação das primeiras faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio, na década de 1930.² A fundação destas faculdades

² A rigor, a primeira Faculdade de Filosofia regularmente organizada foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, fundada em 1933, em São Paulo. (*Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (USP, 1953)). Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que incorporou às instituições já existentes — Direito, Medicina, Engenharia, Escola Agrícola, Farmácia e Odontologia — uma Faculdade de Filosofia. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que também instituiu uma Faculdade de Filosofia e Letras. (cf. PROTA, 1987; DURHAM, 1986).

Mattoso Câmara e a Recepção ao Estruturalismo Europeu

Se a criação de um novo espaço institucional na década de 1930, de nível superior, propiciou a profissionalização daqueles que cumpriam o programa de investigação proposto pela Filologia, propiciou, igualmente, que se instalasse no país, pela primeira vez junto a um Curso de Letras, um curso extensivo de Linguística – ministrado por Mattoso Câmara, em 1938 e 1939, na então chamada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.⁴

Divulgadas primeiramente pela *Revista de Cultura*⁵, as 'lições' desse curso constituiriam, anos mais tarde, em 1941, os *Princípios de Linguística Geral*⁶, que fizeram do autor o grande divulgador e propagador das teorias, nas palavras de Pinto (1981, p. 40), "...dos mais notáveis linguistas europeus e norte-americanos."

Extinta a Universidade do Distrito Federal, por questões políticas, foi criada em seu lugar a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que não concedera espaço especial para a Linguística (SOUSA DA SILVEIRA, 1941; RODRIGUES, 1984). Essa

Língua Portuguesa, de Filologia Românica, de Língua Latina e de Línguas Estrangeiras. O GEL tem diretoria itinerante e promove regularmente seminários anuais pelo estado de São Paulo. Publicou, como *Anais*, ininterruptamente, desde 1978, os *Estudos Linguísticos. Anais de Seminários do GEL*, recentemente (1998) convertidos em revista dedicada aos trabalhos que se apresentam nos *Seminários*. Além desta publicação, o GEL hoje conta com a *Revista do GEL* (2002-corrente). Depois do GEL, contemporâneo da ABRALIN, associações congêneres, como o Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE, 1977), o Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL, 1995), o Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO, 2000) foram estabelecendo-se paulatinamente, indiciando um crescente espraiamento das práticas entendidas como *linguísticas* no país. Recentissimamente, em março de 2008, criou-se também o Grupo de Estudos Linguísticos do Oeste do Pará (GELOPA), que parece encaminhar-se na mesma direção.

⁴ "A linguística era considerada como conhecimento básico para os professores de língua e para os estudantes interessados em crítica literária. Era assim incluída entre as humanidades e, como tal, ensinada durante dois anos até 1939, quando a universidade foi fechada pela administração municipal." (CÂMARA JR. 1976, p. 49).

⁵ Os artigos são: "Lições de linguística geral" – *Revista de Cultura* (Rio de Janeiro) 1939(25), p. 99-104; 183-89; 216-22; 279-84; 1939(26), p. 43-47; 81-86; 177-85; 1940(27), p. 21-27; 83-88; 141-46; 202-8; 1940(28), p. 11-17. (NARO & REIGHARD, 1976, p. 141). Para a referência das outras edições, inclusive resenhas, veja-se *id. ib.*

⁶ O livro é *Princípios de linguística geral como fundamento para estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, F. Briguier, 1941 (reimpr., 1942).

⁷ Essa observação é mais significativa do que parece. Mattoso não propôs, nos *Princípios*, uma teoria própria, ao contrário, inaugurou uma prática que traria importantes consequências para as gerações que o sucederam, que consistia em derivar ideias linguísticas da Europa e dos Estados Unidos e aplicá-las à descrição de dados do português do Brasil.

descontinuidade, ocorrida no início dos anos 1940, retardou o processo de especialização profissional em Linguística, que mal havia se iniciado, e só seria retomado, efetivamente, duas décadas mais tarde, nos anos 60.

A ruptura potencial das primeiras ‘lições de linguística geral’ de Mattoso com um quadro de ciência normal anteriormente configurado – aquele correspondente ao avanço acadêmico-institucional do grupo de filólogos – ficou, pois, encubada. Ainda que muitas das ideias que caracterizariam posteriormente o grupo dos linguistas fossem reconhecidas como intrinsecamente boas, mesmo entre alguns filólogos comprometidos com o ideário de seu próprio grupo de especialidade, tais como Souza da Silveira, Silva Neto e Sílvia Elia (COELHO, 2004), não havia ainda, neste contexto, condições para a institucionalização de um programa de investigação autônomo da ‘linguística’, distinto da ‘filologia’.

Excluído da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Mattoso afastou-se não só de um público de linguistas em potencial, mas também de possibilidades efetivas de ascensão na carreira acadêmica. Continuou professor de línguas em escolas

secundárias (RODRIGUES, 1984; FRANÇA, 1998) e, em 1943, foi trabalhar – como voluntário – no Museu Nacional (NARO, 1972). A ligação com os antropólogos do Museu lhe possibilitou a propalada viagem aos Estados Unidos, de setembro de 1943 a abril de 1944, durante a qual teve a possibilidade de estudar com Roman Jakobson (1896-1982) e de interagir com os demais linguistas funcionalistas europeus que constituíam o Círculo Linguístico de Nova Iorque. (ALTMAN, 2004b).

Mesmo tendo defendido, em 1949, a tese de doutorado (*Para o estudo da fonêmica portuguesa*) em Letras Clássicas e, em 1952, a de livre-docência (*Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*)⁸, em Língua Portuguesa, ambas na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Mattoso não obteve, naquele momento, projeção acadêmica.

As primeiras reações contra Mattoso ao longo dos anos 1930-40 – e, em consequência, contra o tipo de enfoque que ele propunha para os estudos linguísticos – advinham, provavelmente, de razões de ordem sócio-institucional e/ou, talvez, até mesmo, de ordem pessoal. As fronteiras entre os dois domínios, o da Filologia e o da Linguística, em termos de áreas de interesse, ou mesmo, em termos de orientação

⁸ Publicado em segunda edição, em 1953, no Rio de Janeiro, também pela Organização Simões. “Mattoso procurou mostrar as possibilidades de uma estilística estrutural, articulada com a linguística estrutural. Aliás, para ele a estilística era um domínio da linguística **lato sensu**.” (RODRIGUES, 1984, p. 87).

metodológica, não podiam estar, ainda, suficientemente nítidas.⁹ Tanto é que, mesmo relegado à marginalidade institucional, Mattoso continuou, em anos posteriores, a encontrar espaço para publicação, inclusive em importantes redutos filológicos, como o *Boletim de Filologia* e a *Revista Brasileira de Filologia*, RBF (v. NARO & REIGHARD, 1976).

É certo que, na RBF, cabia a Mattoso a seção intitulada “Crônica Linguística”, destinada, na verdade, não à publicação de seus estudos, mas sim à publicação de eventos significativos na Linguística internacional: encontros, seminários, congressos. Tratava-se, de qualquer maneira, de seção fixa, que incorporava o autor à equipe editorial do periódico, fundado em 1955 por Silva Neto. Ambiguidades dessa natureza nos fazem refletir sobre a coesão interna dos grupos: a efetiva pertinência a um ou outro(s) deles parece derivar de um complexo entrelaçamento de variáveis mais ou menos contingenciais, de natureza ‘externa’. Fatores como acesso a publicação, definido por Murray como decisivo para que pesquisadores se coloquem em relação de continuidade ou de ruptura com a tradição precedente, parecem não admitir, ao menos nesse caso, interpretações mani-

queístas. Vale nuançar, aliás, que as discor- dâncias, as oposições, os antagonismos, mesmo entre grupos que disputam, vigo- rosamente, os espaços de maior visibilidade, não se revelam, sempre, por meio dos mesmos tipos de indícios e nem se constituem sem opacidades e até contradições.

Seja como for, a concessão de pequenos espaços institucionais para o autor da primeira análise funcional dos fonemas do português é um dos primeiros sinais das mudanças que caracterizariam o contexto intelectual do país da década de 1950 em diante. Com efeito, no prefácio à primeira edição das *Orientações da Linguística Moderna*, de Elia, por exemplo, Silva Neto, figura central do paradigma da Filologia Brasileira (COELHO, 1998), considerou, em nota de rodapé, “...grave lacuna do nosso ensino superior de Letras a falta de uma cadeira de Linguística Geral... [...]. A Filologia Portuguesa e a Filologia Românica, essas, **naturalmente**, fazem parte obrigatória dos nossos currículos universitários. (SILVA NETO, 1955, p. 13, grifo nosso).

No final dos anos 50, de fato, Mattoso voltara à Faculdade Nacional de Filosofia e começara também a ministrar aulas na Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis

⁹ Mattoso era, ainda, um homem de transição. O *Dicionário de Fatos Gramaticais* (Casa de Rui Barbosa, 1956) foi republicado da segunda (J. OZON Ed., 1964) à sexta edição, por escolha do autor, com o nome de *Dicionário de Filologia e Gramática*. Somente a partir da sétima edição (Vozes, 1977) é que recebeu o nome de *Dicionário de Linguística e Gramática*, por sugestão do novo editor, Gomes de Matos. (Nota Prévia à 7a. edição. In: CÂMARA JR., 1978, p.25).

A ideia de produzirmos uma obra que contasse um pouco da história da Associação em seus quarenta anos, reunindo ex-presidentes para emitirem seus depoimentos, representa a possibilidade de resgatarmos um período na história dos estudos linguísticos brasileiros que coincide com a própria fundação da Associação.

ISBN 978-85-7745-309-2



9 788577 453092

